

Assembleia Municipal da Guarda

Ata

Sessão Ordinária de Quinze de Dezembro de Dois Mil e Vinte

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte, pelas dez horas, teve início, no Grande Auditório do Teatro Municipal da Guarda, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, que a seguir se transcreve: -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Temos quórum e, portanto, vamos dar início à sessão de hoje da Assembleia Municipal. Mais uma vez, cumprimento todos. Começava já por dar conhecimento das substituições. Do grupo municipal do PSD, falta Amélia da Silva Ramos Fernandes, é substituída por João Manuel Costa Rosário Bandurra; falta Luís António do Couto Paula, é substituído por António José Jorge Terras; falta Dulcineia Catarina Moura de Sousa Coito, é substituída por Andreia Patrícia Plácido Fernandes do Espírito Santo; falta o Tiago Filipe Saraiva Gomes, é substituído por Susana Maria Conceição Pires; falta Hugo Miguel Mendes Fernandes, é substituído por Paula Cristina Martins Ribas; falta Diogo Maria Correia Isidro, é substituído por Maria Teresa Alves Paula; falta Ana Maria Rodrigues de Almeida Rocha, é substituída por António Rodrigues Antunes. Do grupo municipal do PS, falta José Alberto Vargues Pires, é substituído por António Barbosa; falta Teresa Freitas da Silva, é substituída por Nuno Laginhas. Do grupo municipal do CDS, falta Elsa Marina Lourenço Gonçalves Silva, é substituída por José Carlos Breia Lopes. Juntas de Freguesia, falta o Presidente da Junta de Freguesia de Maçaínhas, Érico Piçarra Gomes, é substituído pelo Secretário, Carlos Janeiro; falta o Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Estrela, Ricardo Miguel dos Reis Gonçalves, é substituído pelo Secretário, Cristóvão Lages Antunes; falta a Presidente da Junta de Freguesia dos Meios, Maria Teresa Teles Cabral, é substituída pelo Tesoureiro, Paulo Jorge Nascimento Pina e falta o Presidente da Junta de Freguesia de Panoias, Luís Carlos Pinto Fernandes, é substituído pelo Tesoureiro, Álvaro Pires Marques. Ia pôr, agora, à votação a ata do dia 29 de setembro.” -----

----- **Resultado da votação da ata do dia 29 de setembro de dois mil e vinte.** -----
- Aprovada, por maioria, com cinquenta e dois votos a favor e uma abstenção. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Entrávamos, agora, no período antes da ordem do dia. Queria, antes de iniciarmos este período, fazer uma pergunta ao grupo municipal de CDS a propósito da proposta que entregaram. É para entrar no período antes da ordem do dia ou depois nos pontos respetivos, nomeadamente no 2.6 e no 2.8? Uma vez que é uma proposta de alteração... É para o período da ordem do dia. Muito bem. No PS, não tenho dúvida. Então, no período antes da ordem do dia, começávamos pela leitura dos documentos, como é habitual. Temos em primeiro lugar o Grupo da CDU, com a apresentação de uma moção. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Então, bom dia e que sejam todos felizes. E Bom Natal, já agora, antes que me esqueça. A moção é sobre o suplemento por trabalho em

condições de penosidade e insalubridade. «Data de 1998 a aprovação da legislação que “regulamenta as condições de atribuição dos suplementos de risco, penosidade e insalubridade”. Consagrou as figuras de compensações, suplementos e demais regalias a atribuir em função de algumas particularidades específicas do trabalho prestado no âmbito da Administração Pública, aqui se incluindo os serviços e organismos da administração local, cuja regulamentação nunca foi efetuada, em prejuízo dos trabalhadores que nunca viram os seus direitos devidamente garantidos. Já em 2008, a Lei n.º 12-A/2008, que revogou expressamente o Decreto-lei de 1998, inscreveu a previsão dos suplementos remuneratórios. Consagração a que não correspondeu a indispensável regulamentação, fazendo com que mais de vinte anos depois este legítimo direito não tenha tido aplicação. Vezes sucessivas ao longo destes anos, designadamente com iniciativas legislativas apresentadas pelo PCP na Assembleia da República, se procurou dar concretização à Lei determinando o seu âmbito de aplicação, regras de cálculo e modo de pagamento destes suplementos, bem como dos respetivos complementos a atribuir em acréscimos aos referidos suplementos. Considerando que o Orçamento de Estado para 2021 veio finalmente assegurar a efetivação deste direito, ainda que aquém dos valores que seriam devidos e que a proposta do PCP previa, remetendo para os órgãos executivos das autarquias a sua aplicação direta, a Assembleia Municipal da Guarda, em 15 de dezembro de 2020, delibera: 1. Instar a Câmara Municipal a proceder à sua aplicação de modo a permitir que o suplemento passe a ser devido a partir de 1 de Janeiro de 2021, reconhecendo ao conjunto dos trabalhadores definidos no âmbito da Lei que seja reconhecido o grau mais elevado de penosidade e insalubridade; 2. Saudar os trabalhadores da autarquia pela luta que ao longo dos anos travaram pela concretização deste direito.» Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Deixem-me só fazer aqui um ponto de ordem, porque temos uma outra substituição de Junta de Freguesia e da qual eu não tinha aqui a indicação. Pelos vistos terão feito chegar a informação, mas não terá chegado aqui, que é relativamente ao Presidente da Junta de Freguesia de Casal de Cinza, Luís Rita, que não está e que se faz representar pelo Secretário, José Rabaça. Fica a correção feita. Agora sim, eu perguntava se alguém pretende intervir sobre esta moção apresentada pela CDU. Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Bom dia. Cumprimento todos os presentes, desejando, desde já, uma umas Festas Felizes, apesar de tudo aquilo que estamos a viver. O Grupo do PSD, primeiro, reconhece que este Executivo, e prova disso são as novidades que vêm nos pontos a seguir, se esforça também para recompensar e dar o mérito aos trabalhadores da Câmara Municipal da Guarda por outros meios. Por este aqui esperemos também que sim. Sendo que, conforme disse e bem, está considerado no Orçamento de Estado para 2021. Terá agora o Estado que alocar mais dinheiro aos Municípios para que eles próprios possam também retribuir estes valores aos trabalhadores. De maneira que, com esta pequena salvaguarda, naturalmente que o grupo parlamentar do PSD, preocupado também com o bem-estar de todos os trabalhadores do Município, como é evidente, irá votar favoravelmente esta moção.” –

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Então, ponho à votação esta moção.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Suplemento por trabalho em condições de penosidade e insalubridade** -----

- Aprovada, por unanimidade, com cinquenta e cinco votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, agora, ao grupo parlamentar do PSD. Temos quatro documentos. Uma moção para a criação de um Julgado de Paz na Guarda, uma moção pela Brigada Helitransportada, um Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Eduardo Lourenço e uma moção relativamente à Redução de 50% do valor das Portagens. Quem faz a leitura? Muito bem. Começamos por quem? Começamos por qual? O Voto de Pesar, muito bem. Senhora Deputada Vanda, Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Eduardo Lourenço.” -----

- **Deputada Vanda Sá Rodrigues (PSD):** “Bom dia a todos. Cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia, restantes elementos da Mesa, senhor Presidente, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Presidentes de Junta de Freguesia, senhoras e senhores Deputados, Comunicação Social, Técnicos da Autarquia e Público que nos ouve em casa. «Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Lourenço. Faleceu no passado dia 01 de dezembro, em Lisboa, com 97 anos, o Professor Eduardo Lourenço. Ensaísta, professor universitário e filósofo, Eduardo Lourenço de Faria nasceu a 23 de maio de 1923, na aldeia de São Pedro do Rio Seco, no concelho de Almeida. Eduardo Lourenço frequentou o Liceu da Guarda e cursou Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde lecionou como professor assistente até 1953, assumindo desde então uma atitude crítica e um pensamento autónomo. A partir de 1954, lecionou em universidades estrangeiras nas cidades de Hamburgo, Heidelberg, Montpellier, São Salvador da Baía, Grenoble e Nice, tendo-se aposentado em 1988. Eduardo Lourenço fixou residência em Vence (França) até 2013, altura em que, após a morte da esposa, regressou a Portugal. Autor de mais de 40 títulos recebeu o Prémio Camões (1996) e o Prémio Pessoa (2011). Entre outras distinções, também recebeu as insígnias de Grande Oficial e a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique e a Grã-Cruz da Ordem da Liberdade. Era Oficial da Ordem Nacional do Mérito, Cavaleiro da Ordem das Artes e das Letras e da Legião de Honra de França. Considerado expoente máximo do ensaísmo literário e cultural contemporâneo, Eduardo Lourenço deixa a sua marca profunda na Guarda. Através do desafio da criação, em 1999, de um Instituto da Civilização Ibérica que unisse as duas Universidades mais antigas da Península (Coimbra e Salamanca), Eduardo Lourenço retornou simbolicamente à sua cidade como Diretor Honorífico do Centro de Estudos Ibéricos e como patrono da Biblioteca Municipal que tem o seu nome, que foi inaugurada em 2008 e que conta com grande parte do seu acervo literário. O Centro de Estudos Ibéricos também instituiu, em 2004, o Prémio Eduardo Lourenço, em homenagem ao seu mentor, patrono e Diretor Honorífico, destinado a galardoar personalidades ou instituições com intervenção relevante no âmbito da cultura, cidadania e cooperação ibéricas. O Prémio Eduardo Lourenço, que vai na sua 16.ª edição, já distinguiu várias personalidades de relevo de Portugal e Espanha. Com a morte de Eduardo Lourenço a Guarda e o país perderam uma das mentes mais brilhantes e um

grande humanista. O grupo municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 15 de dezembro de 2020, que delibere: 1. Aprovar este Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Eduardo Lourenço, guardando um minuto de silêncio em sua memória; 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto de Pesar.» Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Eu ia fazer aqui uma pequena sugestão, não sei se o grupo parlamentar Socialista concorda. Uma vez que têm também um Voto de Pesar pelo Professor Eduardo Lourenço, eu ia pedir, se não se importassem, faziam já a leitura do Voto de Pesar, fazíamos o minuto silêncio e fechávamos os Votos de Pesar. Está bem? Então, grupo parlamentar do PS, por favor. Quem lê? Senhora Deputada Sandra, por favor.” -----

- **Deputada Sandra Amaral Santos (PS):** “Bom dia. exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, exmo. senhor Presidente e senhores Vereadores, exmos. senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia, exmos. senhores Técnicos da Câmara e todos os que acompanham online. «Voto de Pesar pelo falecimento de Eduardo Lourenço. Portugal ficou mais pobre no passado dia 1 de dezembro de 2020 com a perda de Eduardo Lourenço, um dos maiores pensadores do nosso tempo. Eduardo Lourenço nasceu a 23 de maio de 1923 em São Pedro do Rio Seco, freguesia do concelho de Almeida. Frequentou o Liceu Nacional na cidade da Guarda, e licenciou-se em Ciências Histórico-Filosóficas na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Foi professor, filósofo, escritor, crítico literário, ensaísta e um dos pensadores mais proeminentes da cultura portuguesa. Natural do nosso distrito, beirão com orgulho e amigo da Guarda, a Cidade agradece-lhe a sua dedicação e a presença nas suas obras. Ele que sempre considerou a Guarda como a sua capital, como consta na obra “O outro lado da lua”, onde afirma “Para mim, o encontro com o mundo... foi precisamente esta cidade onde estamos. Digamos, a primeira escala de uma errância que não terminou. (...) foi para mim, a cidade, como Roma era a Urbe para o cidadão romano.” O seu nome estará para sempre presente e a sua memória viverá em nós, na Biblioteca Municipal a que humildemente deu o nome e à qual doou grande parte do seu acervo literário. Mas será na criação e obra do Centro de Estudos Ibéricos na Guarda, do qual foi o impulsionador e Diretor Honorífico, que o seu cunho fica mais notado. Desde logo, pelo desafio que lançou ao Município para a sua criação durante o discurso *Oito Séculos de Ativa Solidão*, proferido por ocasião das Comemorações do 8º Centenário da Cidade da Guarda, no qual pretendeu reforçar e repensar os laços que unem os povos português e espanhol, e cujo valor sublimou ao juntar aqui o conhecimento e potencial humano das duas Universidades mais antigas da Península Ibérica - Coimbra e Salamanca. Neste momento fatídico para a cultura do nosso concelho resta-nos homenagear o homem e fazer honrar a sua memória. Pelo seu percurso, carreira e exemplo de vida e pelo importante legado imaterial que deixou à cidade da Guarda, o grupo parlamentar do Partido Socialista na Assembleia Municipal da Guarda propõe que esta Assembleia Municipal, na sua reunião ordinária de 15 de dezembro de 2020, delibere: 1. Aprovar o presente Voto de Pesar pelo falecimento do Professor Eduardo Lourenço, guardando um minuto de silêncio em sua memória; 2. Manifestar à sua família as mais sentidas condolências, transmitindo o teor deste Voto

de Pesar. 3. Atribuir o nome de Eduardo Lourenço a uma rua ou praça nobre da Cidade da Guarda.» -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Ponho também à vossa consideração a possibilidade de fazermos a votação conjunta dos dois Votos de Pesar. Alguém se opõe a isso? Não? Muito bem.” -----

----- **Resultado da votação dos Votos de Pesar** -----

----- **Pelo falecimento de Eduardo Lourenço** -----

- Aprovada, por unanimidade, com cinquenta e nove votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faríamos, agora, então, um minuto de silêncio.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito obrigada. Retomávamos, então, a leitura dos documentos do grupo municipal do PSD. Qual é o documento que lerão agora? Julgados de Paz. Quem faz a leitura? Faz favor, senhora Deputada Eugénia, senhora Presidente de Junta.” -----

- **Deputada Eugénia Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (PSD):** “Muito bom dia a todos. Senhora Presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor Presidente do Município, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Freguesia, Comunicação Social, Colaboradores, Funcionários do Município e Público em geral. Eu deparei-me com esta situação, com este equipamento e esta ferramenta de trabalho dos Julgados de Paz, tendo constatado que não existiam aqui na Guarda. Com o apoio e com o aval do grupo parlamentar do PSD, sendo todos eleitos neste concelho, a nossa função é ajudar a população da Guarda o mais possível e esta ferramenta é uma mais-valia para as pessoas, uma vez que há custos reduzidos, nalgumas das situações que possam ser solucionadas por este meio, e num curto de tempo bastante reduzido. Nomeadamente nestas situações de ações de contratos de negócio unilaterais, de condomínios, de responsabilidade civil, várias situações. No ano passado a taxa era de 70 euros, portanto não é um valor tão significativo, e penso que nós estamos aqui para ajudar a população. No relatório anual do ano passado, por exemplo, Aguiar da Beira teve cento e quarenta e sete processos, dos quais cento e trinta e seis foram solucionados. Belmonte, de trezentos e dezasseis, duzentos e seis foram solucionados. Contudo, não é só uma deslocação, se não existir onde forem criados, pode ser na Guarda, pode haver uma agregação de municípios ou de vários concelhos onde possa ser criado este Julgado de Paz e, aí sim, as pessoas podem usufruir deste serviço. Passo então a ler a moção. «Moção para criação de Julgado de Paz na Guarda. Os Julgados de Paz constituem uma rede de tribunais de proximidade, instalados e funcionando em estreita cooperação entre o Estado e os Municípios, vocacionados para a maximização da participação dos cidadãos na justa composição dos litígios que lhes respeitam, mediante procedimentos caracterizados pela simplicidade, adequação, informalidade, oralidade e absoluta economia processual. São tribunais competentes para resolver processos de natureza cível, cujo valor não exceda os 15 mil euros, excluindo as que envolvam matérias de Direito de Família, Direito das Sucessões e Direito do Trabalho. Os processos são concluídos de forma rápida (em média, cerca três meses) e com custos reduzidos. Podendo ser resolvidos diferendos relacionados

com a propriedade de coisas móveis, direitos e deveres dos condóminos, abertura de janelas e obras semelhantes, arrendamento urbano, excetuando o despejo, incumprimento de contratos e obrigações, pedidos de indemnização cível em virtude da prática de crime quando não é apresentada queixa, entre outros. A utilização dos Julgados de Paz está sujeita a uma taxa única cujo valor, agora em 2020, de 70 euros, pode ser repartida entre o demandante e o demandado. Se houver acordo durante a mediação, o valor a pagar é de 50 euros. Caso o litígio esteja excluído da competência do Julgado de Paz e seja utilizado o serviço de mediação, a taxa é reduzida para 25 euros. A criação de um Julgado de Paz deverá ser objetivo comum de todos os Municípios, pois tal permitirá servir melhor as populações da região, dotando-as de um serviço de justiça de proximidade e apto a solucionar conflitos que, a manterem-se, contribuirão para a deterioração da paz social. Sendo um recurso que não existe no Concelho da Guarda, nem existe possibilidade destes residentes poderem usufruir deste serviço, mesmo deslocando-se a outro local. Assim a Assembleia Municipal da Guarda, na sua sessão ordinária de 15 de dezembro de 2020, delibera: Apelar às entidades competentes para que crie um Juiz de Paz no Concelho da Guarda, ou num agrupamento de Municípios. Assi, deve o Município da Guarda enviar esta deliberação à Assembleia da República, Ministro da Justiça, Conselho dos Julgados de Paz, Conselho Superior da Magistratura, Ordem dos Advogados e à Associação Nacional de Municípios Portugueses para criação deste, bem como para o exmo. Presidente do Município de forma a que este se proponha assinar protocolo com o Ministério da Justiça garantindo o espaço físico e apoio administrativo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Passávamos à leitura agora do próximo documento. É da Brigada Helitransportada? Não? É a moção pela Redução das Portagens? Quem faz a leitura? Professor João Prata, faz favor.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Bom dia a todos, senhora Presidente da Assembleia, senhores membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, caros colegas Presidentes de Junta, Autarcas eleitos como Deputados, Comunicação Social presente e os Técnicos da Câmara também. Para além de vos saudar a todos, deixo também os votos de Boas Festas e um Bom Ano 2021. Realmente o grupo parlamentar do PSD apresentou a moção alusiva ao tema das portagens. Aliás, não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira ou quarta vez que aqui falamos desse tema. Mas para ser mais rápido, senhora Presidente, vou ler diretamente o que aqui escrevi, para não estar a fazer perder tempo. E começa assim a história: «Numa certa manhã de nevoeiro cerrado, corria nas ondas hertzianas a notícia de que, graças ao Partido Socialista, finalmente uma boa prenda de Natal foi oferecida à população desta região. Pela mão e pelo voto do PS, passamos a pagar apenas, e ainda assim, 50% do custo das portagens, entre outras, na A23 e na A25. E se for um veículo elétrico ou dimensões mais reduzidas, o desconto ainda vai ser maior, 75% de redução. Mas ainda não contentes com tanta acrimónia, consideraram que deveria ser para já a benesse agora concedida e, não podendo ser antes, vai já ser a partir do dia 1 de janeiro de 2021. E, após um verdadeiro chorrilho de contorcionismo circense, o Partido Socialista quis fazer acreditar que é graças aos seus Dirigentes e Deputados que vamos passar a pagar menos no valor das portagens. Em rigor, fazia sentido o PS ir exterminando as portagens, pois foi o PS que incentivou, criou e

anunciou, em 2010/2011, os pórticos e as portagens para as nossas autoestradas, que por sinal também construíram, afirmando também e ainda que jamais seriam portajadas. Enfim, sempre o PS a cigarrar e o povo a formigar. Apurada a realidade dos factos e após frustrada e refutada a tentativa de nos abocanharem por tolos, soubemos, por fim, a verdade. Aliás, num qualquer banal polígrafo de esquina e com uma moeda de 50 cêntimos, percebemos que afinal não era verdadeiro, logo, era falso, que tivesse sido o PS a burlar-nos com tantos mimos. Afinal, da humilde infinita bondade do milagre das rosas, só espalhou azedume e espalhou-se largo na consciência pesada de quem promete desfraldar as vestes pelo interior, mas depois faz frio e torna a vestir o fato do lobo bom e da neta má, porque percebe que até nem as criancinhas acreditam que a neta é má e que o lobo é bom. Ilustre Presidente da Assembleia e digníssimo senhor Presidente da Câmara Municipal da Guarda, caros colegas e Deputados eleitos, o que aconteceu na Assembleia da República foi, apenas e tão só, uma das melhores prendas que a nossa região recebeu e pela qual muito lutou. A redução em 50% do valor das portagens, pela mão e engenho do Deputado eleito pelo círculo eleitoral da Guarda, Carlos Peixoto, corresponde e é uma verdadeira medida de discriminação positiva no sentido de uma maior equidade territorial e tributária, de uma melhor coesão social e económica. A redução no valor das portagens em 50% nuns casos e 75% noutras situações, aprovada por uma ampla maioria na Assembleia da República, evidencia outro facto que se regista e enaltece, por quanto vários partidos, bem distintos no seu ideário programático, souberam interpretar os anseios do tecido económico e social da região. Afirmo, pois, e com satisfação, um obrigado muito especial aos partidos aqui presentes, o CDS-PP, o PCP e o Bloco de Esquerda, que se associaram e votaram favoravelmente a proposta da redução do valor das portagens. Uns disseram oportunismo, demagogia, populismo, outros acenaram com os gastos excessivos. Como os tempos mudam. A todas essas vozes, apenas posso sugerir, em tradução livre, da celebre afirmação do Rei Juan Carlos para com o Hugo Chávez, não era este Chaves aqui, e porque não vos calais? Senhora Presidente, senhor Presidente, senhores Deputados, colegas Presidente de Junta, a aprovação desta moção corresponde apenas e tão só a um gesto de reconhecimento, a um gesto de incentivo e a um gesto de profunda convicção de que vale a pena pugnar e lutar por aquilo em que se acredita. E o que mais importa é saber que, a partir do dia 1 de janeiro de 2021, empresas e particulares que utilizam mais ou menos a A23 e a A25, estarão a pagar metade do que pagavam. E metade é melhor do que nada, que era o que nos estavam a dar, pouco mais do que nada, e, ainda assim, só a partir da oitava passagem. Bem nos esforçávamos, mas era quase impossível lá chegar. Sabem, estas gravuras estão e também já não sabem nadar. Tenho dito, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Gostei efetivamente muito do seu texto. Só que lamento é que não corresponde à moção que o grupo parlamentar entregou. Como calcula, os Deputados Municipais não têm acesso ao documento que o senhor acabou de ler. Por isso, o que eu gostaria era que fizessem chegar os documentos que depois leem aqui na Assembleia Municipal.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Pois, é normal. Normalmente as moções, creio eu, são distribuídas aos senhores Deputados. Não sei se são, se não...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Como?” -----
- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “As moções...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não. As moções são disponibilizadas na plataforma para toda a gente ter acesso a elas. Os documentos são todos disponibilizados na plataforma.” -----
- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Pois, nesse sentido, também fará algum sentido que as intervenções não sejam só uma leitura da moção, mas o tema é o mesmo.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, senhor Deputado. Senhor Presidente de Junta, Professor João Prata, vamos lá entender-nos. Aquilo que o senhor acabou de fazer foi, fora do tempo que o grupo parlamentar tem disponível para falar no período antes da ordem do dia, fazer a leitura de um documento. E, nesse sentido, o senhor deveria ler o documento entregue. Ou, então, entregar o seu. Se queria ler o seu, como lhe disse, gostei muito de ouvir o seu texto. Não querendo fazer isso, o senhor tem todo o direito de fazer uma intervenção no período antes da ordem do dia, mas conta o tempo para a intervenção da bancada do grupo municipal do PSD. São coisas distintas e penso que fui mais ou menos clara, que me fiz entender minimamente. O senhor tem todo o direito de fazer as intervenções que entender. O grupo municipal do PSD tem ao seu dispor o tempo que está previsto no regulamento, distribui pelos Deputados como entender, o senhor pode fazer essa intervenção e não tem que trazer o documento, não tem que juntar, não temos que disponibilizar na plataforma. A partir do momento em que está a fazer uso do tempo que nós acordámos para a leitura dos documentos, e que não contabiliza para o período antes da ordem do dia, deverá fazer a leitura dos documentos que entrega, ou então o tempo era contabilizado de outra forma. Clarificado?” -----
- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Certo. Fiquei esclarecido e na próxima terei essa atenção. E peço desculpa à direção do grupo parlamentar se ficaram com menos tempo, mas, enfim...” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não ficaram porque o tempo não foi contabilizado. A questão é essa.” -----
- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Ótimo, então ainda bem. Ainda bem. Obrigado.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passávamos, então, à leitura do último documento, Brigada Helitransportada. Quem faz... Presidente da Junta, Bruno Pina.” ---
- **Deputado Bruno Pina Monteiro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Fernando (PSD):** “Bom dia a todos. «Considerando que a Unidade de Emergência de Proteção e Socorro, UEPS da GNR, está presente nos dezoito distritos de Portugal continental, divididos por oito Companhias de Intervenção de Proteção e Socorro, por quatro Companhias de Ataque Estendido e uma Companhia de Especialidades, esta foi a resposta ao flagelo dos incêndios que têm assolado o nosso País. Em 2017, a governação

do PSD na Câmara da Guarda conseguiu sediar, na Guarda, a Companhia da Beira Interior da UEPS da GNR com um dispositivo de mais de trinta efetivos, tendo sido testemunhas, desde então, da sua eficácia no combate na nossa área de abrangência. Dentro da discussão teórica e técnica dos últimos anos sobre a forma de melhor combater os incêndios, poucas têm reunido o consenso dos especialistas como a intervenção rápida em terreno nos incêndios nascentes. Ora, a intervenção helitransportada mostrou ser muito eficaz dado a rapidez com que chega ao teatro de operações, impedindo que os incêndios nascentes se tornem em grandes incêndios. Até 2020 também tivemos uma brigada de intervenção helitransportada baseada na Guarda durante todo o ano, com os melhores resultados possíveis no combate aos incêndios florestais. Mas, em outubro de 2020, somos confrontados com a saída do helicóptero da Guarda, com a promessa de que o mesmo poderá voltar em março ou abril de 2021. Infelizmente, os incêndios já não escolhem as estações do ano, por isso consideramos ser uma perda para a Guarda provocada pelo Governo do Partido Socialista. A verdade é que o helicóptero voou para Viseu, que conta agora com duas aeronaves, contrariando o que vinha acontecendo nos últimos anos. A brigada helitransportada que ficava na Guarda todo o ano, fixando empregos e contribuindo para a nossa economia, já não está na Guarda. A brigada helitransportada realçava a justa importância estratégica da Guarda, sempre pronta a combater qualquer ignição de incêndio em toda a Região. Este é um duro revés para o nosso distrito no combate aos incêndios e que muitas vezes impedia que a Guarda se tornasse notícia nacional pelos grandes incêndios. A intervenção helitransportada é fundamental para que os acendimentos não passassem de pequenos incêndios. Além de que para o nosso território é importante ter um meio de combate que conseguisse chegar a terrenos muitas vezes inacessíveis por via terrestre. É uma medida ainda mais incompreensível, dado que no nosso distrito se encontra localizado o maior Parque Natural de Portugal, para além dos outros dois Parques Naturais. O nosso Parque Natural da Serra da Estrela, o Parque Nacional do Douro Internacional e a Reserva Natural da Serra da Malcata. Ficamos apreensivos porque este Governo tem, de facto, prometido muito à Guarda e realizado pouco. A Guarda tal como o interior têm sido sangrados de serviços públicos. O que virá a seguir? A companhia da UEPS que está sediada na Guarda terá ordem de marcha? A Guarda, ao contrário, continua à espera da realização da promessa do Governo de localizar o Comando Nacional da UEPS da GNR no nosso concelho, com toda a estrutura que lhe está adstrita e a faz efetivamente funcionar, num dispositivo que pode chegar a cerca de duzentos efetivos. Um verdadeiro Quartel General dedicado a proteger o nosso inestimável património florestal e biológico, que traria um novo fôlego económico à nossa região. Todos esperamos que não se repita o episódio da retirada provisória da Cidade da Guarda da Força Especial de Proteção Civil, ex-Força Especial de Bombeiros, dependente da Autoridade Nacional de Proteção Civil, que passou a definitiva por decisão do Governo do Partido Socialista. Desta forma, o grupo municipal do PSD propõe que a Assembleia Municipal da Guarda, na sua reunião de 15 de dezembro de 2020, delibere: Exigir ao Governo, nomeadamente ao Ministério da Administração Interna, o regresso imediato da brigada helitransportada para a cidade da Guarda; Exigir, também, realização da promessa do Governo de localizar o Comando Nacional da UEPS da GNR no nosso concelho.» Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu perguntava, agora, se alguém pretende entrevir sobre estes documentos apresentados pelo grupo municipal do PSD... Não, não, o documento não é o mesmo. Eu deixo à consideração do PSD o seguinte e da Assembleia. Querem fazer a leitura deste documento e é este que é votado, ou querem substituir este documento pelo que apresentou o Professor João Prata? Nesse caso, teríamos que distribuir uma cópia a cada Deputado... Eu sei, vocês não têm acesso, só ouviram ler. Este? Pronto. Então alguém quer fazer a leitura dele? Muito rapidamente, por favor. Peço-lhe é que seja rápido, que leia o mais rápido que possa, até porque toda a gente tem acesso a ele e, portanto, também já o conhecem.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Senhora Presidente, para corresponder ao seu...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Professor João Prata, peço-lhe desculpa. Só uma clarificação para ver se nós nos entendemos e se estas coisas não se repetem. A diferença entre a apresentação destes documentos que têm que ser entregues e são disponibilizados a todos os Deputados, tem a ver com o facto destes documentos serem votados. E, sendo votados, as pessoas têm que ter acesso a eles para os conhecer e para saber aquilo que estão a votar. Coisa diferente são as intervenções que vocês podem fazer em sede de tempo do período antes da ordem do dia, porque aí vocês vêm falar do que querem, dizem aquilo que que entenderem, mas essa discussão e esses temas que vocês trazem à coação não são votados e, portanto, as pessoas ouvem e ficam por aquilo que lhes parece. Os documentos que são votados têm que ser entregues antes, por isso é que há um prazo para os entregar, e nós disponibilizamos na plataforma para toda a gente ter acesso e, quando chegam aqui, basicamente já conhecem os documentos e sabem aquilo que vão votar. Porque senão estão aqui depois a votar uma coisa quase em cima do joelho porque não conhecem os seus termos. Fica isto mais ou menos clarificado. Independentemente do tempo que podem usar ou não usar, a explicação fundamental é esta, é que é um documento que é votado e os Deputados têm direito a conhecer esse documento e saber exatamente o que votam. Está bem? Fica a explicação. Faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente de Junta da Guarda:** “Sim senhora Presidente. Então, realmente, para corresponder ao seu pedido de celeridade, lerei apenas a parte final que, no fundo, é o essencial da moção, visto que o que está anteriormente, digamos, o preambulo e as e os considerandos, são genericamente, de uma outra forma, aquilo que aduzi na intervenção inicial. Mas digo assim...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Peço-lhe desculpa, outra vez. Só basicamente para ficar no registo áudio, porque, na verdade, os senhores Deputados todos têm o documento, ele estava disponível na plataforma e todos o conhecem. Mas, apenas para ficar em registo do áudio o documento que vamos votar, fará a leitura dessa parte final. Faz favor.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Sim, porque este tema das portagens já foi sujeito aqui a votações e contra votações. Aqui e na Assembleia da República. Mas dizer só que, «Considerando o passo decisivo, e uma

das medidas mais ansiadas na última década e que entra em vigor no próximo dia 01 de janeiro como o é a redução em 50% no valor das portagens, o grupo parlamentar do PSD na Assembleia Municipal: Manifesta o seu público elogio à iniciativa parlamentar do PSD e de todo o esforço do deputado Carlos Peixoto para conseguir obter a aprovação da proposta junto de outras forças partidárias; Manifesta o seu público apoio e elogio a todos os partidos que se quiseram associar a esta iniciativa, mesmo que alguns deles continuem a lutar pela abolição das portagens, souberam interpretar o alcance e a mais valia económica e social da decisão assumida; Manifesta o seu desagrado e profunda consternação pelas tomadas de posição do Partido Socialista e dos seus dirigentes locais em relação a este tema ao colocarem, à frente do interesse das populações da região, o seu interesse próprio numa constante luta interna e reverência depressiva junto dos dirigentes do PS nacional para se alcandorarem aos lugares de nomeação. Do teor desta moção, e sendo aprovada, solicita-se que o conteúdo da mesma seja dado conhecimento ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República, aos Presidentes dos Grupos Parlamentares dos partidos com deputados eleitos para a Assembleia da República e ainda à Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela. Senhora Presidente, agradeço.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Então, eu perguntava novamente se alguém pretende intervir sobre qualquer um destes documentos que foram apresentados pelo grupo municipal do PSD? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Antes de mais, bom dia a todos e todas. A minha intervenção resume-se para, desde já, expor aqui o voto que o Bloco irá ter sobre esta moção. Irá votar contra. Não está em causa os descontos, porque essa matéria acho que foi clara na Assembleia da República a posição do Bloco. O Bloco de Esquerda não iria aqui votar o enaltecer um deputado que, em diferentes circunstâncias e por várias vezes, votou contra qualquer solução relativamente ao fim das portagens. Por isso, enaltecer o trabalho do senhor deputado nessa matéria, jamais o Bloco de Esquerda o iria aqui trazer. Era hipócrita, da parte do Bloco de Esquerda, para com os cidadãos e para com aqueles que, todos os últimos anos, andam a pagar aquilo que não deviam pagar. Nunca deveriam ter sequer tido um único dia para pagar. Sem isto, não se retira a culpa, em momento algum, ao PS, ao PSD e ao CDS-PP. Nunca se retira a culpa a estes três partidos relativamente à aplicação das tarifas e das portagens, neste caso concreto na A25 e na A23. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Então, passamos à votação destes documentos.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Redução de 50% no valor das portagens uma boa meia-vitória** -----

- Aprovada, por maioria, com cinquenta votos a favor, quatro abstenções e onze votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Quem é que quer fazer Declaração de Voto? Senhor Deputado Nuno Laginhas, faz favor.” -----

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Bom dia a todos. Aproveito também o momento para desejar, dentro dos possíveis, umas Boas Festas a todos. Ora bem, a nossa Declaração de Voto, quanto a esta moção. Nós ficámos um bocado, o Partido Socialista, admirados por ter sido o deputado municipal João Prata a apresentar e a falar deste assunto aqui na Assembleia Municipal. Pois, se bem nos recordamos, à data da criação das portagens, o então deputado da nação, João Prata, optou por falar de outras questões que não as portagens da Assembleia da República, de acordo com a notícia do JN de 25 de setembro 2015. Portanto, nós achamos que quem veste o fato de cordeiro em pele de lobo é o PSD. Vejamos, a proposta de alteração ao orçamento de estado de 2021 foi aprovada por uma coligação negativa. Mas no final, e o que importa é o final que é onde está refletida a vontade. No final, quem aprova, na globalidade, o orçamento de estado de 2021 é o PS com a abstenção do Partido Comunista. E, nesse momento, não vimos os deputados do PSD, eleitos pelo círculo eleitoral da Guarda, a votar favoravelmente e a desrespeitar a disciplina de voto. Por isso, votamos contra.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu abster-me porque isto é tudo uma hipocrisia muito grande, porque quem fez a luta foi o movimento popular em que estão incluídos os sindicatos da região, em que estão incluídos os empresários da região, em que estão incluídos muita gente que tem feito essa luta. Claro que aqui, neste caso, houve uma votação e, como disse o Laginhas, houve uma votação que não estávamos a contar, que é a votação do PSD, porque sempre votou a favor das portagens, o PS também votou a favor das portagens, e houve ali um momento em que se votou contra as portagens com uma redução de 50%. Mas o que é certo é que essa redução de 50% é o resultado da luta da região, das suas forças vivas, dos seus sindicatos, dos seus empresários, toda essa gente a lutar contra as portagens porque sabem que as portagens foram um obstáculo de desenvolvimento da vida económica e social. E todos nós que temos que transitar para ver a nossa família, para comprar coisas ou outras coisas parecidas, ou para fazer negócio, essas pessoas é que tiveram que lutar. Agora, que tenha aparecido um deputado que conta a sua própria história, que tenha votado a abolição ou a redução das portagens em 50%, é uma coisa que não altera a realidade. Ou seja, foi o movimento popular da nossa região que provocou este resultado que agora aconteceu. Claro que também houve uma negociação do PCP que, como sabemos, a própria votação da abstenção foi uma viabilização do orçamento, com tudo aquilo que no orçamento tinha a favor daquilo que sou ideário do PCP. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom dia a todos. Muito obrigado. Era só para dizer que o CDS votou favoravelmente esta moção porque entende que, não porque o mérito esteja do lado (b) ou (c), o mérito é de todos os partidos que a votaram favoravelmente na Assembleia da República. É de todos os partidos que, ao longo do tempo, foram trazendo aqui diversas moções no sentido dessa mesma redução. É de todas as forças vivas da sociedade que se empenharam nesta redução, que só agora se conseguiu concretizar. E se vamos falar de posições contraditórias, que foram referidas

aqui algumas, nós temos muitas quer da parte do PSD, quer da parte do PS, assumidas, não referidas, mas se calhar vale a pena apelar à memória das pessoas para que a recordem também. Portanto, o mérito é de todos e, neste momento, o benefício é das populações do interior e é das gentes da Guarda. Daí o CDS, sem estar a valorizar ninguém em especial neste processo, valoriza o facto em si. As portagens vão ser reduzidas. Só temos pena de uma coisa, é que isto fique apenas em Orçamento de Estado e o Orçamento de Estado é uma Lei que tem um ano, trezentos e sessenta e cinco dias de duração.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Miguel, faz favor.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Bom dia senhora Presidente da Assembleia Municipal e respetiva Mesa, caro Executivo, senhores Presidentes de Junta e Deputados Municipais. Obviamente que eu não poderia deixar de votar favoravelmente esta moção, visto que vem ajudar bastante todas as empresas e todas as pessoas que residem aqui. Mas também não posso deixar de dar conta, já que alguém falou aqui em hipocrisia, que foi há precisamente, mais ou menos, um ano que muitas das pessoas e deputados municipais que votaram aqui contra, do Partido Socialista, há um ano estavam a fazer campanha pelas legislativas e a apregoar, com os candidatos pelo círculo eleitoral da Guarda pelo PS, que eram a favor desta redução. Portanto, virem aqui votar contra, acho sim uma tremenda hipocrisia. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Matias, faz favor.” -----

- **Deputado Messias Matias Coelho (PS):** “Bom dia a todos. Eu venho aqui para expressar realmente o meu sentido de voto. Foi contra e por duas razões. A primeira é que isto trata-se, realmente, de um ato de puro oportunismo porque o senhor deputado Carlos Peixoto teve muitas oportunidades de apresentar esta proposta na Assembleia da República, uma vez que ele é deputado há vários anos. Não o fez numa altura em que havia melhores condições do ponto de vista económico do que estamos a viver agora. No entanto, aproveitou esta situação para o fazer. Sesse aspeto, foi um ato de puro oportunismo. Segundo lugar, eu votei contra pela simples razão de que eu não sou a favor da redução das portagens, eu sou a favor da abolição das portagens. Sempre o defendi e continuo a defender, porque o princípio com que estas autoestradas foram construídas, foi de que deviam ser gratuitas até o nível de desenvolvimento desta região se aproximasse ou atingisse o nível de desenvolvimento do resto do país. Enquanto isso não acontecer, eu estarei sempre contra as portagens. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passamos, agora, aos documentos... Antes de passarmos ao grupo parlamentar do Partido Socialista, deixem-me, por favor... como? Falta votar o resto das moções. Mas lembrei-me de uma coisa e por isso é que fiquei baralhada, peço desculpa. Devia ter dito isto logo no início da Assembleia, só me lembrei agora. Dizer-vos que, finalmente, temos, daqui a pouco estamos no final do mandato, mas mais vale tarde do que nunca, finalmente temos prontos os cartões de deputado municipal para vos entregar. Um a cada um. Eles estão aqui com a Sofia. O que eu pedia era que depois, à medida que

fossem saindo, passassem por ali para cada um de vocês levantar o vosso cartão que está, penso eu, individualmente em cada envelope separado. É isso, não é Sofia? Exatamente. Como? É um direito dos deputados municipais para se poderem identificar onde pretenderem entrar enquanto deputados municipais, porque vocês não têm nenhum documento de identificação. Decorre da lei, portanto, é uma obrigação legal. Todos os Deputados Municipais devem ter um cartão que os identifique enquanto tal. Eu andava, desde o início do mandato, a pedir. Finalmente estão prontos e, portanto, vocês podem usá-lo sempre que queiram entrar em alguma instituição, em algum local enquanto deputados municipais, identificam-se com o cartão. Porque não o tendo é acreditar na vossa palavra, ou não, não é? Pronto, posto isto, continuamos então na votação dos restantes documentos. São dois que faltam.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Brigada Helitransportada** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e seis votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Para criação de Julgado de Paz na Guarda** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e seis votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Agora sim, passávamos, então, à leitura dos documentos do Grupo do Partido Socialista e temos um Voto de Congratulação pelo Investimento no Ensino Superior na Guarda e outro Voto de Congratulação pelos 40 anos do IPG. Começamos por qual? O Investimento no Ensino Superior e é a senhora Deputada Paulisa que faz a leitura. Faz favor, então. Um Voto de Congratulação pelo Investimento no Ensino Superior da Guarda.” -----

- **Deputada Paulisa D`Assunção (PS):** “Começo por dirigir os meus respeitosos cumprimentos a todos os presentes e ao público que nos acompanha através dos meios de comunicação social. Este é um Voto de Congratulação a respeito desta matéria sobre a educação e investimento no Ensino Superior da Guarda. O grupo municipal do PS tem vindo a defender que o Instituto Politécnico da Guarda é uma instituição que deverá ser encarada como um motor de desenvolvimento regional e polo de atração de jovens nesta região. Como tal, temos trazido a esta Assembleia Municipal diversas recomendações ao Executivo, no sentido de apostar na cooperação com o IPG, criar incentivos para atrair novos alunos, apoiar os alunos do IPG que residam no nosso concelho e adotar medidas para a criação de emprego para fixação dessa população jovem. Temos exortado para a necessidade de reforçar o investimento no Instituto Politécnico e de criar estratégias de cooperação para resolução das suas principais carências, apelando sobretudo à resolução da problemática do alojamento dos estudantes, à semelhança do que vem sendo feito por diversos Municípios do Interior, que têm tratado da requalificação de edifícios, cedendo-os para residências de estudantes e entregando-os para a gestão das instituições de Ensino Superior, investimento esse que tem trazido um retorno para as suas regiões, a nível de captação de jovens e de criação de emprego. Temos assim enfatizado a necessidade de se tomarem melhores opções políticas, na procura de soluções para as carências do IPG, defendendo a ideia de que estas carências não podem ser vistas apenas como um problema do IPG ou da sua comunidade académica, mas sim como um problema da

nossa Cidade, competindo à Câmara adotar medidas de modo a dar-lhes resposta, mormente à necessidade de alojamento dos estudantes, porquanto, se o benefício é da Guarda, e é, as soluções devem ser procuradas pelo Município. A Câmara veio finalmente dar um passo no sentido de dar resposta a essa carência, adotando medidas como as que há muito a Bancada do PS tem vindo a preconizar, e, no seguimento do que temos vindo a defender, veio o Exmo. senhor Presidente da Câmara recentemente afirmar que é, de facto, ao Município que cabe resolver os problemas de alojamento dos estudantes do IPG, por ser "um problema da Guarda" e, nesse caso, "compete-nos resolvê-lo", como referiu, anunciando que a Câmara Municipal acordou com o Governo a passagem para o Município da posse da antiga Pousada da Juventude, e que, após proceder a obras de reparação que vai custear, irá cedê-la e entregar a sua gestão ao Instituto Politécnico, para dar resposta às tais necessidades de alojamento de estudantes, pagando-lhe uma compensação anual, que poderá chegar até aos 10 mil euros, para salvaguardar a valência de turismo jovem ou outras finalidades que a autarquia queira promover. Assim, não podemos deixar de congratular esta medida em concreto que a Câmara Municipal da Guarda veio agora tomar, que vem de encontro às recomendações que o grupo municipal do PS apresentou nas reuniões ordinárias da Assembleia Municipal da Guarda realizadas em setembro do ano passado e em setembro deste ano, e que só peca por não ter sido tomada há mais tempo. Esta foi uma medida de apoio importante, mas não deve ser única e outras devem ser procuradas, sempre no sentido de fazer parte da solução dos problemas que se vão colocando ao IPG, para benefício de todos os cidadãos da Guarda. Não obstante, há que salientar que o apoio ao IPG deverá ser acompanhado da implementação de estratégias de cooperação institucional e de investimento, com o escopo do desenvolvimento económico da região, através de uma interligação com o tecido empresarial regional, com medidas de incentivo à criação de emprego e à fixação da população jovem, e por isso lançamos o repto à Câmara Municipal da Guarda, na expectativa de que não se fique por medidas "avulso" de financiamento ao Instituto Politécnico da Guarda, desacompanhadas de objetivos delineados num plano a médio e longo prazo com definição de linhas de estratégias de investimento que conduzam a um retorno significativo ao Município, apostando nas mais-valias que uma instituição de Ensino Superior pode trazer a uma região a nível socioeconómico, conquanto tenha condições para se afirmar como um estabelecimento de ensino de excelência, se lhe forem concedidas condições para tal, aproveitando-o assim como um verdadeiro recurso da região. A outra medida que é de louvar, é a concessão de bolsas de estudo a alunos do Ensino Superior do Município da Guarda, provenientes de famílias economicamente mais desfavorecidas que residam no nosso concelho há mais de quatro anos, que ingressem ou frequentem estabelecimentos de Ensino Superior no nosso concelho, ou outros existentes na zona geográfica da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela, em cursos que não sejam lecionados naqueles estabelecimentos de Ensino Superior do concelho, medida cuja regulamentação é vertida no respetivo Regulamento Municipal que se encontra hoje em discussão e aprovação no Ponto 2.10 da Ordem de Trabalhos, e que, indo de encontro ao tipo de medidas que o grupo municipal do PS tem vindo a reivindicar, merece o nosso apoio, pelo que, desde já adiantamos, iremos votá-lo favoravelmente. Pelo exposto, o grupo municipal do Partido Socialista propõe à Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária no dia 15 de Dezembro

de 2020: Primeiro, congratular a Câmara Municipal da Guarda pelas medidas que veio recentemente tomar no seguimento das propostas que o grupo municipal do PS tem vindo a defender nos últimos anos nas intervenções feitas nesta Assembleia Municipal, no sentido de apostar no investimento no Ensino Superior na Guarda, com o consequente desenvolvimento que traz a esta região, traduzidas na cedência da Pousada da Juventude para a gestão do Instituto Politécnico da Guarda, com vista a dar resposta às necessidades de alojamento dos seus estudantes, e com a atribuição de Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior do Município da Guarda, provenientes de famílias carenciadas residentes no nosso concelho há mais de quatro anos, com vista a promover a fixação de população e a sua qualificação para o mercado de trabalho, através deste incentivo ao acesso ao Ensino Superior; Segundo, remeter este Voto à Câmara Municipal da Guarda.» Quero aproveitar apenas o ensejo para deixar votos de que esta quadra festiva vos traga momentos felizes, apesar das difíceis circunstâncias, e que vos traga momentos com a família de alegria e com saúde, acima de tudo. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. A leitura do Voto de Congratulação dos 40 anos do IPG, é lido por quem? Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Bom dia a todos, senhora Presidente, senhores Secretários, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores Vereadores, senhoras e senhores Deputados, senhoras e senhores Presidentes de Junta, senhoras e senhores Funcionários, senhoras e senhores da Comunicação Social e todos aqueles que nos estão a ouvir pelos meios digitais. Aproveitava, antes de começar a ler este Voto de Congratulação, a oportunidade para vos desejar a todos uma feliz quadra Natalícia e um feliz Ano Novo e que o meu desejo e o vosso desejo seja que possamos regressar a uma normalidade necessária para que tudo aconteça como tem que acontecer. Muito obrigado. «Voto de Congratulação da Comemoração do 40º Aniversário do Instituto Politécnico da Guarda. No passado dia 3 de dezembro comemorou-se o 40º aniversário do Instituto Politécnico da Guarda. Assim, a todos os que contribuíram para este sucesso, alunos, professores e funcionários, parabéns. O projeto do ensino superior na Guarda começou no final da década de 70. Contudo foi necessário esperar até 1979 para que fosse criada a Escola Superior de Educação, posteriormente integrada no Instituto Politécnico da Guarda. Em 1980, o IPG caracterizou-se por ser uma “pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar”. Contudo, o IPG só em finais de 1985 traçaria as bases da sua implementação definitiva. A dinâmica e o processo desenvolvido vai permitir, no início de 1986, as atividades letivas na Escola Superior de Educação e, no ano seguinte, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão. A Escola de Enfermagem da Guarda, criada em 1965, foi integrada no Ensino Superior Politécnico em 1989. Posteriormente foi integrada no Instituto Politécnico da Guarda no ano de 2005. Em 1999, foi criada a Escola Superior de Turismo e Telecomunicações, atualmente designada por Escola Superior de Turismo e Hotelaria, implementada na Cidade de Seia. Os 40 anos do Instituto Politécnico da Guarda podem-se considerar um período pequeno, considerando a história milenar de algumas instituições europeias, os 730 anos da mais antiga universidade portuguesa, mas serão, muitos anos, caso se atenda à

sua condição geográfica, situada no interior, com todas as limitações impostas, e ao papel determinante que tem prestado durante as últimas quatro décadas de transformações diversas que transfiguraram a face da Guarda e toda a região envolvente. O IPG é hoje classificado como um dos motores do desenvolvimento da região. Na verdade, a região seria muito diferente na atualidade, caso não tivesse beneficiado de uma instituição que sempre procurou, nos últimos quarenta anos, contribuir para os objetivos traçados na região em particular e servir também o interesse da população. Nem sempre estes objetivos foram coincidentes ou observados entre o IPG e as populações. É necessário construir um relacionamento biunívoco, entre o IPG, a sociedade civil e o seu poder, para que ambos contribuam de forma significativa na construção de uma sociedade mais próspera, mas também numa sociedade com uma formação superior ao longo da vida. Sem o IPG, seria impossível, para muitas famílias da região, proporcionar o acesso dos seus elementos a formação superior, devido à dificuldade em suportar os respetivos encargos com a frequência em outras instituições do País. Por outro lado, a região não podia contar com a colaboração de centenas de quadros formados no IPG, nas suas Escolas e nas cidades da Guarda e Seia, ao longo destes anos, que assumem hoje em dia, importantes responsabilidades na administração local, na administração central, bem como em empresas. A título de exemplo, os diversos deputados municipais e dois vereadores, um professor e vereador a tempo inteiro, que estão presentes nesta Assembleia.» O senhor Vice-Presidente, o senhor Vereador, pelo menos dois Deputados, eu próprio, o senhor Deputado Marco Loureiro e penso que outros Deputados que eu agora não consigo identificar aqui, somos o produto daquela escola, daquela instituição. «Sem aqueles, seria impensável assegurar os níveis de qualidade tão elevados na gestão dos diversos setores económicos e sociais, a estabilidade no funcionamento do sistema de ensino, a boa condução técnica de projetos ou a correta evolução nos seus outros domínios, em que as qualificações superiores se tornaram imprescindíveis. O IPG está hoje repleto de docentes e investigadores com carreiras sólidas, que colocam a instituição, em termos pedagógicos e científicos, em níveis cimeiros no país, mas também a nível internacional. Os seus cerca de três mil alunos obtêm, diariamente, conhecimentos nas diversas áreas do saber e nas escolas do IPG, ficando capacitados na sua esfera de competências, fazendo avançar de forma significativa o desenvolvimento económico, social, científico e cultural da região. A oferta formativa no IPG é diversificada, compreende a formação de 1º ciclo (confere o grau de licenciatura); de 2º ciclo (mestrados); pós-graduações e especializações que não conferem grau académicos; pós-secundárias não superior (cursos de especialização tecnológica); continua e cursos preparatórios para o acesso ao ensino superior para maiores de 23 anos. O IPG é uma instituição respeitada em algumas áreas de formação, não só a nível regional, mas também no contexto nacional e internacional, assim se explica a crescente procura dos alunos estrangeiros da instituição. Parabéns, sucesso e vida longa ao IPG.» Relembra todos aqueles que foram Presidentes do Instituto Politécnico da Guarda, o Prof. João Raimundo, o Prof. Bento Leal, o Prof. José Alves, o Prof. Jorge Mendes, o Prof. Constantino Rei e, atualmente, o Prof. Joaquim Brigas. «Assim, a Assembleia Municipal da Guarda, reunida no dia 15 de dezembro de 2020, aprova o presente Voto de Congratulação ao Instituto Politécnico da Guarda, no momento em que se assinala o seu quadragésimo aniversário, pelo papel que tem assumido no desenvolvimento da região. Que o Voto de

Congratulação seja remetido ao IPG.» O grupo parlamentar punicipal do Partido Socialista.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende fazer alguma intervenção sobre estes dois documentos apresentados pelo Partido Socialista? Não? Eu ia pedir autorização ao grupo parlamentar do Partido Socialista só para, e perdoem-me aquilo que vou fazer, mas parece-me que ficará melhor, se me permitissem uma pequena retificação a este texto do aniversário do IPG. E leiam comigo, senhor Deputado Monteirinho, por favor, ver se concorda que fica melhor. No penúltimo parágrafo «O IPG é uma instituição respeitada em algumas áreas de formação». Parece-me que ficaria melhor se retirássemos daí isso, porque dá ideia que só é respeitado nalgumas coisas e noutras não é respeitado. O IPG é uma instituição respeitada não só a nível regional, mas também no contexto nacional e internacional. É a minha sugestão, mas deixo ao vosso critério. É só porque ao ler, quem está a ler, dá ideia de que o IPG é uma instituição respeitada, mas apenas nalgumas áreas, nas outras não. Pois, mas ao ler, para quem lê... é apenas uma sugestão, mas o documento é vosso. Pois, ou então retirar. É uma instituição respeitada a nível nacional e internacional. Mas é uma pequena sugestão minha, deixo ao vosso critério. Com certeza que, quando escreveram, e eu percebi a intenção da escrita, mas depois nem sempre sai. Sim? Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não sei se o senhor Deputado António Monteirinho sabe, mas hoje as habilitações mínimas para a docência são o mestrado e há uma incorreção quando refere que hoje o IPG tem licenciaturas na área do 1º ciclo, mestrados na área do 2º ciclo. Hoje a habilitação mínima para a docência é o mestrado. Portanto, todos os cursos da área de ensino têm, no grau académico, o mestrado. É só uma correção.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passamos, então, à votação dos documentos.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Congratulação** -----

----- **Educação: Investimento no Ensino Superior na Guarda** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

----- **Resultado da votação do Voto de Congratulação** -----

----- **IPG - Comemoração do 40º Aniversário** -----

- Aprovada, por unanimidade, com setenta votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Declaração de voto? Faz favor, senhor Deputado Aires Diniz.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu só queria esclarecer que a formação de professores já é muito antiga na Guarda, já vem desde o princípio do século XX. E, portanto, o Politécnico da Guarda não pode esquecer essa história. Eu, por acaso, ainda não me dediquei a fazer essa história. Mas já no outro dia, eu tenho andado refugiado ali no Politécnico, tenho ido para lá a trabalhar porque é um sítio bom para trabalhar, e no outro dia falei com a bibliotecária e perguntei-lhe onde é que estão os arquivos da antiga escola do magistério primário. E também há a escola do magistério infantil. E, portanto,

essa história começa no início do século XX aqui na Guarda. Pelos vistos, estão lá os documentos, eu ou alguém, aqueles que quiserem podem ir lá fazer a história do Politécnico da Guarda que começa antes de ser Politécnico. Eu, quando fui Professor na Escola Comercial e Industrial da Guarda, tive um aluno que era estudante de enfermagem. Portanto, a escola de enfermagem também merece ser estudada, assim como merece ser estudado tudo isso. E, portanto, eu penso que reduzir o Politécnico a quarenta anos é redutor. E, portanto, a história do ensino na Guarda, até porque eu tenho alguns livros, não tenho a coleção completa que me possa permitir fazer a história, mas o que é certo é que essa história tem que ser feita e não podemos, com uma congratulação de quarenta anos, esquecer todo o resto. Claro que nós, na Guarda, temos sorte, porque, por exemplo, a escola do magistério primário de Vila Real desapareceu. Eu tentei, por causa de um estudo parcelado de uma biografia, tentei saber o que é que se tinha passado lá e não tive sorte. Ou seja, andaram para ali a brincar comigo, a dizer que me iam telefonar a dizer onde é que estava o arquivo, mas o arquivo, pelos vistos, foi deitado fora. Aqui na Guarda não foi deitado fora, podemos fazer a história do Politécnico da Guarda a partir do princípio do século XX. E, portanto, isso é uma questão, para mim e para todos aqueles que o quiserem fazer, de trabalhar nesse sentido. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Marco Loureiro. Vai fazer Declaração de Voto ou vai começar a ler os seus documentos, senhor Deputado? Então, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente ao voto da primeira moção do PS, não ponho em causa sequer o conteúdo e muito menos também da segunda que me revejo totalmente. Mas gostaria aqui de relembrar que também nos associamos a essa disponibilidade por parte da Câmara Municipal em ceder as instalações agora, e ainda bem, porque, se bem me lembro, o anterior Presidente em fuga, Álvaro Amaro, fuga entre aspas, acho que vocês perceberam, não era a favor da residência do IPDJ, neste caso, da Pousada, a reverter no sentido de albergar os estudantes do Politécnico da Guarda. Vimos com bons olhos esse recuo por parte deste Executivo. Contudo, também não desresponsabilizamos, de forma alguma, o PS, o PSD, por ter chegado a esse ponto a situação da Pousada. Houve culpados. A verdade é que também ficámos sem uma Pousada direcionada apenas, na altura, à juventude. Isso é outro tema. Mas a verdade é que isso passou-se e muitos andaram lá com tarjas, umas juventudes com tarjas a apelar, e a verdade é que aquilo estava-se a degradar, estava vazio e havia uma necessidade extrema, e ainda bem, de haver muita procura, o que significa que há muitos alunos a virem para o Politécnico da Guarda, contrariando até a vontade de muitos guardenses que, na altura, eram bem casmurros à vinda de novas pessoas, com novos estilos de vida, com formas até bastante diferentes de estar no dia-a-dia e que hoje em dia estão bastante ultrapassados, no geral. Vejo e também reconheço isso. Mas era preciso dar uma resposta e, por isso, parabéns por essa coragem política. Isto é política, aquilo que acabou de fazer o senhor Presidente relativamente ao Politécnico e é uma política saudável e é isso que se deve ter sempre que se está na política. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Se quiser continuar... Também quer fazer Declaração de Voto, senhor Deputado Henrique Monteiro? Faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Claramente que tínhamos que nos associar a estas duas moções. Também queria aqui lembrar, neste quadragésimo ano do Politécnico, as escolas do magistério, a escola normal Educadores de infância e a Escola de Enfermagem da Guarda que, no fundo, foram o grande alicerce do próprio Instituto Politécnico. Eram escolas de enorme prestígio, reconhecido por todo o país. Quanto a esta cedência da Pousada da Juventude, foi pena que ela, efetivamente, não tivesse acontecido antes. Podia ter resolvido alguns dos problemas de alojamento já para este ano letivo. Parece-me que o acordo feito com o Politécnico, entre o Politécnico e a Câmara Municipal, é um acordo equilibrado. Salvaguarda a valência de Pousada de Juventude e, de alguma forma, vem responder a essa mesma necessidade de alojamento. Apelando a que, efetivamente, este alojamento não seja direcionado especificamente a um grupo ou outro, mas seja direcionado para todos os alunos que frequentam o Politécnico e que tenham carências sociais. E, a partir daí, será depois, provavelmente, aberto ao universo de todos os alunos. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Agora sim, senhor Deputado Marco Loureiro, a leitura dos seus documentos. Temos um Voto de Louvor também pelos quarenta anos do Instituto Politécnico da Guarda. Temos uma Moção para atribuição automática da Tarifa Social da Água e temos uma Moção pela tradução em Língua Gestual Portuguesa das transmissões da Assembleia Municipal de Guarda. Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, mais uma vez, senhora Presidente. Começo, então pela leitura do «Voto de Louvor pelos 40 anos do Instituto Politécnico da Guarda. O Instituto Politécnico da Guarda está inserido numa extensa área de baixa densidade no interior do território Português, influenciando e beneficiando a região onde se insere, sendo vital para o seu desenvolvimento integrado. Esta instituição, por estar instalada numa região desfavorecida e do interior com fragilidade do tecido económico e social, tornou-se fundamental à sustentabilidade destes territórios, bem como para manter a sua revitalização económica. O IPG tem vindo, ao longo dos últimos 40 anos, a formar muitos jovens e menos jovens da região, atraindo outros para o concelho, permitindo combater a baixa escolaridade e a migração da população da região. O IPG assume um papel central no desenvolvimento da região e na redução de assimetrias regionais, fundamentalmente pelo número adicional de empregos que gera e pelo acréscimo de rendimento proporcionado. Recentemente, há menos de um ano, um recente estudo esclareceu, claramente, os valores que estavam em causa sobre o quão importante é o Instituto Politécnico da Guarda para o concelho da Guarda e respetiva região toda ela no distrito. Tanto o concelho da Guarda, como o de Seia e as regiões envolventes devem muito ao impacto da capacidade de atração de docentes e discentes para esta instituição, bem como de toda a atratividade periférica às atividades deste instituto. Pelo exposto, o grupo municipal do Bloco de Esquerda, propõe à Assembleia Municipal da Guarda, reunida em sessão ordinária de hoje, dia 15 de dezembro de 2020: 1 - Um Voto de Louvor pelo papel imprescindível do Instituto

Politécnico da Guarda na região; 2 - Felicitar a instituição pelos seus 40 anos. Enviar ao Presidente do IPG, ao Conselho Geral do IPG, às Direções das quatro escolas orgânicas do IPG, à Secretaria de Estado da Ciência e Ensino Superior e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.» Queria apenas aqui recordar, e indo ao encontro do que o senhor Deputado Aires Diniz aqui disse, ninguém põe em causa, senhor Deputado, o passado, antes dos quarenta anos do Politécnico da Guarda. Mas isso de forma alguma deve ser uma barreira para felicitar os quarenta anos da instituição Politécnico da Guarda. Toda a gente é livre de trazer aqui outras congratulações, outros votos de louvor. Aqui já se louvaram, certamente, outras instituições, provavelmente com muito menos trabalho demonstrado e, por isso, acho muito bem que estes quarenta anos, em prol desta comunidade e da região, sejam verdadeiramente louvados, aprovados e transmitido publicamente, porque, até ao momento, esta Assembleia Municipal nunca o fez em questão de voto. Nunca o fez nos 40 anos de existência do Instituto Politécnico da Guarda. Muito obrigado. -----

Passo, então, agora à leitura da «Moção pela Tradução em Língua Gestual Portuguesa das Transmissões da Assembleia Municipal da Guarda. Passo, então, agora à leitura da «Moção pela Tradução em Língua Gestual Portuguesa das Transmissões da Assembleia Municipal da Guarda. Considerando que: a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada por Portugal, prevê no Artigo 29º, relativo à participação na vida política e pública, que: *“Os Estados partes garantem às pessoas com deficiência os direitos políticos e a oportunidade de os gozarem, em condições de igualdade com as demais pessoas, e comprometem-se a: a) Assegurar que as pessoas com deficiências podem efetiva e plenamente participar na vida política e pública, em condições de igualdade com os demais, de forma direta ou através de representantes livremente escolhidos, incluindo o direito e oportunidade para as pessoas com deficiência votarem e serem eleitas; i) Garantindo que os procedimentos de eleição, instalações e materiais são apropriados, acessíveis e fáceis de compreender e utilizar”*; a 15 de novembro se assinalou o Dia Nacional da Língua Gestual Portuguesa, que visa chamar à atenção para o direito das pessoas surdas terem acesso a todas as informações/comunicações através de um sistema de representação constituído por palavras e por regras oficial e legalmente reconhecido; enquanto órgão deliberativo, a Assembleia Municipal da Guarda é fundamental na aprovação das decisões tomadas pelo Executivo Municipal; o princípio democrático de transparência nas decisões dos órgãos públicos e da participação de todas e todos os cidadãos/cidadãos nas decisões tomadas pelos mesmos. Assim, deve esta Assembleia Municipal...» em parceria com a Câmara Municipal, com os serviços técnicos, e com a possibilidade, já que se gasta em contratações às vezes duvidosas no sentido da necessidade como prioridade, o Bloco de Esquerda gostaria de ver, num futuro próximo, já em 2021, nas próximas Assembleias Municipais, este direito que muito importante seria, até num período que sabemos que, em 2021, não irá acabar de um dia para o outro a questão da pandemia Covid, seria extremamente importante, aproveitando e não ficando só por 2021, continuando a partir daí para diante, essa possibilidades destas reuniões terem um tradutor de língua gestual. Ora, então «... garantir a existência de tradutores de Língua Gestual Portuguesa e/ou legendas, que podem ser geradas por programas de forma automática, nas transmissões das sessões

ordinárias e extraordinárias da Assembleia Municipal da guarda, assegurando assim o direito à participação na vida política e pública às pessoas com deficiências. -----

Última moção, «Atribuição Automática da Tarifa Social da Água. Considerando que: Perante a crise pandémica da Covid-19, quem vive e trabalha no município da Guarda está a adaptar os seus comportamentos a esta nova realidade; São muitas as mudanças e as incertezas que se levantam nas variadas áreas no que diz respeito aos direitos, garantias e proteção, sendo, neste contexto, a primeira responsabilidade das autarquias a de responder a quem está mais vulnerável e viu os seus rendimentos reduzidos; O papel da Câmara Municipal passa pelo esforço de coordenação e mobilização no combate à pandemia, assim como pela criação de uma primeira linha de respostas fundamentais; Muitas famílias se encontram em situação de carência económica, provocada ou agravada pelos efeitos económicos e sociais da pandemia Covid-19 que ainda vivemos,» e, infelizmente, iremos continuar ainda a viver durante um longo período, «situação que faz com que muitas delas tenham dificuldades em cumprir o pagamento das despesas fixas, entre elas a fatura de água; Existe no município uma tarifa social, contudo a sua aplicação ainda é dependente de um moroso e complexo processo burocrático, dependente da iniciativa dos consumidores, fazendo com que o número de beneficiários seja manifestamente inferior ao universo potencial de pessoas singulares e agregados familiares elegíveis para esta tarifa de valor reduzido; Está disponível, através da Direção Geral da Administração Local, a adesão ao mecanismo público da Plataforma de Interoperabilidade, que permite a aplicação automática do desconto da tarifa social nas faturas de todos os agregados com vulnerabilidade económica identificados no município com base nos dados da Autoridade Tributária e da Segurança Social, tal como já sucede na atribuição da tarifa social da energia; A adesão a esta automatização da tarifa, por exemplo, já foi aprovada em diversos concelhos, Amadora, Salvaterra de Magos, Guimarães e Vizela, entre outros; A automatização da Tarifa Social da Água relativamente à Guarda poderá beneficiar mais de três mil agregados familiares no município; Assim, pede-se que a Câmara Municipal delibere tornar a atribuição da Tarifa Social da Água automática através dos mecanismos previstos para o efeito, dispensando a apresentação de requerimento, nos termos do Decreto-Lei n.º 147/2017.M Muito obrigado, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre algum destes documentos apresentados? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Mais uma vez, bom dia a todos. É óbvio que o PSD só poderá votar favoravelmente a Moção relativa à Tradução de Língua Gestual Portuguesa. Já agora, fazendo uma espécie de uma sugestão à própria Câmara, que não tendo nos seus quadros, ao que sei, ninguém com estas capacidades, fazer então uma espécie de parceria com a Associação de Surdos da Guarda, que presumo que terá alguém com a capacidade de o fazer. Isto, numa primeira fase, para tornar as nossas Assembleias ainda mais transparentes do que já são. E, eventualmente, num futuro próximo, inclusivamente, em qualquer situação que a Câmara esteja nalguma convenção, no que quer que seja e que seja transmitido, obviamente, e que tenha público, haver a possibilidade de haver alguém sempre a traduzir desta forma. Portanto,

naturalmente que o PSD se associa a esta que considera ser uma boa ideia do Bloco de Esquerda, sem algum tipo de dúvida. Relativamente à segunda Moção, e numa perspetiva de, efetivamente, se tornar o processo mais ágil e a partir do momento em que ele é automático aderindo a essa possibilidade, que eu julgo não deve ser muito complicada, julgo, e de tornar mais rápida esta atribuição da tarifa social, naturalmente, também, para bem da população e de todos nós, iremos votar favoravelmente esta outra Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhora Presidente de Junta Eugénia, faz favor.” -----

- **Deputada Eugénia Nunes, Presidente da Junta de Freguesia de João Antão (PSD):** - Deputada Eugénia Nunes, Presidente de Junta de João Antão: “Só gostava de fazer uma pequena intervenção relativamente à água, à fatura da água. Claro que concordo plenamente com essa situação. Gostaria de fazer referência a uma outra situação que poderá, eventualmente, ainda não ter sido identificada, nomeadamente nos locais onde não há saneamento e temos muitos locais. Na freguesia de João Antão, só a Sede de Freguesia é que tem saneamento. Portanto, todas as outras não têm e é debitado. Por vezes, as pessoas não se apercebem, quando começam a aumentar os valores é que veem os itens. Penso que deveriam tomar em atenção esta situação, onde não há saneamento está aqui debitado 9,54€. Portanto, se não há esse serviço, deveria ser retirado da faturação da água. Muito obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Presidente de Junta. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado, faz favor, Henrique Monteiro.” ----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Um pouco a exemplo daquilo que acabou de dizer a senhora Deputada, o CDS também trouxe aqui uma proposta para que a taxa de saneamento e de resíduos fosse retirada dos contadores dos condomínios, que apenas têm uma torneira e também acabam por não utilizar praticamente o saneamento. E ela foi chumbada. Não sei se poderia ser possível alargar um bocadinho o âmbito da proposta do Bloco de Esquerda e incluir a situação dos condomínios nesta proposta. Eu continuo a dizer, acaba por ficar mais barato ao condomínio ir buscar garrações de água ao supermercado do que ter um contador instalado pela carga do custo de saneamento e resíduos que têm associada, quando depois o consumo de água é mínimo e, muitas vezes, isso impede a higienização, de uma forma mais exigente, dos próprios espaços dos edifícios.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais ninguém? Passávamos, então, à votação.” -----

----- **Resultado da votação do Voto de Louvor** -----

----- **Pelos 40 anos do Instituto Politécnico da Guarda** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela tradução em Língua Gestual Portuguesa** -----

----- **das transmissões da Assembleia Municipal da Guarda** -----

- Aprovada, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Atribuição Automática da Tarifa Social da Água** -----

- Aprovado, por unanimidade, com sessenta e cinco votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Passamos ao grupo parlamentar do CDS. Temos uma Recomendação pelo Centro Escolar da Sequeira, uma outra Recomendação pela Rotunda da Rasa, mais uma Recomendação pela Inscrição de Utentes em Cirurgia Oftalmológica na ULS da Guarda e uma Proposta de Medidas de Apoio à Restauração. Senhor Deputado José Carlos, começa pela?” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Centro Escolar da Sequeira e Rotunda da Rasa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “- Deputado José Carlos Breia Lopes: “Muito bom dia a todos. «Recomendação Centro Escolar da Sequeira. O Centro Escolar da Sequeira é uma obra de importância estratégica para os residentes nessa área porquanto serve as necessidades de Educação dos pequenos estudantes. Houve, no entanto, algo que não foi bem planeado atendendo ao padrão climático da nossa região, com invernos frios e chuvosos. Assim, os ladinos veem-se impossibilitados de desfrutar dos respetivos intervalos no espaço exterior, sendo obrigados a concentrarem-se nos átrios no interior. Ora, duzentas e sessenta crianças com a energia que lhes é conhecida e respetivos risos e gritos num espaço confinado leva, disseram-me, a que auxiliares e professores fiquem sujeitos a níveis de ruído pouco saudáveis e potenciando a transmissão de doenças devido ao espaço reduzido. Numa altura de pandemia que estará para durar, seria salutar uma convivência ao ar livre, mas para isso seria necessário que se procedesse a uma alteração que não nos parece de grande monta. O grupo municipal do CDS-PP vem assim recomendar que se proceda à idealização e construção de uma cobertura no espaço exterior deste centro que possa vir a abrigar as crianças em dias de chuva e lhes permita brincar num espaço mais alargado e ao ar puro.» -----

Portanto, a segunda é a Recomendação da Rotunda da Rasa. Esta Recomendação vem, como eu costumo dizer, resulta de... eu, como utilizador, ultimamente aderi às duas rodas e não quero outra coisa e, portanto, aquela Rotunda da Rasa está um bocadinho perigosa, vamos ver porquê. «Rotunda da Rasa, Recomendação. Com a chegada do inverno há uma natural degradação do piso que já não se encontra em boas condições. Parece-nos, no entanto, que há certos locais onde esse piso tem que estar em condições sob pena de poder originar acidentes. A rotunda da Rasa é fustigada diariamente com centenas de veículos, ligeiros e pesados. O atrito rotacional dos pneumáticos sobre a pobre rotunda está a levar a uma acelerada degradação, sendo já visíveis faltas de betuminoso concêntricas e longitudinais relativamente à rotunda. Sendo um utilizador diário de veículo de duas rodas apercebo-me do especial perigo a que esses utentes ficam sujeitos com iminente risco de queda. O grupo municipal do CDS-PP vem assim recomendar que se proceda, com urgência, a trabalhos de repavimentação desta rotunda sob pena de a Câmara Municipal vir a ser a responsável moral de alguns acidentes que, por omissão de manutenção, venham a ocorrer.» Tenho dito. Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O Senhor Deputado Henrique Monteiro, lê os restantes dois documentos. É isso? Vai começar pela Recomendação?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, começo por cumprimentar, ainda não o tinha feito apesar de aqui já ter vindo, senhora Presidente, Mesa, senhor Presidente da Câmara e Vereação, senhores Deputados Municipais, senhores Presidentes de Juntas, Funcionários do Município, Colaboradores Técnicos e todos aqueles que nos acompanham também nas redes digitais. Então, começaria pela «Proposta de Medidas de Apoio à Restauração. Exposição de motivos: O país está a viver uma situação de pandemia devido ao Covid-19; Em consequência da segunda vaga, a Guarda foi incluída no grupo de concelhos de Risco Muito Elevado; Apesar de existirem alguns apoios do governo, é dever da Câmara Municipal cooperar com todos os organismos e entidades, públicas e privadas, e liderar a sociedade civil no combate às consequências da pandemia; Nestas circunstâncias, a Guarda está mergulhada num clima de incerteza e medo pelo que nos pode vir a acontecer enquanto comunidade, pelo que depositam nos seus eleitos a esperança de que sejamos capazes de nos organizar de modo a que ninguém seja deixado para trás; O setor da restauração é um dos mais fustigados pela perda de rendimento. Dada a importância deste setor na alavancagem de outras atividades económicas, nomeadamente a turística, o grupo municipal do CDS-PP propõe à Assembleia Municipal da Guarda, reunida a 15 de dezembro de 2020, que delibere aprovar como medida mitigadora à perda de rendimento da restauração: Que as refeições que são fornecidas pelas Instituições de Apoio Domiciliário, aos sábados e domingos, passem a ser suportadas pela Autarquia, adquirindo as mesmas nos restaurantes locais, permitindo aliviar o esforço financeiro dessas mesmas Instituições e a folga necessária em alguns recursos humanos que começa a ser escasso, bem como um apoio direto ao rendimento perdido por parte da restauração.» -----

Só um momento que eu vou abrir o documento. Bom, é uma Moção, mas é uma Moção... aliás, ela vai identificada, no envio do documento, como Moção, mas o título, por erro, trazia Recomendação. Percebe-se que é Moção porque pede uma deliberação sobre o facto, eu já corriji o título...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “A da Oftalmologia é Moção?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim. Eu já corriji o título e já enviei...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É sujeita a votação e a Recomendação não seria. Muito bem.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Exatamente. Já enviei, por e-mail, para a senhora Presidente, com essa correção. Foi um lapso que se assume aqui.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Correção efetuada.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “«Pela Inscrição de Utentes em Cirurgia Oftalmológica na ULS da Guarda. A ULS tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos em geral, designadamente aos utentes do Serviço

Nacional de Saúde, art. 2º, nº 1 dos Estatutos das ULS anexos ao Decreto-Lei n.º 18/2017, de 10 de fevereiro. É do conhecimento público que o Serviço Nacional de Saúde se tem confrontado com dificuldades e insuficiências dos mais diversos tipos, sendo, nomeadamente, notórias as dificuldades de acesso da população a cuidados de saúde de diversas especialidades da carreira hospitalar e da carreira de medicina geral e familiar. No caso da região da Guarda, são do conhecimento público as dificuldades ao nível, entre outras, da especialidade de oftalmologia. Esta última especialidade tem sido, inclusivamente, motivo de reportagens televisivas de âmbito nacional, que têm deixado a nu o estado de paralisação deste serviço da ULS da Guarda. Apesar dos escassos meios humanos no serviço de oftalmologia, junta-se a este facto um inqualificável desperdício desses mesmos recursos humanos, por decisão da responsabilidade do respetivo Conselho de Administração. Este facto está bem evidenciado na ausência de tomada de decisão no que respeita à nomeação do diretor do serviço de oftalmologia, realidade que é extensível a outras especialidades médicas do Hospital Sousa Martins. Ora, este facto é impeditivo de tomadas de decisão, em termos de administração de tratamentos, por parte do médico especialista do serviço. Nestas circunstâncias, tais decisões ficam na esfera de competências do órgão de administração da ULS. No dia 5 de novembro de 2020, através de comunicação escrita do senhor presidente do Conselho de Administração da ULS, foi determinado que o médico especialista do quadro do serviço de oftalmologia e todos que aí prestam serviço devem “abster-se de propor intervenções cirúrgicas, encaminhando os doentes para outras unidades”. Esta decisão pode, em caso mais graves, levar a situações de cegueira prematura dos utentes e é uma vergonha para o Ministério da Saúde, para a ULS da Guarda e uma tragédia para os doentes. Para além do prejuízo para os utentes, significa mais uma desvalorização para o hospital da Guarda, pelo esvaziamento de competências de mais um serviço. É perante este quadro de inqualificável negação de prestação de cuidados de saúde de oftalmologia, que os deputados municipais do CDS-PP solicitam à Assembleia Municipal, reunida a 15 de dezembro de 2020, que delibere: Que seja retomada de imediato a inscrição de utentes para intervenções cirúrgicas em oftalmologia na ULS Guarda. Desta deliberação deve ser dado conhecimento ao Conselho de Administração da ULS Guarda, a Sua Excelência a senhora Ministra da Saúde e a todos os grupos parlamentares da Assembleia da República.» Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre algum destes documentos? Não? Então... Sim? Faz favor, senhor Deputado Monteirinho.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, senhor Presidente, senhor Deputado, eu penso que todos estaremos de acordo, nesta Assembleia, que... em primeiro lugar, gostaria de dizer que estou aqui como deputado eleito pelo Partido Socialista e simplesmente como isso. Não tenho autoridade para mais nada e é sob essa condição e nessa condição que eu falo acerca disto que vou falar agora, sobre esta moção que o senhor deputado apresentou agora sobre a cirurgia oftalmológica na ULS da Guarda, para dizer o seguinte. Eu penso que todos os que estamos nesta Assembleia, estamos de acordo que queremos melhor serviços, que todos os cuidados de saúde devem ser prestados sempre numa perspetiva de melhorar os nossos utentes e os doentes, e sempre com essa visão. E concordo que, efetivamente, as listas de espera

não devem permanecer troncadas, digamos assim, sempre que existam condições para que elas não estejam da forma como estão agora em termos de oftalmologia. E para isso, eu gostaria de salientar dois ou três aspetos que são muito importantes para esclarecer este assunto. É um assunto que, de alguma forma, pode estar a mexer com a perceção da população, e eu penso, é a minha opinião, que é de uma forma errada que isto está a acontecer. E, assim sendo, nada melhor do que tentar explicitar aquilo que se passa, para todos compreenderem a situação da oftalmologia. Só para dizer que, atualmente, não se encontram reunidas as condições para garantir o acesso aos cuidados de saúde oftalmológicos dentro do prazo máximo de resposta. E, assim sendo, ocorreu uma decisão para que todos os utentes, todos os pacientes possam ter resposta dentro deste prazo e, por isso, estão a ser encaminhados para outras unidades de saúde. Isto decorre de uma apreciação que foi feita pela administração central dos sistemas de saúde. Existe também que, para um ato cirúrgico, em termos de oftalmológicos, é necessários pelo menos dois profissionais. Neste momento a ULS só tem, nos seus quadros, um profissional. Assim sendo, não pode realizar esses atos. No entanto, dizem-me, mas porque é que isso está a acontecer? Quais são as medidas que estão a ser tomadas para alterar essa situação? Os concursos continuam abertos na ULS para médicos de oftalmologia e não há, por enquanto não estão preenchidos. No próximo ano, novamente, estará em carteira a possibilidade de virem mais médicos para o Hospital da Guarda. Quando estiverem reunidas essas condições, e isto é importante que se diga, será retomada esta lista e será dada uma resposta. Aquilo que ninguém pode fazer é, de alguma forma, pactuar com uma situação que não vai de encontro à expectativas de um cuidado de prestação de saúde regular. E, assim sendo, houve a necessidade de encaminhar todos aqueles utentes, que não estão nesta janela de oportunidade e que estão na lista, para outras unidades de saúde. E parece-me obvio que, depois desta explicação, se houver uma alteração a esta recomendação no sentido de se incluir, para além disto que está dito no ponto 1, «que seja retomada de imediato a inscrição dos utentes para intervenções cirúrgicas em oftalmologista na ULS da Guarda», eu acrescentaria o seguinte: assim que se encontrem reunidas as condições para garantir o direito de acesso a cuidados de saúde, dentro do prazo máximo de resposta. Isso é que tem que ser, porque enquanto isso não for garantido a ULS não pode fazer este serviço. Para além disso, os utentes referenciados, devem ser encaminhados para o outro locais onde seja garantida a resposta até que a ULS da Guarda tenha os requisitos exigíveis para ativar a cirurgia oftalmológica, pelo menos com dois profissionais e competências nestas técnicas cirúrgicas. Se incluírem estes dois pontos na vossa moção, nós estaremos de acordo e votaremos favoravelmente. Se não, por aquilo que eu aqui apresentei, o Partido Socialista não pode votar favoravelmente a isto, uma vez que não estão garantidas as condições mínimas de segurança para prestação do cuidado de saúde dos utentes. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, aquilo que percebemos é que o senhor Deputado António Monteirinho, que preside e lidera o grupo municipal do Partido Socialista, veio aqui a fazer de advogado de defesa do Vogal da ULS, António Monteirinho. Nós hoje temos a realidade que temos em termos de recursos humanos

no serviço de oftalmologia do Hospital da Guarda, na ULS, melhor dizendo. Mas esses são exatamente os mesmos recursos humanos que tínhamos nos anos transatos e nunca deixaram de se fazer cirurgias oftalmológicas, pelo menos em termos de profissionais do quadro da ULS. Temos um médico de oftalmologia no quadro da ULS, que era aquilo que tínhamos no tempo em que lá estava o Dr. Varela que, entretanto, por falta de decisões do Conselho de Administração, que por sinal também tinha sido nomeado por este Governo, se foi embora porque o punham a fazer as competências de um Diretor de Serviços sem haver nomeações. Isto é um problema que se arrasta há anos na ULS. Desculpe lá, diga-me uma coisa, existe algum plano anual de programação das atividades de serviço oftalmologia? Não existe, senhor... já nem sei se há de ser vogal, se há de ser deputado. Quando dizem que deve abster-se de propor intervenções cirúrgicas, encaminhando os doentes para outras unidades, desconhecem-se quais são as unidades e em que tempo e condições atenderiam os doentes da Guarda. É que depois da consulta, que há de acontecer depois de inseridos numa lista de espera que não sabemos qual é o prazo de atendimento, depois há um segundo prazo que é o prazo da cirurgia. Isto, pode levar anos. E os senhores, que são tão defensores do SNS, infelizmente é quem mais destrói o SNS neste país, com graves prejuízos para os utentes do distrito da Guarda. E nem todos têm dinheiro para ir pagar os tratamentos, de que necessitam urgentemente para não cegarem, em unidades privadas. Esses, coitados, estão condenados à cegueira. Mas isso é apenas à situação que o está a condenar o atual Conselho de Administração da ULS, no seguimento das decisões tomadas pelo anterior. Ora bem, ao assentar no princípio da transferência de doentes para fora do distrito, para posteriormente serem escritos em cirurgia, traduz-se, na prática, por uma prestação muito tardia dos cuidados aos nossos utentes. Bom, se não retomam, pelo menos aqueles que são transferidos que possam, ao abrigo dos tempos mais curtos de espera do SIGIC, Sistema Integrado de Gestão em Cirurgia, ser incluídos nessa mesma lista para obviar a que os processos se arrastem, as pessoas desesperem e sejam condenadas à cegueira. Cegos, acho que andamos todos há muito tempo, por não ver o obvio. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Monteirinho, ainda tem tempo. Faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Bom, senhor Deputado, eu não era para responder. Mas uma vez que utilizou aqui alguma argumentação que me deixou um bocadinho perplexo, só dizer-lhe o seguinte. Ao menos, de mim, sabem o que é que eu estou aqui a representar. Estou a representar o Partido Socialista e o senhor disse que também era o Vogal Executivo da ULS. Efetivamente, sou. Mas, então, toda a gente ficou a saber o que é que eu represento. Eu não sei é o que é que o senhor Deputado representa aqui. Que interesses são esses. Está bem, senhor Deputado? Isso que fique esclarecido. Esses e outros, mas no período da ordem do dia nós, depois, falaremos acerca disso. Mas esse alarmismo com que o senhor Deputado fala é uma irresponsabilidade. Permita-me que lhe diga assim, olhos nos olhos. É uma irresponsabilidade, da sua parte, fazer esse alarmismo à população. Que fique claro que, e eu penso que todos os que aqui estão presentes, por unanimidade, todos querem a melhor prestação de serviços. E aquele hospital, penso eu, e tive oportunidade de o dizer aqui antes de ser membro do Conselho de Administração numa moção que aqui

foi apresentada, que eu achava que havia de haver uma abordagem diferente em relação ao Hospital da Guarda. Defendi-o aqui. Não é agora, que mudei de posição, que defendo uma coisa diferente, coisa que muitas vezes acontece com alguns senhores Deputados que aqui vêm intervir. Dizer que todos nós queremos o melhor e eu acho que todos devemos fazer o melhor. Agora, há limites para fazermos melhor. E a irresponsabilidade com que algumas pessoas falam de cegueira, é uma irresponsabilidade total do senhor Deputado, um alarmismo total, e que eu acho que, de alguma forma, deveria resfriar essa sua linguagem tão agressiva, porque, efetivamente, torna-se um alarme social em relação a isso. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Boa tarde a todos. Por ser uma matéria bastante específica, e que acho que é da competência da Administração do Hospital, interessamos a todos, como é óbvio. Queremos os melhores tratamentos ao nível da saúde em todas as áreas, na oftalmologia em particular, mas em todas as áreas. Aquilo que disse o Deputado António Monteiro, penso que está correto. Portanto, será necessário ter algum cuidado quando tomamos algumas decisões e tomamos algumas posições. Devemos ter cuidado quando o fazemos. De modo que, para salvaguardar essas questões, o grupo parlamentar do PSD vai-se abster nesta votação, independentemente de acharmos que devem ser tidas todas as medidas necessárias para conseguir retomar toda a atividade na área de oftalmologia, designadamente a nível da cirurgia, mas, como já disse, com as devidas precauções. Portanto, iremo-nos abster. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado, não, não pode. Não pode. Mais alguém para intervir? Senhora Deputada Vanda, faz favor.” -----

- **Deputada Vanda Rodrigues (PSD):** “Eu só queria colocar uma questão ao senhor Deputado do CDS em relação ao Centro Escolar da Sequeira. Visto que eu conheço o espaço, não sei se o senhor conhece, mas tem disponível um ginásio de grande capacidade para estes dias de chuva. Portanto, não vejo aqui uma grande necessidade, para já, de fazer o tal coberto. Claro que o mais interessante e o mais importante é que as crianças estejam sempre na rua, ao ar livre, para poderem desfrutar e fazer menos barulho como o senhor diz. No entanto, o ginásio que têm no Centro Escolar, que tem capacidade para todos os alunos, deve é ser aproveitado e, se calhar, é isso que não está a acontecer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Mais alguém? Senhor Deputado José Carlos, faz favor. Muito rapidamente, porque não tem tempo.” -----

- **Deputado Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim, rapidamente. Parece que o ginásio, segundo sei, as crianças, para lá estarem, não podem ir com o calçado da rua de qualquer maneira para lá. Podem ir? Pronto, afinal não podem utilizar o ginásio. Portanto, a questão é que temos que resolver as coisas, de uma maneira ou de outra. É só isso que eu quero dizer. Ou deixamos as crianças ir para o ginásio, aquecemo-lo e

deixamo-las andar descalças, ou então temos que arranjar um sítio porque, realmente, a arquitetura agora é betão, não é? Betão, em termos de absorção de ruído, é zero. Portanto, para os funcionários, para os professores e para as próprias crianças não muito saudável um ambiente fechado. Saem de uma sala de aula e vão para um sítio fechado outra vez, depois voltam para um sítio fechado. Enjaulamos as crianças de tal maneira, quando tínhamos, em teoria, a possibilidade de resolver as coisas de uma forma, penso, não muito cara. Se puder ser. Obrigada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém para intervir? Para defesa da honra não intervém, senhor Deputado. Como já não tem tempo... eu sei, é isso que eu lhe estou a dizer. Como não tem tempo para falar no tempo normal, para a defesa da honra eu não vejo que haja motivo para isso. Todos estamos aqui para defender os interesses da Guarda e dos cidadãos da Guarda. Acho que é consensual que são esses os interesses que nós defendemos. Senhor Deputado, é o que lhe estou a dizer... Sim, sou. Neste caso concreto, sou. Não, não é isso. Não é que não lhe reconheço capacidade. O que eu lhe estou a dizer é que não reconheço que tenha havido... exatamente, é isso mesmo. O que eu lhe estou a dizer é que não reconheço que tenha havido uma ofensa significativa que justifique a defesa da honra. O senhor também disse que o senhor Deputado Monteiro defendia interesses. Ele respondeu na mesma letra. Nem um nem o outro o deviam ter feito. Deviam-se ter absterido, mas estão equiparados. O assunto está encerrado. Mais alguém para intervir sobre este ponto? Não? Muito bem. Vamos passar à votação deste documento. Como foi explicado entrou erradamente como Recomendação, mas o senhor Deputado fez a correção porque foi um erro, era uma Moção. Já tenho aqui no e-mail, já mandou a correção e, portanto, é documento sujeito a votação.” -----

----- **Resultado da votação da Moção** -----

----- **Pela Inscrição de Utentes em Cirurgia Oftalmológica na ULS Guarda** -----

- Rejeitada, por maioria, com treze votos contra, quarenta e duas abstenções e nove votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Evidentemente que o CDS trouxe esta moção aqui, voto-a favoravelmente na defesa exclusiva do interesse público da nossa comunidade. Só esse é que nos mobiliza. E não sei se os senhores Deputados Municipais que se abstiveram, que votaram contra, se tudo lhes é contado aquilo que se passa. Inclusivamente há providências cautelares de utentes do serviço de oftalmologia, e há de outros serviços, no sentido de determinar que os cuidados médicos necessários a esses mesmos utentes sejam efetivamente prestados. E há decisões de tribunais nesse sentido. E há relatórios médicos. E eu não estou aqui para alarmar ninguém porque o difícil é depois chocar, de repente, com a realidade e perceber quais são as consequências, para a vida das pessoas, das decisões que são tomadas. Isso é que é grave. Isso é que é grave. Eu não estou para alarmar. Eu trouxe aqui a realidade daquilo que se passa num serviço. Já noutras oportunidades falámos das realidades que acontecem noutros serviços da ULS. E, aliás, a pior publicidade que pode ser feita à Guarda é pelo setor da saúde. Isto tem que mudar. Eu não estou aqui por nenhuma partidarite. E, aliás, registo aqui a mudança de posição e de atitude da

bancada do Partido Socialista, relativamente às questões da saúde no mandato que corre neste momento. O Partido Socialista, no passado, quando teve outra liderança, esteve sempre do lado da população da Guarda, situação que neste momento é exatamente o oposto. Mas se for necessário, salvaguardando a privacidade dos utentes, eu trago aqui os relatórios médicos que dizem que os utentes vão cegar se mantiverem supressão dos tratamentos. Eu trago-os cá, senhor Deputado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, por favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigada, senhora Presidente. Realmente o Bloco Esquerda teve que se abster. Não que concorde que não haja oftalmologias e cirurgias na Guarda, mas porque o assunto é sério demais para ser aqui debatido desta forma muito pouco ética, cordial. Eu acho que, nesse aspeto... não, desculpem lá. O senhor Deputado Monteirinho é o senhor Deputado Monteirinho, acabou. O senhor Deputado Monteirinho é o senhor Deputado Monteirinho, não é nenhum vogal. O Marco Loureiro é o senhor deputado Marco Loureiro, não é o animador sociocultural de “x” instituição. Como o senhor deputado Henrique Monteiro também não é o professor de tal, é o senhor deputado Henrique Monteiro. A matéria relativamente à oftalmologia não é de agora, é verdade. O Bloco de Esquerda já questionou quem de direito. Não é o senhor deputado Monteirinho. O senhor Deputado Monteirinho não vai saber. Mas, já agora, senhor Deputado Henrique Monteiro, se tem acesso àquilo que deve ser a justiça e o Ministério até mesmo da Saúde, relativamente a esses relatórios todos, é bom que os traga. Eu não sei é como é que o senhor Deputado tem acesso a esses relatórios. Mas também, olhe, nem quero saber. Nem quero saber. Mas traga. Traga, então, e exponha a quem de direito. A Câmara deve reunir urgentemente com o novo Conselho de Administração. Com o novo Conselho de Administração, não é com “x” pessoas aqui. Não é com “x” pessoas aqui. Fica mal. Fica mal. Fica mal e não estou aqui de advogado de defesa de ninguém, porque acho que, cada um de vocês, tem toda a possibilidade de se defender uns dos outros. Agora, há que questionar. Posso dizer que o Bloco de Esquerda já questionou o Governo. Estamos a aguardar e, a partir daí, tomaremos posições relativamente aqui a este órgão que também tem essa importância. Mas não podemos vir para aqui falar em relatórios assim e atirar ao ar. Não podemos, então. Como é que podemos, senhor Deputado? Eu pessoalmente... Não, o senhor Deputado pode, mas traga lá, então. Então, traga. Olhe, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, para terminar mesmo. Senhor Deputado, eu respeito-o imenso. É que, eu bem me lembro de uma pessoa, que já cá não está, que era sempre: “se eu falasse”, “se eu falar”, “se eu mostrar”... Mostrem logo. Tragam logo o que têm para provar aquilo que existe de tão mal. Tragam logo porque a população, os guardenses, querem isto assim. Perguntemos lá fora: vocês querem saber tudo? É que eu tenho provas, eu tenho isto, eu tenho documentos. Tragam. Eu tenho a certeza absoluta que toda a gente diz assim: mostre. Tenho a certeza. Para o bom da transparência política e de todas as instituições democraticamente eleitas e, neste caso, a administração, por todo aquele sistema que é feito para criar e para nomear... mas tudo bem, mas está lá, não é de agora. Está, é permitido, não é ilegal. Por isso não vou discutir esta matéria. Não me compete a mim discutir essa matéria. Não me compete e muito menos vir para aqui trazer...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, tem que terminar por favor. Já ultrapassou o seu tempo há muito tempo.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado. Eu acho que já...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Já está clara a sua posição. Muito obrigada. Passávamos agora para as intervenções de interesse político. Eu não tenho nenhuma inscrição, parto do pressuposto que ninguém quer falar mais neste período Antes da Ordem do Dia. É isso? Ninguém quer... senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.”

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, continuando o nosso bom dia, é assim. O período antes da ordem do dia tem a ver com tratamento de assuntos de interesse para o Município. Eu tenho aqui algumas ideias. Uma delas tem a ver com o dia 27 de novembro em que eu fui ver o elevador da Torre dos Ferreiros. Acabei por fugir da Guarda porque vi que aquilo ia demorar muito tempo. Entretanto soube que o elevador avariou e, portanto, não valia a pena ter ficado cá. Eu fugi para a Covilhã porque na Covilhã descobri um documento que tem a ver com a Guarda, tem a ver com a empresa de luz elétrica da Guarda e tem a ver com algumas vigarices, que se queriam fazer nos anos 30, contra a Câmara da Guarda, que se defendeu muito bem. Depois, entretanto, aqui nessa história dos anos 30, do século XX, tem a ver com a qualidade do fornecimento de serviços de equipamentos e serviços, que tinha a ver com a energia elétrica. Também dei uma volta pela cidade e achei animada a Torre de Menagem, no passado dia 12 de dezembro. O espaço está bem, tem banquinhos, tem tudo. Mas depois não há nada que esclareça o que é a Torre de Menagem e o que é que ela representa na história da cidade da Guarda. Portanto, recomendava à Câmara que fizesse um conjunto de esclarecimentos, que podem ser em quadros, que devem ser de metal porque outros materiais podem ser estragados, para explicar aos jovens. Eu encontrei alguns jovens novitos, deviam ser escuteiros, que deviam ter ali alguma coisa a esclarecer o que é que é a Torre de Menagem. Também vi um turista que passou e andou, e nem falei com ele porque ele ia muito apressado. E, depois, num documento que encontrei na Covilhã, e que depois reencontrei aqui na Biblioteca Municipal, tem a ver com a mata da Dorna e com o parque do Torreão, que também devemos inserir na história da cidade, e na história da cidade como lugar de contacto com o mundo rural que, como sabemos, está muito desabitado e desprezado. Também quero protestar contra a obrigação que tive de votar no Presidente da CCDRC, de uma forma que apenas querem esconder a necessidade de termos uma regionalização a sério, frustrando todos aqueles que a desejam e penso que não sou só eu que a desejo. Depois, há outra coisa que tem a ver com uma vitória que foi conseguida pelo meu partido, na Assembleia da República, que tem a ver com as verbas para a requalificação do edifício 5 do Hospital Sousa Martins na Guarda, que foi aprovado, no âmbito do orçamento de estado para 2021, o financiamento do lançamento do concurso para a empreitada de requalificação para a instalação do departamento da criança e da mulher. Mas também não podemos esquecer que é necessário continuar a investir na segunda fase do hospital, para reforço da capacidade instalada de camas, pois já antes da pandemia eram necessárias e agora tornam-se imprescindíveis, mais ainda quando o índice de envelhecimento e o grau de dependência aumenta. Portanto, eu penso que uma das coisas, e aqui é pessoal, não

venho aqui mandatado para isso, mas gostava de ter uma conversa, integrado num grupo de deputados Municipais, ter uma conversa com o senhor Presidente do Conselho de Administração da ULS da Guarda, para ele explicar quais são as dificuldades, para nós aqui termos conhecimento das dificuldades da ULS da Guarda, para, na medida da nossa capacidade de intervenção, quer pessoal, quer política e quer coletivamente como Assembleia Municipal, podermos intervir para defender a ULS da Guarda e defender a ULS da Guarda é defender a saúde dos nossos, a nossa e dos nossos concidadãos. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu não tenho mais ninguém inscrito para este período. Perguntava só, para terminar, para fecharmos o período de antes da ordem do dia, senhor Presidente da Câmara, quer intervir? Como? Quer intervir, senhor Deputado? Então, eu peço-vos que façam as inscrições. Já perguntei duas ou três vezes. Eu não tenho ninguém inscrito para falar. Faz favor, senhor Deputado. Eu já tinha perguntado há pouco. Fiquei à espera. Só não sei quantos minutos depois é que o senhor deputado Aires Diniz disse que queria falar. Voltei a perguntar. Também quer falar, senhor Deputado Monteirinho?” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Peço desculpa, senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Estou eu aqui, há não sei quanto tempo, a perguntar quem quer falar. Ninguém quer. Muito bem.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Só tenho 2 minutos e 45, não é?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Quem?” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Eu.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, claro. 2 minutos e 45. Faz favor.” ---

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Antes de mais, outra vez, bom dia. Senhor Presidente, recentemente, numa entrevista, até deu várias entrevistas aos órgãos de comunicação social, mas destaco aqui uma delas numa rádio local, na Rádio F, o anúncio de vinte obras, neste caso, de ruas da cidade. Obras na Rua Mestre de Avis e na Rua Virgílio Ferreira. Entretanto, não disse as outras dezoito. Seria interessante percebermos, atendendo a que, se já está previsto em vinte, já tem duas onde vai haver obras. Esperemos que... se quiser já dar um presente antecipado aos guardenses, anunciar aqui quais são as restantes dezoito ruas que vão ter intervenção. Isto, porque, senhor Presidente, não fica bem esta política, que muitos municípios também utilizam, de a um ano das eleições fazer sempre estes grandes anúncios. É por isso que, infelizmente, determinadas forças fascisoides, no nosso país, ganham terreno, porque a política é completamente afastada do cidadão comum, porque o cidadão comum começa a perceber: é pá, estes gajos pá... entre aspas... fazem sempre grandes obras a um ano das eleições. É pá, vamos lá ser um pouco, penso eu, um pouco mais esclarecedores relativamente à matéria da opção do urbanismo, de obras. Tudo o que tem a ver com a Guarda, não é preciso esperar e estar em segredos, porque ninguém precisa de estar a aguardar se já estão previstas essas obras. Anuncia-se. Compete ao Presidente de Câmara e aos respetivos Vereadores anunciar onde é que vão ser essas obras. Até

porque, essas obras, provavelmente, vão pôr em causa o dia-a-dia dos habitantes junto a essas obras. Assim, faz com que essas pessoas já se possam precaver dessa situação e compreender que essa obra vai criar algum problema durante aquele período de obra. Seria importante perceber estas dezoito obras. Queria também aqui deixar uma pergunta que, ultimamente, não tem sido falada nas suas entrevistas, que é o Pavilhão Multiusos. Vai haver ou não vai haver Pavilhão Multiusos? Ou será também outra dessas surpresas para 2021, para anúncio? Seria também de perceber a rotunda do Parque Urbano... já nem vou falar da locomotiva, já nem quero saber da locomotiva e acho que os guardenses já se habituaram à ideia de ver apenas a estrutura e não a locomotiva. Mas a pergunta é, senhor Presidente, os Fundos Europeus vieram para aquela rotunda? Fico a aguardar resposta. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Bom dia, mais uma vez, senhora Presidente, senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados. Eu venho aqui trazer um assunto que foi discutido na última Assembleia Municipal e ao qual deve ser também aqui respondido de forma a esclarecer todos os senhores Deputados e toda a população em geral. Na última Assembleia, se vocês se lembram, na última Assembleia Municipal, ocorreu aqui, por parte do CDS, uma intervenção a falar sobre um contrato de promessa compra e venda dos terrenos da Sociedade Têxtil Manuel Rodrigues Tavares, Lda., e, aquilo que gerou aqui uma discussão séria, não foi o contrato de promessa, mas foi, sem dúvida alguma, que os documentos não tinham sido aprovados em reunião da Câmara Municipal e em reunião da Assembleia Municipal. Sabemos que esses esclarecimentos foram dados posteriormente, através de conferências de imprensa e tudo mais. Mas eu acho que é oportuno repor aquilo que foi uma tentativa de manchar o nome dos autarcas do PS, nomeadamente a Dr.^a Maria do Carmo Borges e o Dr. Álvaro Guerreiro, que na altura conduziram o processo e que estavam. E eu penso que se esta tentativa de manchar o nome ocorreu porque, efetivamente, faltavam documentos que foram solicitados à Câmara e que não foram dados, e aí evidentemente que ilibo o senhor Deputado Henrique Monteiro dessa intervenção... mas eu vou lá, eu vou lá chegar, peço desculpa, mas eu tenho que intervir e ir falando acerca do assunto. Ilibamos essa intervenção, evidentemente. E aquilo que nós consideramos, o Partido Socialista acha que, sem dúvida alguma, não sei... o senhor Presidente da Câmara acho que poderia fazer o mea culpa desta situação e, efetivamente, dar aqui hoje uma resposta para que exista aquele conforto necessário para aqueles que foram os Autarcas que saíram, que desempenharam as suas funções. Eu espero que daqui amanhã o senhor Presidente também, quando sair, o possa fazer de cabeça erguida, como estes dois autarcas do Partido Socialista o fizeram. E, assim sendo, eu apelo a que o senhor Presidente da Câmara possa esclarecer esta situação em que não foram entregues essas atas. Já todos sabem que essas atas existem. É uma realidade. Mas mais, estas atas, a da reunião de Câmara, como sabem, e eu tenho uma cópia que solicitei pelos mecanismos legais através da Presidente da Assembleia Municipal, que acho que é este o percurso que deve ter a solicitação destes documentos, e tenho aqui a ata à minha frente, da reunião de Câmara do dia 12 de dezembro de 2001, onde é transcrito o contrato de promessa compra e venda e onde é feita a referência de submeter este contrato à aprovação da

Assembleia Municipal. Este contrato programa foi submetida à Assembleia Municipal e reparem bem na votação. Houve uma abstenção. E uma coisa caricata que aconteceu nesta reunião da Assembleia Municipal, é que normalmente os Vereadores não falam, só com autorização do Presidente da Câmara, e aquilo que aconteceu foi que a Presidente da Câmara, na altura, até autorizou um Vereador da oposição para falar sobre este assunto que foi o Carlos Gonçalves, o Vereador do PSD. Está relatado na ata da Assembleia Municipal a dizer que achavam que deviam votar favoravelmente, que era de todo o interesse que estes terrenos fossem passados para a Autarquia para ali ser desenvolvido alguns projetos que eram importantes para esta Autarquia. Assim sendo, eu acho que existe a oportunidade de o senhor Presidente da Câmara se redimir deste ato de... possivelmente, não sei, de lapso, ou eventualmente outro, e assumir aqui publicamente que, efetivamente, as decisões foram tomadas. Eu estou só a falar das atas que não foram entregues ao CDS. Mas mais do que isso, senhor Presidente, e isto é que acho que machucou muito aqueles que desempenham estas funções, por vezes de uma forma abnegada e sempre com o espírito do interesse público acima de tudo, foi que nesse mesmo dia, nessa mesma semana, saíram alguns artigos de opinião, nomeadamente um artigo de opinião num determinado jornal, em que comparava os Salgados deste país, os Rangeis deste país, os Sócrates deste país e incluía, nessa confusão, a Dr.ª Maria do Carmo Borges e o Dr. Álvaro Guerreiro. Portanto, eu acho que é de repudiar esta tentativa pública de assassinato dos ex-autarcas do Partido Socialista, porque todos nós cometemos os nossos erros, mas todos temos que os assumir. E eu penso que é uma oportunidade que o Partido Socialista está a ter neste momento, para que o Presidente da Câmara, devido a este ato de lapso ou negligência, poderá explicar melhor, possa redimir-se desse facto e possa repor aquilo que é o bom nome destes dois autarcas. Termino, dizendo que estes dois autarcas já foram muito escrutinados pelo atual Executivo da Câmara em processos, como você sabem, da Quinta da Maunça, em processos do Parque Polis e saíram, até hoje, sempre de cabeça erguida. Termino, senhor Presidente, desejando que, quando o senhor Presidente sair, quando tiver que sair, o faça na mesma postura com que saíram estes dois autarcas, de cabeça erguida. Muito obrigado, senhores Deputados.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado Monteirinho. Senhor Deputado Henrique Monteiro, não tem tempo, senhor Deputado. Tenho muita pena. Lamento, mas já não tem tempo. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente da Câmara, tem a resposta, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara Municipal:** “Eu depois ia responder tudo junto, não sei se...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não há mais intervenções, senhor Presidente. Terminou.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Chaves Monteiro:** “Muito bem. Obrigada, senhora Presidente. Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Elementos da Mesa, senhores Vereadores, senhores Deputados, senhores Presidentes de Junta, Técnicos da Câmara, senhores Jornalistas e todos aqueles que nos acompanham por via online. Cumprimento todos e aproveito já para desejar também a todos os que aqui estão presentes e aos que nos veem pela via digital, um Feliz Natal e um Feliz Ano Novo,

melhor do que 2020. Todos sabemos o que tem custado a cada um de nós este período de pandemia que nos tem mudado os hábitos de vida. Mas começando por prestar aqui alguns esclarecimentos sobre temas que foram sendo colocados pelas intervenções dos diversos senhores Deputados. Dizer que, de facto, as portagens é uma matéria sensível. Nós sabemos o que é apoiar a economia, o investimento. E, de facto, deslocarmo-nos daqui a Lisboa, onde o preço do combustível tem já o peso que tem acrescido dos custos das portagens que agravam efetivamente esta interioridade, é finalmente com bons olhos que nós temos aqui um sinal positivo de uma maioria, podemos dizer, negativa. E não vamos afirmar aqui que as questões de votação, da votação da globalidade... por acaso o orçamento é votado também na especialidade e na globalidade. Isso quer dizer que, naquele específico ponto, nós sabemos bem quem valorizou efetivamente uma opção estratégica de investimento e à qual, independentemente dos louros, nós temos que nos associar. Outros Municípios do Partido Socialista reconheceram, num primeiro momento, a mais valia desta decisão. E nós sabemos-lo, sentimos na pele, sentimos na nossa carteira diretamente quando nos deslocamos para zonas do litoral, quer na A25, quer na A23, o custo que as portagens representam e impedem, efetivamente, essa proximidade que tem que existir entre todo o território e, ao mesmo tempo, também esse custo que incide sobre as empresas que se localizam no interior. E se os Municípios tanto fazem para que as empresas venham para o interior e fazem deduções, apoios, isenções, a verdade é que esta é, efetivamente, uma boa decisão da Assembleia da República, porque assim valorizam-se os territórios do interior. -----

Depois, também referir que, efetivamente, o Instituto Politécnico da Guarda é uma instituição, é uma organização determinante para o desenvolvimento económico do território. Sem dúvida que o Município tem um papel. Não é o papel da locomotiva, mas um papel de complementaridade naquilo que são as obrigações, as responsabilidades de cada uma das instituições que têm a obrigação de trazer desenvolvimento, de trazer dinâmica e investimento económico e este investimento económico tem que ter, obrigatoriamente, como parceiro direto, o Instituto Politécnico da Guarda. É assim também que trabalhamos com as empresas, no contacto que temos tido com o diverso tecido empresarial do nosso concelho, e é também com os técnicos do Instituto Politécnico da Guarda que nós queremos que participem, cada vez mais, na criação de novas soluções, de novos programas, de novos projetos, para fazer com que as empresas possam dar também respostas a novos desafios para os seus projetos, para o seu centro de negócio. E se assim articularmos o conhecimento científico com a vontade do Município apoiar as diversas iniciativas e, por isso, também, as empresas, como fizemos no passado, estamos a reafirmar no presente, não temos qualquer dúvida de que o desenvolvimento deste território está mais próximo e está nas nossas mãos. Depois, também referir, efetivamente, que as boas ações devem ser sempre valorizadas. Mas aqui não há, como disse o senhor Deputado Marco Loureiro, não há nenhum recuo na questão da Pousada da Juventude. Nós temos que olhar para a realidade, temos de saber quais são os meios que estão ao nosso alcance e perceber de que forma é que nós adequamos esses meios à satisfação dessas necessidades. Porque, em primeira análise, no início do ano de 2020, o Município da Guarda conseguiu um protocolo com a Diocese, exatamente para atribuir o Centro Apostólico para uma necessidade, que vinha já sido demonstrada há algum tempo, para alojar estudantes que vêm estudar para o Instituto Politécnico da Guarda. E nós, fruto de uma circunstância inusitada, como todos sabemos, que foi o aparecimento da pandemia, invertemos face a uma necessidade

superior. Deixámos de optar por uma solução que inicialmente estava prevista e fomos dar para aquele edifício uma outra solução e que agora, como sabem, é já também uma resposta distrital. Ou seja, aquele edifício, hoje, em articulação com a Proteção Civil, a Unidade Local de Saúde e a Segurança Social, é também uma resposta não só para os guardenses, mas também para o distrito. Acabou de ser utilizada, infelizmente, para casos novos fora do nosso concelho, em medidas para tratamento de doentes Covid. E, portanto, as circunstâncias de um espaço vazio que nós inicialmente solicitámos, já o disse aqui, a Pousada da Juventude começou por ser também uma resposta de retaguarda ao combate da Covid, como sabem. E, nessa resposta, nós colocámos lá forças de segurança, bombeiros, médicos, para o que fosse necessário. Efetivamente, não teve também uma grande utilização. Mas a verdade é que, chegados ao final do ano de 2020, e nas diversas reuniões com o Instituto Politécnico da Guarda, (porque é assim que nós, numa postura de diálogo, mas também de preocupação em resolver os problemas) com o Secretário de Estado do Ensino Superior e com o senhor Diretor das Pousadas de Portugal, chegámos aqui a uma solução de compatibilizar aquilo que é uma finalidade, que não está a ser utilizada, como Pousada da Juventude, daí o valor até 10 mil euros... ainda estamos aqui... de facto, é esse elemento que nos separa aqui ligeiramente. Mas não é, digo-o já, claramente, não é por aí que o protocolo não produzirá os seus efeitos. Mas a Câmara Municipal da Guarda pagará, por ano, um valor até 10 mil euros, para que haja vouchers de alojamento, exatamente para dar e continuar a responder a essa necessidade de Pousada da Juventude. Mas entregará a gestão deste espaço, depois de ela, Câmara, assumir as obras que temos acordado, Câmara e Instituto Politécnico, depois de executar essas obras, entregará este edifício à gestão do Instituto Politécnico da Guarda para responder a uma necessidade premente que é o acolhimento de alunos. Acolhê-los em qualidade de alojamento, mas também em bem-estar, porque essa é uma resposta fundamental para atrairmos cada vez mais alunos. Não há aqui nenhum recuo. As circunstâncias alteram-se. Nós tínhamos bem planeado aquilo que tinha que ser a resposta que tinha que ser dada ao alojamento. E, portanto, cá está o Município. Como com a Proteção Civil, estamos exatamente num processo de que a Proteção Civil possa vir a ocupar outras instalações do Município da Guarda, no concelho, na cidade, e requalificar esse espaço. Estamos a fazer uma candidatura no IFRRU, requalificar a antiga residência feminina exatamente para ali dar resposta a alojamento daquilo que nos é proposto pelo Instituto Politécnico da Guarda. Portanto, nesta lógica, todos nós percebemos que temos que ser parte da solução e não do problema. E também não é daqui que temos que retirar esses proveitos. -----

Depois dizer, efetivamente, que o Centro Escolar... claro que nós temos que ser sensíveis. Nós queremos os nossos alunos e para isso temos investido diariamente, semanalmente. Se olharem para atividade, e vamos vê-la ao fim, a atividade Municipal que o Presidente normalmente junta com os documentos respetivos para conhecimento dos senhores Deputados, veem lá o investimento diversificado, abrangente, no âmbito da educação, como noutras áreas. Mas este é, de facto, um pilar fundamental das nossas opções e determinante também para o desenvolvimento futuro. E, portanto, com certeza que apuraremos. Já foi aqui apresentado, também, pela Vanda Sá, uma solução e, portanto, não há que ser despesistas também. Temos que ser gestores daquilo que são as melhores soluções para dar resposta, efetivamente, aos problemas. E este, se é um problema... os risos e o barulho sempre fizeram parte do meio escolar. Eu andei lá e era assim, na rua, mesmo assim. Compreendemos alguma sensibilidade que possa

existir, mas há que olhar para aquele espaço e ver as respostas que existem. -----
Claro que há muita pavimentação que temos que desenvolver. Nós temos a questão da rotunda, vou sinalizar exatamente esta necessidade e darei conta desta questão para podermos intervir. -----

Relativamente à saúde, é uma questão que nos preocupa fundamentalmente. Não sou eu que o digo. Estou a usar algumas das palavras do representante da Ordem dos Médicos da Região Centro, Carlos Corte, e diz que o Partido Socialista, o Governo apoiado pelo Partido Socialista, abandonou o interior de Portugal na saúde. É ele que o diz. E isto é preocupante que nós queiramos tanto este desenvolvimento, onde a saúde efetivamente é um pilar também estruturante, não só para garantir a salvaguarda de um bem essencial que é saúde, mas para garantir também aqueles que querem investir num território onde, se a saúde não der as respostas adequadas, nós efetivamente deixamos de ser prioritários nas opções de investimento. Nenhum investidor, seja nacional ou internacional, se coloca na Guarda se não tiver a garantia de que, se tiver um problema cardíaco ou outro, tem um serviço de saúde capaz e que dê uma resposta cabal àquilo que são as necessidades deste território. E é verdade que se admite, em situações transitórias, que possamos olhar para outras soluções alternativas. Mas como é dito por este especialista e conhecedor deste setor no interior, distingue claramente Aveiro, Leiria e Viseu de ser já um primeiro mundo na saúde, e diz que Guarda, Covilhã e Castelo Branco são um terceiro mundo na saúde de Portugal. Isto não é admissível nos tempos que correm, numa circunstância em que o investimento não é só físico, é importante, mas o apoio nas valências, nas especialidades... se nós percebermos que muitas vezes há essa dificuldade em que os médicos aqui desempenham uma função essencial na promoção da saúde, também é importante perceber, e já o disse também nas entrevistas que fui dando, que as Universidades na área da saúde, o Instituto Politécnico na área da saúde, os seus alunos têm um compromisso com o nosso território. Não é vir aqui tirar os cursos e depois ir para as grandes clínicas privadas desenvolver os atos de saúde e os atos médicos para aí ganharem a sua vida. É preciso compromisso com o território porque também foi este território que os recebeu, que lhes dá alojamento. Os Municípios investem para terem melhores condições de bem-estar e, portanto, também esse compromisso de cidadania, de responsabilidade, deve ser assumido pelas instituições de ensino, pelo Governo, como também pelo próprio Município. -----

Dizer também que é evidente, não devia ser, mas é curioso... Eu tive a atenção de ouvir o senhor Deputado Aires Diniz e passa de um elevador que avariou para a Torre de Menagem. Mas esqueceu-se de dizer que no dia 27... não há vergonha nenhuma, Deputado Aires Diniz... no dia 27 de novembro foi requalificada uma das torres principais da cidade da Guarda, a Torre dos Ferreiros, que lhe escapou, mas eu recordo. Foi um investimento de mais de meio milhão de euros com um elevador panorâmico. As pessoas, hoje, acedem a esta Torre, ao miradouro, a um eixo fundamental, para também apoiar aquilo que é a nossa estratégia de turismo. Podia desenvolvê-la mais, não o vou fazer. Mas dizer que este investimento, não só reabilita um monumento histórico de referência da cidade, não tira o lugar da Torre de Menagem, nada que se pareça, mas é um espaço histórico, importante para a nossa identidade, que estava afastado, de costas voltadas para a cidade e nós integrámo-lo, como é hoje possível de observar, na nossa cidade. Quem nos visita pode ter também uma outra resposta e beneficiar daquilo que

são pontos turísticos importantes para cativar mais turismo. E é verdade. Reconhece-se. Tivemos uma reunião com o empreiteiro da obra onde manifestámos o nosso desagrado, porque é inaceitável que uma obra nova, com aquele equipamento... porque nós, neste dia da cidade, inaugurámos duas coisas distintas: a requalificação da Torre dos Ferreiros, mas também um elevador panorâmico. E um desses eixos importantes, de facto, teve problemas de funcionamento e isso perturbou-nos gravemente, porque sabemos que mais de mil pessoas já subiram àquela torre nos últimos dez, quinze dias. E isso é importante também demonstrar, valorizar. É verdade, o elevador não funcionou. Vamos querer que funcione, vamos também exigir que as pessoas tenham a sua responsabilidade. -----

Dizer, senhor Deputado, eu não falo mentira. Digo a verdade. Se eu disse que há vinte ruas que já estão adjudicadas, que estão prestes a entrar em execução, a própria obra, na cidade, é porque é! É evidente que eu não fui elencar todas as ruas que vão ser intervencionadas. Como vão ser mais. Eu não tenho aqui agora a lista total, mas vou-lhe já acrescentar aqui cerca de... obras adjudicadas. Usei aqui este documento da informação da Atividade Municipal e como pode também consultar: reabilitação do Largo Frei Pedro, Rua do Encontro, Rua Alves Roçadas, Rua Camilo Castelo Branco, Rua das Flores, Rua Virgílio Ferreira e zona envolvente, espaço público e zona envolvente da Rua Pinto Peixoto. Conservação de pavimentos, também, num valor de 347 mil euros. Mas eu farei questão de lhe fazer chegar as vinte ruas que já estão contratualizadas. Podia-lhe dizer quem é o empreiteiro que ganhou esse concurso e está na mão do empreiteiro lançar o início das obras. Estas já estão em execução, as que eu estou aqui a ler. Mas haverá outras para avançar. Os aglomerados rurais da freguesia urbana estão adjudicados, só que houve aqui um atraso no processo porque nós também queremos fazer... não queremos pôr só a pavimentação, por exemplo, os Galegos, a Cabreira, Alfarazes, são várias ruas que vão ser reabilitadas. O que acontece é que não decidimos pôr a pavimentação sem fazer a parte hidráulica. Foi um valor de cerca de 120 mil euros de necessidades que obrigam a uma execução subterrânea da obra e só depois vamos fazer a pavimentação. Isto atrasou. E neste verão não conseguimos iniciar a obra exatamente por esse facto. Mas, já adjudicado também a realização das obras de hidráulica, as vinte ruas vão ser efetivamente executadas. Estas, são um exemplo. Mas eu darei ao senhor Deputado as vinte ruas, com o nome exato, que vão ser intervencionadas e que estão adjudicadas. Não vão lançar o procedimento agora. Eu quando disse, quando me manifestei nesse sentido, já tínhamos o nome das vinte ruas, eu é que não as consegui dizer todas de memória. A locomotiva tem sido um processo que nós já temos alguma responsabilidade neste sentido. O primeiro objetivo era termos uma locomotiva dos anos 30, dos anos 40, que fez aqui a zona da beira baixa. Não foi possível. Não vou explicar agora as circunstâncias porque não foi possível. Adotámos uma outra solução de uma locomotiva, já a gasóleo, dos anos 60. Recentemente, e digo recentemente há dois meses a esta parte, conseguimos ter a possibilidade de trazer novamente uma locomotiva das antigas, a vapor. Portanto, esse foi, neste momento, o processo que nós estivemos a tratar. A Fundação CP deu agora autorização de que não tem nada a obstar, pelo contrário, promove a entrega dessa locomotiva ao Município da Guarda. Foi feito um novo protocolo com a CP. Eu posso mostrar a data em que foi feito, tem 2 meses. Estamos a tratar de todo o processo logístico para vir para uma empresa da Guarda e aí ser requalificada e regenerada. Está o Arquiteto Costa Gomes com esse processo em mãos, exatamente no contacto de

sempre, direto e imediato, com a REFER, com a CP e as Infraestruturas de Portugal, para podermos trazer essa máquina, com este transporte especial, e ser colocada numa empresa que tem localização em Santana D’Azinha. Aí será reabilitada e depois vem para a rotunda. Já lá devia estar. Não está. Os guardenses se se habituam... ok, estão a habituar-se, mas vão ter locomotiva. Isso, eu garanto. Não digo é o prazo porque não depende diretamente de mim. (...) O custo de? O fundo Europeu, há no âmbito, por isso fizemos duas ARU’s... nós tivemos, no início, a Área de Reabilitação Urbana que abrangia praticamente o centro da cidade e, posteriormente, avançámos para outras áreas da cidade. Designadamente esta, como foi dito, ao tempo, pelo então Presidente da Câmara. Não recebemos integralmente, mas temos uma comparticipação, ainda que inferior àquilo que foi o custo, mas há uma comparticipação financeira para este investimento. Não lhe vou dizer aqui qual é o valor, porque eu também não o tenho, agora, de cor. Mas está aquém daquilo que estava previsto e daquilo que efetivamente nós ali gastámos. -----

Relativamente à não questão, à não questão que o senhor Deputado, Engenheiro Monteirinho, aqui colocou. Eu penso... quer dizer, a questão do Multiusos, vamos ali ao orçamento está lá referenciado, mas, 2021, zero. Orçamento de 2021, zero. Quer dizer que temos outros projetos. Olhando para o orçamento, vamos ver que há outros projetos que têm uma dinâmica, designadamente a Alameda dos F’s que vai ter mais ação e da nossa parte para que se inicie a obra ainda no próximo ano. E, portanto, a não questão... porque nunca vi ninguém querer discutir o Multiusos, mas o não querer discutir passa a ser questão. Portanto, o senhor Deputado Monteirinho vem aqui, em nome e na defesa da honra de pessoas que eu respeito muito. Longe, longe. E as circunstâncias que aqui trouxe a esta Assembleia nada têm a ver com as pessoas, nem com aquilo que o senhor Deputado quis, de alguma forma redundante, também evidenciar. E, desde logo, porquê? Grave, grave, foi entregar 2 milhões de euros sem escritura pública de compra e venda. Grave, grave, foi entregar 2 milhões de euros sem visto prévio do Tribunal de Contas. Senhor Deputado Monteirinho, vamos ver se nos entendemos, de uma vez por todas. Ou há moralidade, ou então comemos todos. E a moralidade é esta: é justo ou não é justo que se faça um contrato e que as coisas venham para o património do Município? Esta é a verdadeira questão. E não vamos aqui inverter a realidade das coisas. Isso é que não lhe fica bem, senhor Deputado. Porque, na verdade, o que é que aconteceu? O Município da Guarda, num pedido de 31 de agosto, feito pelo grupo parlamentar do CDS, pediu um conjunto de elementos que tinha a ver exatamente com os espaços e a Quinta do Rio Diz e também o contrato de promessa e respetivas atas. E, estas atas, as atas em causa, foram enviadas a vossa excelência, senhor Deputado Henrique Monteiro, via Wetransfer em 31 de julho de 2020, no ficheiro dominado petição inicial, processo 1857/19, Ponto 7T8GRD. Na página 35 e 40 do referido ficheiro, encontram-se respetivamente a ata da reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2001 e da reunião da Assembleia Municipal a 27 dezembro 2001. Isto foi transferido do meu gabinete, no dia 31, em resposta ao documento, ao pedido do senhor do senhor Deputado. O meu gabinete entregou estes documentos ao grupo parlamentar do CDS por esta via que acabei de referir. Portanto, o grupo parlamentar tem essas atas. Embora, se formos ler, por problemas de áudio, a ata não fez registo nenhum. Portanto, problemas de áudio não há registo. Não há registo. Não se sabe qual é a posição. Está lá, não sou eu. É ler as atas, leiam as atas. Portanto, quer uma, quer outra, quanto aos pormenores do negócio, a não ser a junção do contrato promessa,

não é evidente daquilo que foi a vontade dos intervenientes. Mas essa questão, leiam as atas e vejam o que lá está. Mas estas atas foram entregues pelo sistema Wetransfer em 31 de julho de 2020. Sucede que, de uma forma mais pormenorizada, em 31 de agosto, o grupo parlamentar do CDS faz um novo pedido à Câmara da Guarda. E pede ponto por ponto. E tentou-se, o meu gabinete quis e como é seu dever... aliás, o senhor Deputado Monteirinho que já tem também, que fez o mesmo pedido ou pedido idêntico, onde foi junto tudo integralmente e terá as atas também. Tem lá as atas em sua posse. Pediu e foi entregue. Também em 31 de agosto o meu gabinete tratou de responder pontualmente, conforme assim foi pedido pelo grupo parlamentar do CDS. E há uma pergunta que diz que queria também ter acesso às atas e, num conjunto de perguntas, há uma resposta dada pelo meu gabinete que não têm as atas. Este documento foi assinado por mim, eu tenho a responsabilidade de assinar este documento. E há uma pergunta que teve esta resposta, errada, mas foi dada. Mas a verdade é esta, os documentos também estavam na posse, em julho, do grupo parlamentar do CDS. Portanto, dizer aqui que não havia conhecimento das atas, era preciso que isso fosse esclarecido numa perspetiva completamente diferente, porque as atas foram entregues ao grupo parlamentar CDS. O Presidente da Câmara não tem aqui responsabilidade direta porque os documentos foram entregues. Logo, a partir daí, todas as conclusões que retira, sendo apenas uma mera criação empírica ou político/interessada da questão para desvirtuar o centro do problema, trouxe o senhor Monteirinho uma preocupação aqui como se de factos não se tratasse, mas sim de atacar a nobreza e a honra de pessoas. Algo que este Presidente e o Executivo que representa jamais aqui fará. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado, depois do Presidente não fala mais ninguém. Sobre as atas? Mas o que é que tem para dizer sobre as atas? Faz favor, muito rapidamente. Está a falar das atas...” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, das atas que...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está a falar de duas atas. Nós estamos aqui, neste caso concreto, a falar de duas atas. É que eu também gostava de dizer uma coisa sobre as atas. Nós estamos a falar de atas de Órgãos diferentes. Uma ata da Câmara Municipal e uma ata da Assembleia Municipal cuja responsabilidade da emissão da ata compete ao Órgão Assembleia Municipal e não à Câmara Municipal. Mas fale lá, que eu já falo.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Por isso mesmo, senhora Presidente. É só para lhe transmitir isto, senhor Presidente. Aquilo que eu disse e que reafirmo é que senhor Presidente, nessa Assembleia Municipal em que os senhores Deputados do CDS vieram a dizer que não havia atas, o senhor Presidente não disse absolutamente nada. Não disse, não esclareceu. E eu vou ler então o que diz a ata da Assembleia Municipal, senhor Presidente. Repare bem: «Período da Ordem do Dia. Discussão e votação do Contrato de Promessa de Compra e Venda dos terrenos da Sociedade Têxtil Manuel Rodrigues Tavares, Lda. no âmbito do Polis.» Repare bem o que diz. O senhor Presidente diz que não estava esclarecido, dizia que não se ouvia. Repare bem. Então, está cá transcrito tudo. Absolutamente tudo. «Foi dada a palavra sobre o assunto à senhora Presidente, à senhora Deputada Júlia Sobral, ao senhor Deputado Luís Aragão e ao senhor Deputado António Boa. Usou da palavra a senhora Presidente para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Foi dada a palavra ao senhor Vereador Álvaro

Guerreiro a fim de esclarecer algumas dúvidas. Foi dada a palavra à senhora Deputada Arminda Carvalho» que está aqui presente, o senhor Deputado Aragão também está «que fez algumas observações. Pediu a palavra a senhora Deputada Júlia Sobral para pedir algumas informações. Usou da palavra a senhora Presidente para responder às informações solicitadas. Foi dada a palavra ao senhor Vereador Carlos Gonçalves para justificar o voto favorável dos Vereadores do PSD em relação ao assunto, aproveitando a ocasião para felicitar todos os presentes. Colocado à votação a proposta foi aprovada por maioria, com uma abstenção.» Não percebo o que é que não se consegue ler aqui, senhor Presidente. Pode-me explicar o que é que não se lê? Só um segundo, então. Só mais uma coisa. Em relação à ata da Câmara, está cá tudo, senhor Presidente. Quer que leia a ata toda? Não percebo. O senhor Presidente diz que não se percebe, não se via. Parece que está cá tudo, senhor Presidente. Eu pedia à senhora Presidente, se me permitisse, só para esclarecer este assunto e terminar. O que eu disse aqui foi que o senhor Presidente não interveio, na última Assembleia Municipal, quando o senhor Deputado apresentou e disse que não havia as atas. O senhor Presidente nada disse acerca disso nessa Assembleia. Absolutamente nada. Depois é que deu uma conferência de imprensa a dizer que existiam as atas e tudo mais. Aquilo que nós pedimos, senhor Presidente, não tem mal nenhum. Quando as pessoas erram, eu quando erro e quando todos erramos temos que assumir a nossa responsabilidade. Mas o senhor Presidente disse aqui que não é sua a responsabilidade que enviou para os Deputados do PSD. Pronto, então só não percebo uma coisa, senhor Presidente. Porque é que nessa Assembleia que foi discutido este assunto o senhor Presidente não tomou da palavra e disse: não, não, existem as atas. Tão simples quanto isto e o assunto estava terminado. Agora, o senhor Presidente estar a tentar falar de outras coisas, que também são objeto de discussão política e devem ser discutidas. Ninguém aqui disse que não devia ter sido feito o contrato e assinado. Ninguém aqui disse. Ninguém falou disso, senhor Presidente. O que falei, eu, aqui, foi de atas e é disso que estamos a falar. E o senhor Presidente, na altura, não disse nada. Isso é que está em causa, senhor Presidente. E por isso é que o Partido Socialista disse para repor o bom nome dos Autarcas do Partido Socialista e mantenho isso que disse. Está bem, senhor Presidente? Se me permite, deixe-me dizer-lhe uma coisa que também gostaria de ouvir, um conselho que me pudessem dar se eu desempenhasse umas funções idênticas às suas. E diria o seguinte, permita-me que lhe diga isso, quando alguém vier de fora falar mal de tudo aquilo que se passa na cidade da Guarda, eu acho que, publicamente, nós nunca devemos replicar aquilo que os outros dizem. Devemos defender as dificuldades que existem e nós sabemos que existem essas dificuldades. Depois de terminar a sessão pública, acho que senhor Presidente, com a sua legitimidade de ser eleito por esta população, deve chamar os responsáveis e deve exigir responsabilidades daquilo que não está a ser corretamente feito. Não é replicar, numa Assembleia, perante os senhores Deputados e perante toda a população da Guarda, aquilo que os outros dizem de mal que é feito na nossa cidade. Isso não é uma atitude de Presidente. Permita-me isso. Desculpe.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Chaves Monteiro:** “Posso?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faz favor.” -----

- **Presidente da Câmara Municipal, Carlos Chaves Monteiro:** “Senhor Deputado, eu também não quero alimentar muito mais esta questão, porque é o que é. Mas como o senhor Deputado acabou de ler as atas... pergunta, resposta, respondeu às dúvidas. Pois,

é o procedimento, é a forma. Mas qual foi a vinculação? Qual foi a manifestação de vontade dos intervenientes para nós conhecermos? Sabemos também do resultado da decisão, mas é preciso perceber. As atas existem, são para memória futura e retratam aquilo que serviu de fundamento àquela decisão. E como nós vimos, as atas não dizem nada sobre o que foi a manifestação de vontade e o que a justificou. Este é o primeiro ponto. A segunda questão, eu não falei dos outros para minimizar a Guarda, senhor Deputado. O senhor procura ir sempre por aqueles caminhos que me parecem que não são corretos. Eu falei de dois. O eixo da A23 e o eixo da A25. Falamos de Guarda-Castelo Branco e falamos de um eixo Viseu-Aveiro. E daí retire as suas relações.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não fala mais ninguém. Tenham paciência. Só queria deixar aqui uma nota para clarificar. E aproveito também, esta informação é também para o senhor Presidente de Câmara. As atas da Assembleia Municipal são responsabilidade do Órgão Assembleia Municipal e só o Presidente do Órgão respetivo é que autoriza a emissão ou não dessas certidões. Quanto a essa questão das atas, dessas duas atas, estávamos a falar de duas atas diferentes. Uma ata de reunião de Câmara que pertence ao Órgão Câmara Municipal, cujo responsável é o Presidente da Câmara, e outra ata que dizia respeito à Assembleia Municipal e cujo pedido dessa certidão dessa ata deve ser endereçado ao Órgão Assembleia Municipal. Tanto assim é que, quando posteriormente a essa Assembleia, quando aqui foi dito que não tinham sido entregues as atas, eu tive dois pedidos relativamente a essa ata dizendo que foi dito na Assembleia Municipal que a ata não existia e eu disse, mas a mim ninguém me pediu a ata. E essas pessoas que fizeram o pedido e as certidões dessa ata foram emitidas. Isto para clarificar e para esclarecer que cada Órgão é responsável pelas certidões das atas respetivas. Interrompíamos aqui para almoço. Não, não fala mais ninguém. Interrompemos aqui para almoço. Regressamos às 14h30. Acham que conseguem almoçar numa hora? Nós temos uma tarde muito comprida. 14h45 no máximo, no limite máximo.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Começávamos. A tarde vai ser longa, são muitos pontos. Por isso, ia apelar à vossa capacidade de síntese para as intervenções, porque, senão, à meia-noite ainda cá estamos e, como sabem, o recolher obrigatório é a partir das 23h00, o que significa que às 22h50... Não, está enganado. Esta nova Resolução não fala de políticos. Leia bem, senhor Engenheiro, porque não fala. Não fala. Bom, vamos então começar com o Período... sim? Senhor Deputado, não me diga que, ainda nem começámos a sessão, já o senhor quer falar. Mas quer falar a título de quê, desculpe?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Olhe, a primeira coisa que vou falar, é tentar corrigir um lapso...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não percebi, desculpe.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “É para tentar corrigir um lapso que não é meu, é da senhora Presidente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Corrigir o quê? Não percebi.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Um lapso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Um lapso. Se quer corrigir os meus lapsos tem muito para corrigir. Mas diga.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Existem. Existem. Existem. É que a senhora Presidente não pôs a votação a proposta de CDS sobre a restauração. E, já agora, deixe-me dizer-lhe. Também, se calhar, foi por lapso que, desta vez, a senhora Presidente deixou falar alguém depois de falar o senhor Presidente da Câmara. Aliás, acho que era um princípio que lhe ouvi aqui afirmar várias vezes, que depois do Presidente da Câmara ninguém fala. Deixou falar o Partido Socialista e, sobre a mesma matéria, não deu...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim, e depois deixei responder o senhor Presidente.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “... não deu oportunidade ao CDS de acrescentar informação àquilo que aqui foi dito, porque é importante que as coisas fiquem esclarecidas...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pronto, muito bem. Está esclarecido. Tem razão quanto ao lapso...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não sei se também foi lapso ou se me permitirá, realmente, esclarecer aqui alguns aspetos...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Não permito. Isso, tenha paciência, não vai voltar a falar do assunto.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Pronto, ok. Tudo bem.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Quanto ao lapso, tem toda a razão. Foi um lapso, não foi feita a votação. Podia ter chamado à atenção, na altura. Mas, provavelmente, também por lapso, vocês também se esqueceram. Por isso, lapsos temos todos.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “A senhora Presidente, constantemente, tem-me cortado a voz aqui dentro desta Assembleia. Portanto, isto já é uma prática corrente.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Bom, vamos ao essencial da questão. Senhor Deputado, está esclarecido. Agradeço-lhe ter-me chamado à atenção do meu lapso, que efetivamente aconteceu. Não foi votada a proposta. Tratamos já disso de seguida. Como diria o outro, fazemos já aqui a prova. Mas, como eu dizia, portanto, iríamos entrar, então, no Período da Ordem do Dia. Faremos já, de seguida, a votação desta proposta de «Medidas de Apoio à Restauração». É desta que falamos, não é? Que foi a que não foi que votada. Muito bem. Mas quando assim é, estamos aqui oitenta e sete elementos, podiam-me ter chamado à atenção de que faltava... pois claro. Pois claro. Era para isso que queria usar da palavra? Peço desculpa. Peço desculpa, o senhor Deputado queria dizer que eu me tinha esquecido, era para isso mesmo que queria usar da palavra. Muito bem. Então, vamos pôr então à votação esta proposta «Medidas de Apoio à Restauração», é uma proposta apresentada pelo grupo municipal do CDS (...)

Mas ela foi lida, senhor Engenheiro. Foi lida e foi discutida. Eu leio a conclusão, «A Assembleia delibera aprovar, como medida mitigadora à perda de rendimento da restauração, que as refeições que são fornecidas pelas instituições ao apoio domiciliário, aos sábados e domingos, passem a ser suportadas pela Autarquia, adquirindo as mesmas nos restaurantes locais, permitindo aliviar o esforço financeiro dessas mesmas instituições e a folga necessária em alguns recursos humanos que começam a ser escassos», tem aqui um pequeno erro, «bem como o apoio direto ao rendimento perdido por parte da restauração.» É esta a proposta. Faz favor, senhor Deputado.” ----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Evidentemente que tudo o que mexe com dinheiro é uma questão sensível. O dinheiro é aquela coisa que existe e que, muitas vezes, se torna escassa. Eu sei que a Câmara já anunciou algumas medidas de apoio às IPSS e também à economia local. E o que é que o CDS entendeu? Entendeu que esta seria uma medida que seria transversal. É que, de uma penada, no fundo, estávamos a apoiar as IPSS e estávamos, de alguma forma, também, a apoiar o pequeno comércio, nomeadamente a área da restauração que, neste momento, talvez seja o setor que está a viver o maior drama como resultado da pandemia.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada pelo esclarecimento, senhor Deputado. Podemos pôr à votação, então? Está esclarecido? Podemos? Muito bem.” -----

----- **Resultado da votação da Proposta** -----

----- **Medidas de Apoio à Restauração** -----

- Aprovada, por maioria, com trinta e sete votos a favor e dezassete abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Entramos, então, agora, no Período da Ordem do Dia e começávamos pelos... faz favor, senhor Deputado Pedro Nobre. Uma declaração de voto.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Apenas para dizer que me absteve na qualidade de... enfim, a minha atual profissão tem a ver com a restauração e, para não haver aqui conflitos de interesse, foi essa a razão de me ter absterido.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguma Declaração de Voto? Não? Entramos, então, no Período da Ordem do Dia com os Assuntos de Interesse Geral Municipal.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto 2.1 - Assuntos de Interesse Geral Municipal. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Começávamos, então, pelo grupo municipal da CDU. Senhor Deputado Aires Diniz «Viver e Ultrapassar a Pandemia».” ----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, tentando dar algum animo a esta gente, quero afirmar que podemos viver e ultrapassar a pandemia. A prova de que podemos viver e ultrapassar esta pandemia é o facto de nos termos reunido nesta sala, cumprido nela os preceitos da GDS e o facto de, em muitos outros lugares, terem acontecido reuniões, sem problemas, permitindo a discussão dos nossos problemas nacionais, regionais,

municipais e locais. Foi preciso coragem e até luta contra aqueles que nos queriam confinados num qualquer canto onde não podíamos ter intervenção cívica. Pelo meio desta pandemia, perdemos alguns amigos e familiares por falta de cuidados em saúde, obrigando-nos a repensar o que queremos ter como SNS, já que, da nossa parte, é um baluarte fundamental na promoção da saúde, prevenção da doença e na reabilitação da mesma doença. Assistimos, entretanto, à insanidade de alguns líderes mundiais que puseram em perigo a vida dos seus povos e o próprio conceito de democracia que tentaram e até conseguiram perverter nas suas práticas quotidianas. Claro que a vida não tem sido fácil para todos nós, pois somos obrigados a estar separados dos nossos familiares e amigos, como modo de nos protegermos uns aos outros. Agora que já está em marcha a vacinação no Reino Unido, na Rússia, e talvez em qualquer outro país, somos obrigados a pensar com mais certezas quando e como vamos retornar à normalidade desejada e, ainda, de que forma se vai revestir. Neste contexto, devemos enfatizar a necessária articulação do saber científico, sob a alçada da Organização Mundial de Saúde/ONU, com o serviço dos povos que não deve ser um negócio das multinacionais farmacêuticas. Tivemos tempo para sentir e pensar melhor as razões das falhas do nosso modo de vida. Assistimos a malabarismos do poder e a falhas em instituições por força de oportunismos e também por causa de azares morais dentro das instituições em que elas acontecem. Tudo me deu razões para voltar a recordar o que já pensei e já quase me esqueci que é a New Institutional Economics, que é a nova economia institucional, algo que os marxistas norte americanos investigaram e os portugueses, em geral, teimam em não conhecer e em não investigar. Mas, temos de o fazer. As nossas instituições sociais, dotadas com mais ou menos tecnologia, mostraram como são os comportamentos perversos ou, melhor dizendo, adversos à racionalidade e aos comportamentos amigos do próximo e do ambiente, os grandes obstáculos que tivemos e temos de enfrentar para minimizar os efeitos dos comportamentos inadequados de muitos. E são os que acontecem por insensatez e outras vezes por temeridade por desvalorizarem os perigos derivados da COVID 19 e outras doenças, que foram insensatamente desvalorizadas, colocando-nos todos em perigo. Entretanto, aconteceu que também foram desvalorizados direitos políticos, sociais e laborais, por oportunismos potenciados por falta da necessária e atempada intervenção cívica, que esclarecesse quem tem de dizer não à perda de direitos, tanto de forma individual como coletiva. E este é mesmo o papel social e político de cada um de nós. De facto, o clima de medo, sempre irracional, muito permitiu, incluindo muitos comportamentos oportunistas e isso não pode continuar e muito menos devia ter tido início. Perdemos, por isso, muitas empresas, em particular muitas empresas familiares, por força de proibições de atividade e de confinamentos exagerados. Esqueceu-se demasiadas vezes que, com cuidado, muitas atividades podiam continuar. Houve até quem quis proibir os mercados ao ar livre, ou seja, de levante. Agora que vemos o início do dissipar das nuvens negras da pandemia, há que lutar pelo regresso à normalidade onde nenhum direito à vida pode deixar de ser reivindicado. Reverter todas as situações que prejudicaram trabalhadores e empresas, bem como corrigir falhas nas instituições sociais e políticas, passa a ser a nossa obrigação cívica e, claro, também política. Aproveitemos, por isso, os ensinamentos e saberes que a pandemia nos deu, para que o mundo pós-pandemia possa ser melhor. Isso implica que tenhamos perseverança, sem tibieza, na construção do futuro que agora se reinicia. Um Bom Ano.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta intervenção da CDU? Não? Então, passávamos à intervenção do grupo municipal do CDS «Economia, Saúde e Finanças». Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Obrigada, senhora Presidente. Eu começava por fazer aqui uma citação de uma pessoa que nos é cara, que foi uma pessoa de enorme vulto neste país e que um dia afirmou que: *sei hoje tanto com quase cem anos como sabia quando tinha dois*. E eu estou quase como o Professor Eduardo Lourenço. Eu, se calhar, sei menos hoje do que há três anos quando cheguei a esta Assembleia Municipal, nomeadamente naquilo que tem sido o posicionamento de algumas bancadas, com os senhores Deputados Municipais, relativamente a posições que tiveram no futuro. O CDS nunca fez, nesta Assembleia Municipal, nenhum ataque de carácter a ninguém. Até porque as pessoas merecem-nos o maior respeito. Aquilo que estive aqui em avaliação, foram atos de gestão política. O senhor Deputado Monteirinho, António Monteirinho, veio aqui tentar dizer que o CDS quis fazer, de uma mentira, um facto político. Enganado, o senhor Deputado. O CDS veio para aqui, com um conjunto de informação que recebeu da Câmara Municipal, onde, em resposta a um requerimento que foi enviado com um conjunto de ponto, aliás, os senhores Deputados receberam, a Câmara Municipal respondeu, até final de julho, a quatro ou cinco pontos. E eles eram dezassete ou dezoito. E o CDS imediatamente deu nota, picou a informação que lhe tinha sido enviada, os pontos que tinham tido resposta, e imediatamente informou a Câmara. Até porque o e-mail dizia: «conforme solicitado envia-se a informação». Ora bem. Aquela não era a informação solicitada e daí repetiu-se o pedido. E, no pedido que se repetiu aos pontos que não tinham obtido resposta, veio a resposta que já é aqui do conhecimento: «os documentos não existem». Mas o CDS, quando foi nessa Assembleia Municipal, não foi aqui taxativo a dizer que os documentos não existiam. Se não, vão ouvir o áudio da reunião da Assembleia. Aquilo que o CDS questionou foi... eu disse, qualquer coisa do gênero, parece que nem as deliberações existem. E eu disse: então, mas existiram? não existem? existiram agora e desapareceram? E, se for assim, já quase se assemelha a um caso de polícia. Foi, mais ou menos, com estas palavras que foi feita aqui a intervenção. Portanto, não foi feito nenhum facto político disso. O facto político que aqui existe e que o senhor Deputado não tocou, é a falta do visto prévio do Tribunal de Contas. Esse é que não tocou. Nem respondeu tentando explicar a razão da falta desse visto prévio. Ultrapassou-se o Tribunal de Contas? O Tribunal de Contas que tem daqui a pouco duzentos anos de existência, já não conta para nada? Porque é que a escritura também não está feita passados dezanove anos? Fê-los no dia 12? Porquê? Isto também não foi explicado. Nem foi explicado porque é que a Guarda está sem dois milhões de euros. É muito dinheiro, certo? A isto é que era preciso dar explicações. Não tentem agora criar um facto político de algo que não decorreu da forma como o senhor Deputado aqui apresentou. Com o devido respeito, as coisas têm que ser colocadas no respetivo lugar. E dizer que nós aqui defendemos exclusivamente o interesse público. Que fique claro. Mais nada. É a única coisa que nos move. Nem estamos aqui para fazer avaliações de carácter de ninguém. Já agora, também, estranha esta mudança (e por isso é que eu digo que sei hoje menos do que quando aqui cheguei) do Bloco de Esquerda. Mas, aliás, em coerência, é a imagem

de marca do Bloco de Esquerda, que de trotskista agora parece que passou a social democrata. Mas cuidado com os lobos vestidos em pele de cordeiro. Cuidado, tenham medo. Tenham muito medo de quem é dissimulado. Não tenham medo das pessoas que são frontais. Certo? Tenham medo dos dissimulados. Eu não sei se o senhor Deputado está aqui a tentar curar as dores do divórcio da geringonça a nível nacional, ou se realmente já tem em mente, agora, uma possível geringonça local e, então, muda de posição. E em vez de estar do lado dos utentes da ULS (que alguns votaram no senhor, não sei, pode ser gente que ainda não tenha problemas de vista, mas também os poderá haver) o senhor põe-se do lado de quem continua a fazer atropelos ao Serviço Nacional de Saúde e atropelos às condições que a própria ULS oferece aos utentes do concelho e do distrito da Guarda, deixe-me dizer-lhe. Olhe, e vou-lhe dizer. Eu não o referi, eu disse que até tinha relatórios. Mas também não lhe vou dizer quantos. Mas vou-lhe dizer que, infelizmente, tenho um. E sabe de quem é? É o do meu pai. Portanto, o senhor insinuou e isso é muito baixo. O senhor insinuou que eu podia aqui ter tido acesso a relatórios de forma ilícita. Foi isso que o senhor aqui quis dar a entender a toda esta Assembleia e a quem nos ouve em casa. Mas quem está aqui a ouvir, e há aqui muitos Presidentes de Junta cujos fregueses têm esse tipo de problemas... está a perceber? Essas pessoas têm que saber e têm que levar ao conhecimento dessas pessoas qual foi a posição que o Bloco de Esquerda aqui tomou. Também têm que saber qual foi a posição do Partido Socialista e qual foi a posição da maioria da bancada do PSD. Não, não. Não estou a deturpar nada. Eu estou..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Não entrem em diálogo, por favor. Senhor Deputado, tem que terminar porque já ultrapassou, em dois minutos, o seu tempo." ---

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** "Eu estou apenas a esclarecer insinuações. É assim, não estejamos à espera que aconteça aos utentes da ULS aquilo que aconteceu ao cidadão ucraniano no aeroporto de Lisboa, e depois vimos chorar sobre o leite derramado..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, tem que terminar, por favor. Já ultrapassou, em três minutos, o seu tempo." -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** "Eu termino. Eu termino..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Rapidamente. Já ultrapassou em três minutos." -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** "Termino, senhora Presidente. Agora, eu queria aqui... aliás, o senhor Deputado Monteirinho..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, está um senhor Deputado a falar. Peço à audiência, por favor." -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** "... também levantou aqui a questão de que... aliás, o carácter das pessoas não está aqui em avaliação de ninguém. De ninguém. Os atos políticos é que estão. E até chamou aqui a questão da Quinta da Maunça que foi enviado não sei para onde, que afinal estava tudo bem. Excelente. Isso honra a Guarda. Percebeu? Isso honra e orgulha a Guarda. Agora, também não percebo

porque é que o assunto dos terrenos do Rio Diz está a ter um tratamento diferente daquele que foi dado ao negócio da Quinta da Maunça. Porque é que não seguiu os mesmos caminhos? Senhor Presidente, isto é uma questão que eu deixo aqui no ar. Porque é que não seguiu os mesmos caminhos? Evidentemente que eu sei que o Partido Socialista, hoje, vem nervoso para esta Assembleia, porque o Partido Socialista ainda não conseguiu acomodar, ou melhor, arranjar um antibiótico ou qualquer coisa que o curasse das dores de, finalmente, termos uma redução significativa nas portagens. Ainda não conseguiu encaixar isso e vem nervoso, vem agitado,..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado, tem que terminar." ---

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/PPM/MPT):** "... tenta criar aqui factos políticos para desviar a atenção daquilo que é importante. É que acabaram os jogos de sombras com as portagens, com a história da redação das portagens. Agora temos a realidade. E a realidade é que vamos ter, a partir do dia 1, uma redução de 50%. Só é pena que tenha apenas a validade de um ano e que tenha ficado em Orçamento de Estado. Porque eu não sei qual vai ser a posição do Bloco de Esquerda daqui por um ano, se vota da forma como votou hoje, ou se já vota de outra forma se, entretanto, fizerem as pazes lá para os lados da geringonça. Obrigado." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigado, Senhor Deputado. Eu pedia, mais uma vez, à vossa capacidade de síntese, porque se todos forem exceder o tempo, tal como o CDS acabou de o fazer, em cinco minutos, vos garanto que não terminamos a Assembleia hoje. Ou temos capacidade de síntese e fazemos as intervenções no tempo que está programado... e não é por repetirmos cinquenta vezes a mesma coisa que ela fica mais clara. Por isso eu pedia-vos, a todos, que tivessem isso em consideração. Sabem que a ordem de trabalhos é longa e, portanto, apelo a todos para isso. Muito bem. Alguém para intervir sobre a intervenção do CDS? Não? Passamos à intervenção do Bloco de Esquerda, «Poder Autárquico». Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor." -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "Muito obrigada, senhora Presidente. Relativamente à intervenção, se é que foi alguma intervenção que aqui vimos, por parte do senhor Deputado Henrique Monteiro, uma mistura de tudo... não sei. Nem percebi muito bem, mas tudo bem. Agora, deturpar as palavras é que... ainda estou para ver, vamos ao áudio daqui a bocadinho, se quiser ver, no fim, e vamos ver onde é que o Bloco de Esquerda foi contra a que haja um sistema nacional de saúde na Guarda que proteja quem tiver que recorrer ao mesmo. Depois podemos discutir isso. Mas não vou perder tempo, porque não me compete, agora, estar a falar consigo sobre esta matéria. Tenho mais o que fazer aqui. Tenho pouco tempo. Ficámos, há pouco, a saber, por parte do senhor Presidente de Câmara, que afinal de contas o fundo europeu, relativamente à rotunda onde vai estar, um dia, a locomotiva a vapor... é mesmo a vapor, demora muito, demora muito, já percebemos. Mal por mal, ainda bem que vai ser requalificada por alguém da zona da Guarda. Ainda bem, é a vapor. Esperemos que os da Guarda mostrem como é que se trabalha e é rápido. Agora, a verdade é que assumiu aqui que o dinheiro ficou muito aquém. Agora, se ficou muito aquém, espero que tenham consciência de quem é que vai pagar o muito aquém. O muito aquém, quem vai pagar, são os guardenses. Então lançava-se um fundo europeu, dizia-se que ia ter acima de 85% de financiamento e,

afinal, ficou muito aquém. Paga guardense. E é aqui isto que tem que ficar transmitido. Com vapor, ou sem vapor, paga guardense. Para quê? Para um capricho. Um capricho de uma rotunda. Um capricho de uma pessoa que, à primeira oportunidade... vamos para Bruxelas. Por aqui me fico. Na última Assembleia, depois de enumerar as várias posições e reações do atual Presidente da Câmara, Carlos Monteiro, PSD, e do Vereador sem pelouros, Sérgio Costa, PSD, terminei com a pergunta se esta Autarquia era ou não eleita pelo Partido Social Democrata. A resposta foi: sim. Contudo, parece-nos ser urgente acabar com esta brincadeira que já todos percebemos ser o jogo da cadeira. Enquanto estão mais preocupados com quem mais fotos coloca nas redes sociais, os guardenses ficam para trás. O atual momento de pandemia, a juntar a esta desorientação política já demonstrada, por várias vezes, em público, será, certamente, no futuro, um caso de estudo no poder autárquico. Senão vejamos. O Presidente da Concelhia PSD e Vereador do PSD, afastado do pelouro pelo Presidente do Município do PSD, insiste em fazer oposição pública ao Executivo. A Presidente da Assembleia Municipal, acaba por ter algum conflito entre: se organiza ou não organiza, se é possível ou não é possível uma Assembleia extraordinária. A Câmara entra em conflito, entram ofícios... só para relembrar: Câmara PSD, Presidente da Assembleia Municipal eleita pelo PSD. Veio a público que os Presidentes de Junta PSD do Concelho da Guarda enviaram recados para a Direção Nacional do PSD. Recentemente, houve uma contestação de empreiteiros, promotores imobiliários, engenheiros civis, arquitetos e empresas mediadoras, que, segundo a imprensa, juntaram-se para lançar um manifesto em que criticaram a inoperância do serviço municipal das obras da Câmara. De realçar que o porta-voz, segundo a imprensa, foi o atual vice-Presidente da bancada municipal, o senhor Deputado Luís Aragão, PSD. Recapitulando. Presidente do Município PSD, Vereador sem pelouro e Presidente da Concelhia do PSD, engenheiro indignado Deputado Municipal do PSD, Presidentes de Junta PSD, Presidente da Assembleia Municipal PSD e Chefe de Gabinete da Presidência ao mesmo tempo Presidente da Distrital do PSD. Todos da mesma família a discutir uma possível herança do ausente ex-Presidente do Executivo. É hora de acabar com esta farsa política da maioria PSD. Assumam a responsabilidade que disseram vir a ter, depois da fuga para Bruxelas do ex-Presidente Álvaro Amaro. Os guardenses não podem ter, em 2021, mais um ano difícil e ter ainda um Executivo amarrado pelos seus irmãos políticos. Perante isto, pensamos haver apenas duas opções. Ou a família PSD se entende e assume as suas responsabilidades enquanto eleitos, ou assumem que não têm estabilidade política e retiram a confiança política ao senhor Presidente, para continuar, ou não continuar, à frente dos destinos da Câmara Municipal da Guarda. Os guardenses não têm tempo a perder com esta dança de cadeira do poder. Muito obrigado” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém pretende intervir sobre esta... faz favor, senhor Deputado Aragão.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “A única coisa que queria dizer ao Deputado Marco Loureiro é que fez aqui um exercício de estilo muito bom, muito engraçado. Nalgumas coisas terá mais razão, noutras terá menos. Naquela que tem menos, onde me citou a mim, esqueceu-se de dizer que nessa lista que referiu, de pessoas, tem lá muitas de vários partidos, outros nem têm partidos nenhuns, e provavelmente estão preocupados com o desenvolvimento do concelho. Daí que tenha a abrangência que teve. Portanto,

o facto do primeiro subscritor ser do PSD, não invalida com o segundo ou terceiro, por acaso, até seja do PS... e de outros partidos e muitos sem partido. Portanto, está a querer transformar uma questão, que não tem nada a ver com política, numa questão política. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Muito bem. Passamos... Sim. Faz favor, senhor Presidente de Junta de Santana da Azinha.” -----

- **Deputado José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha (PSD):** “Boa tarde a todos. Só para responder, senhor Deputado Marco Loureiro, cadeiras tenho apenas as da Junta de Freguesia. Não estou à espera de nenhuma mais. Quando fala em Presidentes de Juntas ligados ao partido, suponho que talvez esteja a falar de mim porque fui um dos que, aqui, me manifestei. Apoio o Executivo quando tenho que apoiar. Quando não concordo, sou contra e mostro-o. Não estou à espera de outra cadeira. Portanto, apontar o dedo aos senhores Presidentes de Junta... eu sou Presidente de Junta, eu defendo os meus fregueses. A cor, por acaso, sou militante. Mas se o não fosse também não interessa. Eu defendo os meus fregueses, sou pela minha freguesia.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Mais alguém para intervir? Eu peço desculpa, mas com o reflexo do foco, às vezes, não vejo bem. Não? Muito bem. Passávamos, então, à intervenção do Partido Socialista. «Património e Educação», quem faz a intervenção? Senhor Deputado António Barbosa, faz favor.” -----

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Boa tarde a todos. Vamos então tentar acalmar os ânimos um bocadinho, falando aqui de história. Aquilo que eu queria dizer é apenas uma recomendação e tem como título as casas e a história. É chamado história o conhecimento e o estudo às ocorrências do passado. Os historiadores definem essa ciência de alguns modos distintos. Seja qual for o pensamento que temos da história, uma coisa incontornável: a história não pode ser apagada mesmo que os marcos que lhe deram vida desapareçam. Recentemente, o Município adquiriu algumas casas no centro histórico. Aliás, dentro de algum tempo e por este andar, o Município será proprietário de uma grande fatia dos edifícios existentes nesse centro. Embora considere que a aquisição mais do que se justificava, e por isso felicito o Município, melhor, felicito o Executivo, considero também que pecou por tardia. Os Executivos anteriores deveriam ter assumido outra postura referente aos edifícios em ruínas naquela zona da cidade, obrigando os proprietários a mantê-los em bom estado de conservação e, caso assim não fosse, adquiri-los por expropriação, já que os proprietários, que provavelmente já não residem na Guarda e nada os prendem a esta cidade, tentavam obter mais-valias. E não é que conseguiram! Conseguiram um grande preço, sem qualquer desconto pelo prejuízo que causaram à Guarda pela imagem negativa que proporcionaram aos visitantes com a ruína dos edifícios, e criaram nos proprietários de outros edifícios uma ideia que a sua ruína poderá ser positiva. Mas não vale a pena pensar mais nisso. O que está feito, feito está. Espero que sirva de lição para futuras aquisições. No tocante à Casa da Legião, ainda foi mais visível o tipo de atuação dos proprietários. No entanto, o que me leva abordar este tema tem que ver com o

destino desse espaço. Ouvi o senhor Presidente preconizar aí a construção de um museu para albergar coleções de arte moderna. Preferia outra solução para dar mais visibilidade àquele espaço e aos edifícios existentes, que passaria pela limpeza das ruínas existentes e requalificação do largo. Mas não me choca a opção pelo museu. Penso, no entanto, que não devemos esquecer a história, mesmo que negativa, numa altura em que anda no ar uma tentativa de regresso a tempos obscuros. A Legião Portuguesa, que tinha como objetivo formal defender o património espiritual da nação e combater a ameaça comunista e o anarquismo, os legionários, com instrução militar e fazendo parte das forças da Legião Portuguesa, constituiu uma melissa legionária com armamento mais moderno que o país possuía. Por isso, e seja qual for a solução encontrada para aquele local, este pedaço de história deverá ter o seu lugar em forma de memorial à resistência, ou um outro, para que não se esqueçam esses tempos de ditadura e para que, aqueles que nunca a viveram, não se sintam atraídos pelas suas armadilhas, pelo canto de sereia dos novos demagogos alimentada diariamente com a falta de credibilidade de alguns políticos dos partidos tradicionais que, quer com guerras intestinas, quer com tomadas de posição, mais não fazem do que alimentar o monstro da demagogia. Assim, recomendávamos ao Executivo alguma atenção à execução do projeto para que não seja esquecida a história do local que faz parte da história da Guarda. Muito obrigado e um Bom Ano para todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém para intervir? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Devo confessar que fiquei um bocado baralhado. Agora foi a minha vez. Primeiro, disse que não tarda nada a zona histórica é toda da Câmara Municipal e, depois, logo a seguir, peca que por tardia terem comprado os edifícios. Bem, relativamente ao edifício, que foi aqui ferido, da Legião Portuguesa, eu devo referir o seguinte. A coleção de um guardense, chamado Piné, que foi bater à porta do anterior Executivo para disponibilizar fazer um museu para albergar as obras de arte que, julgo que não me engano, a seguir à do Berardo, poderá ser a maior coleção de obras de arte moderna em Portugal. A segunda a seguir à do Berardo, julgo que não me estou a enganar. Atendendo à quantidade e à qualidade das obras que faz parte, eu considero que foi uma pena, na altura, não termos ficado com essa coleção. O Executivo da altura, enfim, lá deu as suas razões nada convincentes. Depois essa obra vai para Lisboa e, agora, este Executivo, para voltar a ter essa coleção na Guarda, donde nunca deveria ter saído, arranja uma solução que é da casa da antiga Legião. Eu acho que, só pelo facto de essa casa ter sido adquirida com o objetivo de ser reconstruída e com o objetivo de lhe dar certa dignidade, também estamos a criar uma mais-valia para a nossa cidade. E estamos a manter a memória de uma casa onde, por exemplo, o meu pai também andou, também frequentou de certa forma, e pelo facto de ela estar construída, só por si, será já uma honra à memória dessa mesma casa. Portanto, ainda bem que houve uma solução. Finalmente houve uma solução e, por aquilo que eu sei, a casa estava à venda por um valor muito superior àquele que foi negociado pela Câmara Municipal. Muito superior, senhor Deputado, neste caso concreto. Das outras não tenho conhecimento, portanto, não vou falar. E daí que consideramos esta ação da Câmara Municipal uma mais valia para todos nós.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Não? Passávamos, então, à intervenção do grupo... Sim, muito rapidamente. Aliás, tem tempo ainda. Tem 3 minutos e 42, portanto, pode usá-los.” -----

- **Deputado António Barbosa (PS):** “Eu peço desculpa, perder aqui só dois segundos. Mas eu também não entendi aquilo que o senhor Deputado... eu não disse que não deviam ter adquirido a casa. Eu preconizava algo diferente para aquele local. Mas também não quer dizer que as pinturas modernas, seja aquilo que for, que não venham para a Guarda. Aliás, elas foram oferecidas a Pinhel primeiro, como sabe. Pinhel é que não aceitou e depois foram para Lisboa. De qualquer forma, acho que fazem falta cá. E eu não disse que não deviam comprar. Eu acho que deviam comprar. O preço, na minha opinião, é caro, mas tudo bem. E acho muito bem que a Câmara o tenha feito, tenho pena é que não tenha sido há mais tempo. E também não estou a dizer que a culpa é só deste Executivo e do que passou e também dos do Partido Socialista que estiveram lá, que deviam ter adquirido há mais tempo. Quanto àquilo que o senhor disse, que eu tinha dito uma coisa e depois outra, não é verdade. Eu disse que têm que ser adquiridas as casas e deviam ser adquiridas as casas. Mas, atenção, têm que ser adquiridas agora que estão assim a cair, mas não as deviam deixar ficar como estão. Se não as deixassem ficar como estão, provavelmente a Câmara não as iria adquirir porque elas estavam bonitas, estavam boas e já alguém lá estava a morar. E era isso que nos importava também, era ter gente no centro histórico. Essa foi a razão da minha intervenção. Não tem nada a ver com a aquisição. Acho que fez muito bem, senhor Presidente, e parabéns por isso. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Passávamos, então, à intervenção do grupo municipal do Partido Social Democrata. Temos duas intervenções diferentes, penso eu. Uma sobre o Porto Seco e outra sobre o Centro Apostólico/Pousada da Juventude. Quem faz a intervenção? Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Guarda, Professor Prata, vai falar sobre? Porto Seco? Não? Centro Apostólico?” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Um mix de temas. O Porto Seco não sou eu. Não sei disso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Tenho aqui dois temas, é só para clarificar. O senhor fala sobre o Centro Apostólico/Pousada da Juventude, é isso?” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Sim... tenho a intervenção preparada também nesse sentido.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Também nesse sentido. Mais algum sentido?” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Sim, é verdade. Tenho mais algumas coisas aqui também.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É que neste ponto, supostamente, os temas são indicados.” -----

- Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD): “Sim senhor, vamos a isso então. Mas permita-me, senhora Presidente... mais uma vez, muito boa tarde a todos. Permita-me, senhora Presidente, cometi um lapso que eu quero aqui reparar. E cometi um lapso porque... e aqui vou fazer uma homenagem e congratular-me com a nomeação do senhor Deputado Monteirinho para a ULS da Guarda. Faço-o em termos pessoais. Politicamente, já dissemos o que tínhamos a dizer. Mas, em termos pessoais, sinceramente, espero que o senhor se enriqueça profissionalmente. Espero que possa pôr os seus projetos todos em dia e que possa evoluir na sua formação e no seu conhecimento e que, naturalmente, cumpra os objetivos a que se propôs. Isto do ponto de vista pessoal e também do ponto de vista político enquanto gestor da nova Administração da ULS. Não tenho problemas nenhuns em valorizar aquilo que o senhor conseguiu, mesmo sendo por nomeação política. Não interessa. Político/governativa, neste caso. Pelo menos não foi mais uma pessoa que veio de fora para vir aqui para a Guarda gerir os destinos das nossas terras. Portanto, deixo-lhe aqui o meu público agradecimento e o meu público reconhecimento porque, se foi nomeado, independentemente da sua lógica partidária, é porque reconheceram em si algum valor para exercício dessas funções. E estamos cá, como aqui já estivemos com a moção apresentada pelo CDS-PP. Eu abstive-me. Mas sou franco, partilho muito do que foi dito ali pelo senhor Deputado Henrique Monteiro em relação à questão de algumas especialidades do nosso hospital e da saúde do nosso distrito. Depois, também, enfim, não me vou intrometer aqui com o senhor Deputado Marco Loureiro, mas dizer que oxalá que 2021 o senhor Deputado Marco Loureiro venha com umas qualidades de oposição mais robustas, mais musculadas, porque este ano tem vindo a decair. Oxalá que, no próximo ano, possa vir com uma postura mais musculada. Em relação à questão... também é verdade, senhor Deputado Monteirinho, que agora, nas funções em que está, politicamente ficou um bocadinho castrado para os próximos desafios eleitorais, nomeadamente as eleições para as Autarquias Locais. Penso eu. Não lhe vai sobrar muito tempo, com os problemas da saúde temos. Não lhe vai sobrar muito tempo, mas ainda assim cá estaremos para ver. Depois, também queria deixar um agradecimento ao senhor Deputado Aires Diniz... e quero mesmo deixar-lhe um agradecimento. Eu não sabia que tinha sido o PCP que tinha conseguido incluir, no Orçamento do Estado, a verba necessária para o arranque, não sei se do projeto, se das obras do Pavilhão 5. É que V. Exa, com a sua intervenção aqui, já nos poupou uma votação de alguma moção que o PS venha apresentar, daqui por meia dúzia de meses, quando fizer alguma coisa. Porque, na Guarda, sabemos, seja o Governo PS, seja o Governo PSD, nas eleições Autárquicas, o hospital está sempre presente. A saúde está sempre presente. Portanto, o senhor já nos poupou, quando vier essa moção nós temos que dizer é: obrigado ao PCP. Eu vou saber se o meu Deputado, o Dr. Carlos Peixoto, esteve nessa comissão, se votou ou não votou a favor dessa vossa exigência. Mas não sabia, era uma promessa do Partido Socialista. É que, e agora digo, senhor Deputado Aires Diniz, obrigado pela sua informação e ainda bem que consigo o Natal vai ser presente. Não é ali como o senhor Deputado Laginhas que ainda acredita no Pai Natal. Ele merecia mesmo um cartão vermelho, ao preço das portagens de 2020 para andar o resto da vida na A23 e A25... ainda bem, eu também. Em relação à questão da Pousada da Juventude, senhora Presidente da Assembleia Municipal, eu quero aqui valorizar também a intervenção, quer do senhor Deputado António Barbosa, penso que não me

enganei, Barbosa. Eu não sou de história, sou professor mas não sou de história, mas acho muito importante que a história esteja cada vez mais presente na nossa cidade e que aquilo que tem história possa continuar a ter história para os vindouros, para os que cá estão, mais velhos, mas também para aqueles mais novos porque é mesmo importante essa matéria que focou. Há muitas formas de tratar disso. Não sou eu que o posso dizer, mas há muitas maneiras de tratar disso. Mas obrigado pela sua intervenção naquilo que tem a ver com a história associada aos locais da nossa terra e àquilo que eles são. Um pouco como a Torre dos Ferreiros, como mencionou o senhor Presidente da Câmara. Recordamos que, nesta Assembleia Municipal, não neste local, mas outro, o nosso Presidente que estava cá na altura, Álvaro Amaro, aquele que fugiu na opinião do senhor Deputado Marco Loureiro... espero que o convide para ir a Bruxelas proximamente também. Espero que o convide. É sempre uma viagem agradável, não diga que não. Eu só lá fui uma vez quando tinha para aí 15 ou 16 anos. Portanto, agora já não sei como é que aquilo é. Pode ser que também me convidem a mim. Mas dizer que, senhora Deputada Paulisa, em relação à questão da Pousada da Juventude, gostei da sua dedicatória natalícia ao senhor Presidente da Câmara. Ainda bem que está satisfeita com a orientação da Câmara. Mas quero-lhe dizer uma coisa, senhora Deputada, e nós vamos discutir isso num ponto a seguir que é a Descentralização de Competências na Educação, a Pousada da Juventude e as residências universitárias são uma competência do Governo Central. Seja do PS, seja do PSD, seja do Bloco de Esquerda ou do PCP. A nossa competência é no ensino preparatório, ensino básico, secundário e pré-primário, digamos assim. E a verdade é que esta competência é do Governo Central e o que nós podíamos e devíamos estar aqui a exigir, obviamente, se calhar, nunca dará resultado, mas é a necessidade da construção de mais uma ou duas residências na Guarda por conta do Governo Central. Porque à pala desta decisão, à qual nós não contestamos... eu percebo a farpa divertida que o senhor Deputado Marco Loureiro quis aqui dizer em relação a estas coisas do PSD, dos Presidentes de Junta, disto, daquilo e daqueloutro, eu só me apeteceu dizer assim: senhor Deputado Marco Loureiro, faça lá a oposição porque nós, aqui, no PSD, fazemos de poder, fazemos da oposição, para a esquerda, para a direita, mas aqui andamos e fazemos obra na Guarda e deixamos obra na Guarda e vamos continuar a fazer obra na Guarda. Mas senhor Deputado, à pala desta decisão da Câmara Municipal com a qual, tal como V. Exa senhora Deputada Paulisa ficou muito satisfeita, quero-lhe dizer o seguinte: nós perdemos a valência Pousada da Juventude na Guarda. Foi encerrada. Ficou lá com uns cantinhos, com uns quartos que senhor Presidente disse aqui que vai pagar todos os anos, etc., veremos o funcionamento das coisas, veremos. Mas, muito honestamente, senhora Deputada Paulisa, penso que a senhora conhece perfeitamente as instalações de que estamos a falar, quer da Pousada, quer do Instituto da Juventude. E ali está um edifício público que, efetivamente, no âmbito da descentralização de competências, senhor Presidente da Câmara, faz todo o sentido que aquele edifício possa ser cogerido, não sei se é partir, se é passar a titularidade do edifício para a Câmara, ou não. Mas faz todo o sentido que a Câmara Municipal da Guarda se entusiasme com esse processo e se entusiasme para que aquele edificado e aquela zona de logradouro que está atrás, possa ter outra vida, outra animação e outra utilidade, seja para o próprio Município, seja também para a própria comunidade. Aliás, a descentralização de competências, senhora Deputada Paulisa, é um tema importante. Eu vou votar a favor, como voto a

favor de tudo aquilo que tem a ver com a descentralização de competências para os Municípios e para as freguesias. As Comunidades Intermunicipais são associações de Municípios, mas, enfim, têm poder. Voto sempre a favor dessas coisas porque acho que os governos locais devem ter cada vez mais possibilidade de fazer as políticas setoriais necessárias. A saúde é outra área que nós não podemos ter porque temos uma ULS, mas achava importante até porque, depois, provavelmente, o senhor Presidente da Câmara poderia ou não nomear o senhor Deputado António Monteirinho lá para o Conselho de Administração ou vice-versa. Mas, de todas as formas, do ponto de vista da política de saúde, na política de educação, na política da juventude, acho fundamental e prioritário que as Câmaras Municipais e as Junta de Freguesia tenham cada vez mais influência e cada vez mais intervenção, para que pessoas da sua idade, mais e menos idade, possam realmente dar asas à liberdade de ganharem o poder, ou na oposição, e fazerem outras coisas diferentes. Depois, em relação à questão... era para falar também do tema relacionado com a Covid e com o Centro Apostólico, não era? Foi assim que vocês me disseram para usar a palavra. Dizer o seguinte. Senhor Presidente, eu peço desculpa, mas queria tentar perceber a história de um post que apareceu nas redes sociais, em que mencionava, senhor Presidente da Câmara... e sobre o Covid quero-lhe dizer uma coisa. O assunto é demasiado sério para todos, para o Governo central, para os Governos locais e para cada um de nós. Mas, primeira pergunta, senhor Presidente: o Governo já deu, transferiu algum dinheiro para a Câmara Municipal? Primeira pergunta. É que, mensalmente, a minha Junta faz isso, a Junta a que eu presido faz isso. Mensalmente, informamos a DGAL das despesas que vamos fazendo. E, desde março, já lá vão mais de 10 mil euros que nós tivemos que investir do nosso orçamento que não é grande, são 400 mil euros, 300 e poucos mil euros, em despesas relacionadas com o Covid, porque tem que ser. Isso aí nem se quer se questiona. Tem que ser. Eu não sei se a Câmara já gostou mais. Com certeza que gastou mais uns pauzinhos do que 10 mil euros. Mas era bom sabermos o que é que isto significa para a Câmara e se o Governo já transferiu ou não. Porque, se o Governo não transferiu, temos que reclamar que o venha a transferir. Se o Governo já transferiu, eu acho que o senhor Presidente da Câmara tem que olhar para os meus colegas, e para mim, como Presidente de Junta, e ajudar-nos um pouco também nesta fase difícil, que eu acredito que as freguesias que aqui estão também estarão a passar. Mas a questão que eu lhe queria colocar, senhor Presidente, reparei num post (eu só li esse post e depois li o outro passado ali meia hora, nem tanto) em que era mencionado que apenas a Segurança Social, a ULS, é que tinham feito tudo no Centro Apostólico. Feito tudo ou assim uma coisa que aquilo se devia.... Passado um bocado vi o post outra vez (eu costumo andar nas redes sociais com algum tempo, quando tenho tempo para isso, costumo andar nas redes sociais, às vezes, poucas) mas reparei nessa diferença. E depois reparei que já tinha mais um parágrafo, nitidamente enxertado, feito pela ULS, em que já nomeava a Câmara Municipal da Guarda. Eu gostaria de saber, senhor Presidente, se esta alteração foi mão sua e se a outra notícia inicial foi mão de outra pessoa. Gostaria que me explicasse o que é que se passou, em concreto, em relação a esta matéria. Senhor Presidente, ainda outra questão. E, aqui, peço desculpa à senhora Presidente, vou mesmo terminar, senhora Presidente, antes que diga que estou a abusar do tempo. Vou já terminar..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, não. Senhor Deputado, está à vontade. Tem sete minutos ainda. Depois, se os seus colegas não falam, isso já é problema vosso.” -----

- **Deputado João Prata, Presidente da Junta de Freguesia da Guarda (PSD):** “Não, mas eles têm que falar do Porto Seco. É capaz de ser um tema mais árido, é seco, portanto, ainda tenho tempo. Só dizer o seguinte, senhora Presidente, senhoras Deputadas e senhores Deputados. Senhor Presidente, ainda aliando esta conversa da questão da descentralização de competências, há duas obras na Guarda que eu queria aqui comentar. Há mais, felizmente há mais. Mas há duas obras que eu queria aqui comentar. Primeira obra: assistimos, ao fim de não sei quantas décadas, isto é um bocadinho, senhor Deputado Barbosa, como dizia e muito bem, antes tarde do que cedo, ou melhor, antes cedo do que tarde, assistimos ao início das obras na Póvoa do Mileu, junto à capela do Mileu. A obra parou. Está parada, uma vergonha, há quase um ano, ou mais de um ano. Essa obra, pelo que ouvi já dizer o senhor Presidente aqui na sessão e nas entrevistas que deu, está pendente de um parecer de uma Direção Geral qualquer, que há uma dessintonia entre a opinião dos senhores de Coimbra e opinião dos senhores de Lisboa. Em rigor, está parada. Um Presidente de Câmara, desculpe dizer-lhe, senhor Presidente, tem que fazer mais alguma coisa, porque senão nós temos que mobilizar a Assembleia de Freguesia e vamos até Lisboa dizer ao senhor como é que estas coisas se fazem, como é que os pareceres se produzem. Não podem demorar tanto tempo. A obra não pode estar parada há um ano. Não pode estar parada há um ano a obra. Portanto, gostaria, senhor Presidente, que esclarecesse a Assembleia se já há novidades e se nos incentiva a alguma atitude mais musculada, como aquela que eu sugeri ao senhor deputado Marco Loureiro para 2021. Mas dizer, depois, senhor Presidente, que nós gostaríamos de saber o que é que se passa com esta obra. É uma vergonha aquilo estar parado. Mas, paralelamente e naquela zona, está a nascer um belo espaço público, penso eu, aliás, este projeto foi conversado entre mim e o senhor Vereador Sérgio Costa que não está aqui agora. Obviamente foi um projeto feito nesta casa, com os técnicos desta casa e está a ser desenvolvido na Rua Virgílio Ferreira. Fica atrás do restaurante Videira, só para explicar um bocado mais o local, onde está um ringue polivalente muito destruído, por sinal, mas que agora espero que fique bem. E esta obra é uma obra camarária, começou este ano e vê-se o desenvolvimento da obra. E quero, pois, felicitá-lo, senhor Presidente, porque foi a Câmara que fez o projeto, foi a Câmara que dinamizou o concurso, é a empresa Biosfera que está. E sei, o senhor Vereador Sérgio Costa disse-me, que serão na ordem dos 300 mil euros e que, provavelmente, este ano, ficará pronta a obra. Este ano não, mas convém que fique principalmente para o próximo ano. Isso é que tem que ficar mesmo pronta porque é o ano de eleições. Agora, uma coisa é certa, vejam a diferença entre duas obras. Uma entregue há um ano que está parada, outra começou este ano e está a andar. Uma que tem interferência do poder central, encravou. Esta do poder local está a andar. E por isso gostaria, senhor Presidente, de saber um pouco mais do que é que se passa em relação a esta matéria, porque as pessoas da Póvoa têm insistido nesta questão. Está aqui a senhora Deputada Rosa Caramelo, está ali, realmente tem-me feito umas chamadas e, cada vez que me encontra, é sempre aquilo que me diz. E eu quero mudar um bocado a conversa com ela, para não falarmos sempre das obras da Capela. Portanto, convinha, senhor

Presidente, fazer andar a obra e dizer o que é que se passa em relação a esta matéria. Senhora Presidente, muito obrigado pela sua atenção.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado, senhor Presidente de Junta. Porto Seco, quem fala? Senhor Deputado Aragão, faz favor.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Mais uma vez, boa tarde. Venho aqui trazer um tema que acho que nos deve envolver a todos. É um tema de manifesta importância para a Guarda. Nós tivemos um projeto de uma Plataforma Logística que arrancou muito bem e, depois, a seguir, emperrou. E foi no mandato anterior, com o Dr. Álvaro Amaro e com as pessoas que fazem parte do Executivo, como é óbvio, que lhe deu uma dinâmica que permite dizer que, neste momento, não existem lotes disponíveis e já foi feita a ampliação da atual Plataforma Logística para albergar mais empresas. Portanto, tiveram um trabalho meritório depois de um compasso de espera de um projeto que foi apresentado, na altura, pelo professor Augusto Mateus, na Assembleia Municipal da Guarda, como um projeto inovador e, a seu tempo, um projeto pioneiro. Infelizmente empurrou e só depois, com uma nova dinâmica, é que foi para a frente. E realmente era tão bom que, rapidamente, ficou com todos os lotes a funcionar e, os que não estão, estão em vias de acontecer. Na sequência disso, uma das empresas que se encontra instalada na Plataforma Logística, começou a desenvolver uma série de contactos para conseguir trazer para a Guarda uma coisa também nova, inovadora, e que acho que é por demais importante para o desenvolvimento do concelho, para não dizer de toda a região. É a questão do Porto Seco que mais não é do que trazer, para o interior, uma ligação com os portos marítimos, e isto por oposição aos Portos marítimos, através de uma ligação com a Associação dos Portos do Douro, Leixões e Viana do Castelo, que assim também ganham, na logística, em tempos de transporte, na capacidade de distribuição, na ligação da ferrovia com o Porto Marítimo e com as estradas A23 e a A25, fazendo com que a Guarda possa ser não a única, mas uma das primeiras, ou a primeira a ter um Porto Seco em Portugal. A juntar a isso, temos a vantagem de estar a um passo de Espanha, a um passo da Europa e ter assim uma base logística que lhe permite ter um desenvolvimento com tudo o que vem associado, quer ao nível da mão-de-obra, que ao nível do desenvolvimento económico de todos os outros operadores que também trabalham aqui e que, desta forma, têm uma maneira mais rápida e mais barata de expedir os seus produtos para outros sítios. Portanto, devemos... e a reunião que aconteceu, onde foi feito, digamos, o acerto disto, foi na passada quinta-feira. Uma reunião que decorreu na cidade da Guarda e da qual a Câmara é um dos principais incentivadores, devemos dar os parabéns e fazer tudo para que isto se possa desenvolver o mais rápido possível. Segundo os incentivadores desta ideia, durante o próximo ano é possível pô-la a funcionar e fazer com que o nosso concelho tenha um potencial de desenvolvimento graças ao facto de geoestratégicamente se encontrar num sítio que pode ter um potencial que, até agora, não conhecíamos. Parabéns à Câmara. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Alguém para intervir sobre.... senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Boa tarde senhora Presidente, restantes Membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara e restantes Vereadores presentes, senhores

Presidentes de Junta, senhores Deputados, Técnicos da Autarquia, Comunicação Social presente e àqueles que nos acompanham. Bem, relativamente a este tema que nos trouxe o Deputado Aragão, do Porto Seco, só aqui quatro apontamentos. Para dizer que, efetivamente, temos acompanhado, com agrado, o incremento da instalação de empresas que a Plataforma Logística tem tido. Obviamente, ela acelerou nos últimos anos. Mas não sejamos ingénuos ao ponto de achar que os Executivos do Dr. Álvaro Amaro e, neste momento, do Dr. Carlos Monteiro, fizeram tudo, porque nós sabemos todo o processo que está para trás e, quando eles chegaram, a Plataforma Logística, salvo alguns trabalhos que ainda era necessário completar, estava, do ponto de vista das infraestruturas, praticamente concluída. E, portanto, esta aceleração na fase final era aquilo que se esperava. Esta questão do Porto Seco, de resto, está contemplada nesse plano apresentado pelo Professor Mateus, quando foi feito o plano inicial da Plataforma Logística. Portanto, havia já, nessa altura, e por isso é que ela se chamava Plataforma Logística, essa ligação também aos transportes marítimos, por via, naturalmente, dos Portos de Mar que nós temos aqui mais acessíveis, e também àquilo que, já na altura (porque estamos a falar de, seguramente, mais de dez anos) se estimava que iria ser também o Porto de Sines com os investimentos que tinha nessa altura e que continuou a ter subsequentemente. Portanto, o que nós tivemos aqui foi uma necessidade do projeto Plataforma Logística evoluir de uma Plataforma Logística que partilhava as visões de logística e da área da localização empresarial, para menos logística e mais localização empresarial que é o que temos hoje. Nós sabemos que a componente logística não teve a recetividade, junto dos operadores, que inicialmente se esperava, e por isso, também, é que atrasou a instalação de algumas empresas. Portanto, foi preciso, de alguma forma, acomodar essas necessidades do mercado e deixar um pouco a logística para trás e vemos como importante que essa componente seja hoje retomada. Por isso mesmo, acompanharemos e apoiaremos, inequivocamente, todos os esforços do Município para estabelecer este projeto de Porto Seco, que é, no fundo, aquilo que vem dar consistência ao plano inicial da Plataforma Logística. Obrigado.” ----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Nuno Laginha, eu dou-lhe tempo para falar. Muito rapidamente, por favor, porque já esgotaram o vosso tempo e, como eu apelei à vossa colaboração para não excederem o tempo, muito rapidamente.” -----

- **Deputado Nuno Laginhas (PS):** “Obrigado, senhora Presidente. É muito rápido. Senhor Deputado João Prata, eu estava à espera que viesse aqui fazer uma intervenção sobre o que é importante para o desenvolvimento da Guarda. Aliás, com tantos problemas na Freguesia da Guarda, estava à espera de muito mais da sua intervenção. Mas revelou-se uma intervenção de conteúdo inócuo, sem nada. E só, também, dizer-lhe, não se preocupe quem é que vai ser o candidato do Partido Socialista à Câmara Municipal da Guarda. Nós não precisamos da sua ajuda. Entendemo-nos muito bem. Preocupe-se é quem vai ser o candidato pelo seu partido. Ou será que a sua intervenção foi um pronúncio de uma candidatura? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, Senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Muito bem. Senhor Presidente, faz favor de responder.” ----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente. Ainda relativamente a algumas questões que acho pertinentes esclarecer, eu, há pouco, falei com o Deputado Marco Loureiro. Voltando aqui às ruas. Rua Amadeu Mozart, Abílio Fernandes, rua terra batida de ligação da Rua das Flores, Avenida Fernando Ribeiro, Rua São José, Travessa Tanque Grande, Rua Tanque Grande, Travessa Rua do Santo António, Rua da Mina, Travessa do Rosmaninhal, Largo das Bertas, Rua do Alvarcão, Rua Senhora Curie, Rua das Barreiras junto ao cemitério, ligação entre a Rua Manuel da Fonseca e Agostinho da Silva, estacionamento na Rua Cidade de Gouveia, Rua Professor Jorge Florêncio que liga com a Rua 27 de Novembro, arruamento do acesso a garagens na Avenida Cidade de Salamanca, arruamento de acesso à Quinta de Maria Vela, volta atrás Rua Professor Jorge Sena, Torrão, e ligação da Travessa Rua das Flores, Lameirinhas. Estas obras estão adjudicadas, pelo valor de 332 mil, 892.49 + IVA, à empresa João Tomé Saraiva. Não se iniciaram os trabalhos. «Auto de suspensão total dos trabalhos. Aos 24 dias do mês de agosto de 2020, a causa da suspensão dos trabalhos consiste na impossibilidade temporária da execução dos mesmos, devido ao facto de ser necessário executar infraestruturas enterradas, nomeadamente água, saneamento básico sob o pavimento a executar, pelo que se considera que está inviabilizado o avanço dos trabalhos, de acordo com a alínea a) do artigo 297º do presente código. Logo se tomará o reinício da execução dos trabalhos.» As vinte ruas estão aqui, foram identificadas, temos o empreiteiro, temos o valor e, em agosto, foi suspenso o início de execução destas obras, exatamente com os motivos que acabei de referir. Sendo que, neste momento, também já está adjudicado esta parte hidráulica. Depois, também aqui foi suscitado pelo Deputado Marco Loureiro. É verdade, eu disse que ficou aquém. Os fundos não é um direito adquirido, as candidaturas. Nós lançamos as candidaturas, vemos o que é que conseguimos ir buscar. Mal era se não o fizéssemos. Até fizemos uma segunda ARU exatamente para podermos vir a ser beneficiados dessas candidaturas. Não conseguimos naquilo que era a nossa pretensão, mas por isso temos também o recurso de receitas próprias do Município. E, agora, permita-me que lhe transmita também... e já lá vamos, já concluo essa parte. Em 2019, o Município da Guarda é o Município com maior diferença positiva entre a amortização de empréstimos e os novos empréstimos, vigésima quinta posição. O Município com maior volume total de despesa paga em juros, entre 2010 e 2019, e simulação desse custo por habitante, está na vigésima sétima posição. Depois, também o índice do Município com maior diminuição do passivo elegível, em 2019, trigésima oitava posição. Diminuição em menos 2 milhões 258. Isto para dizer o quê? Nós podíamos ter estes 2 milhões. Quer dizer, se tivéssemos herdado do passado, no presente, uma situação estável... mas nós tivemos que trabalhar essa situação. Mas também é ingrato ter este peso. Aliás, no orçamento, se leram tudo o que está no orçamento, lá estão 2 milhões de euros de amortização para o ano de 2021. Com certeza que, se nós não tivéssemos este peso nas contas desde que somos Executivo, desde 2013, nós conseguíamos dar uma resposta mais abrangente. Verdadeiramente, ainda assim, e respondendo agora diretamente à sua questão, nós usámos fundos próprios. Quer dizer, tal como as opções é de quem tem a governação, nós decidimos. É uma não questão também. Decidimos fazer a rotunda, está feita. É verdade que temos esse atraso, estamos a trabalhar. Assumimos fazê-la, está bem-feita, vamos executá-la e está paga. Não devemos nada. Um dia, outros virão e têm as contas certas. Não têm o peso dessa alegada má gestão que referiu e que não é verdadeira,

porque nós fomos uns gestores exíguos e rigorosos da causa pública e satisfizemos as necessidades públicas, naquilo que foi a ambição e a estrita medida do interesse dos guardenses. E isso, em 2019, também está plasmado no anuário financeiro dos Municípios Portugueses. Foi agora publicado e continua a assumir e a legitimar aquilo que, nestas Assembleias e também na Câmara, o Município e o Executivo tem dito sempre. Há uma sólida e estável situação económica. Fazemos as nossas opções. Uma, mais abrangentes, vão ao encontro da vontade dos guardenses, outras nem tanto, mas são as nossas opções. Consideramos que a Guarda é valorizada. Estamos a falar de um espaço da Gare da Guarda, com uma história imensa à volta desta realidade e, portanto, nós quisemos também honrar aquele espaço, aquela área baixa da cidade com essa locomotiva e com o arranjo da rotunda. É uma opção. Não foi, é verdade, não vamos fazer aqui também esta tristeza enorme, como o senhor Deputado referiu, porque é uma opção. Pagámos, ninguém ficou sem o dinheiro. Portanto, continuamos com a situação económica como também acabei de referir. E é isso que também é importante respeitar. Discordando, porque a opção seria outra. Mas nós temos a situação solidificada e, nesse ponto, não cai o Carmo e a Trindade para dar sustentação às palavras que referiu. Depois, também, dizer-lhe que o Presidente da Câmara, o Executivo, está focado exclusivamente em satisfazer as necessidades que os guardenses pedem, que as freguesias, que as instituições de solidariedade social, que as escolas, que as empresas solicitam ao Município. E o Município tem que se preocupar em estar à altura para que esses compromissos sejam assumidos e realizados. Quando isso não acontecer no Executivo, aí sim, o senhor Deputado pode perguntar, com toda a legitimidade, o que é que o Presidente, o que é que o Executivo está aqui a fazer, se as empresas, se as instituições, sejam de solidariedade, sejam as instituições de ensino e outras, não veem, da parte da Câmara, uma ação proactiva na satisfação dessas necessidades. E nós temos demonstrado. Ainda hoje foi aqui reconhecido pelo Partido Socialista em relação ao Politécnico, já foi reconhecido também na Plataforma Logística. Só um parêntese, nós não só relançámos a Plataforma Logística como ainda a estamos a pagar. Se formos aí à página 32 das folhas do orçamento, percebemos que, na amortização média de empréstimos a médio longo prazo, ainda temos aqui infraestruturas da PLIE, zona 1 ETAR das infraestruturas da PLIE, e zona 2 também infraestruturas da PLIE, cerca de 2 milhões e 300 mil euros. Isto está a ser pago por este Executivo. Estão em dívida cerca de 280 mil, destes 2 milhões, que nós herdámos. Portanto, nós continuamos numa linha abrangente, equilibrada e de resposta às necessidades. Exijam ao Executivo que governe. Exijam ao Executivo que dê respostas às necessidades. E, quando este não o fizer, com certeza, peçam a cabeça do Presidente.

Agora, senhor Deputado António Barbosa, sei que acabou por assumir e aqui, em democracia e em política, nós temos que, de facto, ter essa hombridade. É verdade que demorou tempo, mas não é culpa deste Executivo. Nós começámos por comprar logo aquela casa que estava junto onde é hoje a Comunidade Intermunicipal. Mas é preciso não esquecer, para ser a sede da Comunidade Intermunicipal tivemos que a requalificar. Todos sabíamos o estado em que se encontrava, mesmo assim quando o Partido Socialista gastou mais de meio milhão de euros na sua requalificação. Ainda funcionou lá a videoteca, mas a verdade é que estava devoluta quando chegámos. E o estado de degradação, porque passou ao longo dos tempos e era um bem da Câmara Municipal, a

verdade é que tivemos que gastar mais de meio milhão de euros para adequar à finalidade que tem hoje. Adquirimos uma primeira casa, porque o dinheiro também temos que dar a resposta a várias situações. Comprámos uma casa, passado um ano comprámos outra e, finalmente, aquela que não chegou agora ao estado em que está, nem nos últimos vinte anos. Porque eu desde pequeno me lembro de ver aquela casa já num estado avançado de degradação. Portanto, fizemos aqui, e isso é que é preciso também reconhecer, numa decisão de aquisição de várias casas no centro histórico, nós não só requalificamos o centro histórico, um centro da cidade importante também para o turismo, como damos um destino às casas que estamos a requalificar e, ainda assim, exatamente na última que adquirimos, é mais um eixo estratégico daquilo que é a afirmação na Capital Europeia da Cultura. É assim, de uma forma estruturada, também transversal, que nós queremos apostar num futuro de desenvolvimento na Guarda. Também esse desenvolvimento assenta fundamentalmente com as apostas e com aquilo que é o investimento neste grande desidrato que é a candidatura à Capital Europeia da Cultura. É também esta coleção de António Piné, colocada naquele sítio, que vai construir e ajudar a atingir um objetivo que, para nós, é fundamental, que é afirmar a Guarda na capitalidade Portuguesa, mas também na Europa. É esse o nosso trabalho e é por isso, também, que inserimos essa aquisição neste espaço. -----

Depois, referir-me aqui ao Deputado João Prata que já me colocou aqui algumas questões. Nós sabemos que a Pousada da Juventude, a entidade que a tutela é mesmo uma entidade que penso que até é privada, terá capitais públicos, mas terá uma gestão de natureza privada. Daí, esta esta solução de ser possivelmente cogerida entre as Pousadas de Portugal e o Município, não era a melhor solução. E aqui nós assumimos esse espaço e, como já foi referido, vamos transmiti-lo para o Instituto. E, aí sim, com o Instituto, naquilo que nos diz respeito e mantendo essa finalidade, nós teremos essa responsabilidade de também continuar a dar-lhe essa finalidade de Pousada, sem prejuízo de depois encontrarmos, efetivamente, outras soluções mais adequadas que nós entendamos que serve melhor o interesse público e das instituições do nosso concelho. Nós gastámos já muito dinheiro. São dezoito medidas, neste momento, em vigor. Continuamos sempre a atualizar e a reforçar aquilo que é o Programa Salvaguarda, onde estão medidas transversais de apoio à economia, às instituições, de sustentação e reforço do emprego, e, com isso, acreditamos que, efetivamente, podemos minimizar o impacto. Bem como, também, o apoio às Instituições de Solidariedade Social, com os testes que o Governo assumiu dar às instituições com mais de cinquenta trabalhadores. São cerca de meia dúzia. É o que é. Nós assumimos complementar esta resposta, dando os testes às Instituições de Solidariedade Social abaixo dos cinquenta trabalhadores. Portanto, fica assim o concelho coberto nesta área da realização dos testes aos funcionários e assim proteger também um pouco dos seus utentes, porque sabemos que muitos dos focos surgem, efetivamente, nesta solução. Todas estas despesas temos candidatado no âmbito daquilo que a DGAL nos pediu e referimo-lo com as respetivas faturas. Mas até hoje ainda não se recebeu um único euro daquilo que corresponde aos custos de um ano intenso de respostas, de investimentos que pretendem garantir aos nossos cidadãos que, perante uma pandemia, possam ter as condições necessárias e adequadas para minimizar esse risco. Quanto à segunda questão que também colocou. É verdade que na Comissão Municipal de Proteção Civil, onde está a ULS, o Deputado

Monteirinho; o Carlos Monteiro, Presidente da Câmara; o Comandante António Fonseca, Proteção Civil, e também o responsável da Segurança Social, nós, nesta fase mais recente, decidimos, em colaboração com a Proteção Civil (porque aquilo que emana das recomendações do próprio Governo é que a Proteção Civil tem a responsabilidade de pagar as despesas. Tem a responsabilidade de pagar as despesas de aquecimento, de limpeza. Tudo aquilo que estes edifícios de retaguarda podem ajudar no combate à pandemia e na recuperação de doentes Covid, é uma primeira responsabilidade da Proteção Civil), entendemos fazer, em articulação, um Protocolo de Colaboração para que essas despesas pudessem ser imputadas à Proteção Civil. Ficará sempre a cargo do Município da Guarda o pagamento de um valor de 1.400 euros, porque o Município é a entidade que, neste momento, que tem o gozo e a fruição daquele espaço. Mas todas as outras despesas serão da responsabilidade da Proteção Civil Distrital. E, por isso, este edifício é hoje também, como eu disse há pouco, uma resposta distrital à situação Covid e uma resposta à recuperação dos pacientes Covid que a ULS, se tiver numa situação já lotada ou no limite, tem neste espaço uma segunda resposta, uma resposta de retaguarda. Por isso, a ULS também participou e assumiu a sua quota-parte nesta interação e interajuda que tem que existir neste combate. Verdadeiramente, houve um post em que se elogiou este compromisso. O Município da Guarda não estava. Eu apenas falei com o Presidente da ULS e ele imediatamente decidiu e percebeu que havia um lapso e mandou corrigir. Porque, de facto, são estas quatro entidades que têm na sua mão o destino de preservar e ajudar a que, quem for prejudicado com a doença, possa ter a sua recuperação com todas as condições de saúde, com todas as condições técnicas e de bem-estar que se exige e que estejam próximos, se não iguais, a uma resposta hospitalar nesta matéria. A terceira questão relativamente às obras da Capela do Mileu. Finalmente, senhor Deputado, finalmente posso afirmar já está na mão da Câmara. Agora a responsabilidade é do Município. O parecer veio há oito ou dez dias, já reunimos com o David Saraiva, que é a empresa à qual foi adjudicada esta obra, que ainda começou e vedo-a exatamente para a iniciar, não fosse esta necessidade de dar resposta às questões que eu aqui também já expliquei. Nesse sentido, na semana passada houve uma reunião com o empreiteiro David Saraiva no sentido efetivo de, a partir do mês de janeiro do ano que vem, porque não há condições logísticas, até porque vão dar férias por causa do Natal e os trabalhadores não podem entrar já na execução desta obra. Mas, a partir de janeiro, até 15 de janeiro, iremos começar e continuidade aos primeiros atos de execução, que é preparar e requalificar toda a área envolvente da Capela do Mileu. Portanto, têm esta garantia do Presidente, porque agora é entre nós o empreiteiro. Já não dependemos de nenhuma entidade terceira. Depois, por fim, só dizer que a Rua Virgílio Ferreira está a andar. É um bom projeto da Câmara Municipal da Guarda que visa também melhorar uma zona que estava completamente desadequada àquilo que são as necessidades de hoje, com equipamentos já inaptos para a sua utilização. E não só renovamos esses equipamentos, como também requalificámos ou estamos a requalificar toda esta zona da Rua Virgílio Ferreira. -----

O Porto Seco, já aqui foi dito, Deputado Aragão, também foi reafirmado pelos Deputados da Bancada Socialista. É um projeto estruturante para a Guarda, fruto da sua localização, fruto das empresas logísticas que existem já instaladas na Plataforma.

Também nesta ligação entre a Olano, que tem já uma licença numa parte substancial do Porto de Leixões, para poder operar o Porto Seco e também no Porto de Leixões. Claro que envolve também mais entidades. Desde logo, recuperar e requalificar o espaço que está afeto ao terminal ferroviário, para podermos aí também usar a ferrovia como um meio de transporte das mercadorias e, através delas, tornar mais competitivo, não só as mercadorias que vêm para o para o Porto de Leixões, mas aquelas também que daqui forem localizadas. Duas coisas. Primeiro, simplificar os processos porque as mercadorias que entram num Porto Marítimo estão sujeitas a regras alfandegárias e aduaneiras muito restritivas. E, portanto, tem que haver um tratamento igual dos Portos Marítimos para os Portos Secos. Depois, é importante também avaliar essa dimensão fiscal. Nós não queremos, já o disse várias vezes, não queremos que as empresas se fixem neste território e apenas sirvam de armazenamento e distribuição. Se podermos fazer assemblagem, se os produtos e os componentes convergirem no nosso território, quer dizer que são aqui montados no produto final, à semelhança do que acontece com a indústria automóvel. E depois sim, com esse valor acrescentado, deixando aqui riqueza e criando aqui postos de trabalho, o produto que resulta dessa assemblagem poder ser então distribuído, dada a nossa localização e os meios de transportes disponíveis, para o resto da Europa. Este é um objetivo. Como se faz? Vamos também pedir ao Governo para criar aqui a tal zona económica especial que é determinante para que, para além do Porto Seco, as empresas se fixem aqui com características de privilégio fiscal, optar por este território em detrimento de outros, e com isso conseguir criar as sinergias para nós concretizarmos, definitivamente, um projeto que é da Guarda. É um projeto para a região em que país também sai mais enriquecido e mais competitivo com este grande investimento. Se o podermos fazer na Guarda, é também um contributo que a Guarda dá ao país, e não, por vezes, virmos ao país e ao Governo central dizer: nós queremos aqui mais apoios. Aqui está um projeto que também o país beneficia, se for, como nós acreditamos e trabalhamos para isso, concretizado como vai ser aqui no nosso território. Disse, não tenho mais nada para referir. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Passávamos, agora, então, ao Ponto 2.2.” -----

Ponto 2.2 - Segunda Revisão aos Documentos Previsionais do Ano de 2020 - discussão e votação. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer apresentar?” ---

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim. Obrigado, senhora Presidente. No ano de 2020, nós tínhamos um orçamento com mais de 60 milhões de euros, revisto. E a verdade é que, chegados a outubro de 2020, há algumas das rubricas do orçamento que não têm o grau de execução que se exigia. É evidente que este orçamento foi preparado, como estamos a fazer agora em 2021, em outubro de 2019. Era impensável que iríamos ter uma pandemia e, de facto, a pandemia é também um dos principais motivos pelo qual nos limitou muito daquilo que eram os projetos que nós queríamos desenvolver nas diversas áreas de intervenção do Município. E, portanto, houve necessidade de reduzir, de rever em baixa o orçamento. Na receita, foram as principais

reduções na Administração Pública e na Administração Local, uma redução de 200 mil euros. A participação comunitária, também fizemos uma redução em baixa passando para 6 milhões e 700. Os serviços e fundos autónomos, também diminuimos a verba para 170 mil. E, outras receitas de capital, para 90 mil. Procedeu-se assim a um ajustamento das rubricas num total de 3 milhões 140. Isto implicou uma redução de 10 milhões na receita. Na despesa, para termos o equilíbrio financeiro de receita/despesa, também tivemos que reduzir na mesma medida dos 10 milhões. Baixámos despesa no pessoal de 995 mil euros, quase 1 milhão de euros. E, nas despesas correntes, 3 milhões de euros, para além de despesa de capital que fizemos um ajuntamento de 6.2 milhões, o que dá também uma redução do orçamento em 10 milhões de euros. Como tínhamos um valor de mais de 60 milhões, menos esses 10 milhões, nós vamos ficar, atualmente, até 31 de dezembro, com um orçamento de 51 milhões, 886.816 euros. Sensivelmente superior àquele que nós iremos aprovar de seguida. E, portanto, se houver necessidade de esclarecer algum ponto, esclarecerei. Se não, é este motivo da revisão em baixa do orçamento.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém pretende intervir neste ponto? Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Renovo os meus cumprimentos. Relativamente a este ponto, o Executivo traz-nos uma revisão aos documentos previsionais do ano em curso, decorrente de uma redução orçamental global na ordem dos 10 milhões de euros. Ou seja, cerca de 16,6% do valor global do orçamento que aqui aprovámos há um ano. Admitimos que esta redução decorra de contingências que, de todo, não poderíamos prever quando o orçamento foi aprovado. Mas certamente decorre também de algumas opções políticas no decorrer da crise sanitária que atravessamos. E dizemos que admitimos porque a informação dos documentos é escassa e não nos permite saber quais as efetivas razões, nem em que medida cada uma delas contribuiu para esta contração. Certo é que, com este ajustamento, o Executivo cria uma operação que lhe permite aumentar significativamente as taxas de execução da receita e a despesa, apesar de estes não serem executados conforme previsto ainda há um ano atrás. E, portanto, é uma operação de cosmética contabilística. Por outro lado, no momento em que o setor público deveria manter a economia a respirar, assistimos, por parte do Município, a uma contração significativa do orçamento. Assim, e porque as opções do Executivo não são claras, vamos abster-nos na votação deste ponto. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais alguém? Senhor Deputado Ricardo, faz favor.” -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** “Muito boa tarde, senhora Presidente, distinta Mesa, senhor Presidente da Câmara, restantes Vereadores, caros colegas Deputados, senhores Presidentes de Junta, Funcionários da Autarquia, Comunicação Social e todo o Público que nos está a ver através dos meios de comunicação digitais. Eu apenas queria dizer aqui ao senhor Deputado Rui Ribeiro, pessoa quem eu prezo muito, como é que pode haver cosmética se o orçamento da despesa e da receita diminuíram em igual medida? Portanto, aqui não há nenhum tipo de cosmética. Portanto, refaça lá essas contas. Também sugiro que vá ler os compêndios académicos, que deve ter lá por casa, para, enfim, reter melhor tudo o que está na base desta retificação orçamental. E,

portanto, não há, não existe, é impossível que haja algum tipo de cosmética, porque ambos os lados da balança reduziram-se em igual montante. Portanto, um anula o outro. Não pode haver aqui nada escondido. Apenas dizer isto. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Este documento, é um documento que é da responsabilidade do Executivo Municipal. Nós tomámos a nossa posição quando foi da aprovação das Grandes Opções do Plano e, nestas correções, vamos abster-nos. Folgo o espírito do senhor Deputado de entender que é preciso manter a economia a respirar. Mas acho que isto é um bocadinho dar um bom conselho e, depois, a seguir, esse bom conselho transformar-se num mau exemplo. E nós temos um mau exemplo de um Governo que, por questões ideológicas, reverteu a privatização da TAP, deixaria hoje a reestruturação da companhia nas mãos dos privados, e a quisesse trazer para a esfera pública, onerando, agora, os portugueses todos, com mais de 3 mil milhões de euros. Isto é dramático. Porque esse valor, para depositar numa companhia falida, é infinitamente superior a todas as ajudas que este Governo deu à economia em situação dramática de pandemia. Portanto, este respirar é quase o último suspiro do moribundo, aquilo a que o senhor se refere.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Bem, só para dizer ao Deputado Ricardo Sousa que o apreço é mútuo, naturalmente. E, quer dizer, nesta questão, não creio que sejam precisos grandes compêndios para além daqueles que ambos, presumo eu, devemos ter estudado, diria, no primeiro ou no segundo ano de escolaridade. Diga-me lá como é que, num orçamento de 60 milhões e com uma realização de 50, algum dia poderíamos ultrapassar uma taxa de execução de 85%? Seria impossível. Portanto, a única forma de ela se aproximar mais dos 100% será esta cosmética. Simples, assim. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, esta segunda revisão, mesmo sem qualquer observação mais fina, mostra que estamos a viver sem ultrapassar a pandemia, resumida que está a anulação de receitas com a consequente redução das despesas para obter os ditos equilíbrios orçamentais, já que se suprimem investimentos necessários que se repercutirão no nosso futuro próximo. Devemos aqui questionar abertamente o corte de quase 1 milhão de euros no pessoal à custa de subtração de postos de trabalho. Consideramos, por isso, importante continuarmos a viver sem cortes em despesas que não são justificadas nesta proposta, que deviam ser especificadas para que possamos, em consciência, concordar ou discordar. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Só um pequeno esclarecimento. Estas rubricas, já por si, tiveram pouca execução. O senhor Deputado Aires Diniz vem a dizer: corte de 1 milhão. Não, porque já temos também dificuldade em executar alguma da despesa que estava prevista. Como essa execução também não está, de uma forma global tão, tão boa assim, nós entendemos efetivamente mexer nas rubricas onde havia margem para cortar nesse valor. E, por isso, temos a redução neste valor. Não é passar de 70 para 50, é de 60 e qualquer coisa para 50. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Passamos, então, à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.2 - Segunda Revisão aos Documentos Previsionais do Ano de 2020 - discussão e votação.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e cinco votos a favor e dezanove abstenções. -

Ponto 2.3 - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2021. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente às Grandes Opções do Plano para 2021, dizer que este é o primeiro orçamento que é feito no novo sistema nacional de contabilidade, SNC-AP, em que, na sua substância, o tratamento daquilo que são os critérios legais ou financeiros foi alterada a normalização contabilística. E no âmbito deste novo sistema de contabilidade pública, não só temos agora um modelo diferente de ter um orçamento para 2021, mas ter também já um mapa de investimentos plurianuais para os cinco anos subsequentes. Portanto, neste momento, como podem observar, não só olham, como era habitual, para o planeamento e a previsão daquilo que são as opções para 2021, mas podemos ver também 2022, 2023, 24 e 25. Essa é uma alteração e que está bem evidente naquilo que é este orçamento e aquilo que são também as opções nos anos subsequentes. Depois, dizer que o valor do orçamento, em 2021, tem um montante de 51.180 milhões de euros. Quer dizer que, relativamente ao ano anterior, há uma diferença de 600 e poucos mil euros, em relação ao orçamento que está em vigor em 2020. Portanto, na globalidade, estamos a falar de um orçamento que não sofre, naquilo que é a sua estrutura global, cortes substanciais. E estamos a falar de um orçamento, em 2020, de 51 milhões 874. Portanto, nesta circunstância, deixar desde logo essa nota. Depois, referir uma constante nos nossos orçamentos. Temos, em 2021, a previsão de uma receita corrente de 37 milhões 535 e uma despesa corrente no valor de 34.9 milhões de euros. A despesa corrente inferior à receita corrente. Quer dizer que, nós, de toda a receita corrente que possuímos, pagamos aquilo que é a despesa, em termos concretos e de exemplo aquilo que é o funcionamento da Câmara, mas libertamos cerca de 2 milhões 625 para fazer investimento. Ou seja, para fazer despesas de capital. E aí é logo um critério que demonstra que o Município, naquilo que é capacidade de gerar receita, não gasta toda esta receita naquilo que são as próprias energias que ele produz em termos de funcionamento. Vai para além disso e consegue levar essas verbas e essas receitas para a satisfação de necessidades coletivas. Isso é um bom indicador, também,

da boa gestão. Depois, um segundo elemento, o equilíbrio orçamental. A receita corrente global não pode ser inferior ao valor da despesa corrente mais as amortizações médias de empréstimos. Estes dois critérios não podem, no seu valor, ser superior ao total da receita do Município. E, na verdade, não o são em 561 mil euros. Portanto, assumimos, assim, também, que este orçamento está de acordo com as leis e com as regras contabilísticas e financeiras. Está equilibrado. Depois, ver e observar a repartição da receita. A receita de capital tem (ou seja, mais investimento) um peso, no total da receita, de 26%, valores arredondados. A receita corrente 73%. Vamos aqui identificar o que é que são as receitas correntes: impostos diretos, taxas, multas, transferências correntes também do Estado. É essa a receita que o Município recebe. Por sua vez, na receita de capital, aquela que tem maior impacto são os Fundos Comunitários. As candidaturas que nós fazemos à Europa, prevemos aqui um valor de 13 milhões de euros de transferências de capital. Se formos avaliar o orçamento pela despesa, porque temos que ter sempre a visão da receita, o equilíbrio, e a visão da despesa. Também na despesa, a despesa de capital tem um peso de 31%. As despesas correntes têm um peso de 68.21%. Quais são as principais despesas correntes? Temos as despesas correntes com o pessoal e com a aquisição de bens. Depois, nas despesas de capital, os investimentos que o Município faz e pagamentos de dívida. Se formos aí ao orçamento, percebemos que são as colunas que têm mais peso. Naquilo que diz respeito à despesa corrente, é o pessoal e a aquisição de bens. O peso da dívida, cá está a pesar no orçamento. Na despesa de capital temos os investimentos que o Município faz, cerca de 13.3 milhões e 2.30 milhões de amortização de dívida. Temos também aí, nas Grandes Opções do Plano depois, as funções sociais e as funções económicas absorvem a grande parte daquilo que é o bolo que nós prevemos receber e prevemos gastar. Portanto, nesta perspetiva, as funções sociais, onde estão inseridos o ensino, a habitação, a ação social, o ordenamento território, o saneamento, abastecimento de água, resíduos sólidos, a proteção do ambiente, desporto e recreio. E, depois, as funções económicas, que são as funções que mais absorvem os valores do orçamento, onde destacamos o apoio à agricultura, à pecuária, à indústria, à energia, aos transportes rodoviários, às mercadorias, ao turismo e outras funções económicas. Qual é o peso de cada uma delas? Temos as funções gerais, temos as funções sociais e as funções económicas. As funções económicas representam, no total do orçamento, quase 41.89, quase 50%. Portanto, as funções económicas são as funções de investimento, de apoio à economia, representam 41.89. Logo a seguir, as funções sociais que têm um peso no total do orçamento de 39.43. Claro, as funções gerais e outras funções já têm um valor residual. Também no plano plurianual de investimento, na sequência daquilo que foi a entrada em vigor do novo sistema de contabilidade, cá temos também a mesma leitura reforçada. E vocês podem ver isso também no orçamento, esta figura geométrica, que é um círculo, parece um queijo. E vemos também, no alinhamento, aquilo que nós prevemos fazer a partir de 22, 23, 24, também aqui, aquilo que são os nossos investimentos plurianuais, têm as funções económicas um valor superior a 62%. Continua em segundo lugar, as funções sociais, com o valor de 22%. Portanto, a parte do investimento está garantida em termos daquilo que são as opções do plano. Depois, evidenciar que já temos compromissos plurianuais de 10 milhões 194. Portanto, compromissos para anos posteriores já temos obras, já temos investimentos, já temos compromissos, na cultura, na educação, que também vão para lá de 2021. Em 2022 temos cerca de 2.5 milhões. 2023 já temos

previsto 2.4. Em 2024 já temos 2.1. E, para anos seguintes 7.7 milhões de euros. Este é um orçamento, podemos evidentemente pensar sempre, mas aquilo que são as nossas preocupações tenho aqui os Deputados Municipais, representantes de várias áreas sociais, da educação, da cultura, da área empresarial, temos também aqui os Presidentes de Junta. E a pergunta é: mas este orçamento dá resposta cabal àquilo que são as nossas necessidades? E eu respondo de duas ou três formas que penso que são assinaláveis para justificar isso. A primeira é a herança, aquilo que tem sido o nosso traço naquilo que é a gestão do Município. E eu pergunto, estas pessoas, os senhores Deputados, algum dia sentiram que não chegou o investimento às vossas freguesias, às escolas, às instituições do ensino superior? Também às instituições de cultura? Nós temos a percepção clara de que respondemos, efetivamente, àquilo que são essas necessidades. E, se olharmos para os investimentos, falamos aqui de requalificação. Eu recorde. Requalificação no espaço urbano da cidade, temos, verdadeiramente, para 2021, um exemplo, 50 mil euros. Nós comprámos as casas, mas queremos, em 2022, ter lá a coleção do Piné. E, se forem ver, já temos lá 1 milhão de euros para 2022. Mas, em 2021, temos lá 50 mil euros. Mas, também, se olharmos para aquilo que é a rubrica vias municipais, até 2020, nós temos um valor de mais de 1 milhão de euros ali imprevistos. Temos mais de 1 milhão de euros ali previstos. Mas, sem ser aquelas que já estavam previstos até 2021, nós temos também cerca de 700 e tal mil euros previstos para fazer esses investimentos. E, com certeza, mantemos efetivamente aqui, especificamente para os senhores Presidentes de Junta, também as verbas para os Acordos de Cooperação e as verbas para os Acordos de Execução. Mas nós fomos muito mais longe. Nós fomos muito mais longe. Nós temos tido um contacto e uma ação direta para perceber e conhecer melhor o nosso território. O programa Salvaguarda Rural tem, há quatro meses a esta parte, e aqui através da ação mais até do senhor Vice-Presidente e das senhoras Vereadoras, um contacto direto, permanente, com as freguesias para saber aquilo que são as principais necessidades de cada uma das freguesias. Esse levantamento foi concluído na semana passada, exatamente com a definição... não que não se soubessem já quais eram as necessidades, porque a maioria de vós já fez chegar essas necessidades ao Vice-Presidente que está com este processo de Salvaguarda Rural. Mas, efetivamente, fechámos também um conjunto de obras, em cada uma das freguesias, que nós já temos até março, abril, maio, a capacidade de financiar essas obras. Aquelas que começarem já, temos essa capacidade de financiar. E, como sabem, em sete anos, sempre se fez esta resposta e esta adequação do orçamento, porque deriva da lei fazer a integração do saldo da gerência anterior. Primeira questão, fazíamos-lo até abril, agora já é possível fazê-lo na Assembleia Municipal de fevereiro. E aí há um reforço da receita, do valor que diz respeito ao saldo da agência anterior. Mas, como sabem, nós temos um peso morto. É um peso morto, mas é bom que nós o tenhamos. São 6 milhões de euros que temos sempre destinados para uma coisa, que é aquela que vocês já estão de alguma forma fartos, entre aspas, de ouvir, para resolver o problema com as Águas do Zêzere e Côa. Se essa situação surgir, teremos aqui um montante, em depósito a prazo, para avançar para a resolução desse litígio. Mas, se não for assim, se não chegamos, como não temos chegado até aqui a nenhum acordo? Nós temos duas, três obras estruturais. Temos os Passadiços do Mondego que, finalmente, surge a luz ao fundo do túnel de uma candidatura global para os Passadiços. Vamos fazê-la. Nos próximos dez dias, vamos lançar essa candidatura fruto de uma nova linha de

financiamento para esta área do turismo e da natureza. E, portanto, estamos já a trabalhar nessa candidatura que nos vai, de alguma forma, libertar o peso nas nossas finanças num projeto que, todos nós concordamos, é estruturante para a Guarda. Mas também lançar uma obra que é uma ambição, é um desejo que a Guarda tem que é a Alameda dos F's, ou outro nome que lhe queiramos dar. E esta tem que ser lançada no ano de 2021. Os guardenses já desesperam pela espera. Nós temos o projeto feito. Esta semana ainda, vamos ter a reunião com os proprietários para poder chegar a uma solução definitiva da entrega dos terrenos, mediante a justa contrapartida. Vamos fazê-lo. E, portanto, também para aqui esses 6 milhões podem ser a solução. Não vamos deixar a economia nem os nossos fornecedores, investindo no território e dando resposta às necessidades do Município, ficarem sem o respetivo pagamento. Não o iremos fazer. Mas a verdade é que, enquanto ele não se gastar e, portanto, até falando aqui de execução orçamental, este parenteses, 6 milhões e 51, nas minhas contas, assim por, alto dá 12%. Portanto, nós se quiséssemos uma execução atual de 100%, nunca poderíamos ter porque, no máximo, era 88%. Porque 12% já é do não gasto dos 6 milhões de euros. E enquanto não gastarmos esse dinheiro, ou na primeira hipótese, ou na segunda, ele vai continuar a pesar no orçamento porque o orçamento não é dinheiro. Nós não pensemos que o orçamento é dinheiro. Não. Nós prevemos arrecadar receita e fazer determinadas despesas. Mas depois, todos os meses, vamos efetivamente obter essa receita e, com essa receita, poder fazer a despesa. Com certeza que essa gestão tem que (...) resulta efetivamente dos meios que o orçamento liberta. O orçamento legítimo o gasto do dinheiro. Mas a verdadeira despesa temos que a avaliar já no âmbito do balanço, que é o que repercute aquilo que são as obrigações económicas. E por isso, nesta medida, aquilo que eu vos tenho a referir é que nós, em fevereiro, também lançando os procedimentos das novas obras e daquelas, das responsabilidades... lembro que, em 2019, nós assinámos vinte e cinco acordos de cooperação e porque ainda não se concluíram todos, em regra tinham um prazo e, esse prazo, a pandemia, não o vamos cumprir até ao final 2020, vão ser prorrogados para 21. Portanto, vamos acabar as vias que estão previstas até 2020, algumas iniciaram-se, outras não, vão onerar e subcarregar mais o orçamento de 2021. Mas vamos lançá-las, estão comprometidas. É o nosso compromisso. O Executivo não tem duas caras. O Executivo cumpre fielmente as obrigações que assume. O Executivo assume a realização de obras previstas, não de forma concreta, mas em termos financeiros, neste orçamento. E, por isso, nós acreditamos, efetivamente, que vai ao encontro das vossas expectativas. Mas o orçamento reflete muito mais do que isso ao afirmar que é a satisfação direta das necessidades. Nós queremos um orçamento que tenha ambição, não só de resolver aquilo que já são os problemas atuais, mas que dê impulso ao período pós-pandemia. A pandemia criou um conjunto de restrições, designadamente também na execução orçamental, mas o que nós queremos é que, no segundo semestre de 2021, o orçamento possa também ajudar e a legitimar essa alavancagem que nós queremos dar à economia, ao desenvolvimento do território, ao investimento público nos espaços rurais, no espaço urbano, mas também à cultura, à educação, à saúde, à ação social. E nós temos, de facto, um orçamento preparado, efetivamente, para dar resposta também ao período de pós-pandemia. E é isso que nos convoca. São esses os poderes/deveres que vós estais incumbidos de cumprir. Vós tendes a responsabilidade também de assumir aquilo que são os destinos da Guarda e assumi-los num período crítico e gravoso como é o atual.

Hoje, não é como ontem. Em 2019 nós tínhamos uma situação equilibrada, pacífica. Uma situação em que as circunstâncias não apelavam a todos o máximo do seu empenho e de proatividade para resolver os problemas da sociedade. Hoje, e já o sentimos na pele, aquilo que foi o gastar dinheiro no programa Salvaguarda de respostas de quase dois milhões de euros que gastámos nas soluções que apresentámos para dar resposta à pandemia e à doença de Covid. Portanto, também não libertámos dinheiro para outras áreas que foram absorvidas exatamente pelo efeito da pandemia. Assumimos e continuámos a pagar e a liquidar os compromissos do passado. Mantivemos a ambição daquilo que é e são orçamentos ambiciosos como é este que aqui vos apresentamos. Por isso, apelando ao vosso sentido de responsabilidade e de causa pública, este orçamento é um orçamento que dá resposta às vossas necessidades que impulsiona a Guarda para aquilo que é o período pós-pandemia e, por isso, só deve merecer o voto a favor e a sua aprovação. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Quem é que pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “No orçamento de 2021, notamos a extrema semelhança entre o orçamento revisto no ponto anterior, que é 51 milhões, 886 mil 816 euros e 56 centimos, e o presente que é de 51 milhões, 180 mil 152 euros, havendo, uma diferença para menos de 706 mil 664 euros e 56 cêntimos. Ou seja, uma retração nos gastos e nas receitas. Segue-se uma especificação pouco clara das diversas opções tomadas pelo Executivo que não teve, em simultâneo, o cuidado de ouvir a oposição para que tivéssemos conhecimento dos problemas que a Autarquia enfrenta e da consequente justificação das opções escolhidas e colocadas sob a forma de números no orçamento que analisamos e que se afigura, por isso, pouco claro. Segue-se uma demonstração aritmética de que existe um equilíbrio orçamental, sem que se diga que outros valores eram possíveis, mantendo sempre o desejado equilíbrio orçamental. Seria fundamental a auscultação prévia dos partidos políticos que não têm assento na Vereação, para que pudéssemos contribuir para definir os conteúdos estratégicos das Grandes Opções do Plano e Orçamento do Município. Efetivamente, temos que fortalecer o investimento nas freguesias rurais para fomentar a fixação de jovens e rentabilizar equipamentos pré-existentes ao seu encerramento. De facto, a pandemia veio demonstrar que o turismo não pode e nem deve ser a panaceia de investimento, quando não exigimos do Poder Central e da UE eixos estruturantes para a revitalização do mundo rural, com o correspondente aproveitamento da capacidade endógena de cada parcela do território. É nosso entendimento que o Município da Guarda em conjunto com outros, obrigam à constituição de uma resposta pública de transportes inter-concelhios, já que os privados apenas querem ser monopolistas e depois suprimem a oferta às populações. A experiência piloto existente na altura na Freguesia dos Trinta na oferta pública da rede pré-escolar alargada, deveria constituir uma matriz a todo o território do concelho. De facto, devemos estar bem cientes da realidade. Mas se todos leram o documento com profundidade e reflexão no que concerne ao Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Guarda, estão lá vertidas muito das consequências do abandono do mundo rural. Na verdade, está na altura de pensarmos também na coesão social e territorial do concelho, para não fazermos o mesmo que o Poder Central faz com todo

o Interior. Devemos contribuir aqui com as nossas decisões para fazer com que muitos retornem às origens. Pouco mais nos é apresentado e isso significa pouca transparência na relação com a oposição que aqui representamos. Na verdade, não somos informados neste orçamento dos objetivos que a Câmara quer prosseguir, algo que consideramos estranho quando se pretende ultrapassar as dificuldades de sempre e também as trazidas pela pandemia. Agora, dentro das minhas funções de membro do Conselho Municipal da Juventude enviei, em 28 de outubro de 2020, as seguintes sugestões de criação: um Festival de Música e Arte (Pintura, Escultura, Arquitetura Popular e outras mais que não me lembrei na altura); Investigação Juvenil sobre Música e Arte (Pintura, Escultura, Arquitetura Popular) dentro de uma afirmação da Arte Local; Criação de um Centro de Encontro Regional sobre Literatura, Música e Arte (Pintura, Escultura, Arquitetura Popular, tudo dentro da perspectiva de uma juventude ativa). Gostaria, por isso, de saber como foram apreciadas estas minhas sugestões e outras do Conselho Municipal da Juventude, dos outros participantes, pela Câmara Municipal da Guarda? E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Henrique, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não sei se posso apresentar agora a Moção...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Como?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro:** “A Moção.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não, se calhar, depois, na parte dos impostos. Não é? Porque a sugestão é para o 2.6 e 2.8. Não é isso?” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom. Temos um orçamento da Câmara apresentado numa situação excecional que estamos a viver, que está a viver todo o país, que está a viver, necessariamente, o concelho da Guarda. Eu costumo dizer que estas situações críticas, na Guarda, no interior, sentem-se de sobremaneira. Garantidamente são as opções do Executivo, não seriam as nossas. Mas há aqui duas ou três questões que se devem assinalar. Por um lado, apesar de haver uma proposta de redução, quanto a nós, escassa, em termos daquilo que a participação variável no IRS de meio por cento e também de 0,25 na taxa de IMI, no entanto, o aumento de impostos no nosso concelho traduz-se numa percentagem de 18,81%. Portanto, continuamos a ter uma carga fiscal elevada, numa situação de pandemia. Também perceber que os fundos disponíveis da Autarquia eram, em outubro, de 2 milhões, 972 mil 540 euros e 54 cêntimos. Eu queria perguntar ao senhor Presidente da Câmara se este valor inclui o dinheiro da água pago pelos munícipes? Já agora, também queria saber, estamos a falar de questões de natureza económica, evidentemente, como é que está a venda da Sede da Associação Comercial? O edifício que foi agora recentemente adquirido, foi adquirido para albergar a coleção Piné. Acho bem que, realmente, esse património volte à Guarda. Não sei se esta não poderia ter sido também uma boa alternativa, a Sede da Associação Comercial. Se calhar, com umas obras mais parcas, porque a maior parte do edifício não está muito mau. Saber também qual é o ponto de situação da recuperação dos 2 milhões

de euros, se realmente o caminho que o Município está a seguir será aquele que garante a recuperação mais rápida dos montantes saídos indevidamente dos cofres públicos. Saber, também, qual é o ponto de situação das obras de reparação daquela calamidade que aconteceu no Mercado Municipal, daquele incêndio, continuam tamponadas. E como é que está, também, já agora, a indemnização aos lesados. E, basicamente, para já, ficaríamos por aqui.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Ninguém intervém neste ponto? Senhor Deputado Rui Ribeiro, faz favor. Senhor Deputado Rui Ribeiro, pediu para falar, faz favor. Eu vou-vos pedir uma coisa. Não estejam aí todos à espera uns dos outros para depois... eu dou o ponto por encerrado e ninguém fala. Eu não tenho inscrições e não estou para estar aqui a pedir-vos, por favor, para intervirem. Quem quer falar, di-lo claramente de uma vez, porque se não eu encerro o ponto e ninguém fala. Eu não o percebo, senhor Deputado, tenha paciência. Não percebo, não. Eu não ouço bem. É tudo contra si. Parem lá o conta quilómetros ao senhor Deputado, por favor. Eu depois compenso-o, prometo. Senhor Deputado Rui Ribeiro.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Obrigado, senhora Presidente. Bem, relativamente ao orçamento, analisámos a proposta que o Executivo nos traz para ser votada, na perspetiva das opções políticas que traduz e da coerência destas com os recursos que lhes são alocados. O documento inicia com uma declaração de vontade, relativamente àqueles que são os projetos estruturantes nas diversas vertentes para o concelho. De verdadeiramente distintivo, evidenciam-se o Porto Seco, uma Zona Económica Especial Simbiótica, um Centro de Inovação Transfronteiriço e Centro de Valorização de Produtos Endógenos. Uma melhor caracterização destes projetos, no âmbito das GOP, das Grandes Opções do Plano, teria sido bem-vinda, ainda que como anexo ao documento principal. Mas adiante. Sobre os níveis de execução do orçamento anterior, à semelhança do que dissemos na nossa intervenção relativa ao ponto anterior, concedemos que, para além das opções políticas, existirão contingências derivadas da atual situação de crise sanitária, pelo que nos abstermos, com tão pouca informação, de mais comentários. Sendo certo que o equilíbrio orçamental assenta num valor de receitas correntes superior aos das despesas correntes, esta opção vai permitir financiar despesas de capital com receita corrente, colocando esta ao serviço do investimento Municipal. O que saudamos. No capítulo da dívida, esta apresentou um peso projetado de 5,19% das receitas totais, um valor que é enviesado pelo não reconhecimento da dívida às Águas de Portugal, uma vez que o litígio se mantém e que tantas vezes já aqui abordamos. E a questão com esta dívida é a atual existência de duas narrativas sobre esta dívida, incompatíveis entre si. De um lado, temos o senhor Presidente do Executivo que já por diversas ocasiões aqui nos disse que a dívida está a ser negociada, atualmente em sede judicial, creio, sendo que o Município reconhece a existência de uma dívida, mas não no valor que é reclamado pelo credor. Esta é a narrativa número um, onde se reconhece a existência de uma dívida, embora nunca nos tenha sido dito, aos guardenses, qual o valor que a Câmara reconhece. Do outro lado, temos a narrativa do orçamento e das contas do exercício, onde uma consulta aos valores da dívida vencida ao fornecedor Águas de Portugal nos mostra um valor nulo. Esta é a narrativa número dois, onde nenhuma dívida está reconhecida. Ora, a narrativa número um e a narrativa

número dois são incompatíveis entre si, a menos que estejamos perante o primeiro caso conhecido de uma dívida quântica. O que estes documentos deveriam traduzir, e o senhor Presidente nos deveria dizer a todos, é que parte da dívida é reconhecida pelo Município, tratando a parte não reconhecida como passivo contingente e não tratar algo que se sabe que é devido como contingente. Mas prosseguindo nas considerações sobre o orçamento, constatamos ainda que os impostos são a segunda maior fonte de receita, logo a seguir às transferências, mantendo-se o apetite do Executivo por este tipo de receita, situação que deveria ser alvo de políticas para que esta dependência se altere, nomeadamente a favor das vendas de bens e serviços correntes. Uma política mais agressiva de captação e apoio às empresas, fazendo baixar a derrama, por exemplo, seria suficiente para alcançar este desidrato que ainda daria aos investidores um sinal claro das prioridades políticas do Município. Na despesa, também bem gostaríamos de ter informação mais detalhada sobre os 2 milhões de euros afetos à administração geral em sede plano plurianual de investimento, sobre os 3 milhões de euros em sede de atividades mais relevantes e o mesmo para os transportes rodoviários com cerca de 6 milhões e meio inscritos em plano plurianual de investimento. Percorrendo o documento e deixando de lado as questões técnicas e o equilíbrio que, no âmbito das normas orçamentais aplicáveis às Autarquias, estão, obviamente, asseguradas, são as opções políticas que nos desiludem e que não partilhamos. Os tais projetos diferenciadores descritos nas Grandes Opções do Plano, e que aludi no início desta minha intervenção, não vão além das intenções, como tantos outros projetos que este Executivo tem lançado ao longo dos anos. Não vemos qualquer dotação orçamental para o projeto do Porto Seco, idem para a Zona Económica Especial Simbiótica. Há uma dotação prevista para o Centro de Exposições Transfronteiriço que cremos que, de alguma forma, seja um projeto semelhante ao do Centro de Inovação Transfronteiriço mencionado nas Grandes Opções do Plano e para um Centro de Inovação Tecnológica, mas no ano 2022 para o qual não sabemos ainda quem será o Presidente do Executivo. E há ainda uma pequena dotação para um Centro Empresarial de Startups de cerca de 20 mil euros, relativamente ao qual não conhecemos pormenores. No mais, o orçamento omite investimentos na melhoria da qualidade de vida dos guardenses, na melhoria do seu rendimento disponível, na melhoria dos recursos municipais ao serviço dos cidadãos e na migração do paradigma de atuação para níveis compatíveis com o nosso tempo. Exemplo disso mesmo são as restrições da capacidade operacional dos serviços camarários que o Executivo não conseguiu repor plenamente, não obstante o esforço dos trabalhadores do Município que aqui reconhecemos. Em resumo, temos um orçamento que de novo adia infraestruturas importantes para a atividade empresarial do concelho, no âmbito da ciência e tecnologia e das iniciativas empresariais em setores de conhecimento intensivo. Temos uma redução de IMI aquém da capacidade do Município, temos uma subalternização do Poder Local com dotações previstas para as freguesias que representam apenas o dobro dos subsídios concedidos a associações, não obstante os enormes desafios que as Juntas de Freguesia enfrentam diariamente na gestão dos seus territórios. Temos para um incentivo ao investimento e apoio à criação de emprego, uma dotação que pouco passa de 100 mil euros. Temos, no final do dia, se este orçamento for aprovado, o adiamento do futuro do nosso concelho. E é contra esse adiamento que votaremos neste ponto da ordem de trabalhos. Obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Realmente, esperávamos um orçamento mais musculado, que viesse ao encontro das verdadeiras necessidades, principalmente em tempos de pandemia e ao que vem para 2021. Esperava-se mesmo muito mais. E, para que não haja aqui qualquer dúvida, há pouco parece que ficou no ar a dúvida, o Bloco de Esquerda não está aqui para agradar os Deputados Municipais, independentemente das cores partidárias de cada um dos que aqui estão representados. O Bloco de Esquerda está aqui para representar a população guardense que votou no Bloco de Esquerda para defender os verdadeiros interesses da população. E, democraticamente, é isto que se espera. Não temos que agradar a todos, nem a todas. Não estava à espera que eu aqui viesse e obtivesse palmas da bancada PSD, CDS e até do PS, por vezes. Não estou para isso. Não andamos aqui à espera da palminha. Nem na palminha à frente, nem na palminha nas costinhas. E não temos problemas nenhuns de dizer os nomes, não dizemos aqui Presidente Y, ou Presidente H. Ninguém é contra os Presidentes de Junta. Ninguém aqui disse que era contra Deputados. Ninguém aqui disse que era contra problemas de Vereadores. O que aqui o Bloco trouxe é que existe um problema, exposto publicamente, sobre a família PSD. E vocês, gostem ou não gostem, têm que ser responsabilizados por isto estar na praça pública. Agora, se concordam, se interpretam a posição do Bloco mais musculada, menos musculada, senhor Presidente João Prata, nem estava... é que já há muito tempo que não o ouvia com esta dinâmica e com esta vontade de vir aqui. Parabéns. Temos, provavelmente, mais um candidato pelo PSD, provavelmente. Mas também não é ao Bloco que interessa se há um, dois, três, quatro candidatos. Até porque vocês lá se irão resolver, não sei é como. Mas também, deixe-me que lhe diga, senhor Presidente: amigos, que o senhor Presidente tem alguns, para que é que você aqui precisa de inimigos? Não precisa. Não precisa, senhor Presidente. Cuide-se. Mas quem sou eu. Agora, terem que gostar? Assobiem, apoupem, façam o que quiserem. Eu não estou aqui mesmo para vos agradar. Eu respeito-vos. Peço que vocês também me respeitem. Nunca faltei ao respeito a nenhum de vocês e, se faltei, posso não me ter percebido, tenho humildade suficiente e a educação, quer dos meus pais e da escola que tive pós-25 de abril, de saber pedir desculpas. Não é para todos. Mas eu sei pedir desculpas quando erro e quando avanço aquilo que não devia avançar. Não é o caso até ao momento, não acho que não faltei ao respeito a ninguém. Relativamente, e voltando às Juntas de Freguesia... não sabia que tínhamos outro Presidente de Mesa. Temos algum Presidente de Mesa, senhora Presidente?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Isto é como os candidatos. São muitos.” -

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Pois, claro. Mas olhe, senhora Presidente, a minha área possibilita-me, há muito, conseguir continuar a falar perante qualquer género de tentativa de me calar. Não há problema nenhum, eu continuo. Estejam à vontade. Eu continuo. Não se preocupe, senhora Presidente. Quando entender, depois, mande-me calar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas não alongue muito. Daqui a pouco sou eu a dizer para terminar porque já ultrapassou em quase dois minutos.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Quando for a senhora Presidente, eu respeito.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Claro. Muito bem” -----
- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Porque é a senhora Presidente que manda, neste termo.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mas peço-lhe que seja breve.” -----
- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Se me deixarem... eu espero que esteja parado, ou não? É que ainda não consegui, não é?” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “O conta quilómetros parou, parou.” -----
- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Pronto, eu também paro um bocadinho então.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Ande lá. Ande lá, senão não saímos daqui hoje.” -----
- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “É a regra. Se alguém quiser, eu calo-me. Paro de falar. Entretanto, houve aqui sempre um problema de alguns Presidentes de Junta que parece que têm sempre um problema quando alguém fala nos Presidentes de Junta. Eu não vejo por que é que há sempre um alarido quando se fala nos Presidentes de Junta. E também compreendo que os Presidentes de Junta protejam os seus fregueses. Ainda bem que assim o é. Mas olhe, também, deixe-me que lhe diga, que num orçamento em que tem quarenta e três freguesias, há uma freguesia que, por acaso, é a da Guarda, tem um orçamento, provavelmente, no global de todas as restantes freguesias. Mas depois temos aqui um apoio, uma dotação, que não está aqui, foi aprovada na última Assembleia Municipal, aqui mesmo, um reforço de dotação de financiamento para as Juntas de Freguesias que não está aqui plasmado neste orçamento. Há que responder perante isso. Isto é que os senhores Presidentes de Junta deviam estar preocupados. Os senhores Presidentes de Junta deviam perceber é: qual é o dinheiro que está aqui destinado para as Juntas de Freguesia, para quarenta e três Junta de Freguesia. Isso sim. Isso sim. E olhe, não sou Presidente de Junta, mas luto por todos os fregueses de todas as Juntas de Freguesia. É para isso que eu fui eleito e aqui estou, olhos nos olhos, sem qualquer problema. Quando tenho que dizer digo, olho logo nas pessoas. Não tenho problema nenhum. Agora, não dizer aquilo que ninguém aqui disse... se os senhores não sabem interpretar, ou não conseguiram, ou não quiseram, sequer, que é o mais provável. Não quiseram interpretar aquilo que eu aqui vim dizer, isso já é um problema vosso. Eu compreendo, dói quando se toca na ferida. Pois dói. Dói. E viu-se bem que o senhor Presidente João Prata... senhor Presidente, ai doeu, pois doeu. Doeu, não é? Dói. Dói. Mas olhe, mais uma vez, repito: senhor Presidente, com amigos destes para que é que você precisa de inimigos, senhor Presidente. Ponha-se a pau, senhor Presidente. Repito, ponha-se a pau. Mas olhe, eu hoje acho que até já fui muito simpático para o Executivo, a alertar para estas situações e todo aquele texto que aqui trouxe, e depois ainda fui mal interpretado. Não quero, de forma alguma... qualquer dia ainda me dizem que me estou a preparar para o convidar a ser o candidato pelo Bloco de Esquerda às próximas eleições. Nunca se sabe, não é? Até lá, não sei se será o próximo candidato, não é? Eu espero, eu espero é que continue até ao fim, senhor Presidente. Isso é que eu

espero, porque isso era uma falta de respeito para com os guardenses. Isso é que era uma falta de respeito para com os guardenses. Mas tenho a certeza que o senhor Presidente quer ir até ao fim. Esperemos é que o deixem ir até ao fim. A sua cor partidária, a sua família partidária, vamos ver se o vai deixar ir até ao fim. Vamos ver. Vamos ver. Porque olhe, da minha parte, vá até ao fim porque é para isso que nós cá estamos quando somos eleitos, para ir até ao fim. Não é para fugir. Não é para fugir. Chega, quando a senhora Presidente disser para chegar, não sei se está a perceber, não é? Por isso, o voto será... entendemos que vai ao encontro das necessidades, não vai ao encontro daquilo que mais se precisa numa situação pandémica. O que vai acontecer é que o Bloco irá votar contra. Nunca fomos auscultados, temos muitas ideias. O senhor Presidente continua a cismar, e a fazer exemplo disso como outros Presidentes de Câmaras pelo país inteiro, não gostam de ouvir os partidos que não estão representados na Vereação. A lei permite. Quando o senhor Presidente der esse passo, certamente a conversa será outra nestes dias. Quando assim o fizer, também estamos cá para lhe dizer parabéns, independentemente de aceitar ou não aquilo que vamos propor. É isto que é a Democracia. Porque, se viéssemos para aqui para agradar a todos, o que é que estamos aqui a fazer? Então, mas a oposição é o quê? A diferença entre partidos, é o quê? É o amém? É o amém que se espera de muitos de vocês? É o amém? Pois olhe, de nós, não há amém nenhum..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Tem que terminar senhor Deputado." ---

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** "...nem terá que haver, alguma vez, amém. Termino. Muito obrigado." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Muito obrigado. Meus caros Deputados Municipais, meus caros Deputados Municipais... quem dá a palavra e retira a palavra é o Presidente da Assembleia Municipal, e eu lamento, sinceramente, que quase no final do mandato os senhores Deputados não tenham o cuidado de ler o Regulamento e saber os tempos. Os senhores deveriam saber que, no orçamento, há mais cinco minutos. Não sabem. Se não sabem, peço-vos, então, que respeitem e que me deixem fazer o meu trabalho... Pois, mas não vale a pena. Eu tenho aqui dois Secretários, às vezes também há falhas, eu própria também tenho. De manhã tivemos uma falha, não votámos a proposta, corrigimos. Mas eu ainda sei o que estou a fazer e, portanto, eu sei controlar os tempos. Peço-vos que leiam o Regulamento e que vejam os tempos a que têm direito. Estamos a discutir o orçamento, no orçamento têm mais cinco minutos cada grupo municipal. Muito bem... eu não preciso de palmas. Eu não estou aqui para estar no palco e para ter palmas. Eu já tenho aqui alguns inscritos. Senhor Deputado Ricardo, faz favor. Já me tinha pedido, pode falar. Quem é que me está a pedir mais? Eu peço desculpa, daqui eu não consigo ver. É Gonçalo, desculpe. Senhor Presidente da Junta de Gonçalo, eu não o consigo ver bem daqui, peço desculpa. E acho que está. Faz favor, senhor Deputado Ricardo." -----

- **Deputado Ricardo Neves de Sousa (PSD):** "Muito obrigado, senhora Presidente. Eu gostava apenas de dizer aqui ao senhor Deputado Marco Loureiro que tem duas características que eu aprecio e que, em política, dão um certo jeito. A primeira delas que é um sentido de humor muito acutilante, e o segundo é que também é um pirómano político com uma proeminência muito grande. Gosta de incendiar. Faz parte do seu

feito e, politicamente, acho que é uma estratégia para conseguir levar água ao seu moinho. Mas, relativamente àquilo que disse, em relação à família social-democrata, em que nós dizemos mal uns dos outros, em que nos criticamos. Olhe, é assim. É a prova que estamos num partido plural, num partido democrático que, mal ou bem, olhe, falamos às vezes mal dos outros, umas vezes com razão, às vezes sem ela. Mas, pelo menos, temos a liberdade de o poder fazer. Outros partidos haverá, olhe lá para o seu lado, que não permitem essa democraticidade e, portanto, são mais espartilhados naquilo que é a vontade e naquilo que é o sentimento individual de cada um dos militantes. E, respondendo também ao meu querido amigo, o Deputado Rui Ribeiro, isto até parece mal, parece que nós estamos sempre aqui a digladiar-nos, não leve isso nesse pé. Deixe-me só dizer-lhe uma coisa. O meu amigo diz que, mais uma vez, se este orçamento for aprovado, o futuro da Guarda fica adiado. Então, eu devolvo esta referência de uma outra forma. É que o futuro da Guarda fica irremediavelmente adiado se este orçamento não for aprovado. Assim é que as coisas são, de uma forma correta, objetiva e muito realista. E quero também dizer-lhe que, respondendo às suas dúvidas relativamente ao valor em dívida às Águas do Zêzere e Côa, se tiver a amabilidade de abrir a parte do orçamento na página número 30, verá, no último parágrafo, que está cá um valor de 29 milhões 438.808 euros, portanto, que é o valor que a Câmara da Guarda atualmente reconhece que é o valor em dívida às Águas do Zêzere e Côa. E, se não estiver contente com isto, ainda pode abrir aqui na página número 109 e ir ao balanço previsional e, numa conta de previsões, portanto, lá estão os 31 milhões, 800 e tal que dizem respeito a outras provisões e onde está inserida o grande bolo que tem, estes 29 milhões que tem a ver com a dívida às Águas do Zêzere e Côa, que, neste momento, como todos sabemos, está num diferente judicial e, portanto, não sabemos ao certo qual o valor que havemos de colocar na rubrica de fornecedores, porque isso terá que ser o tribunal a decidir. Nós apenas estamos a contar, a estimar que seja mais ou menos dentro deste valor, por isso está aí numa conta de provisões, não está numa conta de fornecedores ou outros devedores e credores. Bom, meus queridos amigos. Todos se lembraram dos anos em que eramos governados pelo Partido Socialista. Este ano, o ano de 2020, este malogrado ano que, felizmente, está a findar, é um ano pré-eleitoral. Em setembro do próximo ano iremos ter eleições Autárquicas e aquilo que a tradição quando o Partido Socialista governava os destinos da Guarda, era inflacionar a que os orçamentos... olhe, chegou a haver orçamentos de 100 milhões. Eu lembro-me disso. Se quiser ir à história, orçamentos de 100 milhões de euros. Ouça, isto, quer dizer, para uma realidade como é a nossa, é algo exagerado. Mas existiu. No tempo do Partido Socialista havia orçamentos de 100 milhões de euros. Depois, ia-se a ver, era um bluff, e na prática a taxa de execução era miserável. Este orçamento da Câmara da Guarda em ano pré-eleitoral, um orçamento pouco maior do que 51 milhões de euros, podia também aqui ter uma dose de eleitoralismo muito grande. Olhe, se nós tivéssemos lido pelo catecismo socialista, provavelmente tê-lo-íamos feito. Mas não. Este é um orçamento que assenta na verdade, que assenta na realidade, que assenta naquilo que é exequível, naquilo que nós podemos fazer e podemos fazer acontecer. E mais, é que nós, como foi dito aqui por várias pessoas, e muito bem, o ano de 2020, e seguramente uma grande parte de 2021, é um ano que está encastrado numa conjuntura pandémica que torna... se a indefinição em situações normais já é grande, perante esta perspetiva, a indefinição e o risco ao assumirmos valores para um futuro, torna-se muito maior. Daí

que manda o bom senso e manda a prudência que nós refreemos um pouco nosso ímpeto eleitoralista e adequemos o orçamento àquilo que é a nossa realidade, àquilo que nós conseguimos, fazer dentro de uma perspetiva e de uma baliza credível de execução. Daí que, eu não vou estar aqui a referir-me a valores concretos, todos vós têm acesso ao documento, sabem interpretar e, portanto, aquilo que eu apenas quero dizer é que este é um orçamento que reflete a política que tem sido seguida desde 2013, desde que o PSD assumiu os destinos da Câmara da Guarda, em que o rigor e a verdade são dois pilares fundamentais que sustentam a atuação passada, presente e, seguro eu, futura deste Executivo. E, por isso, o meu apelo, o meu apelo muito forte para que este, este orçamento, o último orçamento deste mandato seja aprovado, porque é uma ferramenta útil e indispensável para que a Guarda continue a ter futuro, que é isso que nós, independentemente da cor política e do partido político que militemos ou defendemos, é isto que nós queremos, é que a Guarda tenha futuro. Muito obrigado.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Simões, Presidente da Junta do Rochoso, faz favor.” -----

- **Deputado António Simões, Presidente da União de Freguesias de Rochoso e Monte Margarida PSD):** “Boa tarde a todos, Exma. senhora Presidente da Assembleia Municipal da Guarda, Dra. Cidália Valbom, cumprimento toda a Assembleia Municipal na sua pessoa. Caros Deputados, Guardenses. Sou orgulhosamente Presidente da Junta de Freguesia do Rochoso e Monte Margarida, desde 2013. Há sete anos que defendo os meus fregueses e a Guarda. Os meus companheiros Presidentes de Junta sabem da minha dedicação à minha freguesia e à Guarda. A Guarda, durante seis anos, ganhou esperança, foi confiante e começou a ter esperança no futuro. A Guarda tinha obras. As freguesias rurais tinham, finalmente, água canalizada. A Guarda tinha eventos que colocavam a Guarda no radar e nos deixavam orgulhosos a nível nacional. A nossa autoestima estava em alta. Mas o que mais apreciava pessoalmente era o diálogo aberto e leal que existia entre o Executivo Municipal e as Juntas de Freguesia. Os compromissos, quando assumidos pelo Executivo Municipal, eram cumpridos escrupulosamente. A palavra dada era, realmente, palavra honrada. Mas, no último ano, parece que tudo mudou. As freguesias deixaram de ser acompanhadas. As suas necessidades foram esquecidas. Os seus caminhos, estradas ou muros foram menosprezados. Em plena pandemia não sentimos qualquer apoio quando as nossas populações, já envelhecidas, foram atacadas por surtos de Covid, e pedíamos apenas, e tão só, um pequeno apoio logístico. Mas não. Não recebemos o pequeno conforto de um simples telefonema que poderia atenuar o sentimento de um total abandono que sentíamos. Mas o sentimento de desamparo não ficou por aqui. No documento principal de gestão da Câmara Municipal fomos simplesmente ignorados. A desilusão foi total quando aparece um orçamento que em que o Executivo Municipal esqueceu as suas Juntas de Freguesia. O Executivo Municipal fez ouvidos moucos e não falou com a minha freguesia, ou qualquer outra, na elaboração deste orçamento. Parece até que este orçamento foi realizado, tecnicamente, num gabinete, sem qualquer orientação política. Mas há guardenses atentos. Há guardenses preocupados com o seu futuro e as necessidades dos seus conterrâneos. Organizaram-se, assinaram abaixo-assinados, mobilizaram-se. Não contra ninguém. Assinaram apenas contra o abandono e o marasmo que sentem nas suas freguesias e na Guarda. Queremos obra e desenvolvimento escrito e comprometido no

orçamento e não apenas promessas vãs entre quatro paredes. Como diz o poeta: «Palavras, leva-as o vento». Apenas queremos as nossas pequenas obras inscritas com o seu real valor no orçamento do Município da Guarda. Só assim as nossas obras serão realidade. Uma palavra para quem, no Executivo, levantou a voz e, ao abster-se, reivindicou apenas o que era hábito na Guarda confiante e com futuro: olhar pelas nossas freguesias, cuidar das nossas gentes. O Vereador Sérgio Costa, ao ouvir os eleitos e ao apelar ao nosso voto, que em caso algum colocaria em causa a sua aprovação pelo Executivo Municipal, contribuiu para que houvesse um verdadeiro corrupio de reuniões do Executivo com as Juntas de Freguesia. Foi assim que as Juntas de Freguesia obtiveram o compromisso verbal do Executivo Municipal para que as nossas obras sejam uma realidade. As outras quarenta e duas tiveram a mesma reunião e a mesma promessa, suponho. Mas, volto a afirmar, o Vereador Sérgio Costa, com sentido de responsabilidade a que já nos habituou, apelou ao nosso sentido de responsabilidade pessoal e coletivo no voto deste orçamento. O que me leva a perguntar ao senhor Presidente da Câmara e ao seu Executivo que tipo de orçamento estamos hoje aqui a votar? É o orçamento antes das reuniões com as Juntas de Freguesia, ou o orçamento após as promessas às Juntas de Freguesia? É que este orçamento pode ser já um orçamento morto. Antes mesmo de ser aprovado é já, no mínimo, um orçamento retificado. Este orçamento não reflete a palavra dada por V. Exas. aos Presidentes de Junta, perante os compromissos assumidos em reuniões nos Paços do Concelho. Os compromissos assumidos perante as Juntas de Freguesia custam 3 milhões de euros? Custam 5 milhões de euros? O Executivo Municipal já sabe dizer quanto custam as obras prometidas às Juntas de Freguesia? Já adiantava o caminho da próxima revisão orçamental que V. Exa tornou agora obrigatória para o primeiro trimestre de 2021. Mas, como Presidente de Junta de Freguesia do Rochoso e de Monte Margarida, vou dar mais um voto de confiança na sua palavra, Senhor Presidente. Se assumir aqui, publicamente, que irão cumprir a vossa palavra perante o órgão máximo da Guarda, a nossa Assembleia Municipal, as senhoras e os senhores Deputados e as nossas Juntas de Freguesia, que irá cumprir o que individualmente prometeu, em cada uma das reuniões que teve connosco, se assim for, terá o meu voto favorável. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Eu tenho, agora, inscrito, o senhor Deputado Rui Ribeiro. Faz favor.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Bem, eu confesso que fui surpreendido pela informação do Deputado Ricardo Sousa quando mencionou o valor da dívida que a Câmara reconhece às Águas, porque daquilo que nos foi sendo dito, ao longo deste tempo, pelo senhor Presidente, o valor devia ser muito inferior uma vez que haveria uma série de trabalhos que seriam para abater a essa dívida. E, portanto, peço-lhe que não me leve a mal, senhor Deputado, mas gostava de ter, então, confirmação, da parte do senhor Presidente, que os 29 milhões de que aqui falámos é realmente o valor que a Câmara reconhece. E, portanto, no mínimo, será esse o valor que tem a pagar, sendo que está em discussão um valor para além desse. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu tenho, agora, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Gonçalo, António Jorge. Faz favor.” -----

- **Deputado António Esteves, Presidente de Junta de Gonçalo (PSD):** “Em primeiro lugar, cumprimentar a senhora Presidente da Assembleia e, na sua pessoa, cumprimento o Executivo, cumprimento os senhores Deputados, os meus colegas de Junta de Freguesia, os Colaboradores do Município, Comunicação Social e todas as pessoas que estão em casa. Estas minhas palavras, em primeiro lugar, vão dirigidas ao senhor Deputado Marco. Eu não sei se reparou no orçamento, senhor Deputado, mas existem duas rubricas que são fixas às freguesias. Eu acho que todos estamos em pé de igualdade. Acho que, desde o primeiro ano que para aqui entrei, a verba foi sempre a mesma, nunca ninguém negociou outro tipo de verba. Quanto a isso eu acho que até é crítico, nós nunca tivemos capacidade de negociar as duas verbas que estão inscritas, automaticamente, no orçamento. Daí que não entendo agora vir-se dizer: é só isto para as Juntas de Freguesia? Não, porque, se olhar para o orçamento, existem vias públicas, vias municipais, saneamentos básicos. Qualquer colega meu de uma Junta de Freguesia pode chegar ao Presidente e dizer: eu tenho uma rua que não tem saneamento básico; eu tenho uma via que tem um buraco, precisa de ser tapado; eu tenho uma via que precisa de paralelos. Ou seja, estarmos aqui a falar em duas rubricas estáticas, acho que não está correto, porque não é uma análise correta à parte do orçamento. Dizer também o seguinte. Quando um orçamento é feito, não é feito para uma cidade, é feito para um concelho. Quando é feito para um concelho, todos os Presidentes de Juntas acho que têm por obrigação de olhar para a rubricas dos orçamentos, verem as necessidades das obras que têm e apresentá-las ao Executivo, para isso é que serve uma rubrica aberta. As rubricas abertas servem para isso, para se apresentarem ideias, para se apresentarem as necessidades que as freguesias têm, salvo erro. Eu, pelo menos, é o que tenho feito. Quando tenho uma necessidade, chego ao pé do Executivo, seja ele o atual Presidente, seja o senhor Vice-Presidente, sempre me atenderam nestas rubricas. São rubricas abertas. Na questão das cartas, o senhor Deputado começou a falar em situações de cartas, senhor Deputado Marco, peço desculpa. Na questão das cartas eu pedia-lhe o seguinte, quando se dirigir aos Presidentes de Junta para falar em situações de cartas, faça-o no singular e, de preferência, individualmente, porque estar a falar no plural acho que não será muito correto. Era, mais ou menos, isto que tinha a dizer.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Eu tenho, agora, o senhor Presidente de Junta de Santana da Azinha inscrito. Faz favor.” -----

- **Deputado José Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Santana da Azinha (PSD):** “Vão-me desculpar a brevidade no trato, mas cumprimento-os a todos na figura da senhora Presidente. Boa tarde. Começo por referir o que me traz aqui. Voto contra este orçamento. As razões para tal tomada de posição: a insatisfação pelo rumo dos acontecimentos, indignação pelo não cumprimento de promessas, repúdio à ignorância, ódio à mentira. O que me move: a defesa dos interesses da minha freguesia, de quem me elegeram. E, para que não restem dúvidas, não falo por debaixo da mesa. Falo por mim, não estou aqui a representar ninguém. E, quando digo ninguém, estou-me a referir a político. Assumo as minhas responsabilidades, daquilo que digo e faço. Sustento esta minha decisão referindo apenas dois exemplos. Mais poderiam ser apresentados, mas não adianta. Primeiro, reforço da verba do Acordo de Cooperação (espero não me estar a enganar no nome, mas acho que sim que é assim que se diz) que tem que ser aprovado

em reunião de Câmara e também nesta Assembleia. Olhamos para a Ordem de Trabalhos desta Assembleia e não consta lá nada tal como foi prometido. Ignorância ou mentira? Pergunto eu. Ignorância por não saber a calendarização das reuniões e os trâmites legais a seguir, ou mentira descarada porque os conhece, mas omite, para conseguir o nosso comprometimento. Não me compete, senhor Presidente, nem tenho de saber quando são as reuniões de Câmara. É claro que vai negar isto. É evidente que vai falar das conversas e reuniões e na Assembleia de fevereiro. Foi aquilo que me disseram ontem à noite. Não. O reforço da verba era para esta Assembleia. Para fevereiro é a toponímia. Pode confirmar com seus pares. O segundo exemplo é o saneamento. Há onze anos que, enquanto Presidente de Junta, luto por esta obra. No primeiro mandato, quando ainda havia financiamento comunitário, um Vereador, à época, disse-me que arranjasse 300 mil euros. Foi a resposta do PS. Não os tenho. Aliás, o senhor Presidente também, na altura, em campanha, disse que se eu não ganhasse as eleições, lá na minha freguesia, que nada faria por lá. Honra lhe seja feita, cumpriu a sua palavra. Este Executivo, com mudanças, claro, há sete anos no poder, com seis orçamentos aprovados, um que está em cima da mesa, não vi e não vejo um cêntimo alocado para obra do saneamento na Freguesia de Santana da Azinha. Já aqui se falou de saúde, isto também é uma questão de saúde pública. Senhor Presidente, a minha freguesia, Santana da Azinha, saneamento, zero. Tenho onze anexas, mais quintas, não tenho saneamento em nenhuma anexa. Dir-me-á, senhor Presidente, que a obra já começou. Outros dir-me-ão que o que interessa é que é que a obra arrancou, venha o dinheiro de onde vier. O que é que se fez? Recolocação de tubagem e pavimentação. E, já agora, em relação à pavimentação, há um problema que foi criado e que carece ainda de resolução. O dinheiro donde veio? Do programa de reabilitação de incêndios. Pergunto, então, onde é que são gastos os milhões que vemos no orçamento que estão alocados ao saneamento? É que eu não vejo, em nenhum orçamento, nenhum cêntimo alocado à minha freguesia para esta questão do saneamento. Obra de raiz, zero. O que vejo são complementos, apenas e só. Uma vez mais, senhor Presidente, nesta matéria, também irá remeter para conversas e reuniões. Sei que vai falar da questão do levantamento. Senhor Presidente, o levantamento foi feito. Foi feito por este homem que aqui está, ou ele o mandou fazer. Será que, por ter sido ele a mandá-lo fazer, já não presta? Tem que ir para o lixo e é preciso fazer outro? Senhora Presidente, eu não sei se o regulamento permite, nem quem dá autorização, mas se ele puder confirmar se é verdade, se é mentira, o que eu estou a dizer... porque esse levantamento está feito. E vêm-me dizer, da parte do Município, que é preciso fazer um levantamento primeiro e depois o projeto, adjudicação, concurso. Para quando a obra? Já falavam de um ano. Apontaram-me até dois anos o prazo. Senhor Presidente, daqui a menos de um ano, eu já não serei Presidente da Junta de Freguesia. E o senhor também não, não será Presidente da Câmara Municipal da Guarda. Hoje, em espaços públicos e também privados, o descontentamento de muita gente, Presidentes e outros elementos. Hoje, faladas, promessas não cumpridas, na inoperância dos serviços. Este descontentamento, afirmo, é extensível à população em geral. Senhores Presidentes e Deputados desta Assembleia, se mediante as conversas que ouvimos, se estão assim tão insatisfeitos, lanço o desafio. É chegada a hora de o mostrarem, com coragem, sem medo de represálias. Honrem quem merece. Honrem aqueles que votaram em vós. O SalvaGuarda Rural, afinal o que é? Apontar-me-ão também o dedo, novamente, que não

comuniquei a obra ou obras. E eu pergunto, para quê? O senhor Presidente lembrar-se-á das cinco obras quando tomou posse. Eu indiquei essas cinco obras de forma oficial, com ofício. Está tudo na mesma. Vou comunicar novamente as obras? Vou comunicar novas obras, se nem aquelas que indiquei estão realizadas? Parece que há um problema de comunicação na circulação da mensagem. E, repito, afinal salvaguarda é o quê? Uma salvaguarda rural, a salvar o mundo rural da Guarda? Salvar aquilo que se aponta que está bem? Salvar aquilo que diz sobre o apoio de todos os Presidentes de Junta e desta Assembleia, dos técnicos no Município, dos munícipes? Ou será que a salvaguarda é uma salvaguarda para este Executivo conseguir a aprovação deste orçamento? Tenho dito, obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente de Junta. Eu não tenho mais ninguém inscrito. Mais ninguém pretende usar da palavra? Muito bem. Então, senhor Presidente, faz favor, tem a palavra para responder.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente da Assembleia. Deputado Henrique Monteiro, fundo disponíveis. A regra não foi feita nesta Assembleia, não fui eu que a fiz. Qualquer Câmara tem que ter o dinheiro nos noventa dias seguintes à assunção de uma despesa. Portanto, qualquer despesa, nos noventa dias seguintes, tem que ser paga. O que quer dizer que nós podemos fazer a assunção de despesa em 2 milhões de euros, é esse o saldo disponível que nós temos e, em noventa dias, nós cumprimos o seu pagamento. Portanto, nada tem a ver diretamente com a questão da água propriamente dita, na medida em que a água não é uma despesa. A dívida que nós temos não é uma despesa do Município da Guarda, exatamente, e aproveito já para cumprimentar o Rui Pedro, Deputado do Partido Socialista, e também, mais uma vez, tentar perceber: afinal quem é que é o pai deste problema? Até parece que nós, que queremos salvaguardar os interesses do Município perante uma exigência de 30 milhões de euros por parte das Águas de Vale do Tejo, que não contempla as infraestruturas que estão a ser utilizadas e não contempla aquilo que é a não prestação do serviço em altura de inverno, em que há trovoada, em que as condutas da estação de tratamento de resíduos e das águas se abrem, e, pura e simplesmente, entram no leito do rio. Não se gastou 1 euro, mas é cobrado ao Município da Guarda. E também o compromisso que o Partido Socialista assumiu em Celorico da Beira, a senhora Secretária de Estado, que depois não foi subscrito, nem pela tutela, nem pelo Presidente das Águas de Portugal. Este é um problema que tem mais de dez anos e quem o criou foi o Partido Socialista que decidiu comprar, intervir num sistema no qual não tinha capacidade para o suportar, não acautela efetivamente estas obrigações ou estes direitos do Município. E agora voltamos à questão do pormenor, que é: como nós somos cidadãos da Guarda, cidadãos do país...senhor Deputado, eu fico incrédulo. Então nós vamos pagar, se temos uma ação em tribunal quer dizer que há um Juiz, há um Juiz que vai decidir esta matéria. Então, o Juiz Rui Pedro, já decidi. Estão aqui 29 milhões e temos que pagar. O Deputado Rui Pedro, já não digo Juiz, olha para 29 milhões do orçamento e é despesa e é obrigação do Município da Guarda. Então é o quê? É o quê? Bem, o que nós temos de ter noção, já expliquei várias vezes nesta Assembleia, e ao Partido Socialista em particular, porque é disso que se trata, é que nós não pagaremos. Ou há um acordo que, de facto, respeite a Guarda, dê equilíbrio nas prestações e contraprestações daquilo que é o fornecimento da água e do saneamento, ou então o tribunal decidirá, que é onde está o processo.

Porque é que havemos estar aqui: mas afinal quando é que se deve? Senhor Deputado, nós ficamos a dever aquilo que o tribunal decidir. E enquanto não decidi e enquanto não fizermos acordo, é assim que a situação se mantém. De uma vez por todas, escusamos de estar aqui a encapotar uma realidade nefasta para o Município da Guarda, criada pelo Partido Socialista, e que agora passamos aqui o tempo nesta e noutras Assembleias Municipais que virão: afinal, qual é o valor que está nas contas do Município relativamente à água e saneamento? Nós temos um valor que, se fosse devido nas regras que as Águas do Vale do Tejo exigem e querem, seria esse. Mas nós, já o disse, não devemos mais de 20 milhões de euros. Não devemos. E queremos resolver isso. Mas ninguém quer, da parte das Águas, dar o compromisso, estabelecer o acordo daquilo que é a salvaguarda dos interesses essenciais. Porque, ao fim destes dez anos, é altamente prejudicial aquilo que está a ser feito ao Município da Guarda, como a outros Municípios deste sistema multimunicipal de água. -----

Senhor Deputado Henrique Monteiro, renda da Sede da Associação Comercial. Como? A venda. Hoje foi fechado, precisamente, eu estava aqui a ouvir com muita atenção os senhores Deputados, nós apresentámos um valor. O valor era de 419 mil euros, nós temos uma proposta de 300 mil euros. Esse valor, não apareceu mais nenhuma proposta, vai ser apresentada na Assembleia de credores. E a Assembleia de Credores, como é um valor abaixo daquilo que estava previsto, dentro de dez, quinze dias, teremos uma resposta. E na nossa pretensão e daquilo que foram os contactos estabelecidos, este edifício virá ao património imobiliário da Câmara Municipal da Guarda por este valor. Portanto, esta é a resposta quanto a esta aquisição e quanto à Sede da Associação Comercial. A recuperação dos 2 milhões. Mais uma vez, e já não quero estar a falar, se me permitirem, isso, do passado. Vamos falar do futuro. E do futuro é que não foi possível nenhuma resolução para, de uma forma imediata com a empresa, anular o contrato de promessa. Porque essa foi pedida pelo Município, a empresa Manuel Rodrigues Tavares devolvia os 2 milhões de euros ao Município e tomem lá os terrenos. Tomem lá tudo o que foi objeto de contrato promessa. Tal não foi possível por dois motivos. Não houve vontade e, por outro lado, também há uma hipoteca. Portanto, nós arrestámos bens a esta empresa no mesmo valor. Claro que metemos a providência cautelar, estamos na ação principal. A providência cautelar ganha em toda a linha, com recursos, o Município da Guarda ganha em toda a linha, quer na primeira instância, quer em fase de recurso. E estamos agora no processo da ação principal que terá os seus trâmites. Daqui a dois, três, quatro anos teremos resposta, porque é assim que os tribunais, embora se diga que não, mas é assim que os tribunais administrativos e fiscais tratam a economia deste território. É assim que estes tribunais tratam aquilo que são os legítimos anseios das nossas populações e, como tal, vamos aguardar serenamente. E aí depois veremos, quando esse dinheiro chegar. Ou temos que vender património para realizar este dinheiro e vamos esperar que esse património seja suficiente. Neste momento será, de acordo com as avaliações. Daqui a três, quatro, cinco, seis anos se verá se ainda assim é possível cumprir esta obrigação. Tenho uma reunião marcada com os proprietários, não que haja indemnização. Nós temos um equipamento, o Mercado Municipal, tem, de facto, os espaços dos comerciantes. Cada comerciante, a regra, o princípio, é que cada um zele pelo seu espaço. Devia haver um seguro, detetámos que não há um seguro. O Município tem um seguro do imóvel na sua globalidade. Cada

atividade comercial, como fora do Mercado Municipal, todos os comerciantes devem ter um seguro para salvaguardar o seu negócio para estas circunstâncias de risco. Acontece que não têm, salvo um caso ou dois. Aguardámos, mesmo assim fizemos a participação ao seguro para dar uma resposta positiva. O seguro demitiu-se dessa responsabilidade. Ainda assim, temos uma proposta, não de indemnização, de compensação para diminuir o prejuízo por uma obrigação de interesse público. Não por uma obrigação contratual de uma obrigatoriedade que o Município tinha que ter para com os comerciantes, de ter um seguro por eles. Não, isso nunca foi feito. Aquele equipamento tem trinta anos ou mais e, ainda assim, aguardo. A reunião está agendada para nós podermos, de facto, dar uma compensação para minimizar o prejuízo do incêndio, mas não será uma indemnização naquilo que é o seu conceito básico. -----

Depois, Deputado Marco Loureiro. Nós percebemos, mas há uma grande diferença entre a retórica e a realidade. De facto, pegar num orçamento e olhar para os senhores Deputados: «estão a ver? Está aqui a verba. Não está aqui a verba.» isto é, retórica. A realidade é a que está efetivamente aqui plasmada. E também respondendo já ao senhor Deputado Rui Pedro, onde me diz que os investimentos não foram evidenciados. Depois acabou por admitir que foram evidenciados no orçamento e estão lá para 2022. Mas esqueceu-se de falar das verbas. Quer dizer, em 2021, ou estão pouco dotados e então diz que o orçamento não se refere a eles. Mas em 2022 tem lá a sua referência. Mas é preciso depois dizer o valor que temos atribuído a essas verbas, para sermos objetivos. E, senhor Deputado, no mínimo, para sermos verdadeiros, mas a gente percebe... aqui Deputado Ricardo Né também foi ao âmago da questão. Não há nada como criar o caos para depois se defender a ordem. Mas nós, como não temos essa visão de retórica política e o caos não é um pressuposto da ordem, e nós estamos na ordem, é nessa base que vamos defender e já nos referimos ao orçamento. Mas, Deputado Rui Pedro, requalificação de imóveis no centro histórico. Sim, é verdade. Têm 50 mil euros em 2021. Mas em 2022 1 milhão de euros, como eu há pouco expliquei. Requalificação da JAE para a UEPS, também tem um valor já previsto de meio milhão de euros e terá 100 mil euros no ano seguinte. Mas podíamos falar aqui do apoio ao Associativismo onde estão os 300 mil euros. Funções de Administração Geral, temos cerca aqui de 225 mil euros já assumidos, para combate à Covid nas funções gerais. Podia também aqui referir, por exemplo, ao nível daquilo que o senhor referiu: afinal as famílias, onde estão, qual é o apoio? Na ação social temos aqui Guarda Saudável e Solidária, um valor de 300 mil euros às famílias mais carenciadas. É preciso dizê-lo. Previsto também um valor de 302 mil euros para o ano 2022. Mas é importante também referirmos projetos como o Fronteira 2020, com valores de 40 mil euros na ação social. No âmbito das habitações sociais, também é importante referir a aquisição e construção de habitações sociais, 50 mil euros em 2021. Mas se chegarmos a 2022, meio milhão de euros, porque é aí que iremos fazer obra. Na área das freguesias, investimento de apoio ao POSEUR, não temos aquela candidatura que tivemos, há quatro anos, de 7 milhões de euros, que era fácil financiar essas obras. Mas já lançámos uma, precisamente no mês passado, de 100 mil euros no POSEUR. Temos 300 mil euros no âmbito da conservação e manutenção e exploração da rede de águas e saneamento. Mas também na ampliação destas redes, temos mais de 200 mil euros. Para não falar em duas ou três freguesias, Monte Carreto, as anexa de João Antão, Albardo, onde temos, para cada uma

delas, para aquilo que já está previsto, está em curso, 200 mil euros em cada uma delas. Podemos elencar também atividades de animação sociocultural, onde temos projetos onde, noutros tempos, nós colocámos a Feira Ibérica de Turismo, 675 mil euros. São investimentos. Não é só ir pegar no regulamento que cria emprego e o apoio que o Município dá à criação de emprego, ou ao investimento, já lá vamos. Mas este também é investimento. É investimento a conservação de equipamento desportivos e aquisição de bens, onde temos também aqui um valor, melhor dizendo, requalificação e edificação de espaços desportivos, 650 mil euros. As escolas, o Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM, temos aqui um valor, em 2021, de 3 milhões de euros. 3 milhões de euros nas escolas. Veja, senhor Deputado. Conservação de vias municipais, 250 mil euros. Conservação e limpeza de vias municipais, 250 mil euros. Requalificação de obras de viação, até 2020, 1 milhão e 800 mil, página 82 do orçamento. Mas logo mais abaixo, na mesma rubrica 3.1, também temos requalificação de obras de viação mais 750.000€. Não sou eu que estou aqui a fazer retórica barata, peço desculpa pelo termo. A retórica mantenho, mas o «barata» é meu. Não quero aqui vender a banha da cobra a ninguém. É o que é. É aquilo que está assumido pelo Executivo, é isso que está plasmado no orçamento. Mas, continuando, requalificação e ampliação da Plataforma Logística. Esqueceu-se, senhor Deputado. Não é investimento? Sabe quanto é que temos aqui? 500 mil euros, em 2021. 400 mil e 810, em 2022. Devia ter referido. Porque, chegar aqui, a retórica pega-se. O Bloco de Esquerda inicia, o senhor Deputado do Partido Socialista mantém. Depois, requalificação dos espaços da feira, a requalificação do Mercado Municipal. Temos, para 2021, respetivamente, 150 mil e 100 euros. Os Passadiços do Mondego, 2 milhões de euros previstos, em 2021. Quantas freguesias servem os Passadiços do Mondego? Vai-se concretizar, ou não se vai concretizar? Onde é que está a falta de vontade ou de ambição? Concretizamos o que está aqui. É este o compromisso. Mas não há aqui atitudes de ultimato a ninguém. Há aqui a verdade e a seriedade de um trabalho que tem sido desenvolvido ao longo de sete anos, que nós somos responsáveis. E hoje, aqui, não estamos a fazer diferente. Estamos a fazer exatamente com o mesmo rigor, com a mesma ambição, com a mesma verdade. Não agradamos a todos. Respeitamos todos, mesmo na diferença e até na controvérsia. Mas convençam-se de uma coisa, nós trabalhamos e o nosso trabalho é sério. Eu não preciso de dar a palavra em lado nenhum. Nunca a dei até hoje, até que me demonstrem que eu não tenho uma palavra capaz de manter a seriedade para cada um de vós. Não dou a palavra em lado nenhum. O que vos digo é que os compromissos assumidos por este Executivo são compromissos realistas. Não há aqui populismo, não há aqui ultimatoss, mas sim um trabalho sério deste Executivo como foi aqui já demonstrado. Há quatro meses a esta parte, na última Assembleia Municipal, nesta precisa sala, eu, o Vice-Presidente e os senhores Vereadores, dissemos aos senhores Presidentes de Junta: estamos aqui num projeto, num programa de defesa do mundo rural. É isso que vamos também desenvolver. O caminho faz-se caminhando. Nós próprios, muitas vezes, não sabemos onde vamos chegar. E como disse também Eduardo Lourenço: não interessa o destino, interessa a viagem. Ou como diz o poeta António Machado: o que interessa não é o ponto de chegada, é o ponto de partida. E vir aqui dizer: mas esta era a reunião que deve observar, efetivamente, já o compromisso das obras, a execução das obras. Nós executamos de acordo com a lei. Nós executamos de acordo com aquilo que vocês nos pedem, daquilo que são as nossas possibilidades. E quando nós assumimos,

frontalmente, cara-a-cara, de forma pessoal, direta, é para cumprir. E o orçamento traduz a nossa vontade. O orçamento traduz a vossa vontade. E como se tem feito nos últimos sete anos, sabemos bem que não houve nem uma, nem duas, nem três revisões orçamentais. E porque é que elas existem? Ou alterações, quando a rubrica está aberta. Senhores Deputados, quando a rubrica está aberta, mas está insuficientemente dotada, em sete anos, com o Partido Social Democrata, mas também no passado com o Partido Socialista, com certeza, a rubrica está aberta, reforça-se face a essa necessidade. Mas quando não há rubrica no orçamento, o que não é o caso, temos as rubricas que vão ao encontro conforme as minhas notas introdutórias de defesa deste orçamento, quando a rubrica não está aberta, aí sim, temos que a criar. Temos que fazer uma revisão, um processo mais complexo. Mas o que se trata fundamentalmente é de um documento previsional. O orçamento não é existência de dinheiro, não é a assunção imediata de obrigações. É uma previsão. Olhamos para uma possibilidade de obter receita e criamos a possibilidade de fazer despesa. E é nessa perceção que nós recolhemos, ao longo deste tempo, com os contactos nas reuniões, nas discussões, nas diversas perceções quando vamos ao território, que percebemos o que é que deve ser prioritário, aquilo que merece ser resolvido de forma imediata. E é isso que temos feito, mesmo com aqueles que discordam. Mas, em democracia, estamos cá para aceitar essa opinião. Agora, há regras. Nós próprios, as casas que comprámos na Praça Luís de Camões, era para ter iniciado o processo, está a concluir agora, há um ano atrás. Processos que foram desertos, abrimos concursos, não podemos dar continuidade porque não houve correntes. Impediram-nos que até, de forma atempada... e como acabaram de ver, vinte ruas da cidade que já deviam estar completamente executadas, que nós devíamos pensar já nas outras dez ou vinte ruas, quer na cidade, quer no meio rural, mas ainda temos de completar estas. Enquanto não completar, porque é que havemos de estar já a pensar em coisas futuras, se, no presente, ainda não as concretizámos? Elas estão previstas, fruto muitas vezes de situações que não nos vinculam, que são extra nossa vontade. Mas, ainda assim, isso não nos faz cruzar os braços e queremos dar continuidade àquilo que são opções. É verdade, temos os Acordos de Cooperação com as freguesias, 500 mil euros. Os Acordos de Execução com 300 mil euros. Mas é em fevereiro, e aquilo que se fizer até fevereiro não vai esgotar esta rubrica. O que se fizer até fevereiro, repito, não vai esgotar estas rubricas. Mas em fevereiro, como vos disse, são 7 milhões de euros que vão ser integrados no orçamento. Vão ser distribuídos para reforçar as rubricas que estão previstas neste orçamento. Mas sempre se fez assim. Não é de maneira diferente. Sempre se trabalhou desta maneira. Claro, no ano passado, já o fizemos em fevereiro. Nos outros seis anos, fizemo-lo até abril porque assim a lei o determinava. A partir de há um ano a esta parte, é verdade, estabelece já essa possibilidade. Portanto, reitero. Nós comprometemo-nos com a Guarda. Comprometemo-nos com as instituições. Nesta relação positiva com as freguesias. Sabemos, dialogámos muitas das vezes, nem tudo correu bem. Não conseguimos dar sempre a melhor resposta. Mas temos um capital que eu penso que vocês nos reconhecem, queremos e temos sido sérios na resolução dos problemas quando eles nos surgem. E aquilo que nos tem desafiado ao longo deste tempo, temos dado, globalmente, uma resposta positiva àquilo que são as nossas exigências. Não corre tudo bem no reino de sua majestade, ou do Presidente da República se assim o quisermos porque nós somos uma república. Mas estamos cá para dar e continuar a trabalhar para que sejamos todos cada vez melhores pela Guarda. E é

esse sentido cívico, essa responsabilidade coletiva e nesse poder/dever na defesa de causa pública, que, apesar de tudo, este documento, numa fase final do mandato, merece ter o voto positivo de todos vós. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Eu iria pôr, então, agora, à votação o orçamento.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.3 - Discussão e votação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento do Município da Guarda para o Ano de 2021.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e nove votos a favor, duas abstenções e doze votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma Declaração de Voto? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor. Declaração de Voto também Deputado Miguel? Muito bem.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, dissemos aqui que este orçamento não reflete necessariamente aquilo que seriam as nossas opções políticas para as Grandes Opções do Plano de desenvolvimento deste concelho. Mas aquilo que é o nosso interesse pessoal, a nossa visão pessoal, a nossa visão partidária de um orçamento, dilui-se, claramente, em nome do interesse público deste concelho, das pessoas deste concelho e da economia deste concelho, que tem que ser alavancada muito a partir do Município. E num ano em que temos uma economia fortemente condicionada pela pandemia, não ter um orçamento acho que era de uma enorme gravidade. A economia é um sistema de vasos comunicantes. Se nós cortarmos um vaso, a comunicação deixa que de ocorrer e isto pode ter graves consequências para a vida das pessoas. Porque não nos iludamos, a economia é feita por pessoas para pessoas. E, portanto, são as pessoas os últimos destinatários das dinâmicas económicas que nós poderemos imprimir, neste caso, neste concelho. E seria de uma enorme irresponsabilidade não ter orçamento. Nós compreendemos aqui as posições de alguns partidos. Aliás, o Partido Socialista, eu usava, como termo comparativo, os turbos de geometria variável. Alternam a potência, conforme estão na oposição ou no poder. O Bloco de Esquerda, eu, quando era pequenino, tinha um bonequinho que tinha uma mola por baixo. Eu carregava na mola e ele ficava por ali a saltitar. E o Bloco de Esquerda, quando toca a assumir responsabilidades, normalmente foge com o rabo à seringa, desculpem a expressão. Aliás, basta pensar naquilo que ele fez este ano na aprovação do orçamento de Estado, em que andou quatro anos a validar injeções de dinheiro no Novo Banco e agora vem com a bandeira de que não há mais dinheiro para o Novo Banco, para tentar ver dirimir-se das responsabilidades que tem. E quem diz nisto diz noutras matérias, como, por exemplo, é a situação a que foi acorrentada a TAP e a que foram acorrentados, por sua vez, todos os portugueses, que tem a ver com uma visão ideológica da Extrema-Esquerda. E quando há Extrema-Esquerda depois também aparecem os contrabalanços da Extrema-Direita e eles até nem divergem muito. Aliás, basta referir a questão das castrações químicas, que são uma bandeira de um partido português e também são uma bandeira do irmão gémeo espanhol, o Podemos do Bloco de Esquerda. Portanto, a distinção também não é grande. Haja responsabilidade e é com este sentido de responsabilidade, da necessidade de haver um orçamento que não

quebre a cadeia económica deste concelho numa situação de extrema dificuldade, que o CDS hoje vota este orçamento. Sendo certo que as nossas opções seriam, necessariamente, diferentes. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Miguel, uma Declaração de Voto também.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Boa tarde a todos. Bem, eu não poderia deixar de votar favoravelmente a este ponto, pois acredito que este Executivo Municipal, na pessoa do senhor Presidente de Câmara, irá dar resposta a todas os compromissos que foram firmados com os Presidentes de Junta e com a Guarda. E permita-me, senhora Presidente da Assembleia Municipal, discordar do que o senhor Deputado Marco Loureiro disse, há uns pontos anteriores, quando falou acerca das relações internas do PSD. Eu acho que tivemos uma prova bem recente de que o senhor está enganado, quando até o senhor Vereador Sérgio Costa apelou, publicamente, para que este orçamento fosse aprovado. E, tal como o senhor Deputado Henrique Monteiro acabou de dizer agora, é uma falta de sentido de responsabilidade quem, nesta Assembleia, votou contra ele. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor. Uma Declaração de Voto também.” ---

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu segui a linha geral do PCP. Ou seja, absteve-me no orçamento, porque viver sem orçamento é difícil. E, portanto, não sabia quantos votos eram a favor, também não queria votar a favor, não queria votar contra. Absteve-me. Mas o que é certo é que eu estou frustrado pela falta de resposta do senhor Presidente da Câmara, Dr. Carlos Chaves Monteiro, porque há coisas que é preciso responder. É preciso responder à necessidade de dialogar com a oposição, coisa que não foi feita aqui na nossa Câmara. E também, já que eu estou no Conselho Municipal da Juventude, também gostava que houvesse uma resposta aos problemas da juventude e essa resposta não foi feita. Na dúvida, absteve-me. Mas, provavelmente, vai ser a última vez que me abstenho num orçamento aqui na Câmara. Não sei como é que vai ser a partir de setembro do próximo ano. Mas o que é certo é que gostava de ver uma resposta clara da Câmara em relação aos problemas do concelho do mundo rural, já que eu vivo ali numa aldeia, toda a gente sabe qual é, não vou dizer. Mas o que é certo é que o mundo rural tem que ser apoiado, a juventude tem que ser apoiada e isso não vi na resposta do senhor Carlos Chaves Monteiro, do senhor Dr. Carlos Chaves Monteiro. Gostava de ouvir uma resposta positiva. Dizer: vou fazer, vou afirmar os valores necessários da juventude, do mundo rural, da cidade, de tudo isto e da economia. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor também.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “O Bloco de Esquerda, há pouco, já explicou bem o porquê de ter votado contra. Reforço a ideia de que consideramos que este orçamento não vai ao encontro das verdadeiras necessidades, e ainda com a agravante da situação que o país passa, e o mundo, mas falemos de Portugal. Em 2021 vai ser preciso muito

mais. Os pequenos empresários, comércio local, vai ser preciso muito mais, para sobreviverem, do que isenções durante o mês de dezembro. Vejam bem, dezoito medidas para o mês de dezembro. Se o senhor Presidente, salvaguarda, se for até finais de 2021, até finais 2021, eu posso concordar que há uma margem para esses empresários terem alguma lufada de ar fresco. Agora, dezembro? Para depois acontecer como a água? Desconto na água e depois, nas faturas seguintes, não sei porquê, parece que subiu. Drasticamente, aquilo foi... parece que abriram as torneiras. Basta ver, muitas faturas foram no sentido de reclamações para com a Câmara e tornadas públicas. Algumas justificadas, por parte dos técnicos da Câmara, outras sem conseguirem, até ao momento, justificar. Dizer também ao senhor Deputado... não está cá. Eu não gosto muito de falar sem ele estar cá, mas o colega, certamente, transmitirá. Senhor Deputado Henrique Monteiro, realmente, o CDS-PP é de uma coerência. Com que então, não vota contra atendendo que é preciso salvaguardar a situação da crise para o ano e tal... e o Bloco é incoerente. E vejam bem, o seu Partido, na Assembleia da República, vota contra o orçamento de Estado para 2021. Então, isto é, o orçamento para a Guarda é muito importante. O orçamento para o país inteiro não é importante. Ei, senhor Deputado, que coerência. Que coerência. Que coerência, é mesmo à CDS-PP. E, também, deixe-me que lhe diga, não se preocupe com o Podemos nem com o Bloco. Preocupem-se vocês é de atingir alguma votação, porque, não tarda nada, aquele Partido que eu nem me vou atrever a dizer o nome, para mim não é nenhum Partido, ainda vos ultrapassa. Assim. Assim. Sabe-se lá porquê. Sabe-se lá porquê, não é? Há ali um gene parecido, mas, entretanto, um é mais populista do que outro. Até ver, não é? Até ver. Acrescentar também que honras têm que ser dadas, realmente, parabéns, senhor Presidente de Junta de Santana da Azinha, pela coragem, porque em democracia, por mais que os partidos digam que se aceitam as diferenças, realmente, eu fiquei aqui... digo-lhe já, senhor Presidente, se eu fosse da sua Junta de Freguesia e se o senhor Presidente fosse candidato novamente, eu votava em si. Eu votava em si pela sua frontalidade. Aceite ou não aceite isto como um elogio. Não me interessa isso, também não é por isso... Com certeza, mas tenho que lhe dizer na mesma isso e está dito. E era isso que eu queria. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Não? Muito bem. Faço eu uma Declaração de Voto. Só duas ou três palavrinhas para justificar o meu sentido de voto. Eu votei favoravelmente o orçamento, por entender dever ser responsável para com a Guarda. A Guarda, efetivamente, precisa ou deve ter um orçamento aprovado para poder ser governada por quem está no exercício das funções e, nesse sentido, não poderia deixar de votar favoravelmente por uma questão de solidariedade para com todos os senhores Presidentes de Junta. E denoto, com satisfação, a grande preocupação do senhor Presidente da Câmara, a grande preocupação que demonstrou nesta Assembleia Municipal para com as Juntas de Freguesia, a necessidade que teve de falar recorrentemente neste ponto da Ordem de Trabalhos para as Junta de Freguesia e o facto de se responsabilizar também para com os senhores Presidentes de Junta e, naturalmente, para ou os fregueses de cada uma das freguesias, no sentido de se responsabilizar, dizia eu, com as obras que assumiu com os senhores Presidentes de Junta nas reuniões que tiveram, todos nós sabemos, nestas últimas semanas. E, portanto, nesse sentido, e por ser responsável e por uma questão

de solidariedade para com as Juntas de Freguesia, com os senhores Presidentes de Junta de Freguesia, votei favoravelmente este orçamento. Denoto, também, a preocupação do senhor Presidente de Câmara com a possibilidade de, em fevereiro, na Assembleia de fevereiro, com o saldo de gerência de 7 milhões de euros, que referiu aqui mais uma vez, uma verba que servirá para as obras nas freguesias. Portanto, depreendo que seja para a realização das obras prometidas aos senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Cá estaremos. É esse o nosso papel, a nossa função nesta casa, nesta Assembleia, cá estaremos para passo-a-passo acompanhar o cumprimento desta responsabilidade que foi assumida aqui, perante a Assembleia Municipal, pelo senhor Presidente da Câmara. Fica feita a Declaração de Voto.” -----

Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2021. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer tomar da palavra? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Só aqui uma breve introdução, porque ainda quero responder ao Deputado Aires Diniz. Ele ficou preocupado, e bem, porque eu não respondi. Quero-lhe dizer, muito rapidamente. Conselho Municipal da Juventude, página 77, 30 mil euros de orçamento. Relativamente às ideias que propôs, estão já consubstanciadas nas propostas do próprio Conselho: o festival de música e arte, pintura e escultura, o investimento juvenil também sobre música e arte e a criação de um centro de encontro regional sobre literatura e música e arte. Está plasmado naquilo que são as estratégias do Conselho Municipal de Juventude. Portanto, também temos aqui esta dotação para dar a resposta também àquilo que são os seus anseios, enquanto representante do Conselho Municipal da Juventude. Relativamente a este ponto, esta é uma matéria muito importante para o Município da Guarda, aliás, como outras que já aqui debatemos. Dizer que, de facto, o Mapa de Pessoal todos os anos também vem a esta Assembleia Municipal, tendo em conta aquilo que são as necessidades futuras para abarcar todas estas competências que nós temos e ser capazes de dar resposta às freguesias, porque sabemos que essa resposta nem sempre é a melhor, já o reconheci. Mas há razões. Reparem, em 2019, nós tínhamos mais vinte e um trabalhadores que temos hoje, exatamente no período homologado. Quer dizer, dizer que temos que ter a mesma capacidade, a mesma performance, em termos de atividade e de organização, com menos vinte trabalhadores, representa aqui, de facto, algo que é importante para a esta estratégia do Município. E porquê vinte trabalhadores? Exatamente porque se aposentaram, faleceram, tiveram uma relação de contrato público de emprego com outras instituições e, como tal, fomos perdendo esses recursos humanos. Primeiro objetivo deste Quadro de Pessoal é pensar em substituir estes recursos humanos e, portanto, abrimos as vagas também no mesmo número de necessidades. Claro que o Mapa de Pessoal, no ano 2021, não vai ser estático, vai ser dinâmico. Também há uma outra situação, que vamos votar daqui a pouco, que tem a ver com a assunção de novas competências. Novas competências podem também ter implicação no quadro de pessoal. Mas isso lá iremos. Mas a primeira, verdadeiramente, é preencher novas necessidades que ficaram

descobertas, exatamente por falta, por perda, de alguns recursos humanos. Mas também, nesta matéria, queremos ir mais além. Mesmo com esses vinte só estávamos a equilibrar, e essas já estão previstas no mapa, só estávamos a equilibrar aquilo que acontecia em 2019. Nós temos hoje mais necessidades e teremos que as reforçar com mais recursos humanos, ou pelo menos, mais lugares no quadro, para, depois, em função das necessidades, nós podermos dar cobertura e não necessitar de vir à Assembleia Municipal para abrir mais vagas. Portanto, neste momento e nesta matéria, falamos em cerca de quarenta lugares previstos no mapa, para substituição e reforço do quadro de pessoal. E aí posso-vos concretizar: um assistente operacional e ligado também ao Serviço Médico Veterinário Municipal; no Departamento de Administração e Coordenação Geral, um Assistente Técnico; na Divisão de Planeamento e Obras Municipais, onze, são sete Técnicos Superiores, Arquitetura, Engenharia Civil, Arquitetura Paisagista, Engenharia Topográfica, Engenharia Eletromecânica, Engenharia Eletrotécnica, dois Assistentes Técnicos na área de Medidor Orçamentista, um de Sistema de Informação Geográfica, dois Fiscais na área de Fiscalização; na Divisão de Educação estamos a falar de dezassete Assistentes Operacionais; na Divisão de Cultura Turismo Juventude e Desporto, dois Técnicos Superiores e na Divisão de Ambiente de Equipamentos e Infraestruturas, dezassete, sendo um Técnico Superior, um Assistente Técnico, quinze Assistentes Operacionais; seis Jardineiros, seis Cantoneiros, um Condutor de Veículos Pesados, dois Manobreadores de Máquinas, que dá um total de quarenta e nove. Nós definimos aqui critérios. Primeiro as funções. Não queremos, por exemplo, pessoas de outras áreas científicas ou técnicas que depois venham para manobrador de máquinas, tem que ser mesmo um manobrador de máquinas. Definição clara de objetivos e de requisitos que assentam na necessidade efetiva para o serviço, ponto um, no desempenho de funções de complexidade superior à carreira onde se encontram, o elevado grau de compromisso com o serviço, o potencial demonstrado, a antiguidade na função pública e os anos decorridos após a sua formação, bem como, no caso daqueles que já cá estão, e já lá vamos, a avaliação de desempenho. Propõe-se, por isso, de acordo com esses critérios, a alteração da situação da carreira e categoria dos vários trabalhadores. O que é que acontece? Portanto, terá que haver abertura de concursos para preencher estas vagas. Mas também temos, de facto, uma grande alteração naquilo que vai ser o Quadro de Pessoal para 2021. Ao longo destes anos, e digo longos anos, mais de quinze anos, nós detetámos, e tivemos de paredes próximas com esta realidade, há sessenta colaboradores na Câmara da Guarda, e aqui não falamos de novos lugares no quadro, falamos de sessenta colaboradores que já têm lugar no quadro, mas que, efetivamente, por uma razão, ou por outra, nunca estiveram... e algumas até boas porque podiam ter entrado com a quarta classe e tiraram um curso superior, já no exercício das funções, no Instituto Politécnico. Fruto de alguns, também, que entraram em categorias mais baixas e tinham formação superior, exercem funções de complexidade técnica, e também se justifica uma reorganização e adaptação dos recursos humanos que já estão na Câmara da Guarda. Estamos a falar num total de sessenta e que nós entendemos colocar em mobilidade para novas funções e adaptar exatamente o quadro remuneratório às funções que estão, efetivamente, a realizar. Neste caso, falamos em sessenta pessoas: um no Gabinete de Apoio à Presidência; dois no Serviço de Relações Públicas e Protocolo; três no Serviço de Proteção Civil; dois na Informática, Modernização Administrativa e Qualidade; onze na Divisão Administrativa

e Recursos Humanos; seis na Divisão Financeira, Contratação Pública e Património; outros seis recursos humanos na Divisão de Planeamento Obras e Urbanismo; dez na Divisão de Educação, Intervenção Social e Saúde; dezasseis na Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude e na Divisão de Ambiente, Equipamentos e Infraestruturas, mais três recursos humanos. Ora, estamos a falar em mais de cem lugares. Quarenta lugares no quadro e das sessenta alterações no Quadro de Pessoal, fruto desta consequência. Uma decisão que é pertinente, que é oportuna. Pode pecar já é por não ter acontecido antes. Mas também, de acordo com os critérios que eu acabei de referir, também estão subjacentes para selecionar esses trabalhadores e assenta, efetivamente, naqueles critérios que eu, há pouco, referi. E, portanto, nós acreditamos também. Claro que o investimento faz-se da Plataforma Logística, faz-se da Capital Europeia da Cultura, faz-se no apoio às empresas, mas faz-se também, para além da formação, das condições que damos aos nossos técnicos, faz-se também pelo recrutamento e valorização dos nossos trabalhadores. E a valorização, através desta decisão, vai ser feita exatamente com a decisão que este Executivo vai tomar. Uma decisão responsável, uma decisão que vai ao encontro das legítimas expectativas dos nossos trabalhadores, tem custos naquilo que são as opções também no orçamento e naquilo que é o erário público, mas temos também a convicção clara que, com melhores condições físicas de trabalho, mas também financeiras, nós podemos exigir muito mais para o cumprimento das obrigações que nos é exigido, em termos das nossas responsabilidades e competências. Portanto, também, nesta matéria, vos convoco para a votação deste Quadro de Pessoal, porque assim iremos garantir melhor as necessidades do nosso concelho, através daqueles que, em primeira linha, têm essa responsabilidade de vos servir, que são os funcionários da Câmara que já existem, mas também aqueles que nós queremos trazer para o Quadro da Câmara. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” ---

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Parte daquilo que eu queria dizer, já está ultrapassado pela intervenção do senhor Presidente. Já estive a rever um pouco, assim rapidamente, aquilo que tinha escrito. Quanto ao Mapa de Pessoal não conseguimos vislumbrar, no orçamento, como se vai fazer a formação desse mesmo pessoal só com 20 mil euros e a sua valorização de acordo com o esforço que têm feito, durante esta pandemia, para servir com eficácia os municípios da Guarda. Preocupa-nos, também, a gestão do balanço social, nomeadamente com entradas e saídas de pessoal, (isto já foi dito pelo senhor Presidente), sendo necessário repor a capacidade de trabalho dos trabalhadores da Autarquia, de acordo com as necessidades de serviço, dentro da economicidade e disponibilidade que advém da sua integração em quadros de pessoal dinâmicos, que os valorizem no quadro da presente pandemia, defendendo-os em todas as consequências na saúde dos trabalhadores. Saudamos, entretanto, a importância da requalificação dos trabalhadores tendo em conta o desempenho de funções, conteúdos funcionais superiores, os quais não estão coadunados com a urgência da requalificação. Lamentamos veementemente a destruição das carreiras profissionais e, mais grave ainda, a introdução de um instrumento de avaliação de opção gestonária discriminatório, o SIADAP, que criou discriminações entre os trabalhadores com idêntico conteúdo funcional e de desenvolvimento das funções. Deveríamos, por isso,

equacionar todos os postos de trabalho pré-existentes e adstritos às funções municipais que estão entregues aos privados. De facto, neste e noutros aspetos, somos contra a transferência das funções sociais do Estado para empresas externas muitas vezes alheias aos interesses dos munícipes, que outrora eram desempenhadas pelos trabalhadores do Município e desta forma o serviço tinha uma elevada qualidade de desempenho, como acontecia na recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos. Observe-se o que se passa na recolha destes resíduos que é deficitária, na manutenção de espaços verdes e serviço de águas, que com a sua internalização e conseqüente perda de autonomia deixou de ter capacidade de resposta e de primar pela excelência. Há a salientar o facto de as instalações não darem resposta às melhores condições de trabalho e não acautelarem a igualdade de género. Mas, por outro lado, a Câmara tem vindo a renovar a frota de veículos, que é um elemento importante até neste processo da pandemia, e sendo por isso um investimento justificado. Depois, no relatório do Presidente, que eu depois transferi aqui para este ponto, está lá a indicação de que há vinte e cinco Assistentes Operacionais, sendo três Cantoneiros, etc, etc. O senhor Presidente já completou esta informação, que não vem na informação do Presidente. Agora, só queria perguntar, e eu já estou à espera que seja aquilo que é adequado, qual é a formação técnica pedida para acesso a este concurso? Quais vão ser os cursos que vão pedir que as pessoas possam ter, ou que já tenham, e sendo requalificados e recolocados no Quadro de Pessoal. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Eu queria apenas, se possível, senhor Presidente, uma dúvida. Admito que me debrucei completamente, por isso, se me conseguir dizer, quantos funcionários ou técnicos é que tem este mesmo espaço, o TMG? E qual o grau, neste caso, o vínculo que têm, relativamente ao contrato que têm para com a Câmara Municipal da Guarda? Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, quer responder?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim. Obrigado, senhora Presidente. Relativamente ao vínculo, tenho-lhe a dizer que é um vínculo duradouro, não é temporário. Portanto, as pessoas estão vinculadas à função pública, ou por contrato de emprego em funções públicas, ou como funcionários públicos. Em função da antiguidade que têm aqui no Município, dado que mais recentemente a forma de contratação também alterou. Portanto, quanto a esse ponto, todos os trabalhadores que estão a desempenhar funções de forma direta, aqui no Teatro Municipal da Guarda, têm um vínculo contratual duradouro. Depois, o número, ao certo, não sei. Posso pedir. Agora, para estar aqui a dizer quantos é que são... não sei quantos é que são, neste momento. E quanto aqui à questão que levantou o senhor Deputado Aires Diniz, eu referi quais eram as áreas. Falei do número, mas vou dizer. Portanto, relativamente aos quarenta e nove trabalhadores, falei que eram sete Técnicos Superiores de Arquitetura, Engenharia Civil, Arquitetura Paisagista, Engenharia Topográfica, Engenharia Eletromecânica e Engenharia Eletrotécnica. Estamos a falar de Técnicos Superiores

nesta área e nesta divisão. Dois Assistentes Técnicos, que já não são Técnicos Superiores, é uma habilitação mais baixa, um Medidor Orçamentista e um Técnico de Sistema de Informação Geográfica. Dois Fiscais na área da Fiscalização, dois Assistentes Técnicos também. Dois Assistentes Técnicos na área da Fiscalização. Na Divisão de Educação e Intervenção Social e Saúde, dezassete Assistentes Operacionais, um Cozinheiro, um Ajudante de Cozinha, dois Vigilantes de Transportes Escolares, doze Auxiliares Educativos. Portanto, nós temos este levantamento feito através de diferentes Divisões, fruto deste trabalho que foi desenvolvido internamente. E, claro, temos em cada uma das áreas que temos que substituir, ou temos que reforçar, exatamente também as áreas temáticas, técnicas e científicas que pretendemos recrutar. No âmbito dos sessenta trabalhadores, também já estão no Município. Muitos têm hoje uma qualificação profissional superior, mais consolidada também daquilo que foi o início das suas funções, outros também a reforçaram ao longo do tempo. E, portanto, a título de exemplo, na Proteção Civil temos um Técnico Superior e dois Assistentes Técnicos. Não é nenhum Técnico Superior. As áreas, um Técnico Superior na área da Gestão de Recursos Humanos, dois Assistentes Técnicos na área do Apoio Administrativo. Isto para a Proteção Civil. A título de exemplo, também, na Divisão Administrativa e de Recursos Humanos, temos onze elementos. Estão nove Técnicos Superiores nas áreas de Secretariado e Assessoria de Direção, quatro na Gestão de Recursos Humanos, um Línguas e Literaturas Modernas, um Animação Sociocultural, um Gestão Informática, um Línguas Português/Inglês. Dois Assistentes Técnicos na área de Apoio Administrativo. Pronto, todo este levantamento assenta nestas necessidades e nos critérios que eu também acabei de referir. Portanto, estes critérios são objetivos o mais possível, necessidade efetiva para o serviço, desempenho de funções de complexidade superior à carreira onde se encontra. Portanto, temos mais competência, mas estamos a exercer funções inferiores àquilo que é a nossa qualificação. Elevado grau de compromisso com o serviço. Quer dizer, uma pessoa que, em trezentos e sessenta e cinco dias, só trabalha, por exemplo, sessenta e cinco dias, ou cento e sessenta e cinco dias, não tem um grau de compromisso elevado com o trabalho. Reconhecemos, mas seja pelo motivo que for, é um critério que também nós adotamos. O potencial demonstrado, a capacidade de querer aprender mais, de abranger outras áreas do conhecimento, também é fundamental para promover essa evolução. A antiguidade também faz parte. Os anos decorridos após a sua formação e a avaliação e desempenho, são, de facto, também critérios, objetivos assentes na lei, que vão ajudar a afinar, criando estas vagas, quem é que vai depois preencher estes lugares no Mapa de Pessoal. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor... Alguém falou? Sim? Como queira. Se não, faz chegar o requerimento via Assembleia Municipal. Sabe os tramites. Faz-me chegar o requerimento que eu farei chegar ao senhor Presidente de Câmara e responderá...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Senhora Presidente, fizeram-me chegar agora o número de funcionários.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “O Número de funcionários são dezanove. Dezanove funcionários que temos aqui no Teatro Municipal.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está satisfeita a sua pretensão, senhor Deputado? Muito bem. Então, passamos à votação deste ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.4 - Discussão e votação da proposta de Mapa de Pessoal do Município da Guarda para o Ano de 2021.* -----

- Aprovado, por maioria, com cinquenta e sete votos a favor e três abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Uma Declaração de Voto? Faz favor. Pronto, passa o senhor Deputado Aragão a seguir. Senhor Deputado José Carlos.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “É rápido. A razão da nossa abstenção é que se trata de um documento de gestão do Município. Portanto, não temos conhecimento das reais necessidades, ou não. Também não nos vamos opor. Por isso abstenho-nos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Aragão, agora sim.” -----

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** “Votei a favor, apesar de não concordar com algumas das opções, designadamente o aumento do número de pessoas nalguns setores. Recordo que, não foi há muito tempo, foi para aí há sete anos, seis, sete anos, dizíamos que a Câmara da Guarda tinha muito mais gente do que tinham outras Câmaras aqui à volta, e que tinha gente a mais. Esses números foram diminuindo, como disse o senhor Presidente, e muito bem. Estamos agora a abrir mais quarenta lugares. Sou a favor da requalificação dos sessenta funcionários que estão já nos serviços e que devem ver os seus níveis profissionais alterados, para reconhecer o trabalho que têm desenvolvido, quando for caso disso. No entanto, não estou de acordo com a questão do aumento. No entanto, votei a favor, porque não quero que o senhor Presidente, daqui amanhã, venha a dizer que os serviços não melhoraram porque eu votei contra um aumento de pessoal. Portanto, votei com esta reservas de que, se entendíamos, há seis ou sete anos, que o Quadro de Pessoal da Câmara da Guarda era muito grande, não é agora que vou aumentar novamente. Portanto, foi uma benesse para que os serviços possam funcionar melhor e que o senhor Presidente consiga pôr os serviços a funcionar melhor. Muito obrigado.” -----

Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Participação Variável no IRS. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente a esta matéria, uma boa notícia, julgo eu, na medida em que é a primeira vez que o Executivo, na democracia, e desde que o IRS é um imposto que incide sobre as famílias e no rendimento singular, de pessoas singulares, esta fixação da participação variável no IRS está em 5% e este ano decidimos que passasse a vigorar, nos anos subsequentes, uma taxa de 4.5%. Portanto, uma redução de meio ponto percentual. Nesta medida, temos aqui um valor que se vai repercutir naquilo que é o valor total de

5% que é devolvido aos Municípios e que é rendimento das pessoas singulares do concelho da Guarda. Nós entendemos fazer esta devolução que ronda um valor de 220 mil euros que o Município da Guarda deixará de receber fruto desta decisão. Mas entendemos que as famílias devem também ser apoiadas num valor deste montante, reduzindo a taxa variável do IRS, e, dessa forma, também contribuir um bocadinho mais para o rendimento das famílias que tanto foi posto em causa com esta pandemia. E reforçar, efetivamente, que é a primeira vez que nós, quer o Governo Social Democrata, quer também no período em que o Partido Socialista governou a Câmara, nunca se alterou a não ser neste momento. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Presidente. Deixe-me só fazer aqui um alerta. Eu percebo que é tarde. Eu sei que a Assembleia é exageradamente grande. Se calhar, a culpa é minha porque não devia aceitar tantos pontos para uma única Assembleia. É certo. Mas o que é certo é que temos que cá estar todos, porque senão não temos quorum para a votação. E também não é justo que, a pouco e pouco, vão saindo uns quantos e, depois, os outros que ficam, têm que aguentar desde o início até ao fim. Ou começamos a estar todos desde o início da Assembleia até ao final, ou então eu tenho que resolver isto de outra forma. Porque, constantemente, quando chega a esta hora, eu começo a alertar as pessoas a pedir por favor para ficarem porque, senão não temos quorum para as votações. E isso não pode ser. Estamos entendidos? Eu peço desculpa, estou a fazer a advertência para os que estão. Devia fazer a advertência para os que foram. Mas fica a advertência feita. Eu sei, devia falar para os que já saíram. Portanto, tenham em atenção isso. Porque senão eu vou começar a exigir que quem vem à Assembleia, esteja do primeiro minuto até ao último. Não pode ser de outra forma, tenham paciência. Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Já vai longa a sessão, exatamente...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pois, eu sei. Mas vai longa para todos.” --

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Sim, exatamente. Temos ainda muitos pontos para debater. Eu permitia-me sugerir-lhe que, após a discussão deste ponto, eventualmente, até para aliviar um bocadinho as pernas. Estar sentado também custa, estar de pé custa, mas estar sentado também custa. E para as pessoas beberem uma água e qualquer coisa, que se pudessemos fazer uma interrupção... não?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Se fazemos interrupção ainda é pior, mais tempo ficamos.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Não. Eu dizia uma interrupção, mas uma interrupção de quinze ou vinte minutos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É melhor não. O que eu peço é, por favor, eu pedi logo no início da sessão da tarde, cinjam-se ao essencial e àquilo que é importante. Não desperdicemos tempo com retórica que, às vezes, também não adianta nada à discussão. E, portanto, se nós formos precisos e concisos, podemos reduzir isto e despachar isto mais depressa. Muito bem. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor. Peço-vos, por isso, que sejam lesto.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Ainda por cima, está a começar a apresentação da revista Praça Velha, onde eu queria estar... ou já passou.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Também eu, senhor Deputado. Também eu, senhor Deputado.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Pronto, é assim. Esta questão dos 4,5%, ou dos 5%, é uma questão de justiça fiscal, mas não deve recair, o ónus da justiça fiscal, nas Autarquias. As Autarquias têm que ter dinheiro, têm que ter dinheiro para fazer a sua atividade. E, portanto, quem devia preocupar-se com a justiça fiscal e reduzir a taxa de IRS era o Estado Central. E, portanto, aqui, eu vou votar contra, porque acho que isto não é da competência das Câmaras. Devia ser o Estado Central a defender a justiça fiscal neste imposto e em todos os outros impostos. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Henrique Monteiro, faz favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, não seria a proposta que nós gostaríamos de ver apresentada aqui. Tem o mérito, e só esse, de apontar o sentido correto, que é a diminuição da carga fiscal e garantir que há maior disponibilidade de rendimento para as famílias. Podia ser mais ambicioso. Eu sei de algumas pessoas que têm transferido, porque têm essa possibilidade, a residência para outros Municípios para beneficiar de isenções maiores que são dadas, inclusivamente em Municípios muito próximos da Guarda. Mas a nossa posição vai ser uma abstenção, apenas, e só, pelo sinal positivo da redução. Não por concordarmos com a redução que achamos efetivamente escassa.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “De facto, não poderia deixar de congratular o Município da Guarda por, pela primeira vez, vermos uma redução neste ponto, neste imposto que nos sai do bolso todos os anos. É claro que nunca é o suficiente. O ideal era pagarmos zero, era o que todos gostaríamos. Mas, por outro lado, a Câmara também precisa de dinheiro e era aqui que eu também queria chegar. Isto só é possível a partir do momento em que a situação financeira da Câmara é o suficientemente estável para se poder dar este pequeno brinde à população da Guarda. Portanto, congratular a Câmara por esse aspeto.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Mais ninguém para intervir? Passamos, então, à... senhor Deputado, faz favor. Rui Ribeiro.” -----

- **Deputado Rui Ribeiro (PS):** “Muito rapidamente, e na sequência daquilo que já tinha sido a nossa apreciação a propósito do orçamento e do apetite, por esta via, de financiamento, entendemos que é curta a descida e, por outro, lado prejudica a nossa competitividade enquanto concelho. Aliás, o Deputado Henrique Monteiro acaba de dar um exemplo disso mesmo. E, portanto, nós votaremos contra. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém? Senhor Presidente, pretende responder ou disse o essencial? Muito bem. Então, vamos pôr à discussão.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.5 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Participação Variável no IRS.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta votos a favor, quatro abstenções e nove votos contra. -----

Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Se calhar, o senhor Presidente apresenta e depois... senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente a este ponto também, sendo discutível aqui, como o Deputado Aires Diniz, se devemos apoiar o investimento por via fiscal ou diretamente à iniciativa privada. Ainda assim, entendemos dar um sinal claro, também por via fiscal podemos contribuir para um maior desenvolvimento do território. E aqui também, no que diz respeito ao Imposto Municipal sobre Imóveis, recordo que em 2014 a taxa era de 0,45. Já não é a primeira vez que se baixa e há também uma diminuição de receita ao longo da governação social democrata. E, por isso, desta vez, propomos a diminuição em 0,025% da taxa de IMI que estava em vigor, que era 0,40%. Entendemos, por esta via, também apoiar o rendimento das famílias porque é menos um custo, principalmente para aqueles que têm habitação própria. Acresce a manutenção daquele subsídio também do IMI familiar, onde as famílias têm um, dois ou três ou mais descendentes que beneficiam de 20, 40 ou 70€, respetivamente. Cada uma destas receitas, a primeira, do IMI, com esta redução, rondará 300 mil euros e, no IMI familiar, atendendo já aos valores calculados, são cerca de 120 mil euros, medida esta que já vem de alguns anos a esta parte. A redução que hoje aqui apresentamos é a que vigorará para os anos subsequentes. Desta forma, também, é um sinal claro de combate à pandemia, na medida em que, nos rendimentos perdidos, quer para as empresas, quer para as famílias, também aqui o Município prescinde de uma parte da sua receita para, no fundo, favorecer a sustentabilidade das famílias, das empresas também, e o seu rendimento, capaz de dar o bem-estar que cada uma delas necessita, mas também para catapultar novos negócios para as respetivas empresas. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Eu ia sugerir agora, atendendo a que temos duas propostas de alteração para este ponto, uma apresentada pelo CDS e outra apresentada pelo Partido Socialista, eu ia pedir, se calhar, que fizessem a apresentação das propostas e depois passávamos então à discussão. No caso concreto do CDS, faz uma proposta não só da alteração do IMI como também da Derrama, mas fica feito já para o ponto e passamos depois à discussão. Faz favor, senhor Deputado Henrique Monteiro, a apresentação da proposta de alteração.”

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Nós votámos o ponto anterior da forma como votámos, abstivemo-nos pelo sentido positivo da redução. Aqui também

há um sentido positivo da redução e consideramos que é escasso. Evidentemente que vamos votar contra a proposta da Câmara, porque temos uma proposta alternativa que abrange, não só o ano de 2021, mas até 2031. E, sem que isso signifique... desculpem, deixem-me ver... exatamente. Sem que isso signifique uma quebra de rendimento para a Câmara, porque, no fundo, a verba que vai ser alocada a esta redução é a verba que a Câmara o dinheiro que há de recuperar dos 2 milhões de euros. Eu vou ler a proposta: «Alocação da verba usada indevidamente na compra dos terrenos do Rio Diz à redução de IMI e Derrama no Concelho da Guarda. Como é já do conhecimento público, a Câmara da Guarda que celebrou um contrato de promessa de compra e venda dos terrenos da antiga Fábrica Tavares, na margem esquerda do Rio Diz. Este negócio, aprovado por deliberação da Câmara de 12 de dezembro de 2001 e da Assembleia Municipal em 27 do mesmo mês e ano, não foi submetido ao visto prévio do Tribunal de Contas, situação que determina ineficácia do respetivo contrato de promessa de compra e venda, o que não impediu a saída indevida dos 2 milhões de euros. Sendo que a defesa do interesse público é um imperativo legal dos eleitos do Executivo Municipal, é obrigação dos mesmos desencadear os mecanismos legais tendentes à recuperação dos valores que foram retirados dos cofres públicos, bem assim como os respetivos juros e correção monetária correspondente. No quadro fiscal vigente, o IMI e a DERRAMA são impostos de natureza Municipal, sendo da responsabilidade das Assembleias Municipais aprovarem, sob proposta dos Executivos, as respetivas taxas. Na proposta do orçamento para 2021, o Executivo Municipal tem inscritos valores de cobrança de 6 milhões, 422 mil, 150 euros tem IMI e uma proposta de taxa de 0,375, significa 6,25 de redução do valor do IMI, relativamente ao ano anterior, e de 880 mil e 11 euros em Derrama, com uma proposta de taxa normal de 1% e uma taxa reduzida 0,15 para volume de negócios até 150 mil euros. No contexto de grave crise pandémica em que vivemos e em que as reais consequências económicas e sociais ainda estão por conhecer, esta enorme carga fiscal, suportada por empresas e cidadãos da Guarda, é um fator potenciador dessas mesmas consequências que se adivinham nocivas para todos. Sendo urgente mitigar as previsões mais negativas para as empresas e famílias do nosso concelho, o grupo municipal do CDS propõe à Assembleia Municipal, reunida a 15 dezembro, que delibere: que as verbas a recuperar da venda do terreno da antiga Fábrica Tavares no Rio Diz, sejam alocados à redução das taxas de IMI e Derrama no concelho da Guarda; que a taxa de IMI seja fixada em 0,30 para a década 2021/2031; que a taxa normal de Derrama seja fixada em 0,5% e a taxa reduzida contemple um volume de negócios até 250 mil euros.» Portanto, isto, usando essa verba que se há de recuperar, que é dinheiro público, que está fora dos cofres do Município, portanto, traduz-se num benefício para todos, para as empresas e para as pessoas deste concelho, sem que isso venha a transformar-se numa redução de receita para a Câmara e que venha a pôr em causa investimentos, nomeadamente os investimentos que aqui lhe foram reclamados por algumas freguesias. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Eu pedia, agora, ao grupo parlamentar do PS que fizesse a apresentação da vossa proposta.” -----

- **Deputado António Monteiro (PS):** “Boa tarde, mais uma vez, senhora Presidente, senhor Presidente. O grupo municipal do Partido Socialista e no sentido daquilo que tem

vindo a defender sempre ao longo destes últimos anos, de modo a dar qualidade de vida aos cidadãos que residem na Guarda e tornar esta cidade mais atrativa, incentivar a fixação da população, porque faz todo o sentido pugnar pelo desenvolvimento do interior, quando se tem uma taxa de IMI das mais elevadas do país, trazendo assim um custo de vida mais elevado a quem vive cá. Assim sendo, o PS propõe a alteração da fixação da taxa do Imposto Municipal. Nos termos da alínea c) do artigo 15 do Regimento da Assembleia Municipal da Guarda, o grupo unicipal do Partido Socialista propõe uma alteração à fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, considerando o seguinte: a cobrança do IMI, por parte da Autarquia da Guarda, está atualmente na décima posição dos Municípios com maior aumento de coleta do IMI, em 2019, com uma variação, em relação a 2018, de 220 mil euros, aproximadamente, (é mais) conforme o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses em 2019. O valor cobrado, em 2019, foi de 6 milhões, 508 mil e 290 euros, aumentando, em relação ao ano 2018, que foi de 6 milhões, 287 mil, 970 euros, em cerca de 3,5%, conforme também o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses de 2019. Que desde 2013, a entrada do novo Governo do PSD na Autarquia da Guarda, até ao ano 2019, ocorreu um aumento superior a 1,2 milhões de euros só neste imposto, conforme se pode anuir através do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses em 2019. A receita do IMI, para o ano 2020, será na ordem dos 6 milhões, 649 mil 367 e 22 euros, denotando assim o aumento continuado e progressivo deste imposto na ordem de 140 mil euros, conforme dados das finanças. Como a evolução da receita municipal da Autarquia tem vindo a apresentar uma subida constante e progressiva ao longo do atual mandato autárquico, o grupo municipal do Partido Socialista considera que estão reunidas as condições necessárias e suficientes para diminuir, em 1%, a taxa do IMI. Considerando ainda o seguinte, que é muito importante: que as freguesias foram, no atual estado de pandemia, o suporte dos fregueses na linha da frente, na proximidade e nas respostas aos problemas resultantes da atual crise sanitária; que a debilidade financeira em que se encontram as freguesias, que desenvolvem um papel primordial no contacto com os fregueses, que conhecem como ninguém as dificuldades que cada um enfrenta no atual panorama económico financeiro; considerando ainda que temos de acautelar e dotar as freguesias com recursos financeiros suficientes para responder a situações de emergência, que possam ocorrer na sua área de intervenção, propomos também a devolução de 50% da receita do IMI cobrado em cada uma das freguesias rurais. Assim sendo, face ao anteriormente exposto, o grupo parlamentar do Partido Socialista considera que a Autarquia pode acomodar as seguintes alterações da fixação da taxa do IMI: primeiro, alterar o número um da proposta da Autarquia, a fixação da taxa de Imposto Municipal sobre IMI para 0,3 de acordo com a alínea c) do nº 1 do artigo 112 de CIMI e conforme proposta do Partido Socialista já apresentado no ano anterior. E este ponto aqui, que é o segundo ponto, que nós propomos como alteração, que era acrescentar um novo ponto de fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis, com a seguinte redação: devolução às freguesias rurais de 50% da taxa cobrada de IMI em cada uma das freguesias rurais do concelho da Guarda. Assembleia Municipal, 15 do 12, o grupo municipal do Partido Socialista.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Estão apresentadas as duas propostas. Está apresentada também a proposta da Câmara. Eu ia perguntar se alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu acho que a Câmara precisa de dinheiro e, portanto, não é por uma redução dos impostos, o IMI, a Taxa Municipal de Direitos de Passagem ou a Derrama que as coisas se alteram favoravelmente à Câmara e que melhore a situação dos munícipes. Por outro lado, a proposta do CDS, o que se propõe é que seja anulado o negócio que não chegou a ser feito, de acordo com a lei. Ou seja, a Câmara pagou 2 milhões de euros, o terreno manteve-se na propriedade dos vendedores e, agora, passado vinte anos, os 2 milhões de euros valem mais. Portanto, não é um negócio muito justo devolver 2 milhões de euros por um terreno que, entretanto, se valorizou. Portanto, o terreno deve manter-se na Câmara, até porque a Câmara tinha destino para o terreno. Se eu não me esqueço, havia um Pavilhão de Exposições Transfronteiriços que era para ser feito lá. Portanto, houve aí um problema. Isto está tudo muito embrulhado. Nós temos que clarificar muito bem o que é que queremos aqui no nosso concelho. Nós queremos ter um Pavilhão Transfronteiriço para fomentar o negócio internacional com a Espanha. Nós não queremos os 2 milhões de euros. Nós queremos é o terreno e que esteja escriturado na propriedade da Câmara. Depois de estar escriturado na propriedade da Câmara, que é isso que deve ser feito, é que se discute o resto. Agora, digamos assim, eu não sei muito bem qual é a vantagem de a Câmara devolver o dinheiro aos munícipes, nem sei muito bem até que ponto é que os munícipes ficam muito mais felizes por causa disso. O que eu penso é que esse dinheiro que a Câmara tem disponível, devia servir para valorizar as propriedades a nível dos equipamentos sociais, as propriedades urbanas e rurais, portanto, isso tudo devia ser equacionado. Para que é que queremos o dinheiro? É para valorizar a vida rural e urbana. Portanto, ao não cobrarmos esse dinheiro, ficamos sem essas alavancas financeiras que são importantes. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Eu não tenho ecrã, por isso eu não sei... já sabem? Não consigo ver os tempos... está bem. Senhor Deputado Marco Loureiro, tinha-me pedido a palavra, salvo erro. Faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Eu não sei, relativamente à proposta do CDS-PP, eu, sinceramente, tenho uma dúvida relativamente ao aspeto legal. Não sei se é possível estarmos a falar de um valor a dez anos. Eu acho que temos que votar o IMI todos os anos. Posso estar enganado, atenção. Não estou a dar como um dado adquirido. Mas não sei, se alguém me puder esclarecer isso, seria importante. Eu tenho quase a certeza que é anual, acho que não pode fazer essa passagem. Eu acho que não. Se não, não fazia sentido andarmos cá todos os anos a fixar. Digo eu. Eu acho que não. Gostava também de saber, senhor Presidente, perante estes dados e aquilo que apresenta aqui, quanto é que o senhor Presidente acha que, com esta proposta, quanto é que vai um valor, minimamente, total a menos...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “300 mil euros.” -----

- **Deputado Marco Loureiro:** “A menos?” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “A menos. Mais 120 do IMI familiar.”
- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Certo, esclarecido. Muito obrigado.” -----
- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Pedro Nobre, faz favor.” -----
- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Bem, indo por partes. Primeira parte, a proposta apresentada pela Câmara Municipal. Mais uma vez, indo ao encontro daquilo que é um anseio da população. É claro que 0,25 sabe a pouco. Se fosse 0,5 ou se fosse 1% seria melhor. Mas temos que ser realistas. E volto a dizer o mesmo que disse relativamente ao imposto anterior. Isto é possível, acabámos de ouvir que são 300 mil mais aquilo que já estávamos a usufruir neste momento, que são cerca de 125 mil. Ou seja, são menos 425 mil euros de receitas, que depois gostávamos de ter mais dinheiro para aqui, para ali e por aí adiante. Portanto, se não se recebe, enquanto as coisas forem geridas desta forma, porque, ao fim e ao cabo, o Estado também é assim que recebe o dinheiro, é através de nossos impostos e por aí adiante. Portanto, neste momento, as Câmaras também é assim. Portanto, de salutar, também, esta redução que irá contribuir, com certeza, para mais alguma disponibilidade financeira por parte de toda a população. Depois, relativamente à Moção do CDS, eu vou ali um bocadinho ao encontro daquilo que o Deputado Loureiro disse. Porque é assim, primeiro: 2 milhões de euros que irão ser devolvidos à Câmara. Primeira pergunta: mais juros, quando? Pois, mas o mais depressa possível, na justiça nacional, pode-se traduzir em dois anos, três anos, quatro anos. Não fazemos ideia. Portanto, aqui, estamos a hipotecar, de certa forma... se calhar, hipotecar nem será o termo mais correto. Mas estamos aqui a dar um passo maior do que a perna. Se me garantissem que, efetivamente, nós, para o ano, vamos ter esse dinheiro, ou daqui a dois anos, mas para o ano é que seria, se calhar até poderia concordar. Sem, no entanto, ter a certeza que seria possível fazer como o senhor Deputado diz. Porque a Câmara recebe 2 milhões de euros... eu estou a perceber a lógica. Eu, honestamente, não sei se, contabilisticamente, era possível. Enquanto nós sabemos que a Câmara recebe dinheiro e dá para alocar depois para obras, ou para investimento disto, ou para investimento daquilo, não sei se dá para colmatar uma parte dos impostos. A minha dúvida é esta. E por ter esta dúvida é que tenho dificuldade em votar favoravelmente, está a perceber? Porque a primeira situação é: muito bem, quando é que vem o dinheiro? No ano em que vier o dinheiro, eventualmente, senhor Deputado, voltamos à carga com essa proposta e com as certezas de que contabilisticamente é possível. Que eu continuo com algumas dúvidas. Neste momento, acho que é um bocadinho prematuro e espero ter sido claro. Relativamente à proposta apresentada pelo Partido Socialista, eu aqui iria dizer aquilo que o senhor Deputado do Partido Comunista disse há bocadinho. É assim, legalmente, a Câmara Municipal é que recebe o IMI referente ao concelho todo. Eu nem sei, francamente também não sei, admito outra vez a minha ignorância, se há o levantamento exatamente do IMI de cada freguesia, para saber o que é que poderia ser alocado e tudo isso. Mas, de qualquer forma, eu julgo que esta iniciativa, que eu não vou dizer que é uma má ideia, nem pouco mais ou menos, o que me parece é que, se calhar, essa iniciativa deveria partir precisamente do Governo Central. E em vez de dizer: senhores Câmara Municipal, recebem o dinheiro de todas as casas e de todo o património do concelho, passam a

receber apenas da freguesia onde os senhores estão, e cada freguesia irá receber das casas que lá tem. Também tentar aqui ser um bocado claro. Porque senão, às tantas, também começamos a entrar aqui um bocadinho em contramão. Porque se eu aumento o dinheiro que dou para aquela freguesia, terá que essa freguesia também começar a fazer os seus orçamentos a contar com esse dinheiro. Então, se eu lhe dou dinheiro desta forma, então, se calhar, não vou ter que transferir o dinheiro da outra forma como falámos há bocado. Não sei se concordam com esta minha explicação. Mas a mim parece-me que também aqui será assim um bocadinho prematuro estar a avançar com isso. Se calhar, uma ajuda específica para tentar minorar os problemas do Covid e tal, específica para esta situação. A Câmara da Guarda atribui, não sei que valor, a esta Junta, hipoteticamente, mas sem ser através dessa situação. Porque, provavelmente, poderá acontecer também que vai haver aqui uma grande discrepância de valores, porque há Juntas de Freguesia que realmente, atendendo ao seu aglomerado habitacional, são muito mais pequeninas do que as outras e poderá aqui, se calhar, haver uma discrepância muito grande entre umas e outras, não havendo essa necessidade. Portanto, é por estas razões também que sentimos alguma dificuldade em votar favoravelmente. Não é que a ideia seja má. A exequibilidade da ideia é que nos parece que deve ultrapassar o âmbito da Câmara e passar mais a um âmbito de Governo Central. Só isso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Monteirinho.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, só esclarecer aqui uma situação que me parece que ficou na dúvida. Nós, já o ano passado, tínhamos apresentado a mesma proposta de redução do IMI. Era só mesmo a redução do IMI e não tínhamos feito a proposta para a devolução, em 50%, à Junta de Freguesia. E porquê? Porque é que neste ano nós estamos a fazer isso? Nós estamos a fazer isso a considerar aquilo que é uma necessidade urgente das freguesias responderem a uma eventual emergência económico-financeira da própria freguesia. O combate ao Covid e aos problemas económicos e financeiros que vamos ter a curto/médio prazo, visa dotar as freguesias com algumas verbas para poder fazer face a isso. Um novo surto, uma nova vaga que pode vir a acontecer e que, se calhar, haja a necessidade de as freguesias darem uma resposta, é isso que se pretende com esta devolução de IMI. Mas nós fizemos o trabalho de casa. E eu tenho os valores que são cobrados por freguesias e também sei quanto é que é o valor a atribuir, quanto é que vai reduzir o IMI na atribuição destes 50% às freguesias rurais. Nós deixamos de fora a Freguesia da Guarda, evidentemente. É uma freguesia que tem a mesma amplitude que tem a área do Município direta intervenção da Guarda. E por isso mesmo eu poderia dar aqui alguns exemplos se assim o entenderem. Mas esta redução de 50% de devolução às freguesias rurais, significa 706 mil e 24 euros. Portanto, estamos a falar numa verba que pode ser muito bem acomodada, porque só de 2013 a 2019 aumentou 1,2 milhões. Estou só a falar no segundo ponto, está bem? Depois, se alguma freguesia quiser, eu podia dar aqui alguns. Uma freguesia, por exemplo, de média dimensão, Vila Garcia que tem um IMI de 23 mil euros, estaríamos a falar numa verba a rondar os 11 mil e 500 euros, mais ou menos. E podia dar outro exemplo de outra freguesia, por exemplo, Adão, fazendo a primeira e a última, tem 33 mil euros de receita cobrada no IMI, estaríamos a falar na

ordem dos 16 mil euros e pouco. Era a devolução que seria feita a cada uma das Juntas de Freguesia. Portanto, eu acho que isto é uma proposta equilibrada e que visa, essencialmente, esta situação pandémica que vivemos. Eu acho que, numa primeira fase, a Câmara não disponibilizou verbas, penso eu, não tenho a certeza se isso aconteceu ou não, às freguesias para poderem fazer face a esse primeiro embate. Penso que há necessidade, no próximo ano, das freguesias terem hipóteses financeiras ou estarem dotadas financeiramente para fazer face a uma situação de emergência que possa acontecer nessa área de intervenção. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente, já fala no fim de todos. Mais alguém pretende intervir? Não? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor. Muito rapidamente, está bem? Tem muito pouco tempo.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Sim, eu percebi, obrigado. Nós, realmente, não estávamos a ver bem isto dessa maneira. Mas pensando bem, não me parece assim tão... compreendendo também o raciocínio da bancada do PSD, do líder, mas compreendemos até que seria bastante vantajoso, com essa salvaguarda. E não estamos a falar assim de tanto dinheiro. Por exemplo, é o dinheiro da tal rotunda. Não querendo voltar a isso, mas é o dinheiro daquela rotunda, por exemplo, da locomotiva. É esse dinheiro que estamos a falar, de 500 mil euros, mais ou menos. E estamos a falar de uma situação que outrora, e não é há muito tempo, estamos a falar de que, há cerca de dois meses e meio, aqui foi aprovado, como há pouco eu disse, uma dotação especial no orçamento para 2021, que não está lá, para os Presidentes de Junta. Salvaguardando que essa verba era apenas para essa emergência, relativamente ao que as Juntas estiveram a passar ao longo desta situação mais grave de pandemia. E, por isso, não sei, se fosse aprovada, caro Deputado António Monteiro, se depois a Câmara iria também cumprir. Porque foi aprovada aqui a Moção há dois meses e tal, e ver-se lá alguma coisa, também não se viu para as Juntas. Naquilo que foi aprovado. Nem vou discutir o resto, já discutimos isso. Naquilo que foi aprovado. Por isso, a posição do Bloco, continua a achar que pode ir muito mais além. Por isso à proposta da Câmara iremos votar contra. Ainda terei que analisar qual das propostas é que ainda irei votar favoravelmente, desde que vá ao encontro verdadeiramente dos interesses. E acho que já ficou claro o que é preciso para o próximo ano. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Agora sim, senhor Presidente, tem a palavra.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado. Bem, nesta matéria, e a bem da verdade, admira-me, de facto, o senhor Deputado Monteiro, secundado aqui pelo Deputado Marco Loureiro, é tudo possível para o Partido Socialista. Foi, até 2013, foi o senhor Deputado que referiu aqui, que houve um crescendo da receita do IMI em cerca de 1 milhão de euros. Mas, de facto, por ano, pagávamos 1 milhão de euros de juros, que agora são 230 mil euros. Mas isto, se pelo lado da receita é importante saber que o Município da Guarda, sob a gestão do PSD, ficou com mais 1 milhão de euros de IMI, mas esquece-se, o Partido Socialista, que deixou uma penosa herança, designadamente, só para juros da dívida, que ainda hoje estamos a pagar. Mas, depois, senhor Deputado Monteiro vai ao Anuário dos Municípios Portugueses, que há

pouco também fiz referência, e vejam como é que o populismo impera nesta bancada, na medida em que, 230 mil euros de diferença, estamos no décimo lugar que cobra mais coleta de 2018 para 2019, 230 mil euros que cobrámos a mais. De 6 milhões, 250, para 6 milhões e meio de euros. Mas é relevante. E depois vem aqui propor, sejam responsáveis, senhores Deputados, uma proposta ilegal. A Lei das Finanças Locais no artigo 23º... e eles sabem muito bem o que estão a fazer, mas vejam como vieram aqui passar a mão, talvez pela cabeça das pessoas. Diz assim o artigo 23º, que constitui a receita das freguesias, «o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos». Até que se altere esta lei e o artigo 23º, no nosso entendimento, no entendimento da Câmara Municipal da Guarda... pedi a valia técnica e também legal desta proposta que é injusta, desproporcional e, acima de tudo, ilegal. Não o deviam fazer porque esta Assembleia não merece esta atitude da vossa parte. Por isso, fica esta nota, vejam a lei e vejam o que ela diz sobre esta matéria. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Eu ia propor que se pusesse à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal. Se a mesma for aprovada, caem as outras duas. Se eventualmente esta for rejeitada, votaríamos as outras duas, cada uma per si, para ver... como? Não percebi, senhor Deputado. Não, mas nós temos três propostas para votar. Temos a proposta camarária e duas propostas, uma do grupo parlamentar do CDS e outra do PS. Portanto, vamos ter, teoricamente, que votar as três. Começamos pela proposta camarária. Se essa for aprovado as outras duas caem, não há necessidade de votar as outras duas. Parece-me claro isto. Muito bem. Então, vamos pôr à votação.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.6 - Discussão e votação da proposta de Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e dois votos a favor e quinze abstenções. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Está aprovada a proposta, portanto, não há necessidade de votar as outras duas. Iríamos agora para... sim? Faz favor, senhor Deputado. Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Bom, quando apresentámos a nossa proposta, isto também ia no sentido de que fosse garantida a cobrança, o mais rápida possível, das verbas que andam fora. E não só os 2 milhões, mas os juros e a correção monetária. E dizer ao Deputado Aires Diniz, que veio referir que os terrenos deviam ser adquiridos e deviam ficar na esfera da Câmara, mas há uma impossibilidade, ninguém lhe faz a escritura pública, senhor Deputado. O problema é esse. Portanto, aqui só um caminho, é o dinheiro voltar para os cofres do Município. Eu...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não entrem em diálogo, por favor.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu não sei se ouvi bem, mas o senhor Deputado António Monteirinho veio propor a redução da taxa de IMI em 1%, correto? Só para eu não estar aqui a incorrer em nenhum... foi isso? Como? Não foi em 1%? A redução, eu ouvi, redução de 1%. Certo? É que a redução de 1% na taxa não

corresponde a 0,30, corresponde a 0,396, que é menos do que aquilo que a Câmara está a propor.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, vamos lá ver. O senhor está aí para fazer uma Declaração de Voto...” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só estou a tentar esclarecer.” ---

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não interessa para nada. Essa proposta não vai ser sequer posta à discussão. Estamos a discutir o sexo dos anjos. Muito obrigado. -----

Ponto 2.7 - Discussão e votação da proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2021. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, quer fazer... não? Muito bem. Alguém pretende intervir sobre este ponto? Senhor Deputado Marco Loureiro, é isso? Faz favor, então.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. O Bloco de Esquerda irá votar contra esta proposta, pois consideramos que era possível... e já se falou aqui tanta vez do problema da pandemia, e quando é possível haver esse esforço, nomeadamente para o ano que vem, depois não se vê grande coisa. Afinal, tanto alarido que é preciso ajudar a economia local, é preciso salvar as pequenas e médias empresas e depois não conseguimos, até 150 mil euros, isentar. Como é que não se consegue isentar até 150 mil euros? Isso era ajudar o comércio. Isso era ajudar aqueles que andam aí sempre... não é esta?” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está a falar do ponto certo?” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Pronto, pensei que... mas olhe, também, é assim, já fica. Exatamente. Peço desculpa. Já fica e será essa a posição. Até lá ainda pode mudar. Não sei se é possível, mas já percebeu o porquê de nós irmos votar contra. Porque é possível esta Câmara reduzir, neste caso, isentar completamente até 150 mil. Acho que é extremamente possível e, isso sim, era uma boa ajuda para salvar o pequeno comércio, que basicamente é aquele que mais sofre. Porque nós concordamos, a Câmara tem que ir buscar alguns impostos. Também não somos hipócritas a esse ponto. É preciso ir buscar alguma coisa. Mas vai-se buscar a quem mais tem e, por norma, nós já percebemos que os grandes grupos, quando estão instalados, independentemente do sítio onde estão, esses são sempre aqueles que têm mais vantagens. Se produzem e se têm lucros de milhões, podem e devem pagar. Estamos a falar aqui até 150 mil, esses podiam e deveriam ter isenção da Derrama. Pronto, já fica. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Quanto aos Direitos de Passagem, tem alguma coisa a dizer? Não?” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Dos Direitos de Passagem já sei aquilo que o senhor Presidente vai dizer, é exatamente a mesma coisa. Se nós não ficamos com eles, a quem

é que os vai dar, e como é que não é, e o que é que não é. Pronto, já se sabe. Já nem toco nisso.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Está dito, muito bem. Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Aires Diniz. Quem nos devia pagar o jantar era o senhor Deputado Aires Diniz e o Marco Loureiro.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Pronto, vocês são uns invejosos. É assim, os impostos são necessários. A Câmara precisa de dinheiro. A Taxa Municipal de Direitos de Passagem é um imposto que vem incluído na nossa fatura, nós pagamos e lá vai parar algum dinheiro à Câmara. Não sei quanto dinheiro é que vai, não consegui perceber muito bem no orçamento. A Derrama também não é uma taxa, não é um...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado, só para clarificar. Fala já dos dois, não é? Direitos de Passagem e Derrama.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Eu falo dos dois para descansar um bocadinho. E estou cansado e o próprio Marco Loureiro também está cansado. Ele diz que a velhice é um posto. Eu estou cansado e ele também. Muita gente aqui está, embora todos digam que estão fortíssimos e não sei quantos. Mas o que é certo é que os impostos são necessários e eu falo já dos dois. Portanto, vou a favor daquilo que a Câmara diz, digamos assim, para que a Câmara tenha dinheiro para resolver os problemas do Município e do concelho. E é isso, até já.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Alguém mais para intervir sobre este ponto? Não? Então, senhor Presidente, quer dizer alguma coisa? Não? Então, pomos à votação os Direitos de Passagem.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.7 - Discussão e votação da proposta de Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o Ano de 2021.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e cinco votos a favor. -----

Ponto 2.8 - Discussão e votação da proposta de Taxa de Derrama para o Ano de 2020.

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente. Adiantando também já aquilo que foi ali a posição do Deputado Marco Loureiro, só esclarecer o seguinte. Paga Derrama quem tem rendimento e lucro, no final do ano, de IRC. Portanto, as empresas e o pequeno comércio se não tiver esse lucro, até 150 mil euros, não paga sequer os 0.15. E nós, no fundo, pretendemos, mantemos aquilo que é taxa da Derrama num ponto percentual, podendo ir até um ponto e meio, que está numa taxa, olhando até outros Municípios aqui à volta e da mesma dimensão do Município da Guarda, está também, desse ponto de vista, num valor adequado, no nosso entendimento. E como já se percebeu, nós também não podemos estar a reduzir tudo e, de alguma forma, a taxa de Derrama dá aqui algum sentido de justiça, naquilo que é repartição de riqueza, por aqueles que apresentam mais rendimento coletável, em termos de IRC, no final de cada ano. E, com certeza, tem que se ter esse rendimento

para que a Derrama opere aqui o seu efeito, como nós pretendemos, no valor de 1%. Obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Mito obrigada. Alguém para intervir? Não? Muito bem. Então, o senhor Presidente também não tem nada para responder, porque não há intervenções. Pomos à votação este ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.8 - Discussão e votação da proposta de Taxa de Derrama para o Ano de 2020.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e três votos a favor, três abstenções e dez votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Faz favor senhor Deputado, uma Declaração de Voto. Marco Loureiro.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Só para que fique registado que a mudança, disse que iria votar contra, depois da explicação do senhor Presidente optei pela abstenção.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Também é Declaração de Voto? Não saímos daqui hoje.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Só para dizer que o sentido de voto, a justificação que serviu para o ponto anterior também serve para este.” -----

Ponto 2.9 - Proposta de Deliberação aos Órgãos Autárquicos no âmbito do Projeto de Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Obrigado, senhora Presidente da Assembleia. Dizer, neste ponto, o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, desde o ano de 2018, no sentido da elaboração do dossier da candidatura, assenta em várias ações que já fomos desenvolvendo. A assinatura de protocolos com diversos Municípios envolvidos na candidatura, com entidades também parceiras de relevo; a constituição de uma Equipa de Projeto com funções executivas do conselho estratégico; elaboração de vários documentos da base da candidatura; planos de diagnóstico; metodologia científica de auscultação pública que integram também o plano de ação estratégica. Dizer que este é, de facto, também, um investimento marcante e que honra a Guarda. E tanto é assim que o próprio Governo já se comprometeu, efetivamente, neste ano, para a cidade que ganhar a candidatura à Capital Europeia da Cultura, dá um pacote financeiro, definindo uma dotação de 25 milhões de euros para a cidade portuguesa que obtiver esse título. Também há já um modelo de financiamento aprovado na CIM, porque tem que haver o compromisso, não é só ser parceiro, tem que haver um compromisso também financeiro e esse já foi definido no âmbito da Comunidade Intermunicipal por todos os Municípios. Foram levados três modelos de cofinanciamento, por parte de cada Município, desta candidatura. Ele já foi definido e, portanto, também esse compromisso já existe. Na verdade, e pese embora a ação que tem sido desenvolvida ao longo destes três anos, também merece o compromisso mais

formal, efetivo, por parte desta Assembleia. E, por isso, aqui apresentamos uma proposta para, no fundo, a Assembleia assumir e dar a sua aprovação a esta candidatura da Guarda à Capital Europeia da Cultura 2027. Depois, também, através da votação, identificar, em cada uma das Assembleias Municipais de todos os Municípios que compõem esta candidatura liderada pela Guarda, também designar um representante, por eleição, para cada representante da Assembleia ter também aqui um contacto direto com a Equipa de Projeto, e, dessa forma, também apresentar os contributos e também colher muita da informação que se vai desenvolvendo neste âmbito, e no projeto que nós assumimos desde 2018. E, portanto, é esta proposta de afirmação, de compromisso para com esta candidatura que, no fundo, se pede, e que se concretiza e corporiza com a designação, depois, de um representante da Assembleia para interagir neste projeto com a Equipa de Projeto. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém pretende intervir? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, a gente tem que aguentar a estopada e vamos aguentar. Neste projeto onde se nota cuidado na definição de objetivos e meios para os atingir, falta a inclusão da Juventude, já que o seu futuro depende também do bom sucesso deste projeto. Em relação à Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura em 2027, devem ser salientados os seguintes pontos: Sendo a Cultura um fator de desenvolvimento e de diferenciamento de um território, esta deve ser um meio para elevar, inovar, distinguir e promover esse mesmo território, priorizando-o. Como já foi dito publicamente por vários intervenientes, mais do que o seu resultado final, interessa o seu processo e o que este acrescentará na região. Em concreto, o que se viu como resultado do trabalho de um ano, para além das tertúlias Guarda 2027 com ação de diagnóstico e uma conferência sobre as Capitais Europeias da Cultura, houve a criação de uma Agenda Cultural da Beira Interior, lançada numa altura em que o setor cultural se viu obrigado a cancelar e a adiar todas as suas iniciativas. Não faria mais sentido usarem esse orçamento para criarem conteúdo digital de qualidade, onde fossem possíveis fazerem-se alterações, dado o estado de incertezas que atravessamos? Pergunta-se. Queremos questionar o processo da contratação da sua produção, uma vez que não demos conta da abertura de nenhum concurso público para o efeito. O PCP preocupa-se com a situação que o país atravessa devido à COVID-19, nomeadamente com as dificuldades do setor artístico e cultural. Assim, pedimos para que os agentes culturais da região não sejam esquecidos nem postos de lado numa altura como esta, devendo o Município priorizar a escolha de agentes e produtores artísticos e culturais regionais quando existem neles competências para a execução dos serviços. Como é que pretendem promover uma região se não apoiam os poucos resistentes que cá se encontram e que podem ter nesta Candidatura uma oportunidade real? Perguntamos também, já para terminar, para quando se vão designar os Mandatários da Juventude da Guarda 2027 e com que iniciativas é que os mesmos já se enquadraram? Era isso.” -

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Realmente, senhor Deputado Aires Diniz, você está mesmo aqui um grande defensor da juventude. Até estou... realmente, está de parabéns

o senhor Aires Diniz. O Bloco de Esquerda, provavelmente não há muita matéria que esta Câmara tenha um claro apoio do Bloco de Esquerda. Realmente, nesta tem. Nesta tem. Esta é uma dela. Desde o primeiro minuto que dissemos e que reconhecíamos a importância desta candidatura, e, por isso, fazemos votos que continue. Às vezes com mais iniciativa, ou, pelo menos, as informações a chegarem umas vezes mais rápido, outras vezes menos rápido. Mas acho que tudo ainda se consegue afinar e isto também não ajudou nada. Acredito que sim, a pandemia, neste sentido, não ajudou mesmo nada. Até porque algumas ações, para terem algum impacto, eu reconheço isso, é preciso pessoas. É preciso estarem lá as pessoas. Nem tudo online resolve. É uma ajuda, mas nem tudo resolve na passagem da verdadeira mensagem e aquilo de quanto é tão importante esta candidatura, não só para a Guarda, mas para toda a nossa região. Mas, claro, para a Guarda e para aquilo que nos próximos anos, se assim o for, a Guarda terá, e já está, acho eu, a preparar. E pelo menos a ter que ter consciência de que, para lá chegar e ganhar, tem que mudar muita coisa. E está a mudar alguma delas. E eu espero que muitos daqueles requisitos que são essenciais para a nossa vitória, até lá sejam, de verdade, mudados, nomeadamente uma cidade mais aberta ao passeio, ao ar livre, ao monumento e não tanto ao carro. É preciso pensar nisso. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Sim, Bandurra, faz favor, senhor Deputado.” -----

- **Deputado João Bandurra (PSD):** “Senhora Presidente e restante Mesa, senhor Presidente da Câmara e restante Executivo, senhores Deputados, senhores Jornalistas, aos Técnicos da Autarquia, restante público que nos acompanha em casa, apesar do adiantado da hora, uma boa tarde, que ainda não tinha tido a oportunidade de cumprimentar. Nas palavras de Eduardo Lourenço, a cultura serve para nos despir de toda a arrogância, particularmente essa que consiste em imaginar que, sendo cultivados, encontramos Deus. A cultura é um exercício de destruturação, não de acumulação de coisas. É uma constante relativização do nosso desejo legítimo de estar em contacto com aquilo que é verdadeiro, belo, bom. É esse exercício de desconfiança masoquista de desencantamento, só para que não caiamos no único pecado que é verdadeiramente o pecado contra o espírito, o orgulho. E é nessa senda de não nos fecharmos, de não acumularmos unicamente para nós o que é de um coletivo, que a iniciativa Guarda a Capital Europeia da cultura se insere. Importa, pois, consolidar o esforço e o investimento já realizados ao longo de três anos, num processo de candidatura que, por esta altura, se considera constituir um incontornável motivo de prestígio para a cidade da Guarda, para o Município, mas também para a liderança regional, em projetos internacionais de reconhecida complexidade. A obtenção do título europeu trará enormes benefícios à região, ajudando à correção de reconhecidas assimetrias de investimento nacional no interior, incluindo o anúncio recente do compromisso do Ministério da Cultura em garantir, para tal, uma dotação de 25 milhões de euros. O envolvimento de dezasseis Municípios da região nesta iniciativa, que conjuntamente com a Guarda congregam uma virtuosa coligação em redor deste ambicioso projeto, dá-nos alento e faz-nos crer que a Guarda Capital Europeia da Cultura é, e queremos que seja, uma iniciativa potenciadora do desenvolvimento territorial. A Guarda Capital Europeia da Cultura é uma ocasião coletiva, intermunicipal e nacional para refletir sobre a visão e plano operacional que queremos construir sobre a cultura

para o futuro de um país, que permanece amarrada a um centralismo crónico. Por tudo isto, é da máxima importância e quase dever de consciência que todos juntos congreguemos esforços no alcançar deste desidrato. Por todo o exposto, dúvidas não me restam do necessário efetivo envolvimento de todas as forças políticas locais na persecução deste grande objetivo. É assim imperativo de todos nós a aprovação, acompanhamento e promoção dos documentos e propostas que o Executivo aqui nos traz hoje, no que é esta iniciativa respeita, numa inabalável convicção de que cumprimos um desígnio comum. Também Albert Camus disse, sem a cultura, e a e a liberdade relativa que ela pressupõe, a sociedade, por mais perfeita que seja, não passa de uma selva. É por isso que toda a criação autêntica é um dom para o futuro. Vamos empenhar-nos na construção do futuro. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Monteirinho, faz favor.” -----

- **Deputado António Monteirinho (PS):** “Senhora Presidente, senhor Presidente. O Partido Socialista fez, durante alguns tempos, e aqui nesta Assembleia Municipal, algumas críticas em relação a este projeto. Considerávamos e consideramos um projeto estruturante para a Guarda e região e mantemos essa opinião. Queremos que seja um projeto mobilizador, que permita a afirmação do nosso território a nível local, regional e europeu. Afirmamos que existia um défice de informação do processo desta candidatura, foi isso que transmitimos nas últimas Assembleias Municipais. As nossas diversas críticas, ao nível da imagem e de comunicação, também foram feitas aqui. Falámos nos documentos estratégicos, no plano de ação, no cronograma, na intervenção e no plano financeiro que não foram apresentados, não tinham sido apresentados até à data. Hoje, vemos uma luz ao fundo do túnel. Questionámos, à data, a participação dos dezassete Municípios, ou seja, a Guarda mais dezasseis Municípios, qual a sua participação no âmbito desta candidatura. Falámos da falta de representatividade destes órgãos deliberativos. Hoje, temos um documento para aprovar que responde às dúvidas do Partido Socialista, nomeadamente na produção de um documento capaz de colocar a Guarda 2027 num trajeto de sucesso. Este documento apresenta o plano de atividades, o plano estratégico e o cronograma, para além também, do respetivo plano financeiro. Não contem com o PS para quebrar o consenso que existe em torno desta candidatura. As críticas que fizemos foram as críticas que, na altura, considerámos que seriam oportunas. Hoje, reconhecemos, com este documento, que vem de encontro àquilo que eram as dúvidas que o Partido Socialista tinha lançado. Assim sendo, o PS votará favoravelmente este documento, não abdicando continuar a ter uma voz crítica para melhorar e contribuir para um projeto que se quer ganhador para a Guarda 2027. Eu relembra só que este documento pressupõe a seguinte aprovação. Portanto, é a aprovação da iniciativa da candidatura, é a aprovação da constituição da Comissão de Acompanhamento, que passa por manter-se em aberto um canal de comunicação entre o Órgão Municipal, a Equipa de Projeto encarregue de concretizar a candidatura dentro do calendário a anunciar pelo Ministério da Cultura e, terceiro, designar um representante da Assembleia Municipal da Guarda nesta Comissão de Acompanhamento, e depois está aí a dizer tudo o que é. Assim sendo, o Partido Socialista considera que a personalidade desta Assembleia Municipal que

deveria representar esta Assembleia, nesta Comissão de Acompanhamento, propomos que seja a Presidente da Assembleia Municipal, a Dr.ª Cidália Valbom. Muito obrigado.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Senhor Presidente, pretende dizer alguma coisa? Não. Muito bem. Então, eu vou pôr à aprovação esta proposta e vou dizer duas coisas. Como bem disse o senhor Deputado Monteirinho, esta proposta pressupõe a aprovação da mesma, que é o apoio à candidatura, e, em simultâneo, a constituição de uma Comissão de Acompanhamento, pressupondo também a designação de uma pessoa. O grupo parlamentar do Partido Socialista teve a amabilidade de me indicar a mim. Aquilo que eu ia sugerir era o seguinte: aprovamos a proposta e quanto à designação do elemento para integrar esta Comissão de Acompanhamento, se as forças políticas aqui representadas entenderem indicar apenas uma única pessoa, poderá ficar já aprovado, nesta Assembleia, o representante da Assembleia. Se assim não for, se cada uma das diferentes forças políticas, aqui apresentadas, entender apresentar personalidades diversas, a votação desse elemento ficará para a próxima Assembleia Municipal. Não faremos a votação aqui hoje porque, com o adiantado da hora, pôr à votação esse ponto, está fora de questão. Portanto, eu vou pôr primeiro à votação a proposta. Sendo a proposta aprovada, deixo à consideração dos restantes elementos, uma vez que já temos, do Partido Socialista, a indicação de uma pessoa, deixo à consideração dos outros grupos parlamentares se pretendem indicar mais pessoas, e depois decidiríamos então o que fazer. Ponho, para já, à votação a proposta.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.9 - Proposta de Deliberação aos Órgãos Autárquicos no âmbito do Projeto de Candidatura da Guarda a Capital Europeia da Cultura.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e cinco votos a favor. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Pergunto, agora, a cada um dos grupos parlamentares. Faz favor, senhor Deputado Pedro Nobre, enquanto representante do PSD.” -----

- **Deputado Pedro Nobre (PSD):** “Concordamos com a proposta apresentada pelo PS. Naturalmente, entendemos que o seu nome será o mais indicado para nos fazer representar nesse grupo de trabalho.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Os restantes. CDS, por favor.”

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Também não vemos qualquer inconveniente que seja a senhora Presidente. Acho que nos irá representar...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Não ouvimos. Ou, pelo menos, eu não o ouço.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Também não vemos inconveniente em que seja a senhora Presidente a representar-nos nessa Comissão de Acompanhamento. Não temos nada a objetar.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito obrigada. A CDU... Faz favor, senhor Deputado Marco Loureiro. Temos mais dois Deputados independentes, lá em cima, para se pronunciarem.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “O Bloco de Esquerda tinha uma proposta, mas não vê com maus olhos e aceita essa proposta. Podemos também dizer que, se não fosse a senhora Presidente, que acho que é um nome bastante consensual, a proposta seria para o senhor Deputado Aires Diniz, atendendo ao seu historial histórico e tudo aquilo que tem para com a Guarda, seria também uma pessoa, pensamos nós, de extrema dedicação para com esse cargo. Mas, continuo a dizer, atendendo a essa unanimidade também nos revemos nela, não há qualquer problema. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem, muito obrigada. O senhor Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão, Deputado Honorato, por favor.” -----

- **Deputado Honorato Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão (Independente):** “Boa tarde, senhora Presidente, Executivo, colegas. Era só para dizer, o meu colega independente já esteve a dizer lá em cima a dizer, de viva voz, que obviamente concordamos com a proposta apresentada.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Fala pelos dois, então. É isso?” -----

- **Deputado Honorato Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão (Independente):** “Exatamente. Estivemos ali a discutir acesamente quem é que vinha responder. Aproveito para desejar Boas Festas a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Então, se assim é, deixem-me dizer-vos que obviamente foi uma surpresa, porque não estava nada combinado com o grupo parlamentar do Partido Socialista. Convém dizer isto aqui, para não suscitar por aí alguns cenários. Convém clarificar isso. Até por que aquilo que eu tinha pensado, inicialmente, era exatamente o que vos disse, fazer a aprovação da proposta e depois cada um dos Grupos Parlamentares apresentariam um nome que seria votado na próxima Assembleia. Mas, uma vez que o Partido Socialista teve essa iniciativa, deixei ao critério da Assembleia. Como todos concordaram, obviamente é uma honra para mim poder representar este Órgão na Comissão de Acompanhamento. Faço-o com todo o gosto e, portanto, fica decidido e fica este ponto arrumado. Serei, então, eu a representante na Comissão de Acompanhamento. Muito bem. Então, penso que é consensual, não precisamos de pôr à votação. Está fechado. Passávamos, agora, então, ao ponto seguinte.” -----

Ponto 2.10 - Discussão e votação do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende usar da palavra? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Este é um procedimento regulamentar e um regulamento de atribuição de bolsas de estudo aos alunos da Guarda. Com os contributos também que fomos recebendo, de facto, nós vamos, através deste regulamento, apoiar entre dez a vinte bolsas, onde iremos contemplar o agregado familiar natural, ou que resida no concelho da Guarda há, pelo menos, quatro anos. E também apoiamos ou iremos apoiar todos os alunos que

ingressarem ou frequentarem estabelecimentos de ensino superior no concelho, ou outros existentes na área geográfica da CIM, cujos cursos não sejam lecionados nos estabelecimentos de ensino do concelho. Portanto, aqui só apoiaremos, mesmo no âmbito da CIM, aqueles estudantes que, por dificuldades várias, não tendo o curso no Instituto Politécnico da Guarda, poderão, na área da CIM, frequentar os cursos que o Instituto Politécnico não promove. Ainda assim, em situações excepcionais e devidamente fundamentadas, poderão ser apreciadas a atribuição de novas bolsas, mediante as circunstâncias e os casos concretos que nos forem apresentados. Portanto, este é o âmbito de aplicação do regulamento e queremos com isso contribuir e também fomentar, não só a opção dos nossos cidadãos mais jovens estudantes para o ensino superior no Instituto Politécnico da Guarda, mas também, em última ou derradeira solução, também poderem optar por outros estabelecimentos, que não se sobreponham aos cursos que existem no Instituto Politécnico, e, dessa maneira, poder também frequentar outras instituições de ensino superior na área da CIM, como é, por exemplo, a UBI, e aí contribuir efetivamente para esta região. Temos que ter a visão do concelho, do distrito, mas também a visão da comunidade intermunicipal onde pretendemos uma complementaridade neste território. E, através do ensino, através também destas bolsas, podemos contribuir para a fixação de cidadãos que nasceram aqui e aqui devem também promover as suas vidas e também atingir uma maior e melhor qualidade de vida, através da formação obtida. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Alguém para intervir? Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Boa noite, não é? Boa noite. Bom, estive aqui a olhar para este regulamento, isto tem por base uma lei, portanto, foi a aplicação dessa lei. No entanto, vou fazer duas reflexões rápidas. Primeiro, pôr as coisas à escala. 30 mil euros para ajudar quantos? Dez, quinze, alunos, não é? Dez a vinte alunos. Quando comparamos com os 400 mil euros que gastamos para vigiar o Parque Municipal e outras zonas da cidade, parece-me, à escala, uma coisa mesmo irrisória. Portanto, não percebo porque é que não podíamos aumentar um bocadinho este valor. Por outro lado, tenho a sensação que quem paga são sempre os mesmos. Toda a gente que está aqui conhece perfeitamente quem são aquelas pessoas que precisam mesmo de bolsas e aquelas que não precisam de bolsas, mas têm essas bolsas. Nós sabemos porquê. Porque aos funcionários públicos, felizmente, não lhes faltam nada. Mas também, quando é na altura dos impostos, toda a gente sabe quanto é que ganham, não é? Vou-vos contar uma história rápida. Na altura em que andava na faculdade, o tipo que tinha bolsa máxima ia de Porsche para as aulas, era filho do dono das bolachas Triunfo. Eu sei que a Câmara, neste regulamento, não pode sobrepor-se àquilo que está na lei, mas há claramente aqui algo que vai permitir a algumas pessoas, provavelmente, acederem às bolsas, quando não precisam dessas bolsas tanto como outras, não é? Eu conheço muita gente assim. E, como tal, quando é que nós temos coragem, como também já foi feito para o IMI? Eu conheço pessoas que estavam isentas de IMI, mas como as casas foram reavaliadas e as casas tinham um determinado valor, deixaram de ter isenção, porque é impossível alguém ter uma casa daquele valor declarando ordenados mínimos. Quando é que temos a coragem? Alguém ter que ter a coragem, mas tem que vir de cima. Mas temos o exemplo, infelizmente, não vem de cima. Quando

é que há a coragem de olhar para outros sinais exteriores e dizer: não, desculpa lá, se vais de Mercedes buscar o rendimento social de inserção, não precisas do dinheiro para nada. Nós temos “n” pessoas. Eu conheço pessoas que ganharam, na altura vestiam coisas de marca e iam de Mercedes para as aulas, e não eram de etnia cigana, e tiveram o Magalhães, tinham bolsa máxima. Portanto, precisávamos de dar um sinal. Não sei se podemos ou não. Eu sei que aqui o regulamento diz que, se houver falsas declarações e tal, dá direito à perda de bolsa. Mas o problema é que não há aqui sustentação legal para dizer assim: não, tens aqui sinais exteriores de riqueza, não tens direito a essa bolsa. Portanto, é só essa questão. Acho que isto vai continuar a acontecer no nosso país e que não acontece noutros países. Tenho dito.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu penso que é redutor só haver bolsas para aqueles que estudem no Politécnico ou na UBI, porque há cursos necessários para a região, imaginemos o curso de veterinário, o curso de agronomia, que não existe aqui nas nossas Universidades, na Universidade da UBI nem no Politécnico. E, portanto, aqui devia ser alargado, e penso que vai haver alguma sensibilidade para isso, para alargar a possibilidade de as pessoas concorrerem para outros cursos noutras cidades, noutros concelhos e noutras regiões. Por exemplo, à a UTAD, digamos assim, ao Politécnico Bragança. Aqui o nosso Politécnico não tem curso de agricultura. Mas devia ter, até porque nós precisamos de aprofundar e aproveitar as nossas riquezas agrícolas que estão desaproveitadas, (e no próximo, daqui a pouco, vamos falar sobre a proteção da floresta) e, portanto, é necessária formação de quadros. Por outro lado, eu queria sugerir, já que ninguém se lembrou disso, que estas bolsas tivessem um nome que era as bolsas Eduardo Lourenço. E, portanto, era uma ideia que eu acho que devia ter, já agora, que estamos a homenagear o Eduardo Lourenço, que morreu há poucos dias. Deviam ter também uma designação, até porque essa designação acontece noutros locais, noutras bolsas de outros Municípios. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Bem, desta vez não vou concordar com o camarada Aires Diniz. Estamos a falar de 30 mil euros. Estamos a falar de dez a vinte alunos. Estamos a falar de que se alguém deveria dar bolsas é o Estado e, se formos por regiões administrativas, era a CIM para fora do concelho da Guarda. 30 mil euros para o Politécnico da Guarda, sim. Bolsas para pessoas que estudem no Politécnico da Guarda, sim. E não é bairrismo, é a necessidade. Já se percebeu que a maioria... é obvio, nem vou entrar na parte dos que tiveram sempre a esperteza de escapar. Mas isso há em todo lado, senhor Deputado do CDS-PP. Peço desculpa, hoje, os nomes, não me leve a mal, a hora já não me está a ajudar. Mas há sempre um espertalhão. Mas pior do que um espertalhão é nós continuarmos a alimentar os outros sítios e não o nosso primeiro. E, neste caso concreto, o bairrismo exige-se. Nem sempre é mau o bairrismo. Se é bom o bairrismo é agora neste exemplo. Estamos a falar de dez a vinte alunos, ao menos que venham para o Politécnico da Guarda. Há muitos cursos no Politécnico da Guarda. Tenho a certeza que dez a vinte alunos do concelho da Guarda podem facilmente escolher o

Politécnico da Guarda e serem ajudados. Não vejo necessidade nenhuma. Não vejo ninguém a fazer isso e muito menos uma CIM. Isso sim. Isso sim, tem dinheiro suficiente. Não é para 30 mil, é para mais de 100 mil. Isso sim. E o Estado, então, muito mais. A Câmara não pode substituir o Estado, nem deve responsabilizar-se. Neste sentido, votamos sempre com qualquer bolsa para o Politécnico. Neste caso concreto não. Não nos é possível votar favorável esta situação. Muito obrigado.” -----

- **António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Muito obrigado, senhor Deputado. Mais algum Deputado quer intervir? Não há mais intervenções. Senhor Presidente.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Sim, só mais um esclarecimento. Obrigado. Senhor Deputado Marco Loureiro, na verdade, nós estamos a falar sempre dos cidadãos da Guarda, não estamos a falar de cidadão estudantes da CIM. Estamos a falar dos 40 mil cidadãos que temos no nosso concelho poderem estudar na Guarda, mas podem ir na mesma para fora. Se querem estudar na Guarda têm a possibilidade, se preencherem os requisitos, de estudar no Instituto Politécnico da Guarda. Se houver cursos nesse estabelecimento de ensino superior que são, no fundo, repetitivos daquilo que existe no Instituto Politécnico da Guarda, não damos bolsa. Mas se, porventura, quiserem ir para medicina, nós damos bolsa a esse aluno da Guarda, a esse guardense. Não estamos a dar um apoio a outro aluno fora do concelho. O foco do regulamento são os alunos do concelho e esses podem frequentar, em primeiro lugar e prioritariamente, o Instituto Politécnico da Guarda, e só numa solução derradeira, que assenta no princípio da não sobreposição, favorece-se o Instituto Politécnico da Guarda e, em última Instância, o território da CIM. Mas não são cidadãos nem alunos fora do concelho da Guarda a quem se destina este regulamento. Disse.” -----

- **António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia:** “Obrigado, senhor Presidente. Passemos, agora, à votação do ponto.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.10 - Discussão e votação do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo a Alunos do Ensino Superior do Município da Guarda.*
- Aprovado, por maioria, com cinquenta e dois votos a favor e um voto contra. -----

Ponto 2.11 - Aceitação da Transferência de Competências para os Órgãos Municipais nos domínios da Ação Social e da Educação: -----

a) No âmbito da Ação Social: -----

a.1) Aceitação das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, ao abrigo dos artigos 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018. -----

a.2) Deliberar que seja comunicado à CIMBSE para efeitos da comunicação da responsabilidade desta, que o Município acorda na receção pela CIMBSE das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as

entidades intermunicipais no domínio da ação social, ao abrigo dos artigos 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018. -----

b) No âmbito da Educação: -----

b.1) Aceitação das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018; -----

b.2) Deliberar que seja comunicado à CIMBSE para efeitos da comunicação da responsabilidade desta, que o Município acorda na receção pela CIMBSE das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018. -----

- António Carlos Fernandes, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia: “Temos duas alíneas a votação. Senhor Presidente.” -----

- Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara: “Sim, obrigado, senhor Secretário. Relativamente a esta matéria, é um processo que não se inicia este ano, já houve Municípios que assumiram essas competências. Nós entendemos não fazê-lo, porque não tínhamos os pressupostos básicos essenciais para tomar esta decisão. Mas fomos evoluindo também nesta matéria. E, naquilo que diz respeito às competências no âmbito da ação social, terminou o prazo. Temos que aderir obrigatoriamente a esta competência já. Não é uma questão de opção. Mas temos a opção de aderir só para o ano de 2022, para o ano letivo de 2022, no âmbito das competências da educação. Mas vamos já fazê-lo agora, porque, efetivamente, nós conhecemos hoje melhor a realidade. E há um pressuposto essencial, não só esta afirmação clara na aposta na educação, como também o investimento que estamos a desenvolver ao longo destes últimos anos. Nós estamos a requalificar a Escola da Sé, vamos passar à segunda fase. Valor de 2 milhões de euros de investimento, todo o físico, mas também nalguns equipamentos. Vamos iniciar também, já temos a candidatura preparada com o projeto para requalificar o Centro Escolar de São Miguel. Portanto, há investimentos que não são da nossa responsabilidade direta, mas nós candidatámos esses investimentos no âmbito do pacto da CIM a estas duas escolas. No âmbito daquilo que tem sido o nosso investimento, não só nas possibilidades diretas ao nível de novos equipamentos, dignamente informáticos, as escolas online e todo o investimento que temos feito com as novas tecnologias também nas escolas, mas, para além disso, todo o investimento que temos feito internamente, quer nos recursos de pessoal, quer também em termos de transportes, temos garantido essa resposta e temos a convicção, aliás, até pelo método comparativo naquilo que é a relação com outros Municípios, onde já adotaram também essa solução. E a verdade é que o Estado Português, o Governo tem assumido essas responsabilidades, transfere, com o devido pacote financeiro. E mesmo nalguns casos, temos conhecimento, dentro daqueles rácios que são necessários para manter o bom funcionamento de uma instituição, por cada conjunto e número coletivo de alunos existe um funcionário, e, quando se demonstra a necessidade desse funcionário,

também o Estado tem assumido esse compromisso. Portanto, chegou a altura, para além desse investimento que temos feito, também é uma competência que reforça o municipalismo e nós temos investido claramente nesta opção estratégica de desenvolvimento do território, com base no investimento nos nossos estudantes, estamos em condições de assumir já estas competências. E, portanto, se propõe a esta Assembleia que votem favoravelmente, quer uma competência da ação social que já é obrigatório, já não temos mais opção, mas também assumir já a competência da educação. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Quem pretende intervir? Ninguém? Olha que bom. Como? Então, passamos à votação. Neste ponto votávamos por alínea, está bem? -----

- *Resultado da votação do ponto 2.11, a) No âmbito da Ação Social - a.1) Aceitação das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, ao abrigo dos artigos 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e seis votos a favor e quatro votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Como? Muito bem. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, nós somos contra este alijamento de responsabilidade do Estado Central, até porque o Estado Central centraliza todos os recursos nacionais e pode ter um efeito afirmativo em cada região, essencialmente nas regiões mais pobres. Ao descentralizar para o concelho da Guarda e para a CIM Beira e Serra da Estrela, podem estas regiões não terem disponibilidade, não terem capacidade financeira e outra para fazer a ação social, que nós sabemos que é necessária. Nós sabemos que tem uma população envelhecida, empobrecida, com baixas reformas, ainda por cima com um clima frio como este em que vivemos. Portanto, aqui, a ação social, tem que ser modelada com as necessidades do distrito, da Guarda, do concelho e da região. E é por causa disso que votamos contra, porque o Estado deve igualizar todos os cidadãos no acesso a um mínimo de conforto, a um conforto digno de cada ser humano. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Henrique Monteiro... Não, pode fazer a intervenção genérica se quiser sobre a transferência de competências, quer da ação social, quer da educação. Isso pode. Mas vai fazer intervenção ou Declaração de Voto? Não, mas estávamos na Declaração de Voto. Não pretende nenhuma Declaração de Voto, não? Pronto, então, se não se importa, votamos a alínea a.2) e depois faz a intervenção.” -----

- *Resultado da votação do ponto 2.11, a) No âmbito da Ação Social - a.2) Deliberar que seja comunicado à CIMBSE para efeitos da comunicação da responsabilidade desta, que o Município acorda na receção pela CIMBSE das competências previstas no Decreto-Lei n.º 55/2020 de 12 de agosto que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social, ao*

abrigo dos artigos 12.º e 32.º da Lei n.º 50/2018. -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e sete votos a favor, duas abstenções e dois votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Vamos, então, agora, para a educação. O senhor Deputado Henrique Monteiro quer fazer sua intervenção? Transferência de competências em matéria de educação.” -----

- **Deputado Henrique Monteiro (CDS-PP/MPT/PPM):** “Então será uma intervenção genérica para dizer que, no seguimento daquilo que foi o nosso posicionamento quando as primeiras propostas vieram a esta Assembleia Municipal, e porque consideramos que este é um processo que nasceu enviesado desde a sua génese, a nossa posição será de continuar a votar contra essa transferência de competências.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigado senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Não? Então pomos à votação.” -----

- *Resultado da votação do ponto 2.11, b) No âmbito da Educação - b.1) Aceitação das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e oito votos a favor e quatro votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Sim? Muito bem, faça lá a Declaração de Voto. Eu acho que o senhor Deputado nem sabe muito bem do que é que está a fazer a Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Não, é que fizeram a comunicação e isso já não temos nada a ver com isso. Está votado...” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “É que ainda nem sequer votámos a comunicação. Bem me parecia. Então, senhor Deputado, não se importa, fazemos a votação da comunicação à CIMBSE e depois faz a sua Declaração de Voto, porque, com certeza, votará da mesma forma.” -----

- *Resultado da votação do ponto 2.11, b) No âmbito da Educação - b.2) Deliberar que seja comunicado à CIMBSE para efeitos da comunicação da responsabilidade desta, que o Município acorda na receção pela CIMBSE das competências previstas no Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação, ao abrigo dos artigos 11.º e 31.º da Lei n.º 50/2018.* -----

- Aprovado, por maioria, com quarenta e nove votos a favor, uma abstenção e dois votos contra. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito bem. Agora sim, senhor Deputado. Declaração de Voto.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Como somos, desde o princípio, contra este alijamento da responsabilidade do Estado Central, continuamos a votar contra. E aqui, neste caso,

os jovens da nossa região têm direito ao apoio do Estado Central e não podem deixar de ter esse apoio só porque esse apoio foi transferido para o Estado Municipal, ou para a CIM. Não podem deixar de ter apoios e, portanto, fomos, por causa disso, contra este alijamento da responsabilidade do Estado Central.” -----

Ponto 2.12 - Concessão de Incentivos e Apoio Financeiro ao Investimento Egitana Musical, Lda. - discussão e votação -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Presidente, pretende intervir? Faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Relativamente a este ponto, há pouco falávamos de promover o desenvolvimento através da justiça fiscal. Agora é de incentivo ao investimento. Um incentivo ao investimento com a criação de cinco postos de trabalho. De doze, esta empresa passará para dezassete. Dizer que, nos termos do Regulamento de Incentivos de Apoio Financeiro ao Investimento, a nível da redução de Taxas Municipais, beneficia de um total de 466 euros. Mas, também, no âmbito do benefício do IMT, um valor de 3 mil, 916 euros. E, naquilo que diz respeito direto à instalação de um novo negócio, concretamente na Plataforma Logística, beneficia também de um apoio de 5 mil euros. Ou seja, praticamente, esta empresa, criando cinco postos de trabalho, vai beneficiar de um apoio da Câmara Municipal da Guarda num valor aproximado dos 10 mil euros. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Presidente. Senhor Deputado Miguel, por favor.” -----

- **Deputado Miguel Bandarra (PSD):** “Boa noite. Prometo não demorar muito, até porque a hora já vai longa. Mas, antes de começar, permita-me, senhora Presidente, felicitar o senhor Deputado António Monteirinho pela sua recente nomeação para o Conselho de Administração da ULS da Guarda e desejar-lhe a si, e a toda a sua equipa liberada pelo Dr. João Barranca, os maiores sucessos em nome da saúde de todos. Passando, agora, para a minha intervenção. Mais empresas e mais emprego. Tem sido uma imagem de marca, passo a expressão, da gestão autárquica protagonizada pelo PSD desde 2013. Hoje, temos à discussão e à votação mais um PIIM, Projeto de Investimento de Interesse Municipal, desta vez, referente a uma histórica empresa da Guarda que pretende expandir a sua área geográfica de comercialização para o estrangeiro, e viu, assim, uma mais-valia em investir meio milhão de euros na PLIE. Falando na PLIE, não posso deixar de salientar a grande importante aposta deste Executivo Municipal ao investir numa terceira fase de ampliação. Pedia que mostrassem a imagem agora. Como podem visualizar, a nova fase de ampliação está circunscrita e demarcada na zona a cor de laranja, que não se percebe bem que é cor de laranja, mas é aquela zona ali do lado esquerdo. Obra esta que terá um investimento de, aproximadamente, 1 milhão de euros e criará quarenta e um novos lotes a juntar aos cento e cinquenta e seis já existentes. Posto isto, o grupo municipal do PSD votará favoravelmente este ponto, pois

acreditamos ser este o caminho certo para a fixação de empresas e emprego. Muito obrigado e Boas Festas a todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém? Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz CDU):** “Bem, é um investimento que promove, não só a viabilização de uma empresa ou o crescimento de uma empresa, mas também promove o ensino artístico e o acesso à arte pela parte dos nossos jovens. Portanto, esta empresa deve ser apoiada e outras empresas que tenham um contributo positivo na formação dos jovens devem ser apoiadas. E é por causa disso que eu venho dizer que vou votar a favor.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais alguém para intervir? Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor...” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Este já recebe agora. Este já recebe. Este apoio vai receber, neste momento, já. Tem a redução dos impostos, as taxas deixamos de receber, eles não pagam, portanto, já beneficiou. Do IMT, são os três anos que tem de redução. Mas, este ano, é este valor.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor Deputado José Carlos.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “É só para dizer que congratulamo-nos com a pujança desta empresa e, apesar da idade do senhor Igreja, ter esta vontade toda em continuar a investir. São cinco postos de trabalho, mas também projetam lá fora o nome da cidade. Lembro-me que a Egitana Musical foi o sítio onde eu comprei o meu primeiro disco, ainda era a mesma loja. Há uns tempos fui comprar um saxofone, já na cave, que já achei muito grande. E agora querem-se continuar a expandir, acho muito bem. Ficamos muito felizes com isso, que tenham toda a sorte. E se agora puderem aumentar, melhor ainda. Vamos ver. Muito obrigado.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Mais ninguém para intervir? Não sei se o senhor Presidente tem alguma coisa a acrescentar? Não? Muito bem. Vamos, então, à votação.” -----

- *Resultado da votação do Ponto 2.12 - Concessão de Incentivos e Apoio Financeiro ao Investimento Egitana Musical, Lda. - discussão e votação.* -----

- Aprovado, por unanimidade, com cinquenta e um votos a favor. -----

Ponto 2.13 - Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios da Guarda 2020/2029 - discussão e votação. -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Senhor presidente, faz favor.” -----

- **Carlos Chaves Monteiro, Presidente da Câmara:** “Muito obrigado, senhora Presidente. Nós tínhamos um Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios que vigorou entre 2014 e 2019. Sumariamente, estabelecia que a construção ou ampliação de edificações tinham que distar, do prédio vizinho, desde que esse prédio tivesse as

seguintes características: em terrenos de floresta, de mato, ou também de prado natural. E, nesta circunstância, a ampliação ou construção tinha que distar cem metros ou cinquenta metros, desde que se verificassem um conjunto de infraestruturas, designadamente a parte do tanque. Esse plano caducou. Há quem entenda que não, que está em vigor até à aprovação deste. Outros dizem que está em vigor, outros entendem que caducou. De qualquer forma, nós trazemos agora para aprovação e deliberação este novo regulamento. A principal diferença tem a ver com a definição dos cinquenta metros de distância de terrenos que tenham mato, floresta, ou prado natural. Mas não tendo, os prédios confinantes, esta natureza, as ampliações de construção podem ser edificadas num terreno que diste dez metros do terreno vizinho. Portanto, há esta redução naquilo que era uma circunstância que era mais onerosa no anterior regulamento. E, neste ponto em concreto, dá aqui maior possibilidade de construção, porque a distância ao prédio vizinho não é de vinte e cinco metros, não necessita de fazer as tais infraestruturas, e beneficia, portanto, de uma distância de apenas dez metros. Portanto, aqui, veio alargar um bocadinho a malha. No entanto, é verdade que quando é mato e floresta ou prado natural tem de facto a regra geral e são os cinquenta metros. Já não pode. São os cinquenta metros como existia no anterior regulamento, com a obrigatoriedade de fazer as tais infraestruturas. E agora basta e refere apenas cinquenta metros. Portanto, parece-nos, naquilo que foi a avaliação técnica e temos essa convicção, que é mais favorável para as situações futuras. Disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada. Senhora Deputada Sandra, faz favor.” -----

- **Deputada Sandra Amaral Santos (PS):** “O Plano Municipal de Defesa de Floresta Contra Incêndios que nos é apresentado para o concelho da Guarda, teve parecer favorável do ICNF e da Comissão Municipal de Defesa da Floresta, assim como da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, pelo que, tecnicamente, foi feita uma apreciação favorável. Conforme referida pela AGIF, está na página 20, também somos de opinião que a consulta na página eletrónica do Município da Guarda é pouco intuitiva, quando estive para se dar opiniões, estava de difícil acesso e pouco amigável dos munícipes. Fazendo, então, uma crítica construtiva, era importante que este tipo de informação, seja qual for a área ou tema, deve ser melhorada de forma a torná-lo então mais fácil de acesso ao público. O documento, como o próprio nome também refere, é apenas um plano, que, para se mostrar eficaz, tem que ser executado e devidamente motorizado, pelo que somos do entender que seria uma boa prática que a Câmara Municipal apresentasse, de uma forma mais clara e objetiva, o andamento dos trabalhos executados referentes a estes planos, como por exemplo a identificação dos troços ou das faixas de limpeza, o estado de manutenção e o eventual impacto no combate aos incêndios. Isto é, se cumpriram a sua função, se houve melhorias. Não obstante as observações feitas, o grupo parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente o plano. Já agora, aproveito para desejar Boas Festas para todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhora Deputada. Senhor Deputado José Carlos, faz favor.” -----

- **Deputado José Breia Lopes (CDS-PP/MPT/PPM):** “Eu tenho o maior respeito por quem fez este documento. Realmente há aqui bastante trabalho, há aqui pormenor. Não terá

sido copy-paste. Há bastantes técnicos que estiveram envolvidos nisto, coisas que obviamente vão passar. No entanto, duas ou três reflexões rápidas. As orientações constantes neste plano têm como objetivos operacionais sensibilizar a população, sensibilizar a educação escolar e fiscalização, e porquê? Porque se chegou à conclusão, ao contrário do que nós pensamos, que a maior parte dos incêndios não têm origem criminosa. Nós estamos a falar de 70% dos incêndios, das oitocentas e onze ocorrências, que tiveram origem em quê? Uso do fogo para renovar pastagens, para as borralheiras, limpeza do solo agrícola e limpeza de solo florestal. O que eu quero dizer é o seguinte. A coisa mais difícil que existe é mudar mentalidades. Andamos há anos com a prevenção rodoviária, felizmente os números começaram a baixar, mas foi ao fim de vinte ou trinta anos. Não há plano nenhum que resista à irresponsabilidade. Não há. E é uma coisa que só depende de nós. Às vezes dá a impressão que as pessoas são mesmo burras, quer dizer, bombardeadas na televisão, no rádio: não faça fogo, não fume, não faça... e continua a haver estes incêndios, estas ignições. De origem criminosa 14,5%. Quer dizer, estamos a falar destes valores. Sei que há dinheiro para isto. Há dinheiro, há financiamento, ainda bem. No entanto, as recomendações da AGIF, realmente só aqui duas ou três observações, somando ao que foi dito ali pelo PS. Eles têm aqui que o grande problema é o de sempre: quem manda em quê? Como é que isto está organizado? Quem é que vai controlar? Quantas reuniões vai haver? É o problema de muitas cabeças, sua sentença, e isso é uma das críticas que aqui é dada. Falta de clarificação das responsabilidades na área de defesa da floresta contra incêndios, conduz a uma atitude passiva dos agentes integrantes deste plano e a uma implementação minimalista das ações nele inscritas. (Isso não é nada comigo, é com o outro. Mas, afinal, disseste que era contigo, mas é comigo) a questão é esta. Portanto, isto é uma das críticas e acho que isto é o que acontece muitas vezes. E depois o insuficiente conhecimento das correlações das causas direitas de incêndios, tipologias, uso do fogo, etc. Portanto, isto torna também as coisas mais difíceis. E, depois, temos aqui: potencial para divergências de compatibilização entre instrumentos de gestão territorial, nomeadamente planos de diretores municipais e a legislação setorial da direção de combate a incêndios, que podem contribuir para ineficiência deste plano. Outra: falta de compatibilidade de ações entre o plano municipal dos Municípios contíguos. Quer dizer, nem se entendem uns com os outros, alegadamente. Portanto, quer dizer, há coisas que às vezes estão feridas logo à partida. Podem ser muito boas intenções e nós gostaríamos mesmo, realmente, de ver que os incêndios diminuíssem. Mas, depois, o problema é que ninguém sabe quem manda em quê. Há o dinheiro, o dinheiro não chega a quem deve, e eu dou por mim a fazer as minhas viagens de BTT por todo lado e pensar..." -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** "Senhor Deputado Luís Aragão, faz favor."

- **Deputado Luís Aragão (PSD):** "Ora bem, já aqui vieram falar duas pessoas, ainda vem mais uma, e a análise que fazem do documento é feito por perspetivas diferentes. E isso é positivo porque transmite-nos uma ideia mais alargada da questão. O documento está muito bem elaborado. Muito bem elaborado, tem uma caracterização, quer do território, quer em termos da população. Portanto, conseguiram fazer um trabalho que está muito bem feito. Qual é o problema disto? Primeiro, isto surge porque houve uma série de incêndios com uma dimensão enorme, que tiveram umas consequências

terríveis. E, então, uma legislação que ninguém ligava, que estava lá, mas que ninguém ligava, como é normal no país, porque se ligarmos a todas não anda cá ninguém, e que passou a ser vinculativo. Passou a ser obrigatório cumprir isto. Qual é o problema na nossa zona, nos nossos territórios? É que, infelizmente, cada vez temos menos gente que está nas aldeias. Havendo menos gente, a probabilidade de haver um incêndio, quando há, é em grandes dimensões, porque quando dão conta que ele existe já a coisa está com uma dimensão muito grande. Ora, isso era o que não devia acontecer. Infelizmente, como a legislação, que é nacional e que impõe regras, deixa muito pouco limite para os Municípios poderem mexer e impõe regras muito rígidas. E, infelizmente, vou dizer isto de uma forma muito clara, o ICNF infelizmente não tem força de lei, mas tem força de parecer para aprovar os planos. O parecer é vinculativo. Mas não tem força de lei, tem um regulamento interno. Então o que é que fazem? Condicionam, por baixo da mesa, aquilo que tem que sair por cima da mesa. E queixam-se depois, as pessoas que têm que estar a elaborar estes planos, das dificuldades que criam para a sua elaboração. E é isso que não deve acontecer. O que é que nós não queremos? O que é que eu não quero? Tirar as pessoas do território. Criar mais obstáculos, àqueles que já existem, fruto do planeamento que houve em determinada altura e que era importante que o houvesse. Mas também era importante que houvesse revisões que estava previsto fazer aquilo e que infelizmente não houve. O caso do nosso PDM que já devia ter havido, pelo menos, duas, e ainda estamos a ver se fazemos a primeira. Portanto, tudo isso faz com que haja entraves e que fez com que a população das aldeias tivesse que vir para a cidade, porque não tinha condições para poder estar nas aldeias. E então isso faz com que nas aldeias haja menos gente e o território vai ficando cada vez com menos gente, mais desertificado. Paralelamente ao facto de não haver um planeamento tão dinâmico quanto devia haver, e que tem força de lei, que é o caso dos PDM's, o Governo criou uma coisa que chamou as Cartas de Ocupação do Solo, que utilizou uma sigla que é COS, e foi fazendo várias COS para poder ter umas cartas que traduzissem a realidade do território. COS 1995, 2005 e depois andaram por aí fora. Neste momento estamos na COS 2018, que é a que está a servir de base a isto. O que é que é a COS? É uma carta onde se define a utilização do solo e que é a que vai servir para dizer se pode fazer alguma coisa ou não. Estes tais cinquenta metros que falava o senhor Presidente, são medidos em função dessas Cartas de Ocupação do Solo. Basicamente qual é a diferença em relação ao anterior plano? No anterior plano tínhamos cinquenta metros e com medidas complementares, vinte e cinco. Se houvesse uma boca de incêndio, uma charca, um tanque, passava a vinte e cinco metros, genericamente, e não faziam caracterização nenhuma do território. Agora têm isto dividido entre o solo agrícola e solo florestal ou inculto, que têm classificações diferentes, mas acontece a mesma coisa. Eu fui analisar a Carta de Ocupação do Solo, COS 2018, e temos, no nosso concelho: de floresta e inculto 70%, números redondos - 36,5% para Floresta 33,4% para inculto, dá 70%. A agrícola tem 26,6%, que é os tais dez metros que falava o senhor Presidente, e bem. No caso de ser agrícola, as restrições são muito menores porque o terreno está tratado. Correto. O problema é que isso só corresponde a 26,6% dessa área. Ou seja, os dez metros só se aplicam, grosso modo, nesses 26,6%. Os cinquenta aplicam-se nos 70%. Então, e os outros quais são? É a área social e são os espelhos de água, onde a gente não constrói nada porque já tem as proteções que têm que ter como é normal. Este plano tem que ser aprovado, como falou o José Carlos, e bem, tem que ser aprovado

porque há dinheiro que anda por trás disto. E sem isto estar aprovado, não há dinheiro que venha, nem para o Município, nem para as freguesias, nem para nada. Portanto, é preciso aprovar isto. No entanto, temos que deixar a ressalva que é mais um instrumento que levanta problemas para que se possam desenvolver atividades que podem ser potenciadoras do desenvolvimento do território, para além da habitação, potenciadoras do desenvolvimento do território, e que, fruto da aplicação deste documento, não se conseguem fazer. E isso é mau. Mas a culpa não é da Câmara, mas é do Estado. Portanto, nós temos que nos assujeitar a uma coisa que nos vai limitar na nossa atuação, mas que é o Estado que está a impor. Portanto, eu, neste momento, vou dar o voto favorável a este documento, porque foram impedidos de o poder fazer de outra maneira e ficam sem as verbas para poder trabalhar se não o aprovarmos. Mas estou contra a legislação geral, porque é mais um mecanismo que nos impede de poder ter uma atividade correta, de desenvolvimento do território, em zonas de baixa densidade. Não digo mais nada. De resto, acho que está tudo bem. Muito obrigado e votos de Boas Festas.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Aires Diniz, faz favor.” -----

- **Deputado Aires Diniz (CDU):** “Bem, eu tenho que confessar que este plano está bem feito, mas é tão bem feito que me alertou para muitos problemas que existem e é sobre isso que eu vou falar. Este Plano Municipal de Defesa da Floresta peca por não ter um inventário rigoroso do estado atual da nossa floresta, (agora aproveitei o confinamento para estar em Pousade e andar pelo campo e vejo que as árvores estão com doenças, estão velhas e era preciso renovar as árvores e fazer a renovação da nossa floresta) e, em particular, do despovoamento das nossas aldeias e freguesias e das dificuldades de reter e atrair novos habitantes que cuidem dela. Depois, cada documento é lido pelos leitores, de acordo com aquilo que eles sentem mais. Ou seja, cada um olha para o documento e interpreta de acordo com a realidade que ele conheça. Depois, devemos por isso ter em conta que o facto de o setor primário empregar em todas as freguesias menos de 15,5% da população, havendo até uma freguesia que não empregava ninguém, como é o caso de Gonçalo Bocas. Está na página 45. Trata-se apenas de nada fazer contra o desanimo que atinge crescentemente o mundo rural e a sua agricultura familiar e que este plano nem sequer pretende responder. Portanto, eu estava a falar ali com o meu companheiro que é de uma aldeia perto da minha, eu até ia, há uns anos, para lá a pé, e o que é certo é que ele diz-me que havia por lá muitos soitos. Na minha aldeia também havia um soito que pertencia à minha família e que os incêndios deram cabo dele. Portanto, há aqui muita coisa para renovar. Eu tenho andado por Trás-os-Montes e, em Trás-os-Montes, há muita gente que vive bem porque produz castanha, produz azeite, produz amêndoa. Porque é que nós não temos essa castanha, pelo menos isso? Azeite também há por aqui. Na minha aldeia já não há nada que reforce o rendimento das pessoas. E há aldeias, o caso de Gonçalo Bocas, que já disse, em que não há gente que viva da agricultura. Portanto, não emprega ninguém. Pronto, é isto que eu queria alertar. Ou seja, não é só olhar para o Plano de Defesa da Floresta, mas pensar naquilo que nós queremos para a ocupação do nosso território. Eu tenho pena deste estudo não estar replicado noutros concelhos do distrito, para que ele tenha uma

visão mais correta, eu e toda a gente que queira ter, uma visão mais correta dos problemas da nossa região. E disse.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Marco Loureiro, faz favor.” -----

- **Deputado Marco Loureiro (BE):** “Muito obrigado, senhora Presidente. Não poderia estar mais de acordo com a exposição do Engenheiro Aragão. O maior problema, sem dúvida, dos incêndios é o despovoamento das nossas aldeias. Vejo, também, com bons olhos, a questão de ter que seguir, e por isso vamos votar favorável, mas, contudo, ressalvamos a necessidade e lamentamos que, realmente, o Poder Central não tenha um outro cuidado de ver as coisas de uma maneira diferente, nomeadamente em regiões como a nossa que são, todos os anos, massacradas com incêndios. Não sei se ainda cá está o senhor Deputado João Prata. Não estou a conseguir vê-lo daqui. Não sei se nos está a ver em direto, ele diz que, de vez em quando, ia lá ao Facebook. Senhor Deputado, se nos estiver a ver em direto, deixe-me que lhe diga, eu cá acredito no Pai Natal. Olhe, sabe porquê, senhor Deputado? Acredito no Pai Natal, por exemplo, Junta de Freguesia de Vale de Estrela, que foi agora, porta a porta, em vez de fazer o almoço, dar um cabaz à população. Acredito no Pai Natal na aldeia da Ima, que vem combater o despovoamento com, neste caso, o Projeto Lar com refugiados. Eu acredito neste Natal. Um Natal feliz que possa combater, de verdade, estas assimetrias para com aqueles senhores lá para Lisboa. É esse Natal que eu desejo a todos, é esse Natal que eu espero, em 2021, depois, mais musculado, cá estarei, certamente, depois de comer mais um bocadinho. E também faço votos para que o senhor Presidente tenha uma oposição interna um pouco menos musculada. Bom Natal para todos.” -----

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Deputado Rabaça, faz favor.” -----

- **Deputado José Rabaça, Tesoureiro da Junta de Freguesia de Casal de Cinza (PSD):** “Digníssimos, boa noite a todos. Dar os parabéns à Câmara, à senhora Vereadora Cecília pela execução do plano terceira geração. É o sexto Município, em catorze, a ter este plano que vai beber informação à Lei geral, não é normal. Todas as Cartas de Ocupação de Solo, foram todas de consulta pública. Portanto, se é mais 27%, se é mais 30%, foi tudo publicado. Dar os parabéns. Sabemos que há muitas restrições no concelho da Guarda para a construção, mas é assim nos outros concelhos e é assim no país inteiro, para não nos podermos repetir em 2017. Está bem? Parabéns. Bom Ano e Bom Natal.”

- **Cidália Valbom, Presidente da Assembleia:** “Muito obrigada, senhor Deputado. Senhor Presidente da Junta de Famalicão, faz favor.” -----

- **Deputado Honorato Esteves, Presidente da Junta de Freguesia de Famalicão (Independente):** “Obrigado, senhora Presidente. A minha intervenção vem um pouco na sequência da intervenção do senhor Engenheiro Aragão, posso até dizer que me tirou algumas palavras da boca. Na verdade, o plano, formalmente, já aqui foi dito por muita gente, está bem feito. As formalidades foram todas cumpridas, os pormenores técnicos também. Mas, como em todos os planos, às vezes há qualquer coisa que escapa entre o plano. E aquilo que escapa concretamente é, como já adiantou o Engenheiro Aragão, o

território. É o terreno. Eu estava a ouvir estas intervenções e a pensar naquela encosta onde está a estrada 18 1, aquela encosta de Famalicão que, aqui há vinte anos, os mais velhos se lembram de ver cheia de castanheiros vigorosos, a produzirem ainda muita castanha, ao contrário daquilo que acontece agora. Agora, não só deixou de produzir castanha, como resultado da degradação, da doença, do abandono cultural dos castanheiros, mas também de dois incêndios que já por ali passaram. E também muito por culpa das tais restrições. Nós sabemos que às vezes o senhor Governo, que está lá em Lisboa e ora por nós, pensa fazer no interesse de toda a população. Mas como tudo aquilo que é feito a régua e esquadro nunca pode contemplar toda a gente, nem nunca se pode julgar que o território tem regras que se apliquem, da mesma forma, em todo lado. A que é que eu me quero referir? O ICNF tem coisas muito boas e tem coisas em que não vê, não consegue dar resposta a estas situações particulares. Só vou referir, em concreto, a questão dos castanheiros porque estava a falar. Eu digo, às vezes, que nem em vinte anos nós limpávamos toda a lenha morta que existe naquela encosta. Castanheiros que foram morrendo, outros que secaram ultimamente por causa das várias doenças. E, se nós os quisermos limpar, a maior parte dos proprietários vão ter de transportar a lenha às costas, porque a abertura de caminhos de extração, quando não está condicionada, está vedada, está proibida, porque aquilo está tudo em reserva ecológica. E é uma montanha de burocracia só para se conseguir convencer as entidades responsáveis de que seria útil abrir um caminho que já existiu por ali. Nem que fosse só um caminho de acesso ou de fuga no caso do combate a incêndios. Portanto, eu considero que este aspeto também tem diretamente a ver com a defesa da floresta contra incêndios, com o plano municipal. E sabendo que, para qualquer proprietário particular, é um autêntico calvário, é logo desmotivador, as pessoas desistem logo. Desistem logo de quererem limpar, desistem logo de querer ir recuperar o soito que era do avô e preferem deixar aquilo assim. Porque, depois, matricialmente, aquilo também vale incomparavelmente menos do que aquilo que gastam para limpar aquilo. Quanto mais a carga burocrática. Uma sugestão que eu podia fazer ao Executivo Municipal é que aquele concurso que tem havido, que deixou de haver este ano, e que foi lançado dois ou três anos seguidos, que dava às freguesias rurais “x” quilómetros de beneficiação de caminhos florestais, e que para nós se revelou útil porque conseguimos reabrir alguns caminhos que estavam encerrados há algum tempo, pelo simples facto de que, sendo a Câmara a lançar o concurso, ninguém se lá foi meter com as máquinas, nem ninguém foi a incomodar ninguém. Se fosse a Junta de Freguesia tínhamos muita às costas e não o teríamos feito, pura e simplesmente. Portanto, senhor Presidente, encare seriamente a possibilidade de voltar a fazer essas empreitadas. Arranje um cabimento para elas, uma justificação, sabendo que, com isso, estará a contribuir muito validamente para a criação de condições, de melhoras no território, para que as pessoas possam ir aos prédios ou, pelo menos, para que não tenham uma desculpa que não podem lá ir. E também para que aqueles que ainda podem vir a fazer alguma coisa na defesa desse território, falo, nomeadamente, dos bombeiros, que tenham condições pelo menos para passar, ou para fugir se for o caso disso. É tudo. Proveito também para desejar Boas Festas a todos, renovar aqui o voto.” -----

